

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thais Felipe Rosa

**Ruínas do Forte São Joaquim:
O uso turístico e a preservação do patrimônio cultural**

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thais Felipe Rosa

**Ruínas do Forte São Joaquim:
O uso turístico e a preservação do patrimônio cultural**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Analucia Thompson
Supervisora: Monica Regina Marques Padilha

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Roraima.

R788r Rosa, Thais Felipe.
Ruínas do Forte São Joaquim: o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural / Thais Felipe Rosa – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

279 f.: il.

Orientadora: Analucia Thompson

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio cultural – Proteção. 2. Turismo cultural. 3. Forte São Joaquim (Bonfim, RR). I. Thompson, Analucia. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thais Felipe Rosa

Ruínas do Forte São Joaquim:

O uso turístico e a preservação do patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2014.

Banca examinadora

Professora Dra. Analucia Thompson (orientadora)

Professor Me. Adler Homero Fonseca de Castro (supervisor) – PEP/MP – IPHAN

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti – UERJ

*Para minha família, e todos
aqueles que acreditam na
preservação do patrimônio
cultural.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha orientadora Analucia Thompson pela dedicação, paciência, compreensão e todo apoio que me deu durante o curso e durante todo o processo de escrita e melhorias da dissertação do mestrado. Enfim, por ser uma professora de verdade, que me apoiou e me motivou durante todo o processo de escrita deste trabalho.

Ao professor Adler Castro, por todo o apoio que me deu durante a escrita do trabalho, via emails, por toda a paciência e orientação à distância. Pelo envio de seus trabalhos e pesquisas realizados em todos os fortes brasileiros, com o uso atual de cada um, o que foi de extrema importância para a realização deste trabalho.

A toda equipe da COPEDOC, a todos os membros, principalmente, Lia Motta e Adriana Nakamuta pelo apoio e compreensão.

Aos ilustres professores e professoras pelas aulas magníficas realizadas no Rio de Janeiro.

A toda a turma do PEP 2012, pelas experiências vivenciadas durante as aulas do curso no Rio de Janeiro, principalmente, as queridas Anne, Andreza, Jaqueline, Alena, Ana Mattos, Denise, Elenita, Ellis, Sandra, Paula, Lorraine, Lilian, Michele, Tamyres, Ana Pimentel, Simone, Joseane, Monica, e queridos, Leandro, Marcelo, Igor, Alexandro, Glauco, Matheus, Hermano e Juno.

A equipe do IPHAN Roraima como um todo, por ter oferecido uma vaga para a área de Turismo, tornando possível que realizasse meu sonho de concluir este curso de mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural.

Agradeço a equipe da divisão técnica do IPHAN-Roraima, por todo o apoio e aprendizado que me passaram, aos profissionais Roberto Costa de Oliveira, Priscila Borges, Enderson Dias e Luciana Marinho, ao Elder Silva Marques e sua família por terem hospedado a equipe do IPHAN, em sua casa na comunidade do Camararém, por ter nos dado a oportunidade de conhecer um pouco mais da cultura indígena e pela amizade.

A todos os meus supervisores na unidade: Antônia Flávia Bezerra Marques, Fernando Mesquita, Aléssio Tenório e Monica Padilha.

Ao IPHAN como um todo, pela oportunidade de ingressar no curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural, conhecer e estudar no Extremo Norte do Brasil, em Roraima, e por todo conhecimento e experiência que pude obter nestes dois anos de curso.

Aos amigos, Dalila, que foi minha segunda mãe e me ajudou quando sofri o acidente, a seu filho Neto e a toda sua família.

A todos os colegas e amigos da Casa do Estudante onde morei por quase dois anos e com quem aprendi muito, agradeço pela ajuda no período em que fiquei acidentada por cederem um pouco de seu tempo para me visitar e me ajudar no que era preciso: a Rafaela Paiva, ao Pablo Ferreira, Mauro Marcos, Lucineth, Michel, Wenderson, Gisleyangela, Davair Junior, Dayane Araujo, Edvan dos Santos, Renan, Rafael, Yara, Laura, Dórian, Anderson, Thiago Dourado, Josemilson, Jose, André, Marcos, Veronica, Brenda, Fernando, David, Gilvan, Ivanildo, Maysa, Eva, irmãs Neudiléia, Ediléia e Wanderson.

Aos colegas da Secretária da Cultura, Márcio Sergino e Silmara Costa, pelas conversas e apoio.

Ao Fabian, amigo venezuelano, que me ajudou no período em que visitei a fronteira.

Ao meu tio Luiz Gonzaga, ao primo Tibério, tia Ivonete, a minha tia Maria José e sua família, que me ajudaram no período que sofri o acidente, com apoio motivacional e financeiro.

Aos meus primos João Teixeira, Pierre e Leila por todo o apoio.

A minha tia Ivone, prima Sarah e tio Walter por tudo.

Ao meu pai José, a minha irmã Thami, a seu marido Rauni, a meu sobrinho Joaquim, por existirem em minha vida!

A minha irmã Beatris Rosa, que me ajudou por dois meses, deixando seu trabalho, vindo para Roraima, para cuidar de mim em período integral, pela dedicação e demonstração do amor.

A minha mãe Sonia, por ter vindo para Boa Vista cuidar de mim, só pelo fato de estar aqui comigo nesse período fez com que eu recuperasse bem mais rápido.

A todos os familiares que de alguma forma me ajudaram na recuperação do acidente com orações e energias positivas e na concretização do curso de mestrado.

Aos professores do curso de Turismo da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar, principalmente, Thiago Allis, Alissandra Nazareth e Maria Helena Mattos, por sempre me apoiarem nos estudos.

Ao professor Heros Lobo, que me orientou a distância sobre a leitura de alguns artigos.

Ao professor Gabriel Alcalde, da Universitat de Girona, pelo envio de dois livros sobre a preservação do patrimônio arqueológico.

Aos amigos do curso de Turismo e principalmente, Tiago Juliano, Eduardo Hattori, Felipe Penteado, José Ettore de Conti Junior, Martinho Ribeiro, pela amizade e apoio.

As amigas, Mayara Martins, Maju Enrione, Dedinha Nancassa, Karize Martha, Camila Gabrielle de Souza, Livia Alencar e Karina Casella .

Aos 55 entrevistados que colaboraram para a realização da pesquisa de mestrado, cedendo seu tempo para que eu pudesse coletar suas opiniões, fotografias e materiais a respeito da preservação das ruínas do Forte São Joaquim.

Ao professor convidado para a banca Marcelo Sotratti pelos elogios a dissertação, sugestões de publicações deste trabalho em revistas e estudos futuros mais aprofundados na área de Turismo Cultural.

RESUMO

Na presente dissertação temos por objetivo principal perceber como o uso turístico cultural, social e sustentável pode ser um instrumento de preservação, valorização e divulgação de um bem protegido, no caso as ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, localizadas em Bonfim, Roraima. Esse bem se constitui como um sítio arqueológico e também está tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. É o único bem roraimense tombado em nível nacional. Abordamos a relação do uso público e turístico de bens tombados relativos à arquitetura militar, como também o processo de valorização e tombamento do Forte São Joaquim, a partir das ações de sujeitos envolvidos, de pesquisas e projetos que já foram realizados sobre as ruínas e os motivos de seu abandono, considerando os usos turísticos em algumas fortificações no Brasil. Discutimos também a relação entre turismo, patrimônio e os órgãos de preservação do patrimônio, considerando as formas de uso de bens protegidos. Por fim, procuramos conhecer a memória que os roraimenses possuem sobre esse testemunho histórico e sua relação com essas ruínas, a partir da realização de entrevistas com cinquenta e cinco indivíduos da sociedade ligados à gestão do patrimônio cultural e natural, com pesquisadores e professores da área da educação e turismo, que possuíam algum envolvimento com a história da preservação das ruínas do Forte São Joaquim para saber sua opinião sobre qual seria o melhor uso do bem cultural e sua preservação.

Palavras- chave: Turismo. Patrimônio Cultural. Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco.

ABSTRACT

In this dissertation we aim to understand how the use of cultural, social and sustainable tourism can be an instrument for the preservation, development and dissemination of a well protected, the ruins of Fort São Joaquim do Rio Branco, located in Bonfim, Roraima. This cultural - heritage constitutes as an archeological site, protected - by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, - and is listed- and inscribed in the book of - history , and in the book of archaeological, ethnographic and landscape. Is the only cultural heritage protected by IPHAN, in Roraima, with an important national level. We discuss the relationship of public and tourist use of registered properties relating to military architecture, but also the process of recovery and tipping the Forte São Joaquim, from the actions of subjects involved, and research projects that have already been conducted on the ruins and the reasons of their abandonment, whereas tourist uses in some fortifications in Brazil. We also discussed the relationship between tourism, heritage and patrimony preservation, considering the forms of use of protected goods. Finally, we seek to meet the memory that the roraimenses have about this historical testimony and its relation to these ruins, from conducting interviews with fifty-five individuals of society linked to the management of cultural and natural heritage, with researchers and teachers in the area of education and tourism, who had some involvement with the story of the preservation of the ruins of Fort São Joaquim to know your opinion about what would be the best use of the cultural heritage and its preservation.

Keywords: Tourism. Cultural Heritage. Ruins of Fort São Joaquim do Rio Branco.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 01. O IPHAN e as políticas de preservação para as fortificações	20
Capítulo 02. O Uso Turístico e o Patrimônio Cultural	64
Capítulo 03. Os roraimenses e as Ruínas do Forte São Joaquim	94
Considerações Finais	124
Referências Bibliográficas	129
Apêndice	139
Anexos	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Quadro com a relação dos fortes tombados (1938-1940)	32
Figura 2. Quadro com a relação dos fortes tombados (1941- 1980)	37
Figura 3. Quadro com a relação dos fortes tombados (1981- 2014)	42
Figura 4. Quadro com a relação dos fortes em processo de tombamento por estado da Federação	45
Figura 5. Hidrografia entre Venezuela, Roraima e Guiana	47
Figura 6. O Plano do Forte de São Joaquim	48
Figura 7. Alojamento da tropa de São Joaquim	49
Figura 8. Aquarela da vila São Joaquim	50
Figura 9. Forte de São Joaquim, parte ocidental, 1886	51
Figura 10. Forte de São Joaquim, parte oriental, 1886	51
Figura 11. Grupo geral de expedição Jacques Ourique 1904	52
Figura 12. Interior do forte em ruínas, 1904	52
Figura 13. Muralhas no início da República, 1904	53
Figura 14. O forte em 1930	53
Figura 15. Comemoração Brasil 500 anos no forte São Joaquim	54
Figura 16. Comemoração Brasil 500 anos no forte São Joaquim	54
Figura 17. Restos arqueológicos encontrados limpeza Exército, 2000	55
Figura 18. Restos arqueológicos encontrados limpeza Exército, 2000	55
Figura 19. A entrada do forte com as placas informativas 2014	56
Figura 20. O forte São Joaquim nos tempos atuais	60
Figura 21. Arraial Novo, 1646, Recife (PE)	61
Figura 22. A recuperação do Forte Príncipe da Beira	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Fortes tombados de 1938 a 2014	29
Gráfico 2. O estado e uso atual dos fortes tombados entre 1938-1940	34
Gráfico 3. O estado e uso atual dos fortes tombados entre 1941-1980	39
Gráfico 4. O estado e uso atual dos fortes tombados entre 1981-2014	43
Gráfico 5. As fortalezas tombadas que recebem visitação 1938-2014	44
Gráfico 6. As fortalezas tombadas que não recebem visitação de 1938 até 2014	44
Gráfico 7. Se os entrevistados já visitaram as ruínas	103
Gráfico 8. A reação dos entrevistados ao chegar às ruínas pela primeira vez	104
Gráfico 9. As ruínas devem ser conservadas? Representam a memória? De quem?	107
Gráfico 10. As ruínas estão abandonadas? Existem culpados? Quem são eles?	110
Gráfico 11. O tombamento garante a proteção das ruínas?	113
Gráfico 12. O que impede que haja uma visitação as ruínas do forte SJ?	115
Gráfico 13. Qual a melhor forma de manter as ruínas conservadas?	118

Introdução

O presente trabalho é produto da pesquisa que se iniciou, quando do meu ingresso, em setembro de 2012, no curso de mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, na Superintendência de Roraima. A vaga do mestrado era destinada à pesquisa das Ruínas do Forte São Joaquim e à avaliação da viabilidade do uso público do local por meio do turismo. Sendo assim, tive a oportunidade de conhecer um pouco o estado de Roraima, a cidade de Boa Vista – a capital, e outros municípios através das visitas técnicas promovidas pela Instituição.

Foi possível perceber a grande riqueza de temas, ligados ao patrimônio material e imaterial, de interesse para a pesquisa, já que o estado possui um vasto patrimônio cultural e natural a ser estudado e preservado. O tema proposto pela unidade do IPHAN- Roraima, o estudo das Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, que se constitui como o único bem tombado pela Instituição até o momento, embora se encontre em estado de abandono, destaca-se como um desafio para o entendimento das relações entre patrimônio cultural protegido e seus usos.

O Forte São Joaquim do Rio Branco representa um marco da conquista da colonização dos portugueses na área mais ao norte do Brasil e da América. Foi construído em 1775 para evitar invasão dos espanhóis, ingleses e holandeses. As ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco estão localizadas no município de Bonfim, a 40 quilômetros da cidade de Boa Vista, por via terrestre. Está instalado na confluência do rio Uraricoera com o rio Tacutu, formadores do rio Branco, distando da capital uma hora e meia de barco. Atualmente, o local se encontra fechado, pois está inserido em uma fazenda privada.

O Forte São Joaquim foi tombado pelo Governo do Estado de Roraima pelo Decreto nº 4.241, de 22 de abril de 2001, como um sítio histórico, arqueológico, arquitetônico com área total 25.738,47 metros quadrados. O Forte foi tombado, provisoriamente, pelo IPHAN em 15 de julho de 2011, no Processo de tombamento nº 1.504-T-02, publicado no Diário Oficial da União (Seção 3, nº 135), devendo ser inscrito nos livros do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em 10 de setembro de 2014 foi tombado definitivamente e inscrito nos mesmos livros.

Como dito anteriormente, o Forte se encontra em ruínas. Muitas pedras, balas de canhões e demais vestígios arqueológicos foram saqueados ao longo dos anos, e a vegetação ocupou novamente a área após a limpeza realizada em 2000 pelo Exército Brasileiro, a fim de utilizar o espaço para as comemorações dos 500 anos do Brasil. Hoje o local se encontra abandonado e fechado para visitação por motivos de segurança e para evitar maior degradação e saques de seus vestígios arqueológicos que ainda restam no local. Todavia, a questão da proteção e visitação do Forte tem sido discutida já há muitos anos em documentos e livros publicados por membros da sociedade e de instituições ligadas ao Exército, que o consideram como uma representação da presença militar na Amazônia.

Assim, o ex-desembargador do Tribunal Eleitoral Regional de Roraima, Alcyr Gursen de Miranda, elaborou um projeto de memória do Forte São Joaquim em 2011, por meio da construção de uma réplica no local, na qual almejava reconstruir a casa do comandante, a capela e outras edificações, criar um museu a céu aberto, com exposições do material original e réplicas, e instalar uma biblioteca especializada sobre a história do Forte.

Esse projeto demandaria o valor total de gastos em R\$ 20.616.143,00 reais, começaria em agosto de 2012 e terminaria em julho de 2015. Porém, o mesmo não foi aceito pela assembleia realizada em 2005, na qual compareceram membros da comunidade, o autor do projeto, o IPHAN, professores de universidades públicas e privadas. O principal motivo de o projeto ter sido vetado pelo IPHAN foi o alto valor demandado na proposta, como também o fato de que a construção de uma réplica no mesmo espaço desfocaria a atenção do verdadeiro bem cultural – que são as ruínas, documento original – e geraria o risco das mesmas se tornarem ainda mais abandonadas e esquecidas. Além disso, os técnicos do IPHAN-Roraima advogam a restauração dessas ruínas, seguindo o pensamento da Carta de Veneza e a filosofia de restauração de Cesare Brandi, que vão contra o falseamento da história e defendem a preservação e conservação da matéria original.

A Carta de Veneza (1964, p. 01-02) é um documento internacional, no qual foram formulados princípios de conservação e restauração de monumentos e sítios, que advogavam que esses bens fossem transmitidos “na plenitude de sua autenticidade [...] a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”. Em seu artigo 5º, é destacada a importância de ser destinada uma função ao patrimônio cultural, todavia, respeitando o monumento histórico local:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (IPHAN, 2013, p.02).

A Carta de Veneza influenciou bastante as concepções sobre o patrimônio cultural, pois introduzia uma nova visão sobre o monumento arquitetônico, ao considerar não somente o exemplar isolado, mas também os conjuntos urbanos ou rurais, além de incorporar, como testemunhos históricos significativos, as obras modestas e não somente aquelas entendidas como excepcionais.

É importante ressaltar, ainda, que em seu artigo 15º. são defendidas a conservação e a compreensão das ruínas por todo o público visitante:

Devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado (IPHAN, 2013, p.03).

Em relação à reconstrução do monumento, na conclusão da Carta de Veneza (1964, p. 04), é alertado que: “todo trabalho de reconstrução, portanto, deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas”.

No caso da preservação das ruínas do Forte São Joaquim os preceitos da Carta de Veneza apresentam-se como de extrema importância, pois apontam para a manutenção das ruínas, que não devem ser retiradas nem servirem de base para nova reconstrução, mas serem conservadas, como testemunhos históricos, no sítio em que se encontram.

Segundo o arquiteto italiano Cesare Brandi (2004, p. 25 -26), a restauração é uma intervenção que se dá a determinado produto para que o mesmo tenha uma nova eficiência, restabelecendo sua funcionalidade. É um método de reconhecimento do valor da obra de arte em sua parte física, estética e histórica, com o objetivo de transmiti-la para o futuro (BRANDI, 2004, p.30). Sendo assim, fica evidente que o restauro do monumento deve ser pensado e planejado de acordo com a nova função que se quer conferir ao bem.

A restauração da obra arquitetônica deve restabelecer sua unidade, “sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p.33). Para o autor, o falso histórico está na

réplica, na tentativa de cópia do monumento antigo no momento atual; a falsificação corresponde a um ponto de vista pragmático ao construir uma nova obra, sem ser a mesma, feita naquela época e naquele período. A obra falsa receberá uma atribuição de um valor singular, que não lhe é o verdadeiro. Uma obra original é aquela que não teve variações ou imitações. Sendo assim, um falso histórico, ou falso artístico possui a intenção de induzir ao engano (BRANDI, 2004, p.115).

A restauração é realizada de acordo com cada caso específico, pois cada obra é única e singular, não podendo ser repetida na história, e segundo certas normas, respeitando a estética histórica. No caso das ruínas, deve-se analisar o limite extremo, os resíduos da matéria presentes nela, pois elas são documentos históricos que devem ser preservados para as futuras gerações (BRANDI, 2004, p.64):

[...] com a ruína, não se define uma mera realidade empírica, mas se enuncia uma qualificação que compete a algo que **deva ser pensado de modo simultâneo sob o ângulo da história e da conservação**; ou seja, não apenas e limitadamente na sua consistência presente, mas no **seu passado – de que traz o seu único valor**, sendo a sua presença atual, em si, desprovida de, ou com, escassíssimo valor – e **no futuro, para o qual deve ser assegurada, como vestígio ou testemunho de obra humana e ponto de partida do ato de conservação**. Donde só se poderá chamar de ruína **algo que testemunhe um tempo humano**, mesmo que não seja exclusivamente relativo a uma forma perdida e recebida pela atividade humana (BRANDI, 2004, p.64-65). Grifos nossos.

As ruínas, segundo Brandi (2004, p.65), são “testemunhos da história humana, [...] mas com um aspecto irreconhecível em relação aquele de que se revestia antes”. Portanto, o autor defende a restauração preventiva da ruína, ou seja, apenas devem ser realizadas a consolidação, conservação e salvaguarda. Muitos possuem a “ilusão de fazer a ruína retomar a sua forma”, porém não adianta saber reconstruir do modo mais parecido como era a obra antes, pois hoje a obra está em ruínas, e, se esta ação de cópia fosse realizada, não seria uma restauração, seria uma reprodução, que seria levada à suspeição de sua legitimidade. Assim,

destruir a autenticidade, [...] sobrepondo uma realidade histórica inautêntica, de todo prevalente, sobre a antiga. Pelo momento, devemos limitar a aceitar na ruína o resíduo de um monumento histórico ou artístico que só pode permanecer aquilo que é [...]. A legitimidade da conservação da ruína está, pois, no juízo histórico que dela se faz, como testemunho mutilado, porém ainda reconhecível, de uma obra e de um evento humano (BRANDI, 2004, p.66-68).

Para Brandi (2004, p.74-75), o refazimento não é uma atividade da restauração, é um fazer humano no presente, é uma nova unidade, diferente da antiga, que tenta reproduzir o que foi sem a pátina do tempo.

Sendo assim, baseada nas ideias da Carta de Veneza e de Brandi, a equipe do IPHAN-RR defende que sejam preservadas as ruínas do Forte São Joaquim e que, no máximo, seja construída uma maquete em grande tamanho para retratar como era o Forte antigo, além de serem instaladas infraestruturas para que as ruínas sejam visitadas, evitando o máximo possível de impacto no local. E essas ações somente poderão ser implantadas após os estudos arqueológicos, de impacto ambiental, de capacidade de carga, a limpeza técnica. Todas essas etapas deverão ser realizadas por profissionais, para, posteriormente, ser feito um projeto de uso público do espaço, por meio de um turismo social, sustentável, cultural, histórico, científico, arqueológico, envolvendo todas as áreas em que a visita ao espaço possa agregar um conhecimento. Sendo assim, será perceptível para todos que não houve um falseamento histórico e sim uma valorização do espaço e de suas ruínas.

No ano de 2009, o IPHAN/RR contratou uma equipe de consultoria, chamada ZOOM Consultoria, para elaborar um projeto de conservação e uso público das ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, baseado em estudos histórico, documental, fotográfico, de capacidade de carga, entre outros. Todavia, a equipe não executou o trabalho conforme o esperado: não visitou o Forte e realizou os estudos à distância, com base inclusive em sites da internet que não passavam credibilidade.

Foi a partir desse momento que a equipe do IPHAN Roraima, entre eles, principalmente, o arqueólogo Roberto Costa de Oliveira e a turismóloga Antonia Flávia Bezerra Marques, minha ex-supervisora, decidiram que a futura mestrandia deveria ser uma profissional da área de Turismo ou da Geografia, a fim de elaborar um projeto de uso público e conservação das Ruínas do Forte São Joaquim. Então, solicitaram uma vaga para um (a) bolsista do curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural para realizar um estudo sobre o caso. Foi a partir dessa oportunidade que comecei o mestrado em setembro de 2012.

Sendo assim, nosso objetivo geral neste trabalho é analisar como o uso turístico cultural, social e sustentável pode ser um instrumento de preservação, valorização e divulgação das ruínas do Forte São Joaquim e da memória que os roraimenses possuem sobre esse testemunho histórico.

Temos por objetivos específicos: abordar a relação do uso público e turístico de bens tombados relativos à arquitetura militar; historicizar o processo de valorização e tombamento do Forte São Joaquim, a partir das ações de sujeitos envolvidos, de pesquisas e projetos que já foram realizados sobre as ruínas e os motivos de seu abandono; estudar como se deu a relação entre turismo, patrimônio e os órgãos de preservação do patrimônio; considerar os usos turísticos em algumas fortificações no Brasil; estudar a relação de roraimenses com as Ruínas do Forte São Joaquim.

Neste trabalho, pretende-se ressaltar que o turismo não só possui valor econômico, mas tem grande potencial para desenvolver bem estar social, ambiental e cultural. O turismo é um fenômeno que vai além das esferas econômicas, pois “exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético e a herança cultural das localidades” (MOESCH, 2002, p. 37). O turismo é um instrumento para compreensão entre os povos, sendo uma atividade que busca revalorizar as culturas e torná-las conhecidas pela população, enriquecendo os conhecimentos de cada pessoa (KRIPPENDORF, 2001; ACERENZA, 2000; BENI, 2001).

Pelo fato, do uso turístico abranger áreas multidisciplinares, há um grande potencial educativo para uso das ruínas do Forte São Joaquim. No local pode ser planejado o uso do turismo cultural, que engloba o turismo social, pedagógico, científico, arqueológico e sustentável.

O turismo está intimamente ligado às questões de cidadania e cultura, e através do turismo cultural, pretende-se valorizar e reconhecer a riqueza da diversidade cultural e natural encontrada no Brasil, levando as pessoas a respeitarem as diversas formas de se viver e pensar o mundo, no qual o patrimônio cultural deve ser elemento de reflexão, sendo responsável por formar um cidadão mais crítico, não apenas “consumidores passivos da cultura” (FUNARI e PINSKY, 2003, p.10-11).

Por fim, o turismo deve ser sustentável em todos os seus usos, priorizando a abordagem preservacionista do meio, gerando o menor impacto social e ao meio ambiente, levando benefícios aos moradores locais, como emprego, distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida (BENI, 1999, p.13). Um “turismo de qualidade pode se tornar economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e a excelência dos serviços e equipamentos oferecidos” aos visitantes (RUSCHMANN, 2003, p. 27).

Vale ressaltar que são poucas as fontes que tratam do assunto do uso turístico em ruínas de fortalezas, e são poucos os casos que já fazem o uso do turismo como atividade

de preservação do patrimônio no Brasil. Esta temática é mais comum na Europa e em alguns países como México e Peru, nos quais as visitas às ruínas já são desenvolvidas há muitos anos. Nesta pesquisa exploratória, a Universidade Federal de Santa Catarina se apresentou como uma referência de instituição que investiu no uso turístico de ruínas das fortificações e que está obtendo êxito; caso será abordado no capítulo 03.

Há também poucos artigos e livros que tratam das ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco. Entre eles, há uma dissertação de mestrado e um trabalho de conclusão de curso do historiador Gregório Gomes Filho sobre o Forte São Joaquim, alguns artigos produzidos por professores da Universidade Federal de Roraima das áreas de história e geografia. Há mais artigos históricos em outras línguas, como espanhol e inglês, sobre a ocupação do Rio Branco, que citam o Forte São Joaquim, mas que se encontram em universidades estrangeiras.

Partimos, inicialmente, do levantamento bibliográfico, que contou com pesquisas e coletas de informações sobre o processo de tombamento do Forte São Joaquim do Rio Branco, sobre livros e artigos acadêmicos que têm como tema as Ruínas do Forte, os projetos realizados pelo Exército e por Gursen de Miranda para retomar a memória do Forte, o Projeto de Uso Público e Preservação das Ruínas, realizado pela ZOOM consultoria. O levantamento da literatura e da documentação sobre o Forte nos permitiu reconhecer quem são as pessoas, os grupos, instituições públicas e privadas ligadas às questões históricas e de preservação das Ruínas do Forte São Joaquim.

Adotamos a metodologia de pesquisa qualitativa, que segundo Wilhelm Dilthey (1833-1911) é o procedimento metodológico utilizado na compreensão da sociologia e nas ciências sociais, possibilitando a interpretação da experiência e do contexto em que foi realizado o estudo, e análise do comportamento dos indivíduos em determinada ação social (GOLDENBERG, 2001).

Quanto à realização das entrevistas usamos um questionário apresentado ao entrevistado antes da entrevista, de modo que pudesse conhecer o conteúdo do que seria abordado. A maioria dos entrevistados autorizou o registro de sua imagem e áudio relativo aos fins desta pesquisa e de outros estudos. Consideramos esses depoimentos como instrumentos importantes para constar no acervo de documentos do IPHAN- Roraima.

Todas as entrevistas foram gravadas em DVDs e enviadas para a COPEDOC, Rio de Janeiro; foram cópias acompanhadas de fichas técnicas com o resumo do conteúdo das entrevistas. Infelizmente, o IPHAN Roraima está sem as gravações originais de áudio e imagem, pois o servidor queimou, não sendo possível sua recuperação.

No total foram realizadas 55 entrevistas, nas quais foram entrevistados, entre outros: os responsáveis pelo pedido do tombamento estadual e federal do Forte; alguns membros do IPHAN/RR; o coronel que estava envolvido com a proteção do Forte São Joaquim no ano de 2012 foi entrevistado pela internet; Alcyr Gursen de Miranda, autor do projeto de memória do Forte; e membros da sociedade ligados à cultura, educação, meio ambiente, direito, entre outras áreas.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro trata sobre o tombamento das fortalezas no Brasil e seus usos, incluindo o processo de tombamento das ruínas do Forte São Joaquim e sua história até o momento atual; o segundo aborda a relação entre turismo, patrimônio e os órgãos de preservação do patrimônio, com apresentação de usos turísticos em algumas fortificações; no terceiro, trabalhamos a visão da comunidade sobre o valor, o uso turístico e a proteção das ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco.

Ao final, apresentamos os apêndices com o roteiro de perguntas e as 55 entrevistas realizadas com os roraimenses, em fichas técnicas resumidas e os anexos, que trazem a inscrição das ruínas do Forte São Joaquim, no cadastro nacional de sítios arqueológicos, a Ata 10ª sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, e a 76ª Ata da reunião do Conselho Consultivo do patrimônio cultural, em Brasília, no dia 11 de setembro de 2014, a respeito do tombamento das ruínas do Forte São Joaquim.

Capítulo 1

O IPHAN e as políticas de preservação para as Fortificações

Neste primeiro capítulo, abordamos as questões relativas à proteção da arquitetura militar desenvolvida pelo Iphan, no caso, as fortificações, apresentando o universo de bens tombados e discutindo os usos desses bens com o objetivo de inserir as ruínas do Forte São Joaquim nesse processo.

Abordamos os conceitos de tombamento definitivo e tombamento provisório pelo qual as ruínas do Forte São Joaquim passaram, pois, primeiro, foram tombadas provisoriamente, em 2011; somente em 2014, o tombamento passou a ser definitivo. Em seguida são apresentadas em tabelas as condições das 66 fortificações no Brasil que estão tombadas e das 22 que estão em processo de tombamento. Além disso, evidencia-se o uso atual de cada bem cultural, se o mesmo está aberto à visitação, se possui um museu, se possui finalidades turísticas, se militares, educativas, e aqueles que não estão abertos à visitação. Os dados são condensados em gráficos para uma melhor exemplificação da situação em que se encontram as fortalezas de um modo geral, como estão sendo utilizadas pelas instituições, se estão fechadas, abandonadas, ou abertas à visitação, com exemplificação de alguns casos de fortificações.

Seguimos com uma breve apresentação sobre o contexto histórico das ruínas do Forte São Joaquim, sobre sua importância para o local, para a defesa da entrada dos invasores, sendo uma das primeiras edificações a ser construída naquele local. Abordamos, por fim, o processo administrativo do tombamento estadual e federal e a situação atual do Forte, apresentando imagens históricas e recentes desse bem.

1.1 Tombamento e fortificações

O tombamento federal é um ato administrativo realizado por e de responsabilidade do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é iniciado através de um pedido de abertura de processo, que pode ser solicitado por qualquer cidadão ou instituição pública (IPHAN, 2014 a). O tombamento serve como instrumento de proteção legal ao bem móvel e imóvel evitando que o mesmo seja destruído; este bem deve representar um interesse cultural, ambiental e uma memória coletiva (IPHAN, 2014 a).

Para que ocorra o tombamento, são necessárias diversas etapas: 1) pedido de abertura de processo; 2) avaliação técnica preliminar; 3) deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros; 4) sendo aprovado o pedido, é notificado ao proprietário do bem o tombamento provisório; 5) a decisão final, após a instrução do processo, passa pela aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e pela homologação do ministro da Cultura publicada no Diário Oficial; 6) a conclusão do processo se dá com a inscrição do bem em um dos livros do Tombo e com a comunicação formal do tombamento aos proprietários (IPHAN, 2014 a).

Esse primeiro instrumento legal de proteção ao patrimônio cultural no Brasil e nas Américas foi instituído pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. No artigo 1º do Decreto-lei, o patrimônio histórico e artístico nacional se define como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. No Decreto são estipulados quatro livros de Tombo para inscrição dos bens patrimoniais; são eles: “o Livro do Tombo das Belas Artes; o Livro do Tombo Histórico; o Livro do Tombo das Artes Aplicadas; e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” (IPHAN, 2014 b).

Segundo Rabello (2009, *apud* THOMPSON, 2010, p.306.) existem dois tipos de tombamento: o de ofício; e o voluntário ou compulsório. O primeiro trata dos bens públicos; o segundo, dos bens de direito privado. O voluntário corresponde à anuência do proprietário; o compulsório, apesar de prever o direito à impugnação pelo proprietário, é resultado de decisão final do Conselho Consultivo, contra a qual não cabe recurso.

O tombamento gera certos limites aos proprietários do bem: se for um bem tombado pertencente a uma instituição pública, este não poderá ser alienado (vendido), somente transferido; se o bem for particular, pode ser alienado, tendo que ser a transação comunicada ao IPHAN, e cabendo a preferência à União, aos estados e municípios. O bem tombado não poderá ser destruído, mutilado, tampouco modificado sem a prévia autorização do IPHAN (RABELLO, 2009, *apud* THOMPSON, 2010, p.306).

O tombamento ainda pode ser provisório, quando é enviada uma notificação para o proprietário, ou definitivo, com a inscrição do bem em algum dos livros do Tombo. O tombamento provisório possui o mesmo valor e eficácia que o tombamento definitivo, pois, com base no Decreto-lei nº 25/37, o bem já é reconhecido como patrimônio,

prevenindo, assim, os danos de forma imediata, antes que ocorra a fase de perícia técnica e homologação. Ao longo da pesquisa e escrita deste trabalho, o Forte São Joaquim ainda estava sob tombamento provisório. Em 11 de setembro de 2014, ocorreram as análises de valor das ruínas do Forte São Joaquim, para dar início ao tombamento definitivo, que só ocorrerá após a inscrição do bem nos livros do tomo.

O tombamento é um ato realizado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que avalia os processos e registro do tombamento, sendo composto por uma equipe de vinte e três profissionais de áreas multidisciplinares e treze membros da sociedade civil. No Conselho há representantes: 1) do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; 2) do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS; 3) da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB; 4) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; 5) do Ministério da Educação; 6) do Ministério das Cidades; 7) do Instituto Brasileiro dos Museus – IBRAM; 8) da Associação Brasileira de Antropologia – ABA; e 9) desde 2009, conta com um representante do Ministério do Turismo (IPHAN, 2014 c).

Podemos perceber que a composição do Conselho Consultivo corresponde a áreas com as quais o patrimônio cultural vem ampliando sua relação: da arquitetura à antropologia; da arqueologia ao patrimônio natural; da educação aos museus; e com o turismo.

O Decreto-lei nº 25/37 vigora no Brasil há mais de 70 anos e não foi alterado desde então. Sendo assim, é através dele que são efetivados os tombamentos federais. No país, atualmente, há mais de “1.700 bens tombados no nível federal. Nesse número estão incluídos núcleos urbanos, extensas paisagens naturais, coleções de bens móveis, isto tudo envolvendo milhares de propriedades, se individualmente consideradas” (RABELLO, 2009, p.16).

Além do Decreto-lei nº 25/37, há outros instrumentos legais que protegem bens considerados de valor cultural. Cabe destacar como relevante para o tema deste trabalho, a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que protege os “monumentos arqueológicos e pré-históricos, e bens históricos, artísticos ou numismáticos oriundos de descobertas fortuitas”, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, destinada à proteção de locais e de bens de interesse turístico, que, em seu artigo 1º, trata das áreas especiais e locais, como os bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica e que possuem interesse turístico, são eles:

os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram; as paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer [...] (Lei nº 6.513/ 1977, p.01).

A importância dessas duas leis para o caso em questão diz respeito tanto ao estado em que se encontra o Forte São Joaquim, como também à intenção de que seu uso tenha um caráter socializante. O estado de ruínas do Forte proporcionou sua primeira inscrição, em 1998, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN ¹, e uma segunda em 2007. O Cadastro Nacional de Sítios é um instrumento de proteção criado em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924. Não substitui o tombamento de bens arqueológicos que pode continuar a ocorrer, “excepcionalmente”, em função de “interesse científico ou ambiental” (IPHAN, 2014 d). Nesse sentido, as ruínas do Forte São Joaquim estão protegidas como sítio arqueológico pela Lei nº 3.924 e tombadas segundo os preceitos do Decreto-lei nº 25.

As questões sobre a socialização desse bem cultural apontam para seu uso público, ou seja, para a consideração de que um bem inscrito como patrimônio cultural nacional seja usufruído e compartilhado pelas comunidades às quais ele referencia. O turismo tem sido encarado como uma atividade capaz de criar as condições necessárias para isso, como veremos adiante.

Há também normas municipais de planejamento urbano que visam à preservação de áreas de interesse cultural e ambiental, que não são tombadas, embora os “efeitos possam ser praticamente os mesmos, limitando o direito de propriedade, impondo condições de uso e conservação do imóvel”. Segundo Rabello (2009, p. 22), estas diretrizes que “restringem o direito de propriedade, acabam por proteger o bem cultural direta ou indiretamente”. Na Constituição de 1988, em seu artigo 216, é estipulado que o patrimônio cultural brasileiro – definido como os bens de natureza material e imaterial – deve ser preservado tanto pelo Poder Público, como pela comunidade, e que o “poder público proteja os bens culturais, garantindo este direito a todos da Nação” (RABELLO, 2009, p.29).

Lembramos que já na Constituição de 1934 era estipulada a importância de se preservar os bens culturais, e em seu artigo 113 era ressaltado o limite ao direito à

¹ O modelo das fichas para Registro de Sítios Arqueológicos que formam o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos foi estipulado pela Portaria IPHAN nº 241, de 19/11/1998 em função da necessidade de se implantar padrões nacionais para a identificação de sítios arqueológicos.

propriedade, que não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo, sendo evidenciado o poder do Estado sobre uma propriedade particular. Conforme Rabello (2009, p.29), a norma constitucional de 1988 também cita o direito de propriedade como apropriação individual, todavia, exigiu que a mesma tivesse uma função social.

Segundo Fonseca (2005, p.105), o tombamento é uma das “formas legais de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais”. Sendo assim o bem pode ser privado, todavia, o mesmo segue tendo um valor cultural, histórico e social.

A questão da propriedade das fortificações é tratada no Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, sobre os bens imóveis da União. Pode-se ver abaixo a relação desses bens, apresentada em seu artigo 1º:

a) os terrenos de marinha e seus acréscimos; b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em Territórios Federais, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particular; [...] e) **a porção de terras devolutas que for indispensável para a defesa da fronteira, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais;** [...] i) os arsenais com todo o material de marinha, exército e aviação, **as fortalezas, fortificações e construções militares, bem como os terrenos adjacentes, reservados por ato imperial** [...] (BRASIL, 1946, p. 01). Grifos nossos.

Ainda nos artigos 99 e 100 do Decreto-lei nº 9.760 consta que o uso do “terreno da União sob regime de aforamento dependerá de prévia autorização do Presidente da República [...]”. A execução dessa gestão de transferência perpétua de terras da União é de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e depende de uma audiência prévia, que envolve os militares, como se pode ler abaixo:

quando se tratar de terrenos situados dentro da faixa de fronteiras, da faixa de 100 (cem) metros ao longo da costa marítima ou de uma circunferência de 1.320 (mil trezentos e vinte) metros de raio em torno **das fortificações e estabelecimentos militares**” (BRASIL, 1946, p. 03). Grifo nosso.

Também na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, estão declarados que são bens da União “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das **fortificações e construções militares**, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei”. (Grifo nosso).

Conforme Castro², o Forte São Joaquim do Rio Branco estava situado em uma terra devoluta, que o Exército nunca se preocupou em delimitar. Desde 1850, já existia no Brasil a Lei de Terra – que estipulava direitos e deveres dos proprietários, exigindo que a terra tivesse uma produção agrícola, caso a terra fosse devoluta, e não possuísse dono, deveria ser comprada a partir da autorização do governo –, conseqüentemente, a terra se tornou uma mercadoria e foi permitida a posse aos latifundiários (SOUSA, 2014). Assim, as terras devolutas, como era o caso do terreno onde estava situado o Forte São Joaquim, podiam ser vendidas ou até cedidas, se houvesse uma ocupação produtiva.

Segundo Souza³, do SPU de Roraima, a área onde se localiza o Forte São Joaquim pertence à União e é inalienável, ou seja, não pode ser transmitida a outra pessoa; somente após audiência será decidido para quem será transferida a área, se para o Exército ou para o IPHAN-RR. Por enquanto, quem toma conta do terreno e do Forte São Joaquim é o proprietário da fazenda São João, terreno onde se situa o Forte, que mantém a área fechada e só permite a entrada do IPHAN e do Exército. Porém, pelo rio, a entrada é permitida, pois não há como controlar os visitantes.

Segundo a perícia do Ministério Público Federal, havia a ameaça de transferência ilícita das terras da União, localizadas na região do Forte São Joaquim, para proprietários particulares, e com o tombamento provisório do sítio arqueológico, isso foi impedido. Sendo assim, não houve a titulação de nenhuma propriedade no local do sítio arqueológico do Forte no Município de Bonfim: A Secretaria de Patrimônio da União em Roraima “deve requisitar a titulação da área correspondente ao sítio arqueológico das ruínas do Forte São Joaquim no Cartório de Registro de Imóvel” (SILVA, 2011, p.01).

Sendo assim, o proprietário da fazenda São João, onde se encontram as ruínas do Forte São Joaquim, ainda não conseguiu legalizar e titular o seu terreno; o que será procedido após o tombamento definitivo, quando será delimitada a área onde se encontra o Forte.

1.2 A importância das fortalezas

Para Almeida (2014), as fortificações são consideradas como obras de arquitetura, herdadas do passado com valor histórico e artístico, que representam o marco da

² Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 07/09/2014.

³ Informação fornecida por Meiryjane Souza em entrevista concedida a mim em 12/03/2014.

conquista do território pelos colonizadores. No Brasil, conforme Guimarães (2013, p. 25), há um grande número de fortificações quando comparado com outros países, estando as mesmas distribuídas de norte a sul do país. Por exemplo, no Rio de Janeiro, foram edificadas mais de 100 fortificações permanentes⁴.

Muitos documentos, desenhos de plantas, registros textuais, cartográficos, iconográficos sobre os fortes, fortins e fortalezas, são encontrados em Portugal, no Arquivo Ultramarino; no Brasil, essa documentação está concentrada na Biblioteca Nacional, no Serviço Geográfico do Exército e no Centro de Documentação da Marinha (ALMEIDA, 2014). Azambuja, pesquisador da História Militar, registrou em 1984 quase trezentas “obras de defesa erguidas até o final do Século XIX” (AZAMBUJA, 1984, *apud* ALMEIDA, 2014, p.21).

A maior parte das fortificações⁵ foi erigida no período colonial. No Brasil, os portugueses e suas fortificações eram ameaçados pelos franceses, ingleses, holandeses e espanhóis. Muitos deles se aliavam aos povos indígenas, que se tornaram inimigos dos portugueses. Sendo assim, até os indígenas eram considerados como uma ameaça para os colonizadores (LEMOS, 1989). Segundo Lemos (1989, p.235-236), de 1580 até 1640, quando os ingleses e holandeses começaram a representar uma ameaça maior para os portugueses, estes investiram em fortificações, baseados no conhecimento dos italianos, na época os maiores especialistas, construindo fortes baixos e com grande espessura. A ideia da construção em baixa estatura era para que se tornasse um alvo menor, e o uso de paredes grossas visava absorver os impactos.

Até 1910, foram construídos exemplares da arquitetura militar em todo o território brasileiro “pela estratégia político-militar de conquista, expansão e manutenção do domínio territorial” (ALMEIDA, 2014, p. 20). Diversas deles já não existem mais no país, como, por exemplo: “os Fortes de São Francisco, São Luiz, Lagoa e São João, todos em Santa Catarina, e o Forte do Campinho, no Rio de Janeiro”. E outras estão abandonadas, arruinadas, podendo desaparecer.

⁴As fortificações designam o conjunto de obras de defesa militar. Podem ser passageiras (fortes de campanha ou realizados de surpresa) ou permanentes (conjunto de edificações num mesmo local). Estas são denominadas de Praça-forte ou de guerra, fortaleza, forte, fortim, reduto, redente, bateria, hornavaque, castelo, casa-forte e porta. (BARRETO, 1958, *apud*, GUIMARÃES, 2013).

⁵ A fortaleza é uma fortificação de grande tamanho, que abriga várias fortificações em seu interior, uma no centro, de maior porte, e as demais que servem de apoio. O forte é uma fortificação que possui uma ou mais baterias. O fortim é um forte pequeno. A bateria é uma pequena fortificação, que fica no interior do forte, ou isolada, onde se encontram as peças de artilharia, com alguns canhões, e possui uma muralha. O reduto é uma fortificação localizada no interior do forte, é um pequeno forte isolado (FORTALEZAS.ORG. **Glossary**. Disponível em: < <http://fortalezas.org/?ct=verbetesAV>>. Acesso em: 19/07/2014).

Para Toner (2009), as causas do abandono das fortificações devem-se primeiramente à perda de sua função de defesa, como também, com o passar dos anos, ao descaso da própria população que desconheceria a importância histórica, cultural e ambiental desse patrimônio; situação semelhante ao caso estudado nesta pesquisa, as ruínas do Forte São Joaquim.

Além disso, com a evolução dos recursos bélicos, os fortes, fortins e fortalezas perderam sua principal função militar e passaram a ser “testemunhos de teorias e práticas passadas” (ALMEIDA, 2014, p. 21). Alguns deles acabaram entrando em estado de arruinamento, pelo fato de não possuírem maior visibilidade e importância, como a Fortaleza do Príncipe da Beira, em Rondônia, citada pelo autor, da qual o Exército é responsável pela instalação estratégica, embora a unidade militar esteja abrigada em um espaço externo à Fortaleza.

Segundo ainda Almeida (2014, p. 21), além do tombamento, faz-se necessário pensar na preservação e no uso desses bens; o que não é uma tarefa fácil, pois, na maioria das vezes, eles se tornam “espaços ociosos e de custosa manutenção”. Uma minoria dos fortes possui ainda finalidades militares, como, por exemplo, o Forte de São Diogo e o Forte São Pedro, na Bahia. Outros funcionam como museus históricos, como os fortes de São José, em Macapá, e Cinco Pontas, em Recife. Alguns bens tiveram seus espaços cedidos para uso de instituições públicas de pesquisa, como foram os casos da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e o Forte de Santo Antônio, em Santa Catarina.

A fim de evitar o arruinamento de fortes tombados, o IPHAN assumiu obras de restauração e a administração de fortificações arruinadas, como, por exemplo, nos casos do “Forte de Nossa Senhora dos Remédios, em Paraty (RJ), e o de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá (PR)” (ALMEIDA, 2014, p. 23).⁶

Pelo fato de a maioria das fortificações estarem instaladas em locais estratégicos, segundo Almeida (2014), as mesmas possuem uma vista privilegiada, pois muitas estão em pontos elevados, colinas, pequenas ilhas ou à beira dos rios de fronteira. Este fator é um atrativo motivador para o desenvolvimento da atividade turística, sendo uma alternativa para o uso destes bens, como foi, por exemplo, o caso da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, que foi aberta à visitação turística.

⁶ Nota-se que houve um erro do autor: foi o Forte Defensor Perpétuo em Paraty (RJ) que foi restaurado pelo IPHAN, e não o Forte de Nossa Senhora dos Remédios, localizado em Fernando de Noronha (PE). Segundo informações de Castro (2014), após a defesa da dissertação do mestrado no dia 19/12/2014.

Na medida em que fortificações foram sendo adaptadas a usos de interesse turístico, foi-se revelando seu extraordinário potencial interpretativo. Tratado no contexto de sua implantação regional sugere o tema diversos filões, como os motivos históricos que determinaram sua existência, as dificuldades enfrentadas para sua construção, a convivência de seus primeiros moradores com a população indígena, o cotidiano da soldadesca, a relação das guarnições e os habitantes das comunidades do entorno, os episódios aos quais serviu de palco etc. (ALMEIDA, 2014, p. 23).

Para Almeida (2014), por mais que no Brasil ainda seja pouco expressivo o uso cultural e turístico de fortificações, o mesmo acredita no potencial deste uso e em uma maior aceitação pelo Exército em aderir ao turismo cultural. Além disso, o próprio IPHAN investe na restauração e conservação do patrimônio de origem militar.

1.3 O tombamento de fortalezas pelo IPHAN: 1938 - 2014

De acordo com Adler Castro⁷, existem 130 fortes no Brasil; destes, 88 estão protegidos ou em estudo, 42 estão sem proteção, dos quais 24 estão em estado arqueológico⁸. Em processo de tombamento, há 22 fortes. Os fortes tombados individualmente são 55, em tombamento provisório somente um, o Forte Santo Antônio do Buraco, em Olinda⁹, e tombados em conjunto são dez¹⁰; totalizando 66 tombamentos.

Até setembro de 2014, foram tombadas 66 fortalezas, sendo: 26 fortes entre 1938 e 1940; de 1941 até 1950, quatro fortes; de 1951 até 1960, foram sete fortalezas; nos anos 1961 e 1970, foram seis; entre 1971 e 1980, foram realizados oito tombamentos; de 1981 a 1990, foram três; nas décadas de 1991 e 2010, mais três tombamentos; já de 2011 até

⁷ Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 12/09/2014.

⁸ O estado arqueológico é aquele que necessita de vários especialistas para reconhecer a fortificação (como se fosse o patrimônio imaterial, já que o valor não está facilmente perceptível na materialidade). Por exemplo, o Sítio da Trindade, é um caso de vestígios arqueológicos, pois só um especialista, a primeira vista, pode reconhecer que neste espaço havia uma fortificação. Outro caso, é o das ruínas do Forte São Joaquim, que são vestígios arqueológicos, todavia, o mesmo, foi inscrito como ruínas. Assim, cada caso será avaliado por um especialista que fará a inscrição do bem. O estado arqueológico é quando a edificação não está íntegra, e se for necessário, será preciso o trabalho do arqueólogo para que seja entendido como patrimônio. Esse trabalho pode, ou não, ser indispensável. Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 29 e 30/10/2014.

⁹ No dia 11/09/2014, foram tombadas seis fortificações que estavam em tombamento provisório, dentre elas, o Forte São Joaquim do Rio Branco (IPHAN, 2014 g).

¹⁰ Os fortes tombados em conjunto, são: 1) Bateria da Costa (BA), 2) Forte da Porta do Carmo (BA), 3) Forte S. Diogo (BA), 4) Forte de São Sebastião (MA), 5) S. Pedro Nolasco (PA), 6) Portas da Cidade (PE), 7) Boa Viagem (RJ), 8) Forte de Santiago (RJ), 09) Marechal Moura (SC) e 10) Praia do Góis (SP). Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 03/11/2014.

2014, foram nove fortalezas¹¹. Fica evidenciado o alto número de tombamentos nos primeiros anos, em detrimento dos anos seguintes. Conforme o gráfico abaixo:

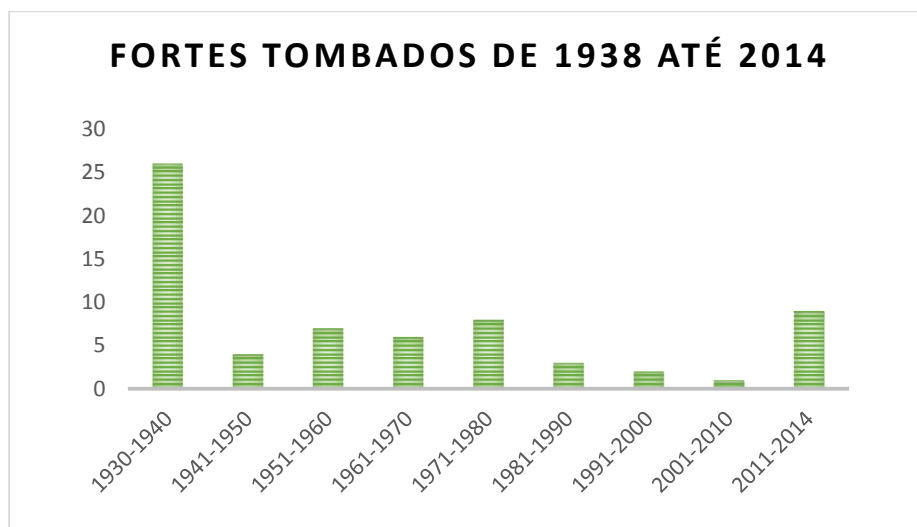


Gráfico 01. Fortes tombados de 1938 a 2014

Foi realizada uma lista dos tombamentos por décadas nas tabelas que se seguem, nas quais se pode notar a distribuição dos fortes tombados por estados, por ano de tombamento, em qual livro foi inscritos, qual seu uso e em que estado atual se encontram. A grande maioria dos fortes tombados, 61, foi inscrita no Livro Histórico, sendo que 33 exemplares foram incorporados somente a esse Livro. O de Belas Artes (BA) conta com 27 inscrições, tendo ocorrido 23 delas no primeiro período (1938-1940). Somente um bem, o Forte de Caçapava no Rio Grande do Sul, foi inscrito, em 1938, apenas nesse Livro. E no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LAEP), houve 12 inscrições, sendo que dois exemplares foram adicionados somente a esse Livro.

O valor histórico atribuído a exemplares da arquitetura militar predominou sobre os valores artístico e arqueológico, etnográfico e paisagístico. Devemos lembrar também que das 12 inscrições no LAEP, a maior parte está relacionada ao tombamento de conjuntos urbanos e/ou paisagísticos nos quais os fortes estão inseridos, ou seja, acreditamos que, com poucas exceções, não houve intenção dos membros do Conselho Consultivo atribuir valor arqueológico, etnográfico ou paisagístico aos Fortes.

¹¹ Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 12/09/2014 e atualizada com base nas informações do portal do IPHAN (2014), com a notícia do tombamento de seis fortificações em 11/09/2014.

LISTA DOS FORTES TOMBADOS DE 1938 – 1940				
	CIDADE/ ESTADO	DENOMINAÇÃO	TOMBADO	ESTADO E USO ATUAL
1.	Cairu (BA)	Fortaleza do Morro de São Paulo	Livro Histórico Livro de Belas Artes Data: 24/05/1938	Está arruinada e abandonada, porém, não como o Forte São Joaquim; pode-se ver a estrutura da fortaleza. Pertence ao Exército. Não recebe visitação.
2.	Maragogipe (BA)	Forte do Paraguassú, ou Forte do Alemão.	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Em ruínas, tomado pelo mato, são vestígios arqueológicos, apenas o terrapleno e três guaritas se conservam. Propriedade da União. Administrado pela Prefeitura. Não recebe visitação.
3.	Salvador (BA)	Forte da Gamboa	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	As construções internas estão arruinadas; está sem administração, no momento, ocupado por comunidade de baixa renda. Não recebe visitação.
4.	Cabedelo (PB)	Ruínas do Forte Velho	Livro Histórico Data: 09/08/1938	Vestígios arqueológicos, uma ruína no meio do mato; o acesso é parecido com o do Forte São Joaquim do Rio Branco. Não recebe visitas.
5.	Itaparica (BA)	Forte de São Lourenço	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado. Administrado pela Marinha. Construções interiores estavam arruinadas, o prédio foi reconstruído de forma desastrosa pela Marinha, que o usa até hoje, mas não recebe visitação.
6.	Governador Celso Ramos (SC)	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom Estado. Administrado pela UFSC. Em ruínas; parte dos prédios reconstruída; recebe visitação.
7.	Itamaracá (PE)	Forte Orange/ Forte de Itamaracá	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Estado regular/ padrão, arruinado desde o século XIX, porém, foi feita uma reconstrução das muralhas pelo IPHAN, usando as técnicas idênticas da época. (não se sabe o que é original; o que hoje não é aceito em termos científicos). Administrado pelo IPHAN; aberto à visitação.
8.	Rio de Janeiro (RJ)	Fortim de Caetano Madeira	Livro Histórico Data: 20/04/1938	Ruínas. Propriedade Particular. Só existe a muralha; o IPHAN construiu guaritas, que podem ter existido ou não no projeto original. No local funcionava um colégio Salesiano particular, porém está fechado; mesmo assim, recebe visitas.
9.	Florianópolis (SC)	Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Em ruínas; parte dos prédios reconstruídos. Administrado pela UFSC. Recebe visitação.

10.	Florianópolis (SC)	Fortaleza de São José da Ponta Grossa	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Em ruínas; parte dos prédios reconstruída. Administrado pela UFSC. Museu, aberto para visitação.
11.	Cabedelo (PB)	Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Em ruínas, administrado pelo Estado. A restauração das muralhas foi parcial. Museu Oceanógrafo de Cabedelo; aberto à visitação.
12.	Salvador (BA)	Forte do Mar (Nossa Senhora del Populo e S. Marcelo)	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pela Marinha, mas não recebe visitação.
13.	Salvador (BA)	Forte de Santa Maria	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pela Marinha, mas não recebe visitação.
14.	Paulista (PE)	Forte do Pau Amarelo	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pela Prefeitura de Olinda, mas não recebe visitação.
15.	Paranaguá (PR)	Fortaleza Nossa Senhora dos prazeres/Paranaguá/Ilha do Mel	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pelo Estado, recebe visitação.
16.	Niterói (RJ)	Forte de Gragoatá	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pelo Exército. Recebe visitas agendadas.
17.	Rio de Janeiro (RJ)	Forte São João: portão	Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pelo Exército. Aberto à visitação.
18.	Rio de Janeiro (RJ)	Fortaleza da Conceição	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Estado regular/ padrão, administrado pelo Exército. Atual sede do Serviço Geográfico do Exército. Recebe visitas agendadas.
19.	Caçapava do Sul (RS)	Forte de Caçapava	Livro Belas Artes Data: 16/05/1938	Incompleto. Administrado pela prefeitura. Abandonado, mas recebe visitação.
20.	Salvador (BA)	Forte de Santo Antônio da Barra	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pela Marinha. Museu Naval e Oceanógrafo; aberto à visitação.
21.	Recife (PE)	Forte do Brum	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pelo Exército. Museu do Exército; recebe visitas.
22.	Recife (PE)	Forte das cinco pontas	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pela prefeitura. Pertence ao Exército. Museu da Cidade do Recife; recebe visitas.
23.	Florianópolis (SC)	Fortaleza de Santana	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 24/05/1938	Bom estado, administrado pela Polícia Militar. Museu das Armas da PM. Recebe visitação.
24.	Niterói (RJ)	Forte da Boa Viagem ¹²	Livro Histórico e Arq./Etn./Psg Data: 30/5/1938 Livro Belas Artes Data: 02/12/1940	Ruínas; propriedade particular; recebe visitas agendadas.

¹² Inscrito no Guia de Bens Tombados como acervo arquitetônico e paisagístico Ilha de Boa Viagem, sendo um tombamento em conjunto, no qual o Forte Boa Viagem não é mencionado, porém está inserido e é o elemento mais importante, por isso foi incluído na lista.

25.	Niterói (RJ)	Fortaleza de Santa Cruz	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 04/10/1939	Bom estado, administrado pelo Exército. Aberto à visitação.
26.	Bertioga (SP)	Forte São João da Bertioga (São Tiago)	Livro Belas Artes Livro Histórico Data: 19/02/1940	Bom estado. Administrado pelo IPHAN. O IPHAN reconstruiu as ruínas. Museu João Ramalho; recebe visitação.

Figura 01: Quadro com a relação dos fortes tombados inscritos nos Livros do Tombo (1938- 1940).

Fonte: IPHAN, 2013; CASTRO, 2014 ¹³.

Nakamuta (2009, p.74), que analisou os primeiros tombamentos referentes à arquitetura militar, afirma que de 1938 até 1940 foram tombados 235 bens, sendo 25 de arquitetura militar, correspondendo a 11% do total de tombamentos. Somente em 1938, foram tombados 23; em 1939, de 46 bens tombados pelo órgão, somente um correspondia à arquitetura militar; e, em 1940, de 19 bens, também apenas um. Todavia, existe mais um forte não contemplado nesse conjunto, o Forte de Boa Viagem, no Rio de Janeiro, que foi tombado no ano de 1938. Esse Forte consta no *Guia dos Bens Tombados pelo IPHAN* (2013), como parte do acervo arquitetônico e paisagístico da Ilha de Boa Viagem, sendo o Forte considerado o elemento mais importante desse acervo, embora não conste com inscrição individual ¹⁴. Sendo assim, os fortes tombados individualmente e em conjunto totalizam 26 nesse período, e neste trabalho será trabalhado o ponto de vista de valorização do bem, e não somente a forma de inscrição do bem, se individual ou em conjunto.

Conforme a análise dos processos de tombamento, dos 26 primeiros bens tombados de arquitetura militar, “nenhum apresentou uma justificativa pertinente quanto ao valor atribuído ao bem” (NAKAMUTA, 2009, p.76). Dos 26 tombamentos, 22 fortificações foram inscritas em dois Livros do Tombo, no de Belas Artes e no Histórico, duas fortificações foram inscritas somente no Livro Histórico (Forte Caetano Madeira e Forte Velho: Ruínas) e uma apenas no Livro de Belas Artes (Forte de Caçapava) (NAKAMUTA, 2009, p.75). Além do Forte de Boa Viagem, que, como dito acima, foi tombado no conjunto da Ilha de Boa Viagem e inscrito no Livro Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1938, e no Livro de Belas Artes em 1940.

¹³ Quadro realizado com base nas informações do site do IPHAN, na lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo de 1938 a 2012, e por informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, em 18/03/2014 e 12/09/2014.

¹⁴ Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 03/11/2014.

Como podemos perceber a maioria das fortificações do ano de 1938 até 1940 foi inscrita nos dois livros – Belas Artes e Histórico –, o que demonstra que os responsáveis pelo tombamento possuíam um interesse e um olhar voltado para a história e para a obra de arte. Para Nakamuta, a noção do monumento era realizada segundo o ponto de vista:

artístico, signos visuais de uma história nacional inventada a partir dos ideais modernistas que estavam à frente do projeto de construção de um Estado-nação e da identidade cultural através da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional (NAKAMUTA, 2009, p.90).

Dos 26 fortes tombados de 1938 a 1940, 17 (aproximadamente 65%) deles se encontram em bom estado ou estado padrão, ou passaram por processos de reconstrução de partes de seus edifícios para que pudessem ter um uso, sendo assim, possuem em seus espaços a possibilidade de receberem visitas e serem realizadas atividades em seus estabelecimentos.

Destes 17 fortes que se encontram em bom estado, 04 (24%) deles, todavia, não recebem visitas de cunho cultural e turístico, mas são espaços administrativos, no qual funcionam unidades militares, ou da prefeitura, do estado, ou do IPHAN, sendo assim, não apresentam função sociocultural. Assim, das 13 (76%) fortificações em bom estado, que recebem visitas, 05 fortificações possuem um museu, com uso cultural e turístico, estão abertos para a realização de visitas agendadas e contam com atividades com finalidades educativas, culturais e turísticas.

Das fortalezas que estão diretamente envolvidas com o uso cultural e turístico, fazendo parte dos roteiros de fortificações em seus municípios, três se destacam: a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Santa Catarina, o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. As três são grandes atrativos em seus municípios, recebendo muitos visitantes locais e turistas. Como, por exemplo, o complexo da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, que, “composto da fortaleza em si e dos fortes do Rio Branco, São Luís e do Pico, todos situados em um local de difícil acesso, chegou a ter mais de cinquenta mil visitantes por ano – isso na década de 1990, hoje em dia o número devendo ser muito maior” (CASTRO, 2013, P. 10). Como sua função primordial é ser uma unidade militar operacional, ou seja, defender a área, o local não estava preparado para receber o uso turístico. Porém, o Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão do Exército conseguiu administrar um programa de difusão cultural, com capacidade de receber visitantes, sendo considerado um exemplo na política

de preservação do patrimônio e na atração de moradores locais e turistas, contando com guias treinados (CASTRO, 2013, p.20-21).

Desses 26 fortes que foram tombados neste período, nove (35%) se encontram arruinados, dos quais quatro, estão sem atividade de restauro ou reconstrução e sem receber nenhuma visita. Os outros cinco, mesmo que em estado de ruínas, receberam investimentos em restauro, reconstrução e visitas. Sendo que dois deles possuem um Museu, a Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo, na Paraíba, que possui o Museu Oceanográfico de Cabedelo; e em Santa Catarina, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, que possui um museu, e oferece visitas junto com a Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles, administradas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que reconstruiu partes dos edifícios e foram abertos à visitação. Esses “monumentos administrados pela UFSC, também são considerados como casos de sucesso na política de preservação das fortificações” (CASTRO, 2013, p.20).

Um terceiro forte, que está localizado dentro de uma propriedade particular, o Forte Boa Viagem, e o outro, o Fortim de Caetano Madeira, que pertence a uma propriedade particular, ambos no Rio de Janeiro, também recebem visitas. Nota-se que dos fortes que estão em ruínas e abertos à visitação, 05 no total, a maioria passou por um processo de restauração, reconstrução de partes de seus edifícios, mesmo que parcial, para que continuasse a ter um uso, pudesse ser visitada e conhecida.

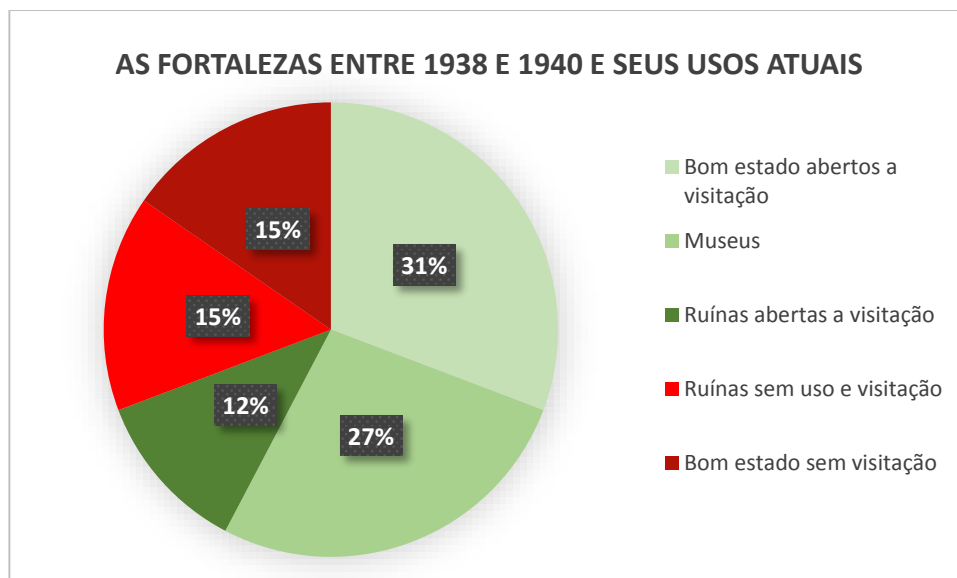


Gráfico 02. O estado e uso atual dos fortes tombados entre 1938-1940.

Do total de 26 fortes, oito (aproximadamente 31%) não recebem visitantes, sendo que quatro destes estão em bom estado, como foi citado acima, eles são: Forte do Mar e Forte Santa Maria, na Bahia, administrados pela Marinha; há também o Forte São Lourenço, na Bahia, que está em bom estado, após reconstrução, e também é administrado pela Marinha, e o Forte do Pau Amarelo, administrado pela Prefeitura, em Pernambuco, que estão sendo usados pelos órgãos com funções administrativas.

Os outros quatro estão em estado de arruinamento: as Ruínas do Forte Velho, na Paraíba, estão tomadas de mato, com difícil acesso; o Forte Paraguassú, na Bahia, está sendo administrado pela prefeitura; o Forte Gamboa, na Bahia, está abandonado e ocupado por uma comunidade; e o Forte Morro do São Paulo, na Bahia, está abandonado e é de responsabilidade do Exército.

Sendo assim, no total, há 18 fortificações (69%) que estão abertas à visitação, 13 estão em bom estado e cinco em estado de ruínas, no total oito são museus (seis em bom estado e dois em ruínas), sendo considerados como atrativos turísticos no município em que se encontram, a maioria possui exposições e acervo histórico sobre as fortificações, com guias de turismo, se agendado com antecedência.

No próximo quadro, apresentamos os 25 fortes tombados da década de 1941 até 1980, no qual se pode perceber a discrepância do número de tombamentos em um período de 40 anos, quando comparado aos dois anos compreendidos entre 1938 e 1940, em que foram realizados 26 tombamentos. Nesta lista podem-se ver o estado em que se encontra cada fortificação e os seus usos atuais, que serão analisados em seguida.

TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 1941 A 1950				
	CIDADE/ ESTADO	DENOMINAÇÃO	TOMBADO	USO/ ESTADO ATUAL
27.	Alcântara (MA)	Forte de São Sebastião	Livro Belas Artes Data: 29/12/1948 Livro Histórico e Livro Arq./Etn./Psg. Data: 10/10/1974	Ruínas, administrado pela Prefeitura. Recebe visitação.
28.	Natal (RN)	Forte dos Reis Magos	Livro Histórico Data: 13/05/1949	Bom estado, administrado pelo IPHAN. Construções internas estavam em ruínas, foram reconstruídas pelo IPHAN, que assumiu a responsabilidade pelo monumento em 2014; está em revitalização. Museu de Artes Populares.

29.	Costa Marques (RO)	Forte Príncipe Beira	Livro Histórico Data: 07/08/1950	Estado regular/ padrão. Administrado pelo Exército Brasileiro. Construções internas em ruínas. Aberto à visitação.
30.	Macapá (AP)	Fortaleza de São José de Macapá	Livro Histórico Data: 22/03/1950	Em bom estado, administrado pelo Estado. Museu do Forte.
TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 1951 A 1960				
31.	Rio de Janeiro (RJ)	Forte Ilhas das Cobras	Livro Histórico Data: 07/11/1952	Vestígios, administrado pela Marinha. Aberto à visitação.
32.	Cabo Frio (RJ)	Remanescentes do Forte de São Matheus	Livro Histórico Data: 05/10/1956	Bom estado, administrado pelo IPHAN. Construções internas em ruínas. IPHAN reconstruiu, porém, não havia mais vestígios na década de 50 destes elementos. Aberto à visitação.
33.	Parati (RJ)	Forte Defensor Perpétuo	Livro Histórico Data: 09/01/1957	Estado regular/ padrão. Administrado pelo IBRAM. Museu do Forte.
34.	Salvador (BA)	Fortaleza do Barbalho	Livro Histórico Data: 09/01/1957	Bom estado. Administrado pelo Estado. Recebe visitação.
35.	Salvador (BA)	Fortaleza de Monte Serrat	Livro Histórico Data: 09/01/1957	Bom estado. Administrado pelo Exército. Recebe visitação.
36.	Salvador (BA)	Fortaleza de São Pedro	Livro Histórico 10/01/1957	Bom estado. Administrado pelo Exército. Recebe visitas agendadas.
37.	Salvador (BA)	Forte de São Diogo	Liv. Arq./Etn./Psg. Data: 14/07/1959	Bom estado, administrado pelo Exército. Museu do Forte; recebe visitas.
TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 1961 A 1970				
38.	Fernando de Noronha (PE)	Forte de Nossa Senhora dos Remédios	Livro Histórico Data: 21/08/1961	Estado Razoável; administrado pelo Estado; recebe visitação.
39.	Belém (PA)	Forte do Castelo	Livro Histórico Data: 28/08/1962	Restaurado. Administrado pelo Estado. Museu do Forte; recebe visitação.
40.	Gurupá (PA)	Forte de Santo Antônio	Livro Histórico Data: 05/07/1963	Ruínas, administrado pela prefeitura. Propriedade do Exército. Recebe visitação.
41.	Guarujá (SP)	Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol	Livro Histórico Data: 23/04/1964 "Fortim da Praia do Góis, o Portão Espanhol e a área do entorno, foram tombados em 26/02/79."	Vestígios arqueológicos. O IPHAN reconstruiu as ruínas. Administrado pela Prefeitura. Museu do Forte; recebe visitas.
42.	Guarujá (SP)	Forte de São Felipe da Bertioiga	Livro Histórico Data: 31/03/1965	Em ruínas; em local de difícil acesso. Administrado pelo Estado. Museu do Forte; recebe visitas.

43.	Bagé (RS)	Forte de Santa Tecla: Fundações	Livro Histórico Data: 26/11/1970	Vestígios arqueológicos. Esse é o caso que talvez mais se aproxime do Forte São Joaquim do Rio Branco (FSJRB). Administrado pela Prefeitura. Abandonado, mas recebe visitação.
TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 1971 A 1980				
44.	Corumbá (MS)	Forte Nova Coimbra conjunto de edificações	Livro Histórico Livro Arq./Etn./Psg. Data: 31/10/1974	Bom estado. Administrado pelo Exército. Museu do forte.
45.	Porto Seguro (BA)	Bateria da Costa de Porto Seguro	Livro Histórico Livro Belas Artes Data: 01/03/1974	Só existem os restos da muralha; está em ruínas. Não recebe visitas.
46.	Recife (PE)	Arraial Velho do Bom Jesus/ Conjunto paisagístico do Sítio da Trindade, Estrada do Arraial	Livro Histórico Data: 17/06/1974	Vestígios arqueológicos, administrado pelo município. Sítio arqueológico exposto, parque, revitalizado, recebe visitas.
47.	São Luís (MA)	Baluartes de São Luiz	Livro Belas Artes Livro Arq./Etn./Psg. Data: 13/3/1974	Em estado razoável, administrado pela prefeitura, está localizado em uma rua, mas as pessoas não sabem que é um forte, recebe visitas.
48.	São Luís (MA)	Remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio da Barra/Ponta da Areia	Livro Histórico Data: 6/08/1975	Construções internas boas, mas muralhas arruinadas e parcialmente arrasadas. Em uso pelo Corpo de Bombeiros, não recebe visitação.
49.	Recife (PE)	Arraial Novo do Bom Jesus	Livro Histórico Data: 08/04/1980	Vestígios arqueológicos, administrado pelo município. Em ruínas; é uma praça, sem outro uso.
50.	Florianópolis (SC)	Forte Marechal Moura de Naufragados	Livro Histórico Livro Arq./Etn./Psg. Data: 08/04/1980	Ruínas, abandonado, recebe visitação.
51.	Florianópolis (SC)	Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba	Livro Histórico Livro Arq./Etn./Psg. Data: 08/04/1980	Em Ruínas; abandonado, mas recebe visitação.

Figura 02: Quadro com a relação dos fortes tombados inscritos nos Livros do Tombo (1941- 1980).

Fonte: IPHAN, 2013 e CASTRO, 2014 ¹⁵

Com base na análise da lista acima, dos 25 fortes tombados do ano de 1941 até o ano de 1980, em oito deles existem museus abertos à visitação, com finalidades

¹⁵ Quadro realizado com base nas informações do site do IPHAN, na lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo de 1938 a 2012, e por Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, em 18/03/2014 e 12/09/2014.

educativas, sendo considerados como atrativos para atividades de turismo e cultura. De 1941 a 1950, foram realizados quatro tombamentos; de 1951-1960, sete tombamentos; de 1961-1970, seis tombamentos; e de 1970-1980, oito tombamentos. Os estados em que ocorreram os tombamentos foram Maranhão (três), Rio Grande do Norte (um), Rondônia (um), Amapá (um), Rio de Janeiro (três), Bahia (seis), Pernambuco (três), Pará (dois), São Paulo (dois), Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul (um) e Santa Catarina (dois).

Como vimos, somente em 1938, ou seja, um ano após a criação do instrumento de tombamento, foi registrado, como arquitetura militar, nos livros do Tombo Histórico e no de Belas Artes, um total de 24 fortificações, mesmo que remanescentes¹⁶ ou ruínas¹⁷. Todas estavam situadas na região Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Só a partir da década de 1950 é que as fortalezas das regiões Centro-Oeste e Norte serão reconhecidas como patrimônio cultural.

Nesse período, a grande maioria dos tombamentos se encontra registrada no Livro do Tombo Histórico (23), outros três inscritos nos livros Histórico e LAEP, um no Livro Histórico e de Belas Artes. Somente dois não estão tombados no Livro Histórico, sendo um no Livro de Belas Artes e no LAEP e o outro tombado somente no Livro LAEP. Também nesse período há seis fortes que estão em ruínas, dois em estado de abandono, mesmo assim cinco deles recebem visitas, que, porém, não são planejadas e estruturadas por órgãos responsáveis pelo patrimônio, com finalidades culturais e turísticas. Somente a Bateria da Costa de Porto Seguro está em ruínas e não recebe visitas organizadas, mas é uma área aberta ao público. Com base no gráfico a seguir podemos ver um

¹⁶ A explicação da diferença dos termos é complexa, pois não existe uma definição que permita entender o emprego do uso dos termos ao longo dos anos pelo IPHAN. Por exemplo, no caso do Forte de São Joaquim, o que existe hoje são vestígios arqueológicos, mas não deixam de ser ruínas por uma certa forma de ver. Se fossemos usar os termos de forma restrita, remanescentes seriam exemplares mais deteriorados do que as ruínas. Mas o uso popular do termo não se enquadra em uma lógica formal e na lógica utilizada pelo IPHAN. Por exemplo, o próprio nome do Forte de São Joaquim, em termos de uma classificação técnica, ele é um fortim, mas ninguém nunca o chamou assim. Em teoria, "remanescentes" seriam algo como os fortes de São Joaquim (RR), bem como o Santa Tecla (RS), Arraial Novo do Bom Jesus (PE), Sítio da Trindade (Arraial Velho-PE) e Forte do Buraco (PE), pois não é mais possível perceber o sentido da edificação. Em termos da teoria do restauro de Brandi, eles teriam perdido a "unidade potencial da obra de arte", não cabendo mais a restauração. Isso, contudo, não implica que o objeto não tenha valor cultural, mas ele não pode ser recomposto em seu aspecto original. Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 12/09/2014.

¹⁷ As ruínas seriam objetos que ainda mantêm a "unidade potencial", quando o seu circuito defendido, normalmente as muralhas, ainda apresentam uma integridade tal que o objetivo original (histórico) da construção possa ser percebido. Exemplo: Forte de Cabedelo, na Paraíba, ou o de Itamaracá, em Pernambuco. O Forte da Ponta da Areia (MA) estaria em ruínas, pois suas muralhas estão fragmentadas, apesar das construções internas estarem, mais ou menos, inteiras. Já o Forte de São Matheus, mesmo quando foi tombado, não se constituía como remanescentes ou sequer ruínas, pois suas muralhas estavam inteiras; o que estava em ruínas eram as edificações internas (ele foi restaurado). Informação fornecida por Adler Castro em conversa por correio eletrônico, ocorrida em 05/09/2014.

panorama de como se dá o uso e qual o estado em que se encontram os bens de arquitetura militar.

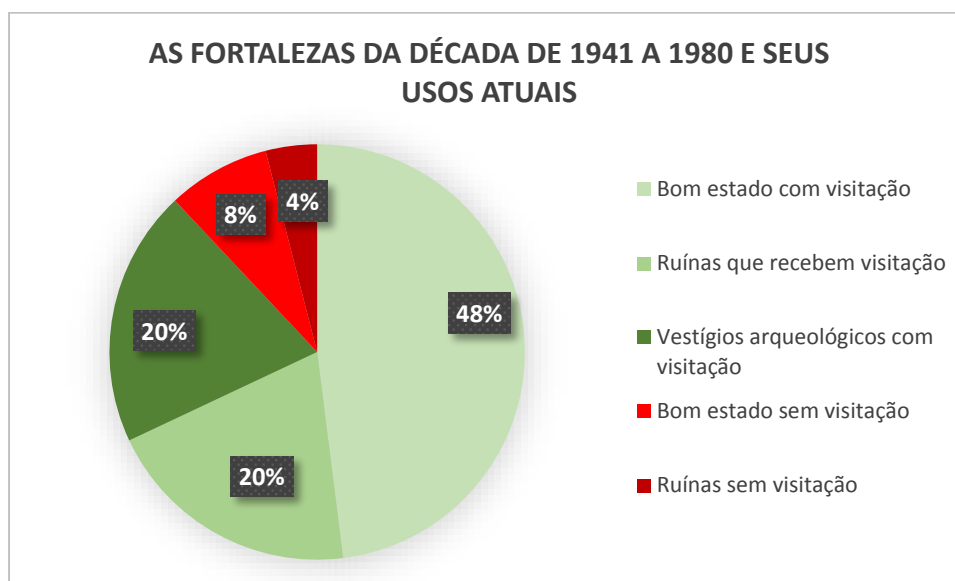


Gráfico 03: O estado e uso atual dos fortes tombados nas décadas de 1941-1980

Gostaríamos de explicar como foi realizada a leitura dos dados do quadro acima. Todos os fortes, que se encontram em bom estado ou em estado regular, que foram restaurados e reconstruídos, de forma que suas instalações passassem a receber usos, sejam administrativos, ou culturais, ou turísticos, foram reunidos e agrupados na classificação de “bom estado”, como podemos ver no gráfico acima. Somente foram separados os fortes em ruínas, que também podem receber alguma atividade de uso e também visitas, mas que, em estado arqueológico, ou de vestígios arqueológicos, necessitam da intervenção de um arqueólogo ou especialista na área de fortificações. Tanto as ruínas como os vestígios arqueológicos necessitam de estudos arqueológicos para serem mais bem compreendidos historicamente, culturalmente, antropologicamente. Podemos considerar que as ruínas são diferenciadas dos vestígios, por supostamente serem mais bem reconhecidas e compreendidas do que os vestígios.

Destes 25 fortes tombados, somente três estão sem receber visitas: o primeiro deles está em bom estado; são as Remanescentes do Forte Santo Antônio da Barra, no Maranhão, que foi tombado no Livro Histórico e cujo uso atual é do Corpo de Bombeiros, que não abre para visitação. Outro que está em estado regular, Baluarte de São Luiz, no Maranhão, foi tombado em três livros, Histórico, Belas Artes e LAEP; é usado pela

prefeitura; e ainda a Bateria da Costa Porto Seguro, na Bahia, que está em ruínas e foi inscrita no Livro Histórico e de Belas Artes.

As fortificações do Maranhão são desconhecidas por grande parte da “população local, taxistas, passantes e, até em um caso, funcionários de uma prefeitura encarregados de atender os turistas, não sabiam nos indicar onde ficavam as fortificações ou sequer sabiam de sua existência” (CASTRO, 2013, p. 17).

Dos fortes que recebem visitação e estão reunidos no status de bom estado, um foi reconstruído, os remanescentes do Forte São Matheus, no Rio de Janeiro; todavia, o mesmo, apesar de receber visitações dos interessados, não oferece atividades de cunho educativo, cultural e turística. Dois deles estão em estado razoável, o Forte Nossa Senhora dos Remédios, em Pernambuco, administrado pela prefeitura, e o Forte Príncipe da Beira, administrado pelo Exército, porém, os Fortes estão vazios, todavia, recebem visitas.

Dos outros três, dois são administrados pelo Exército, o Forte São Pedro, que está aberto à visitação, porém, o uso cultural e turístico é muito limitado, pois, no local, existem outras repartições; o Forte São Diogo, que possui um museu; o Forte Montserrat e o Forte do Barbalho, na Bahia, ambos recebem visitas mas sem finalidades educativas, culturais e turísticas. O Forte Montserrate é fortaleza mais antiga do Brasil, que mantém sua estrutura original, foi construído em 1584, e recebeu a primeira restauração de um prédio por seu valor cultural em 1926. (CASTRO, 2013, p.14) O mesmo recebe visitações, todavia, não há um planejamento e programa destinado ao uso cultural e turístico.

Além deles, como foi mencionado acima, cinco estão em estado de ruínas e recebem visitações; é importante analisar que em quatro delas, o uso das mesmas não é voltado a atividades educativas, culturais e turísticas, somente recebem visitas. Somente uma delas oferece um museu, que é o Forte de São Felipe da Bertioiga, no Guarujá, São Paulo.

Das cinco fortalezas em estado arqueológico, todas recebem visitantes, dentre estas três não possuem finalidade turística ou cultural, não existe um planejamento ou programa educativo específico para receber os moradores e turistas; são elas: o Forte Santa Tecla, no Rio Grande do Sul, o Forte Ilha das Cobras no Rio de Janeiro e o Arraial Novo do Bom Jesus, em Pernambuco, que é uma praça.

Todavia, como exceção e citado como caso de sucesso em política de preservação do patrimônio, o Arraial Velho, em Pernambuco, é um sítio arqueológico revitalizado e dedicado a receber turistas, moradores locais, com guias capacitados para este serviço. E

por último, há a Fortaleza da Barra Grande, no Guarujá, que possui o Museu do Forte e é administrado pela Prefeitura.

A seguir, é exibida a lista com os tombamentos posteriores à década de 1981 até os anos atuais de 2014. Neste ano, seis fortes que estavam em tombamento provisório foram tombados definitivamente, restando somente um forte em tombamento provisório. Passados 33 anos, somente 15 fortificações foram tombadas, dentre elas estão vestígios arqueológicos dos fortes, arruinamentos, fortes em bom estado, dentre eles, alguns não recebem visita. Como se pode ver abaixo:

TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 1981 A 1990				
52.	Florianópolis (SC)	Forte de Santa Bárbara	Livro Histórico Data: 29/05/1984	Vestígios. Administrado pelo Estado. Recebe visita.
53.	Olinda (PE)	Forte de São Francisco ou Fortim do Queijo	Livro Histórico Data: 29/05/1984	Bom estado. Administrado pela Prefeitura de Olinda. Recebe visita.
54.	Salvador (BA)	Forte da Porta do Carmo	Liv. Arq./Etn./Psg. Data: 10/07/1984	Vestígios arqueológicos. Administrado pelo Estado. Não recebe visita.
TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 1991 A 2000				
55.	Recife (PE)	Forte Portas da Cidade	Livro Belas Artes Livro Arq./Etn./Psg Data: 15/12/1998	Vestígios arqueológicos. Não recebe visitas.
56.	Olinda (PE)	Forte Santo Antônio do Buraco	Provisório Livro Histórico 2000	Ruínas (destruído pela Marinha). Administrado pelo Estado. Não recebe visitas, está abandonado.
TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 2001 A 2010				
57.	Rio de Janeiro (RJ)	Forte de Santiago	Livro Histórico Data: 04/9/2009	Vestígios arqueológicos; administrado pelo IBRAM. Museu Histórico Nacional.
TOMBAMENTOS DE FORTES: DÉCADA 2011 A 2014				
58.	Rio de Janeiro (RJ)	Forte de Copacabana	Livro Histórico Data: 31/03/2011	Bom estado, administrado pelo Exército. Museu Histórico do Exército.
59.	Fortaleza (CE)	Fortaleza de N. S. ^a d' Assunção	Livro Histórico Livro Arq./Etn./Psg. Livro Belas Artes Data: 01/01/2012	Bom estado, sede da 10 ^a RM. Recebe visitas agendadas.
60.	Belém (PA)	Forte São Pedro Nolasco	Livro Histórico Livro Arq./Etn./Psg. Data: 10/08/2012	Vestígios Arqueológicos, Administrado pelo Estado, não recebe visitas.
61.	Rosário (MA)	Forte do Calvário/ Vera Cruz de Itapecuru	Livro Histórico 11/09/2014	Ruínas; não recebe visitas.
62.	Corumbá (MS)	Forte Junqueira	Livro Histórico Data: 11/09/2014	Bom estado; administrado pelo Exército. Recebe visitas agendadas.

63.	Ladário (MS)	Forte Ladário/Base do Ladário	Livro Histórico Data:11/09/2014	Ruínas; ainda conta com as Muralhas. Administrado pela Marinha; não recebe visitação.
64.	Óbidos (PA)	Forte Serra da Escama	Livro Histórico 11/09/2014	Ruínas; abandonado, mas recebe visitação.
65.	Óbidos (PA)	Forte de Obidos (ou de Pauxis)	Livro Histórico 11/09/2014	Bom estado; administrado pela polícia estadual. Recebe visitas agendadas.
66.	Bonfim (RR)	Ruínas do Forte São Joaquim	Livro Histórico Livro Arq./Etn./Psg 11/09/2014	Em ruínas; difícil acesso por terra por estar localizado dentro de uma fazenda particular. Abandonado; não recebe visitas.

Figura 03. Quadro com a relação dos fortes tombados inscritos nos Livros do Tombo (1981- 2014).
Fonte: IPHAN (2014 e) e CASTRO, 2014 ¹⁸

Conforme a análise do quadro acima, pode-se notar que somente dois fortes oferecem um museu para ser visitado: o Forte Santiago em estado de vestígio arqueológico e o Forte Copacabana, em bom estado, ambos localizados no Rio de Janeiro. Logo, os mesmos recebem moradores locais e turistas, possuem uma função de uso social, cultural, educativo e turístico.

Dos 15 tombamentos, cinco estão em bom estado, cinco são vestígios arqueológicos e cinco são ruínas. Sendo que sete deles, quatro ruínas e três vestígios arqueológicos estão fechados para visitação, o que deve ser explicado pelo fato do tombamento ser recente, deste ano de 2014, sendo assim, ainda falta serem estudados mais a fundo, para serem implantados projetos de visitação e acesso aos moradores e visitantes ou, caso não seja possível, ser escolhida outra função para o espaço.

Os demais fortes tombados (oito) recebem visitação, sendo que dois são museus, como foi citado acima, e outros dois recebem visitação: um está em estado de vestígio arqueológico, que é o Forte de Santa Bárbara, em Santa Catarina, e outro em ruínas, o Forte Serra da Escama no Pará. Ambos não oferecem atividades culturais, educativas e turísticas em seus espaços, ainda não possuem um uso planejado para essas atividades, de forma que as visitas são esporádicas.

Os outros quatro fortes restantes recebem visitação, porém, em um deles, no Forte de São Francisco, as visitas são esporádicas, e não existe uma estrutura e planejamento para um uso cultural e turístico no espaço. Os outros três, a Fortaleza de N. Senhora da Assunção, o Forte Junqueira e o Forte de Óbidos, estão abertos à visitação, que devem

¹⁸ Quadro realizado com base nas informações do site do IPHAN, na lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo de 1938 a 2012, e por Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, em 18/03/2014 e 12/09/2014.

ser agendadas, e a função cultural e turística das mesmas é limitada, pois há outras repartições trabalhando no espaço. Como se pode ver no gráfico abaixo:

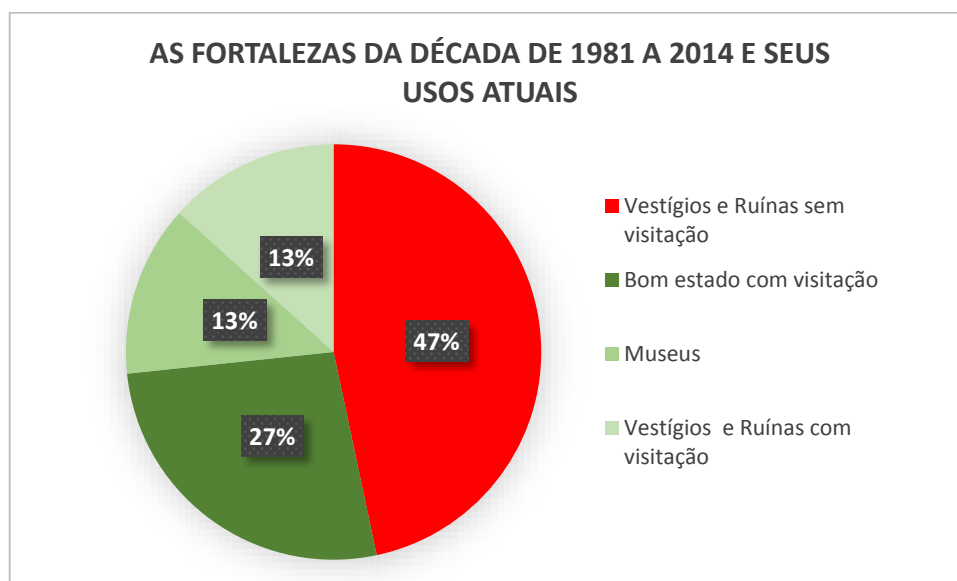


Gráfico 04: O estado e uso atual dos fortes tombados nas décadas de 1981-2014.

Ao analisar todos os 66 tombamentos desde 1938 até 2014, notamos que no total 48 fortalezas recebem visitação, todavia, há somente 17 museus instalados em fortalezas e utilizados pelo público, com visitas guiadas, passeio pelo edifício, contemplação da paisagem e arquitetura do edifício, que são incluídos no roteiro turístico do município.

É muito importante ressaltar que a visitação voltada a fortificações é motivada para apreciação seja da paisagem, como da construção, das ruínas e valores históricos e arqueológicos que os mesmos possuem intrinsecamente. Todavia, ainda são poucas as fortalezas que possuem um uso dedicado especificamente a atender a população local e os turistas, com guias treinados e com ofertas de programas educativos, culturais e turísticos.



Gráfico 05: As fortalezas tombadas que recebem visitação 1938-2014.



Gráfico 06: As fortalezas tombadas que não recebem visitação de 1938 até 2014.

Pode-se notar que mais da metade das fortificações (48) tombadas possui algum uso, todavia nem todas possuem um uso voltado à prática cultural e turística; somente os museus (17) e mais cinco fortalezas possuem uma função planejada  visitação cultural e turística. Dos (26) demais fortes, 18 realizam visitas, porém não são voltadas à prática educativa, cultural e turística, que são esporádicas; os outros oito realizam visitas que

possuem uma função cultural e turística limitada, pois o uso principal deles é outro, seja administrativo, seja um colégio particular, ou corpo de bombeiros.

Além dessas fortalezas, há ainda 18 que não realizam visitas, não recebem nenhum apoio institucional voltado ao uso do público; alguns estão abandonados, em ruínas, outros são vestígios arqueológicos, outros estão em bom estado, porém não possuem um planejamento para receber visitantes, com ofertas de visitas guiadas, passeios culturais, exposições históricas, entre outros. Os motivos para estarem fechados para visitação devem-se às condições em que as fortificações se encontram, em ruínas abandonadas.

Além das 66 fortificações tombadas mencionadas acima, há um quadro que mostra quais são os fortes que estão em processo de tombamento, sendo estudados e avaliados por técnicos especialistas na área de proteção de fortificações, refletindo o potencial que o Brasil possui desse tipo de monumento e as demandas por sua preservação.

FORTES QUE ESTÃO EM PROCESSO DE TOMBAMENTO			
N.	Nome	UF	Situação Atual
1.	Forte de São João	ES	Estado regular/ padrão, administrado pelo estado.
2.	Forte S. Francisco Xavier da Barra	ES	Bom estado, administrado pelo Exército.
3.	Bateria da Calheta (Santo Agostinho).	PE	Vestígios arqueológicos, administrado pelo Estado
4.	Bateria de São Jorge (Santo Agostinho).	PE	Vestígios arqueológicos, administrado pelo Estado
5.	Forte de Nazaré (Santo Agostinho).	PE	Vestígios arqueológicos, administrado pelo Estado
6.	Forte de S. José	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
7.	Forte de Santa Ana	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
8.	Forte de Tamandaré	PE	Ruínas, administrado pelo Estado
9.	Forte do Gaibú	PE	Vestígios arqueológicos, administrado pelo Estado
10.	Forte Leão	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
11.	Forte Sueste	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
12.	Reduto Boldró	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
13.	Reduto da Conceição	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
14.	Reduto de Santo Antônio	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
15.	Reduto dois Irmãos	PE	Fernando de Noronha. Vestígios Arqueológicos
16.	“Paiol da Taíba”	RJ	Bom estado, administrado pelo Exército.
17.	Campinho	RJ	Vestígios arqueológicos propriedade particular
18.	Marechal Floriano (Pico Novo)	RJ	Bom estado. Administrado pelo Exército.
19.	Praia de Fora	RJ	Bom estado, administrado pelo Exército. (Não confundir com Rio Branco).
20.	Reduto do Pico	RJ	Vestígios arqueológicos. Administrado pelo Exército.
21.	Rio Branco	RJ	Bom estado, administrado pelo Exército.
22.	São Luiz (Pico velho)	RJ	Estado Regular/ padrão, administrado pelo Exército.

Figura 04: Quadro com a relação dos fortes em processo de tombamento por estado da Federação.

Fonte: CASTRO, 2014.¹⁹

¹⁹ Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, em 12/09/2014.

Após esta apresentação do total de 88 fortificações tombadas pelo Iphan definitivamente, provisoriamente e em processo de tombamento, em vários estados do Brasil, fica evidenciado o estado da estrutura do bem cultural e qual seu uso: com finalidade militar, administrativa, de educação, pesquisa, turismo; ou em estado de abandono. A questão do uso apropriado e de uma gestão adequada dos bens protegidos que não seja volta somente ao retorno financeiro imediato, mas sim focada em garantir o bem estar social e o acesso ao patrimônio cultural a todos, é de extrema importância (CASTRO, 2013, p. 21).

Em seguida será apresentado um breve histórico do objeto de estudo desta pesquisa: as Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, localizadas no município de Bonfim, interior de Roraima.

1.4. As Ruínas do Forte São Joaquim e sua importância para a história

O Forte São Joaquim do Rio Branco foi construído no século XVIII, nesse período foram construídas na região Norte do Brasil outras doze fortificações, a maioria em madeira, constituindo-se em construções temporárias que não deixaram vestígios. Somente foram construídos em alvenaria, o forte de Manaus, o Forte de São Gabriel da Cachoeira, no interior do Amazonas, e o de São Joaquim do Rio Branco, em Roraima. O de Manaus foi destruído ao longo dos séculos. O de São Gabriel da Cachoeira sofreu do mesmo destino que o Forte São Joaquim do Rio Branco, padecendo de saques de partes de suas muralhas para uso das pedras em outros locais (CASTRO, 2011, p. 2 -3).

O Forte São Joaquim, segundo Farage (1991) e Gomes Filho (2012, p. 23), é o “representante do Estado português no rio Branco e o condutor, nos primeiros anos de colonização da região, da geoestratégia portuguesa na consolidação de seu frágil domínio na região”. Os militares nesse período foram responsáveis por defender a fronteira e administrar os aldeamentos indígenas auxiliando o comandante do Forte (GOMES FILHO, 2012). Farage e Santilli (1992) contam que, após a chegada dos portugueses na região do rio Branco e a instalação do Forte, houve a expulsão dos indígenas e a apropriação de suas terras para criação das fazendas reais e a introdução do gado no vale do rio Branco.

Ter o domínio do rio Branco era importante, pois o mesmo é o principal curso fluvial da região, “formado pela confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, percorre mais de 800 km em direção ao Sul até desaguar no rio Negro” (VIEIRA, 2007, p. 9). E para

navegá-lo deveria se seguir o período das cheias – de março a setembro –, em que a navegação é possível do rio Negro ao Branco, e o da seca – de outubro a abril – de difícil acesso. (GOMES FILHO, 2012). Também era pelo rio que era realizado o fornecimento dos escravos índios para o mercado interno colonial. E, além disso, a região onde está o rio Branco possui uma posição estratégica, que deveria ser defendida a fim de evitar a expansão dos espanhóis e holandeses (FARAGE, 1991, p.56).

Os espanhóis, como se pode ver no mapa abaixo, vinham pela Venezuela, lado esquerdo, e do lado direito, pela Guiana, vinham os ingleses e holandeses. O Forte São Joaquim se localiza no ponto preto no mapa; foi instalado no início do rio Branco, para controlar a entrada dos invasores.

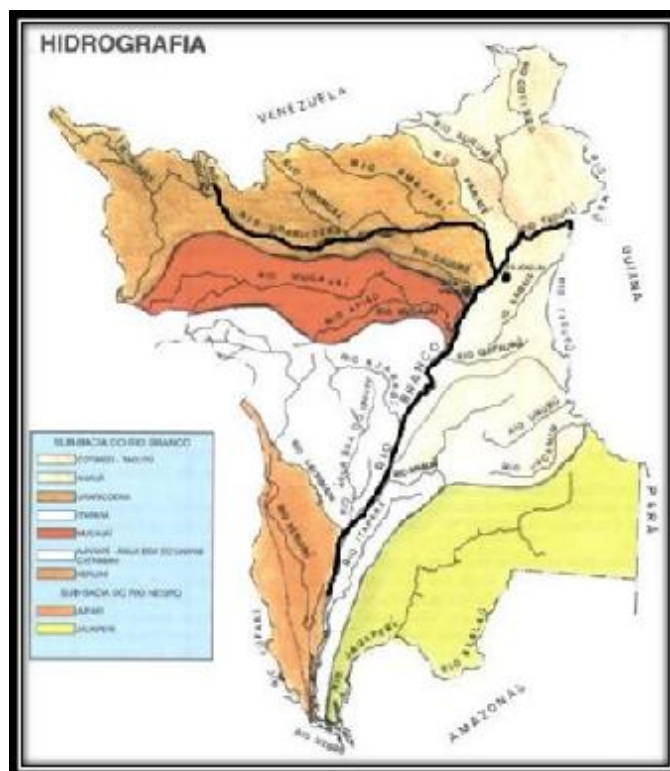


Figura 05 – Hidrografia entre Venezuela, Roraima e Guiana. Fonte: VIEIRA, 2007.

O Forte só foi construído na década de 1770. A principal preocupação dos portugueses até a década de 1760 não era o rio Branco, e sim o alto rio Negro, devido à ameaça de espanhóis e franceses, por isso priorizaram a construção de fortalezas em Manaus e no Amapá (FARAGE, 1991, p. 121) Mas com a descoberta de uma ocupação espanhola na bacia do rio Branco, originada pela busca da serra dourada, no lago Parime,

no qual acreditavam encontrar ouro e pedras preciosas (FERREIRA, 1983 [1776], p. 102-135), o governo português resolveu proteger a região.

O Forte foi construído pelo tenente e engenheiro Filipe Sturm - alemão contratado pelos portugueses. Conta Matos (1844, *apud* CASTRO, 2011), que como não havia muitos recursos e material, o mesmo foi fabricado de alvenaria, e para fazer a argamassa foi usado o barro, que torna a construção resistente, porém não muito. O Forte tinha no máximo 18 metros em sua maior extensão, com muralhas baixas (5,4 m) e um reparo, o espaço destinado aos canhões, bem restrito, destinados a canhões de pequeno calibre.

Segundo ainda Matos (1844 *apud* CASTRO, 2011) o Forte não possuía um modelo abaluartado clássico, sendo assim foram utilizados meios baluartes na parte posterior, enquanto a frente tinha baluartes plenos, mas com flancos pequenos com disponibilidades para suportar somente um canhão. Os quartéis eram pequenos, com capacidade para comportar quinze ou dezesseis praças, como são chamados os soldados rasos. Além disso, no período da cheia do rio Branco, o piso do Forte ficava coberto de 60 a 90 cm de água (MATOS, 1844 *apud* CASTRO, 2011).

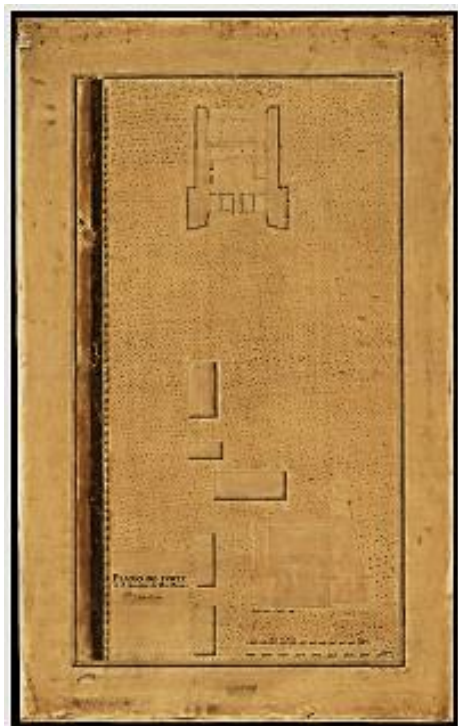


Figura 06 – O Plano do Forte de São Joaquim possui dimensão original de 83 x 46,5cm em f. 98 x 61cm. Desenho a tinta nanquim. Fonte: BARROS, 1787.

Conta D`Almada (1787) que o Forte São Joaquim era um forte de campanha dos menores, sendo considerado como um fortim e não um forte como hoje é conhecido. Mesmo que o Forte tenha tido uma precária construção e funcionamento, o mesmo não passou por problemas maiores, pois os invasores holandeses e ingleses teriam grande dificuldade de navegar e transportar pelo rio Branco uma artilharia mais potente que a utilizada nele.

Em 1841, segundo Matos (1844 *apud* CASTRO, 2011), o Forte São Joaquim possuía somente seis canhões; quanto a sua tripulação, havia somente seis guardas, um comandante de fronteira e um alferes, sem armamentos e munição. Em 1844, havia poucos soldados no Forte, somente 33 homens; mais tarde, vinte soldados o abandonaram devido à situação precária em que se encontravam (MATOS, 1844 *apud* CASTRO, 2011). No início da república, o comandante e os soldados se alojavam em “palhoças”, a alimentação, como pode ser ver pela imagem, era adquirida em uma plantação de milho. Nesta figura, os soldados estão fardados com roupa de gala (CASTRO, 2011).



Figura 07– Alojamento da tropa de São Joaquim, no início da República.

Autor : HUEBNER, 1906 [1904]. Doação: RAMALHO.

Segundo Castro (2011), os militares que trabalharam no Forte enfrentaram muitas dificuldades ao ocupar a região do vale do rio Branco: as condições ambientais extremas e de locomoção, precária alimentação, muito calor e umidade, insetos, falta de comida; o que exigia grande adaptação aos rios Negro, Branco e Solimões. Outro fator que complicava a adaptação dos europeus na região Amazônica eram as vestimentas muito grossas para se usar no clima local, equatorial. Os uniformes dos soldados do Macapá e do Forte do Rio Branco, no ano de 1777, eram de lã, feitos no molde europeu, sem pensar

na diferença climática da região amazônica, sendo um fardamento desapropriado para o clima local (CASTRO, 2011).

No ano de 1849, o governo reformou o Forte São Joaquim, contam Coelho (1849) e Correa (1850), que foram consertadas suas muralhas e edifícios, que haviam sido mal construídos e ainda sofriam com a ação do rio. Todavia, em 1877, segundo relatório feito por Monteiro (1878), o Forte necessitava de muitos reparos, possuía somente um tenente e 14 praças. Já no ano de 1883, encontrava-se totalmente arruinado, sem fossos, defesas exteriores. Segundo Paranaguá (1883, p.3), no edifício interior, onde residia o comandante, havia uma casa coberta de palha e uma capela com a imagem do padroeiro do Forte São Joaquim. Também é citado nesse relatório que, próximo ao Forte, havia uma “casa de palha rebocada e caiada pertencente aos herdeiros do capitão Bento Ferreira Marques Brazil”.

Com base na gravura de Henri Coudreau (1886, figuras nº 09 e 10), esta era a situação do Forte São Joaquim no final do século XIX. Segundo pesquisadores do Programa “*Roraima Somos Assim*”, da Universidade Federal de Roraima, estas imagens são as mais próximas da realidade, com vilas com telhados de palha, quando comparadas à aquarela de Alexandre Rodrigues Ferreira (1787), que mostra o forte como uma construção mais em estilo europeu (figura 08), sendo considerada fora do contexto, uma vez que existia grande dificuldade para carregar esses materiais de construção pelo rio Branco.

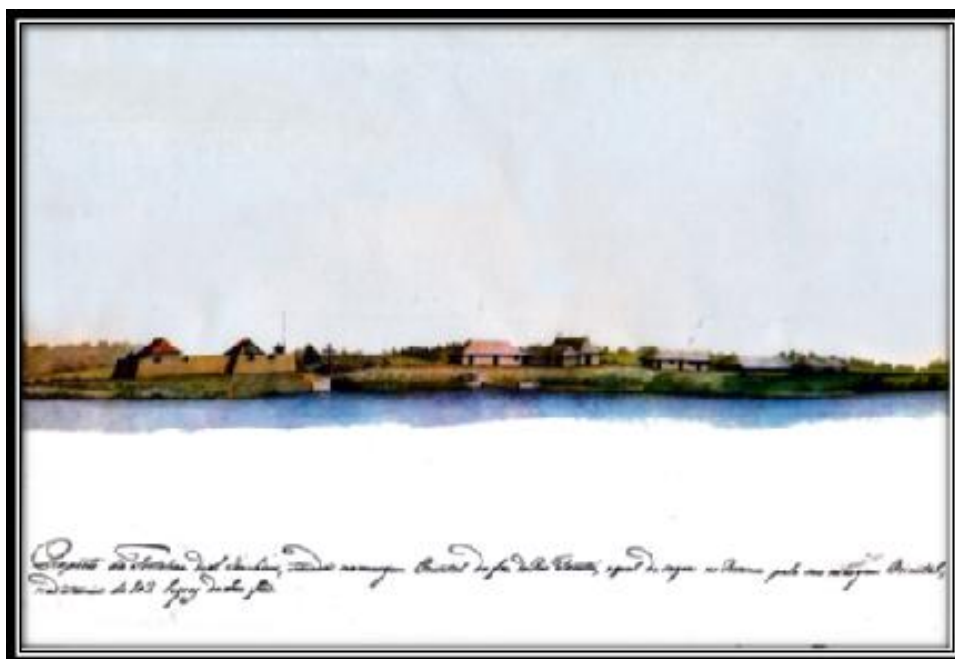


Figura 08 – Aquarela da Vista da vila implantada junto a São Joaquim, Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira, 1787.

Isto se confirma também através das imagens fotográficas tiradas por George Huebner, fotógrafo alemão (nas figuras nº 07, 11, 12 e 13) que se estabeleceu em Manaus no final do século XIX. No livro “O Valle do Rio Branco” há 85 imagens que mostravam o interior do Amazonas, e nele Huebner registrou o estado de decadência do Forte São Joaquim (ZOUEN, 2012).



Figura 09 – Forte de São Joaquim, parte ocidental. Doação:
Roraima Somos Assim, Fonte: Coudreau, 1886.



Figura 10– Forte de São Joaquim, parte oriental. Doação:
Roraima Somos Assim, Fonte: Coudreau, 1886.

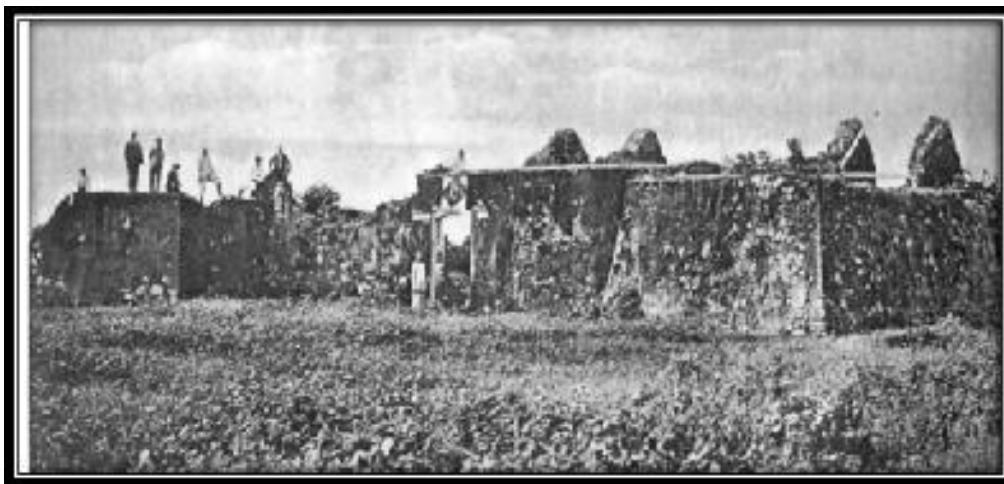


Figura 11 – Grupo geral de expedição Jacques Ourique no Forte São Joaquim. Autor : HUEBNER, 1906 [1904]. Doação: RAMALHO, P.



Figura 12– Interior do forte em ruínas no início da República. Autor : HUEBNER, 1906 [1904]. Doação RAMALHO, P.

Em 1900, o Forte São Joaquim foi desativado e ficou por muitos anos em estado de abandono (OLIVEIRA, 2011). Segundo Miranda (1993), parte de suas pedras foi considerada fonte de matéria-prima para uso nas construções na Fazenda São Marcos, sendo retirados “grandes blocos de laterita que compunham as paredes da fortificação” (ANDRELLO, 2010).²⁰

²⁰ Com base nas fotos de Hebner, pode-se constatar que no ano de 1906, ainda existiam soldados trabalhando no Forte São Joaquim, assim o mesmo, foi desativado posteriormente a 1906, e não em 1900, como afirmado por alguns autores.

Segundo Gomes Filho (2008) muitos comandantes do forte seguiram morando no Estado de Roraima e formaram suas famílias, sendo considerados comumente na bibliografia local como heróis, valorizando suas atuações como comandantes do Forte.

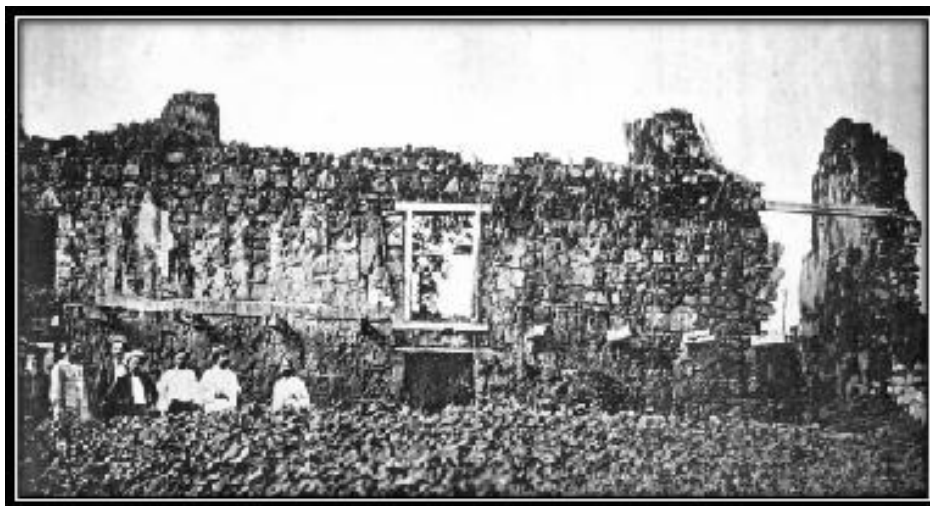


Figura 13 – Muralhas no início da República. Autor : HUEBNER, 1906 [1904].

Doação RAMALHO, P.



Figura 14 – O forte em 1930. Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Exército, Brasília, 1930.

No final do século XVIII, Lobo de Almada introduziu as primeiras cabeças de gado na região oeste e, entre o rio Uraricoera e o rio Branco, criou a fazenda São Bento. A fazenda São Marcos, conhecida até hoje, localizada entre o rio Uraricoera e o Tacutu pertencia ao comandante do Forte São Joaquim, Nicolau de Sá Sarmento (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272). Conforme Barretto (1958, p.62-68), por volta dos anos 50 no século XX, podia-se ver as ruínas do forte, visitar a capela localizada na fazenda São Marcos e ver a imagem do padroeiro, São Joaquim, e depois se deslocar até a Praça da Bandeira, no centro da cidade de Boa Vista, para ver alguns canhões pertencentes à artilharia do forte.

Recentemente no ano de 2000, o 7º Batalhão de Infantaria de Selva – BIS realizou um evento no Forte São Joaquim para comemorar os 500 anos do Brasil e reativar a memória do Forte para a sociedade. Com a intenção de realizar uma limpeza no terreno, foram retirados toda a vegetação e todo o material que se encontrava na superfície do solo e colocados um portal e “uma base, (feita com pedras do Forte e cimento) para instalação de uma placa comemorativa” (OLIVEIRA, 2011, p.08).



Figuras 15 e 16 - Comemoração Brasil 500 anos no forte São Joaquim. Doação da imagem feita pelo próprio Autor: BARBOSA, 2000.



Figuras 17 e 18 – Estes são alguns dos restos arqueológicos encontrados, pedaços de vidro, bala, cerâmicas portuguesas, entre outros, realizados na limpeza pelo Exército. Autor: BARBOSA, 2000.

Conforme conta Oliveira (2011, p.09), esse evento contribuiu para descaracterizar o patrimônio, e não protegê-lo e difundi-lo. Para o autor, isto prova que os responsáveis pela defesa do patrimônio no Estado não possuem clareza sobre “as bases conceituais norteadoras da preservação do patrimônio cultural, estabelecidos por documentos firmados nas convenções internacionais, como a Carta de Burra, dentre as quais o Brasil é signatário”.

O patrimônio cultural é um bem coletivo, portanto da mesma forma que é direito de todos usufruírem do mesmo é também dever tratá-lo da melhor forma possível, não restringindo esta responsabilidade apenas aos gestores públicos, e sim estendendo a participação de toda a sociedade (OLIVEIRA, 2011).

Além desta iniciativa, em 2011, foi enviado para o IPHAN-RR, um ofício (nº 060 do dia 06 de junho de 2011) pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sobre o projeto “Memória do Forte de São Joaquim de Rio Branco” com o apoio do Governo Estadual de Roraima, 1ª Brigada de Infantaria de Selva e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Roraimense (IHGERR). O projeto defende a preservação e o uso do Forte de São Joaquim do Rio Branco pela sociedade. Todavia no mesmo documento é sugerida a reconstrução do Forte São Joaquim na mesma área em que se encontram as ruínas, demandando um alto orçamento público nessa empreitada.

O IPHAN- RR vetou o projeto pelo fato de demandar alto custo público e não ter um estudo teórico mais aprofundado sobre o sítio arqueológico; a proposta, além disso, é voltada a destruir as ruínas originais e construir um novo Forte, descaracterizando e desrespeitando o valor histórico do que ainda resta do original.

Após essa limpeza técnica ocorrida há 14 anos, atualmente, o local se encontra fechado para visitação. Pelo fato de estar localizado em uma propriedade privada, a fazenda São João, na margem do rio Tacutu, o portão só é aberto com autorização do IPHAN e do fazendeiro. A entrada da fazenda fica junto ao marco de 40 quilômetros da BR401, Boa Vista. O terreno da fazenda se localiza próximo ao rio, e para se chegar ao Forte são 30 metros de caminhada, o mesmo está coberto por uma grande vegetação, o que dificulta a idealização e acesso às ruínas (CASTRO, 2011).



Figura 19 - A entrada do Forte São Joaquim, com as placas informativas do IPHAN-RR.
Autora: ROSA, 2014. Fonte: Acervo IPHAN- RR, 2014

Após este breve histórico sobre o Forte São Joaquim, como se deu sua construção e importância para a história e para o Estado de Roraima, no próximo item será explicado como se deu o processo de tombamento do Forte São Joaquim.

1.5. O Tombamento das ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco

“o valor de um forte não se encerra no conjunto de muralhas, mas deve englobar todos os elementos que lhe dão sentido”.
Adler Homero

No caso das ruínas do Forte São Joaquim o processo de tombamento se deu tardiamente (quando comparado aos primeiros tombamentos realizados pelo IPHAN em fortificações no ano de 1938). Somente em 2001 foi tombado como patrimônio pela secretaria de Cultura do Estado do Estado de Roraima. E, nesse mesmo ano, o IPHAN de Manaus deu entrada ao pedido de tombamento federal, sendo o Forte tombado provisoriamente em 2011. As ruínas do Forte São Joaquim foram registradas no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e foram tombadas definitivamente neste ano de 2014.

O processo de tombamento inicial provisório, com o nº 1.504 -T-02, foi solicitado, em 2001, pelo Conselho Estadual de Cultura de Roraima ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN de Manaus. Como nesse período ainda não existia uma superintendência do IPHAN em Roraima, o pedido de tombamento foi encaminhado para Manaus, onde funcionava a Superintendência da 1ª. Regional do IPHAN, que tinha jurisdição sobre o estado de Roraima. O IPHAN de Roraima só passou a ter uma superintendência independente em 2009. Enquanto isso não ocorreu, o processo ficou arquivado na Coordenação de Pesquisa e Documentação/ COPEDOC no Rio de Janeiro (CASTRO, 2011).

Em 2011, a superintendência de Roraima solicitou a vinda do técnico Adler Homero Fonseca de Castro, do DEPAM, IPHAN(RJ), para analisar as ruínas do Forte São Joaquim e poder concluir o processo de tombamento. Segundo Castro (2011), o tombamento de fortificações segue uma proposta de que: *“o valor de um forte não se encerra no conjunto de muralhas, mas deve englobar todos os elementos que lhe dão sentido”*(CASTRO, 2011, p.4).

Assim, o IPHAN adotou neste caso, com base no Decreto-lei nº 25/37 e seguindo a *“imposição de não construir*, uma proteção para o Forte baseada na análise do contexto atual do sítio, sendo notado como fator principal para justificativa do tombamento a preservação da área onde se localizava a antiga Vila de São Joaquim do Rio Branco e os possíveis sítios arqueológicos existentes na *“faixa limitada nas proximidades do mesmo*

e ao longo do rio Tacutú (cerca de 220 metros para além de cada muralha do forte)” (CASTRO, 2011).

Segundo Castro (2011), a localização do Forte São Joaquim do Rio Branco tem:

uma profunda relação com a topografia que o cerca: era para ser feito na ponta da terra que separa os rios Tacutú e Uraricoera, que marca o início do Rio Branco, mas não pode ser feito ali, devido à natureza pantanosa do local. Dessa forma foi escolhido um local mais seco, nas margens do Tacutú, mas de onde seria possível observar o rio vizinho e o curso inicial do Rio Branco. Ou seja, a questão da visibilidade da foz dos rios acima mencionados é de fundamental importância para o entendimento do forte de São Joaquim do Rio Branco: na verdade, isso é até observável na denominação do estabelecimento militar, que inclui o nome do rio que deveria guardar. [...] as margens dos rios estão protegidas pela legislação ambiental, em nossa opinião seria suficiente a delimitação de um entorno que garantisse a preservação da visibilidade da foz dos rios [...] (CASTRO, 2011, p.7).

O estudo do tombamento foi instruído conforme os termos do 1º art. 4º da Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986; e o processo de estudo foi realizado em conjunto com outros fortes brasileiros, como documentado no memorando 285/10, de 21 de setembro de 2010 (CASTRO, 2011). Nesse parecer é afirmado sobre as Ruínas das muralhas do Forte São Joaquim do Rio Branco:

[...] do ponto de vista artístico, não se pode dizer que a construção tenha um valor maior, por estar muito danificada, encoberta pela vegetação e, nos termos do estudo de tombamento, ser visível que a mesma não era excepcional em termos de traçado arquitetônico; que a construção apesar de na condição de ruína, não pode ser considerada um sítio arqueológico de excepcional valor, por não terem sido feitas pesquisas arqueológicas na mesma ou em sua área que constatassem a presença de elementos arqueológicos de destaque. No momento, não há como atestar o valor arqueológico do bem; [...] sendo um parecer favorável ao tombamento no livro histórico (CASTRO, 2011, p.1 - 2.).

Segundo Castro (2011), o valor que justifica a inscrição do Forte São Joaquim do Rio Branco no Livro do Tombo Histórico foi evidenciado, primeiro, pelo fato de participar da história da colonização do Extremo Norte do Brasil pelos portugueses, sendo considerado como marco da fronteira e ocupação do território.

Conforme Reis (1966, p.45), o Forte do Rio Branco é “um monumento de natureza e valor histórico-artístico”, porém, “em ruínas – as únicas existentes de uma construção militar nas fronteiras do Brasil em toda a Amazônia”. Todavia, não foi tombado antes, porque a gestão do bem seria um problema, uma vez que a unidade do IPHAN mais próxima se encontrava no Recife (CASTRO, 2011).

Na década de 1930, quando da visita do Marechal Rondon, o Forte ainda possuía a parte externa mais consolidada. Após esse período, não houve proteção, restando no local somente os vestígios do edifício original, sendo assim, foi tombado como ruínas de valor histórico, porém estas podem ser consolidadas e revitalizadas, sendo acompanhadas pelo próprio IPHAN (CASTRO, 2011).

Há outros exemplos de fortes em pior estado que o São Joaquim, como por exemplo:

o forte Santa Tecla, (processo de tombamento 392-T-48, inscrição 430, 26 de novembro de 1970), ou dos Arraiais Velhos (processo 487-T-53, inscrição 74, de 17 de junho de 1974) e Novo (Processo 942-T-76, inscrição 467, de 08 de abril de 1980) em Pernambuco, cujas muralhas de terra são apenas vestígios das fortificações originais (CASTRO, 2011, p.6).

Além disso, há seis canhões do período colonial que devem ser incluídos na inscrição do tombamento do acervo da artilharia do forte, decisão tomada na 27ª. Reunião do Conselho Consultivo, ocorrida em 07 de dezembro de 2000. Sendo assim, Castro (2011, p.7) recomenda que após a revitalização do sítio, sejam instalados os canhões do forte.

No processo de tombamento e no parecer, o turismo não é citado diretamente como instrumento de preservação, o que são mencionados são a consolidação e revitalização das ruínas do Forte São Joaquim e sua abertura para visitação. Todavia, na informação técnica realizada por Roberto Costa de Oliveira (2011), arqueólogo do IPHAN/RR, na época, o turismo é mencionado:

A ideia de tornar o Forte São Joaquim de Rio Branco um atrativo turístico para a sociedade roraimense vem já há algum tempo instigando instituições e pesquisadores locais a elaborar projetos e iniciativas com o intuito de tornar este bem acessível para o grande público. [...] É de se concordar que é preciso tornar o patrimônio cultural acessível para a sociedade, tanto para que a mesma tenha contato com a sua ancestralidade tanto para que o próprio bem não desapareça. [...] É imprescindível esclarecer e justificar que qualquer tipo de medida de preservação que se pretenda empregar para as ruínas do Forte de São Joaquim de Rio Branco deve ser embasada e com muita cautela, pois uma decisão errada culminará na total desconfiguração do bem cultural, que já está muito degradado, seja por agentes naturais ou mutilação antrópica. Vale ressaltar que os bens culturais são recursos não renováveis e que, portanto, de valor inestimável (OLIVEIRA, 2011, p.4 e p.10).

Conforme explica Oliveira (2011), o tombamento do Forte em âmbito federal corresponde ao primeiro bem cultural do estado de Roraima protegido com relevância nacional. Todavia, pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, as ruínas – consideradas como um sítio arqueológico de valor histórico – já estavam protegidas por lei.

Então, o IPHAN de Roraima como um todo, defende a conservação do bem para que o mesmo não seja mais degradado, e se houver propostas que sejam baseadas em:

postulados teóricos consistentes e que leve em consideração a amplitude do patrimônio cultural de natureza material como referência à memória [...] Até mesmo um projeto de escavação arqueológica deve ser estudado com muita cautela, pois se caracteriza com um processo destrutivo e que deve possuir forte motivação científica (OLIVEIRA, 2011, p.12).

Também ressalta que o projeto de memória ao Forte São Joaquim deve ter o compromisso de valorizar e relembrar os povos indígenas que eram os donos das terras e os portugueses que chegaram mais tarde para colonizá-la: “a existência do colonizador pressupõe a do colonizado, tendo ambos contribuído para o desenvolvimento do processo cultural e para a construção da sociedade brasileira” (OLIVEIRA, 2011, p.11).



Figura 20 - O forte São Joaquim nos tempos atuais.

Fonte: Doação Acervo Sargento Gondim, 7º. BIS, set.2013.

O Forte São Joaquim representa a conquista do extremo norte brasileiro no século XVIII pelos portugueses, assim pode ser considerado como um bem cultural representativo e importante para o nordestino e brasileiro em geral (GOMES FILHO, 2012, p. 21). Assim este sítio arqueológico representa as duas memórias, do colonizador e do colonizado, e deve ser lembrada deste modo, conforme defendem Oliveira (2011) e Gomes Filho (2012).

Segundo Castro²¹, os casos que mais se aproximam do Forte São Joaquim em termos de estado de conservação são os dois Arraiais em Recife, que foram construídos no século XVII, em terra batida, e foram abandonados. O Arraial Velho, que foi destruído pelos holandeses, teve seus vestígios arqueológicos revitalizados pelo IPHAN, para que fossem mais compreensíveis, e como está localizado no centro da cidade de Recife, no meio de um parque, ele é bem visitado. Já o Arraial Novo é um forte que só é identificado por especialistas, necessita ser revitalizado, pois é uma edificação importante para a história.



Figura 21: Arraial Novo, 1646, Recife (PE). Fonte: Jornal do Comércio.

Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

Todas essas ações visam à preservação do patrimônio cultural e, além disso, são voltadas para que o público possa ver, conhecer e visitar o espaço; nota-se assim, que o uso turístico aparece como um elemento importante nesse tema.

²¹ Informação fornecida pelo historiador Adler Castro em conversa por correio eletrônico, em 18/03/2014.

Conforme a Ata da 10ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo²², realizada no dia 10 de setembro de 2014, foi apresentada a atual situação das fortificações no Brasil e sua preservação.

O Forte São Joaquim se encontra inserido no processo de Tombamento: Conjunto das Fortificações Brasileiras, nº 1613-T-10 (01458.003599/2010-16) como “Vestígios do Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim/RR, incluindo 06 (seis) canhões coloniais, situados em Boa Vista/RR”. Também foi mencionada a importância do Forte São Joaquim, para a região amazônica:

sendo o último forte construído no período, caracterizando a passagem de uma “defesa fixa” para defesas móveis, a partir de batalhões que se deslocam no território, e seu caráter subjetivo, enquanto elemento simbólico da defesa contra uma possível “internacionalização” da Amazônia e a constituição de um imaginário sobre o bem, entendido pela população como um elemento de defesa de toda a região, e expresso, por exemplo, na literatura e músicas (FERNANDES, 2014, p. 03)²³.

Durante a reunião, o conselheiro Eugênio Lins²⁴, representante do Icomos, citou a importância histórica do Forte São Joaquim para a defesa da Amazônia, porém ressaltou que se encontra atualmente com vestígios arqueológicos pouco perceptíveis e sugeriu apenas o cadastro do mesmo como sítio arqueológico. Ainda sugeriu a opção do mesmo ser registrado como “Lugar”²⁵ - lugar de memória símbolo da defesa da Amazônia.

Para o arquiteto Nestor Goulart Reis²⁶, representante da sociedade civil, o local onde se encontra o Forte é importante, pois representou um obstáculo para os estrangeiros entrarem na Amazônia, e foi a partir dele que se definiram os limites do Brasil, pois “é testemunho histórico da definição das fronteiras do país”.

Carlos Eduardo Comas²⁷, representante do Ministério da Educação, defendeu que, se fosse possível construir um marco referencial no espaço, seria importante levar os canhões para o local, desde que houvesse um programa de conservação dos mesmos.

²² As Câmaras Setoriais do Conselho Consultivo do IPHAN correspondem a reuniões prévias às do Conselho com a presença de, no mínimo, três conselheiros e do representante do Departamento da Instituição, cuja área de atuação esteja relacionada ao objeto da pauta.

²³ Conselheiro representante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada no dia 10 de setembro de 2014, p. 03. Ver em Anexos.

²⁴ Conselheiro representante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada no dia 10 de setembro de 2014, p. 08. Ver em Anexos.

²⁵ Lugar corresponde a um dos Livros de Registro para o patrimônio imaterial.

²⁶ Conselheiro representante do Conselho Consultivo do Patrimônio no dia 10 de setembro de 2014, p. 08. Ver em Anexos.

²⁷ Conselheiro representante do Conselho Consultivo do Patrimônio no dia 10 de setembro de 2014, p. 08-09. Ver em Anexos.

Segundo o general Synésio Fernandes²⁸, representante da sociedade civil, o Forte São Joaquim é um símbolo da defesa da Amazônia e que seria possível “a construção de um marco simbólico nesse sentido”. Também propôs o cadastro do Forte São Joaquim do Rio Branco (FSJRB) como sítio arqueológico e sugeriu que a “área delimitada fosse constituída no próprio marco simbólico”.

Eugênio Lins²⁹ complementou que haveria algumas dificuldades, custos e especificidades técnicas, para a realização deste projeto, sendo necessário elaborar um manual de conservação de acervos de artilharia. Nestor Goulart acrescentou a importância do IPHAN, se aproximar dos núcleos de pesquisa, para que sejam pesquisadas soluções para a preservação do patrimônio cultural. Ainda citou a responsabilidade dos gestores do patrimônio cultural, na relação de preservação e mercado.

Essas visões expostas pelos conselheiros que participaram da reunião na Câmara Setorial retratam os debates em torno da atribuição de valor ao bem cultural e sua correspondência ao instrumento de proteção. Em presença a ruínas, as propostas da aplicação do registro, do cadastro ou do tombamento refletem ora a ausência da materialidade do bem no presente, ora a sua materialidade passada e, portanto, histórica.

Embora tenhamos tido acesso à ata da reunião do Conselho Consultivo somente após a apresentação deste trabalho (incluída nos anexos) na qual foi tombado o Forte São Joaquim, sabemos que o mesmo foi inscrito no Livro Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, reafirmando a principal atribuição de valor concedida aos fortes pela política de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

²⁸ Conselheiro representante do Conselho Consultivo do Patrimônio no dia 10 de setembro de 2014, p. 08. Ver em Anexos.

²⁹ Conselheiro representante do Conselho Consultivo do Patrimônio no dia 10 de setembro de 2014, p. 09. Ver em Anexos.

Capítulo 2

O Uso Turístico e o Patrimônio Cultural

A readaptação, na maioria dos casos, porém, é a condição para sobrevivência do edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade (LYRA, 2006, p. 56).

Quando falamos de uso do patrimônio, primeiramente, buscamos as instituições responsáveis por sua preservação para verificar em que momento a questão do uso é defendida ou referenciada pelos órgãos públicos. Como sabemos, no Brasil, desde 1937, foi criado o IPHAN, o órgão federal do Ministério da Cultura responsável pela preservação do patrimônio nacional, que tem como missão: “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2013). Nota-se que na missão da instituição não consta a ideia do uso, ou seja, a preservação não está, a princípio, associada ao uso do bem.

Ao realizar o tombamento, o objetivo da instituição está voltado para a preservação e a manutenção da coisa tombada: “preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens” (IPHAN, 2014 a). Já no caso do outro instrumento de preservação do patrimônio cultural, o registro, a continuidade do uso e das práticas dos bens culturais protegidos é fundamental para a preservação da tradição, costume e manifestações culturais. Segundo o Decreto nº 3.551, de 2000, o Estado deve registrar, reconhecer, inventariar, documentar, produzir e apoiar as práticas socioculturais dos bens culturais de natureza imaterial: “registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem” (IPHAN, 2006, p. 22).

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, o significado do patrimônio cultural brasileiro diz respeito a: “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. No artigo 215, é mencionada a importância do acesso à cultura como um direito do cidadão, de forma que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Todavia, em ambos os artigos, não é citada a questão do uso do patrimônio, nem como serão realizados essa valorização e o acesso à cultura e, por conseguinte, ao patrimônio cultural.

Uma das definições de patrimônio que faz referência a seu uso é fornecida pela historiadora francesa Françoise Choay (2006, p. 11): o patrimônio é “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade” e vai ser administrado por uma instituição que possui uma “mentalidade”, baseada nos interesses políticos, sociais, econômicos da época em que está inserida.

A política pública voltada para o patrimônio cultural nacional foi criada pelo Estado francês no final do século XVIII (POULOT, 1997, POMIAN, 1997). Foi no final do século XIX, que edifícios e monumentos em ruínas passaram a ser considerados como testemunhos históricos e, dessa forma, importantes de serem preservados. Muitos edifícios, antes de serem reconhecidos como valiosos, perderam sua função, entraram em ruínas e desapareceram. Em Roma, a maioria das edificações está em bom estado, pelo fato de terem sido utilizadas e adaptadas ao longo da história a diversos usos. No Brasil, muitos edifícios desapareceram, pois não foram destinados novos usos aos mesmos, como, por exemplo, as várias fortificações de defesa do território do período colonial e muitos conventos desse período (LYRA, 2006, p.54).

Segundo Sotratti (2010), no caso dos espaços que não possuem visibilidade e estão abandonados e esquecidos, são discutidas formas de incorporar esses bens à dinâmica econômica por meio da “resignificação de seus valores simbólicos”. Assim, ocorre a chamada refuncionalização, que consiste em transformar a função do objeto ou espaço, conduzida por “grupos sociais com intencionalidades específicas”. (SOTRATTI, 2010, p.44-45).

A questão do uso do patrimônio foi discutida desde o século XIX por estudiosos ligados ao campo da restauração de monumentos. Para Viollet-le-Duc (2000, p. 65), que escreveu na segunda metade do século XIX, “o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, e satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação”. Camillo Boito, historiador e arquiteto do final do século XIX, defendia um restauro científico, entendendo o monumento como um documento, de forma que qualquer intervenção no mesmo deveria ser a mínima possível e explicitamente visível (KÜHL, 2002, p. 27). Alois Riegl, historiador da arte, cuja principal obra, *O Culto Moderno dos Monumentos*, foi escrita em 1903, também defendia o uso e uma função

para a preservação dos monumentos e sustentava que a falta de uso poderia levar à degradação do bem (RIEGL, 2006).

Nas Cartas Patrimoniais³⁰, como a Carta de Atenas e a de Carta de Veneza, o uso do patrimônio foi associado intimamente à questão do restauro do bem. Na Carta de Atenas de 1931, primeiro documento relacionado à preservação do bem cultural, foi citada a importância do uso desses bens ter que ser compatível com a manutenção do monumento, para que este continuasse vivo. Nesse contexto, Cesare Brandi (2004), a quem já nos referimos, desenvolveu teorias sobre o restauro de pinturas, que podem ser aplicadas aos monumentos históricos e a obras arquitetônicas: o restauro deve ser realizado para a funcionalidade do produto e considerado como uma obra de arte; a conservação e manutenção devem ser baseadas em mínima intervenção. Em 1964, a Carta de Veneza foi destinada a chamar a atenção para a importância da conservação dos monumentos, defendendo que esta visasse uma função útil à sociedade (ICOMOS, 1964). Em vários documentos mais recentes da Unesco (2013, p. 10, *apud* THOMPSON, 2014), o uso do patrimônio deve estar voltado para a inclusão da sociedade, o desenvolvimento sustentável e ambiental, a garantia dos direitos humanitários, como igualdade, paz e a segurança.

As ideias de que o patrimônio tenha um uso social, ou seja, que seja pensado e voltado para a comunidade local em que está inserido e que garanta sua fruição por todos de modo igualitário, são compartilhadas por diversos autores.

Para o antropólogo argentino Néstor García Canclini (1999), o patrimônio cultural deve ser sempre renovado considerando o uso social, observando a sociedade e sua história, envolvendo novos setores e grupos sociais presentes na cultura do território. Esse uso social também exige uma gestão multidisciplinar do patrimônio, formada por uma equipe com visão complexa de como a sociedade se apropria de sua história e é capaz de incluir setores, não somente de especialistas da área, mas de diversos grupos sociais, como os indígenas, os fazendeiros, imigrantes, enfim aqueles, cujas identidades serão afetadas pelo uso hegemônico da cultura. Dessa forma, o estudo e a divulgação do patrimônio devem ser capazes de assumir os conflitos que o acompanham para poderem contribuir para o fortalecimento da nação, não como algo abstrato, mas como aquilo que une e representa um projeto histórico de solidariedade para os grupos sociais interessados

³⁰ As Cartas Patrimoniais são recomendações, convenções, documentos que abordam conceitos e normas para a preservação do patrimônio. Datam do século XX e refletem as técnicas e teorias adotadas em cada período em relação à preservação do patrimônio (IPHAN, 2011).

pela maneira como eles vivem o seu espaço e conquistam a sua qualidade de vida (CANCLINI, 1999, p. 33)³¹.

Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural não pode estar dissociada das preocupações com o uso desses bens, sejam eles encarados como materiais ou imateriais. No caso dos bens materiais, seu uso está também relacionado a sua utilidade. Segundo Lyra (2006), os monumentos devem ser úteis, readaptados para novos usos, a fim de que continuem existindo:

A obra arquitetônica, por ser uma arte eminentemente utilitária, necessita ser continuamente usada para sobreviver. As ruínas, em sua maioria, são testemunhos de edifícios que ficaram ociosos. A readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento (LYRA, 2006, p. 53).

O que garante a preservação do edifício é seu uso, mesmo que passe por diversas transformações, ele será o resultado das adaptações sucessivas que teve ao longo do tempo, e, por isso, seguiu preservado (LYRA, 2006, p.53). Sendo assim, Lyra (2006) defende o reaproveitamento dos edifícios para novos usos, para atender às novas necessidades, de forma a manter seu valor de uso.

A preservação do bem cultural deve estar relacionada a novas funções do monumento, pois a construção de cada obra arquitetônica foi motivada por uma necessidade específica, como no caso das fortificações. Cada bem cultural possui uma “história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence”, de forma que essa relação deve ter continuidade com a escolha de novos usos para o patrimônio (LYRA, 2006, p.57). Esses novos usos devem ser compatíveis com a realidade do local, devem ser planejados e regulamentados a partir do conhecimento das necessidades da comunidade onde se encontra o bem cultural, para então ser analisado qual é o melhor uso social para o bem. O uso não precisa ser cultural e turístico, o bem pode ser utilizado como escola, hospital, mercado, moradia, local de trabalho. O que deve ser considerado

³¹ Tradução nossa do texto completo: Un patrimonio reformulado que considere sus usos sociales, no desde una mera actitud defensiva, de simple rescate, sino con una visión más compleja de cómo la sociedad se apropia de su historia, puede involucrar a nuevos sectores. No tiene porqué reducirse a un asunto de los especialistas en el pasado: interesa a los funcionarios y profesionales ocupados en construir el presente, a los indígenas, campesinos, migrantes y a todos los sectores cuya identidad suele ser trastocada por los usos hegemónicos de la cultura. En la medida en que nuestro estudio y promoción del patrimonio asuma los conflictos que lo acompañan, puede contribuir al afianzamiento de la nación, pero ya no como algo abstracto, sino como lo que une y cohesionan en un proyecto histórico solidario a los grupos sociales preocupados por la forma en que habitan su espacio y conquistan su calidad de vida.(CANCLINI, 1999, p.33)

é o menor impacto ao patrimônio, de modo que o mesmo siga vivo e seja útil ao local (MAURÍCIO, 2014).

Conforme Lyra (2006), a primeira arquitetura militar no Brasil, a Trincheira do Mar em Salvador, foi iniciada em 1549; a última construção de fortaleza foi o Forte de Copacabana em 1914. As fortificações que mantiveram um uso apresentam-se em bom estado de conservação; já muitas das fortalezas que foram desativadas se arruinaram, perdendo a possibilidade de serem reutilizadas; algumas outras ainda puderam ser restauradas. Todavia, o uso do edifício pode tanto conservá-lo como pode levá-lo à ruína (LYRA, 2006, p. 55-56).³²

Além de social, o patrimônio cultural é também político, pois assume um interesse público, no sentido que deve ser gerido e compartilhado pelos cidadãos, com os quais as ações sobre o mesmo devem ser argumentadas, expostas, negociadas e não impostas (MENESES, 2012, p. 38).

O patrimônio passa por um processo de patrimonialização, que se refere a:

um resultado de um processo de produção. [...] É a reinterpretação do passado com base em questões contemporâneas, através da remodelação, reconstrução, elaboração, construção ou recuperação de edifícios, paisagens, monumentos, 'performances', formas de associação e de valores [...] traduzida em duas estratégias: [...] um uso econômico e cultural (FRIGOLÉ e ROIGÉ, 2010, p.12).

Assim, o patrimônio cultural também é econômico. Segundo Meneses (2012), o uso do patrimônio está relacionado a valores intelectuais, a valores de percepção de sentidos, de memória, de história e de identidade, a valores de uso, éticos e de interações sociais e a valores econômicos. Assim não existiria um antagonismo entre o patrimônio cultural e a economia, mas sim uma dimensão econômica do bem cultural e uma dimensão cultural do bem econômico. Porém, cada uma possui finalidades distintas: na dimensão cultural a prioridade é a comunicação; na econômica, prevalece a intenção de lucrar (MENESES, 2010, p. 38). Nesse sentido, o patrimônio é alvo de novos empreendimentos interessados em restauração dos edifícios para que tenham diversos usos: escritórios, restaurantes, mercados, centros culturais, esportivos, hotéis, habitação, entre outros.

³² Entretanto, existem casos de muitas ruínas em países europeus, como Itália e Espanha, e em países sul americanos, como México e Peru, que passaram a ter um uso social, cultural e turístico, muito valorizado e procurado pelos visitantes.

O turismo é citado muitas vezes como um instrumento para financiar a preservação do patrimônio. Muitos autores e pesquisadores criticam o uso turístico do patrimônio; a maioria acredita que o turismo modifica a realidade do local, inventa identidades, espetaculariza o bem, atrai um grande público que vem somente consumir, ao invés de refletir, e que o uso turístico está focado no retorno financeiro, de forma que o patrimônio se torna um mero produto a ser vendido e consumido.

Existem outros pesquisadores, todavia, que defendem o uso do turismo como um meio não só de preservar o monumento, como também de divulgá-lo e ajudá-lo a ser compreendido. Existem diversas tipologias de turismo e diversidades de interesses da comunidade e do turista que visita o local. A relação entre patrimônio e turismo gera questões complexas sobre as quais os órgãos responsáveis pelo patrimônio e pelo turismo devem refletir para que o patrimônio siga preservado e ao mesmo tempo seja útil à comunidade local.

2.1.O Turismo e o Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural, segundo Prats (1997), desde o século XIX, já era o atrativo que motivava muitos turistas a viajarem pela Europa. No século XX, as intervenções na conservação do patrimônio aumentaram a motivação dos viajantes na busca de lazer e de maiores conhecimentos. Assim, o turismo cultural atraiu grande parte da população, deixando de ser praticado somente pelos especialistas e eruditos. Com isso, o patrimônio ganhou grande visibilidade (CHOAY, 2006).

No Brasil, na década de 1930, foi criada a primeira política pública nacional voltada à preservação do patrimônio histórico e artístico, com a criação do IPHAN. Nesse período o discurso predominante era proteger todos os bens que corriam o risco de serem destruídos, vistos como importante e de valor singular para a história da nação (CHUVA, 2009, *apud* THOMPSON, 2014).

A partir de 1960, o patrimônio começa a ser planejado como produto de consumo, para gerar tanto conhecimento, como diversão e renda (Ministro do Turismo da França, 1986, *apud* CHOAY, 2006). Segundo Thompson (2014, p.02), foi nas décadas de 1960 e 1970, que as questões de financiamento para a proteção dos bens culturais tombados passaram a ser discutidas pelas políticas públicas. Nesse contexto, “o turismo surgia como

uma atividade econômica capaz de fornecer os recursos necessários para a manutenção do conjunto preservado”, de forma que o turismo passava a ser encarado globalmente como um rumo promissor para estimular e gerar recursos para a cidade e para o patrimônio local (ALMEIDA, 2010, p.09).

Nessa perspectiva, a Unesco passou a investir no uso do turismo como fonte de geração de recursos para preservar o patrimônio cultural, promovendo missões internacionais, formadas por especialistas com expertises específicas, “para produzir relatórios sobre conjuntos urbanos históricos e bens culturais, cuja preservação poderia ser combinada com o desenvolvimento da atividade turística” (THOMPSON, 2010, p. 176). Vários consultores da Unesco vieram ao Brasil nesse período para realizarem pesquisas sobre o patrimônio cultural e o desenvolvimento do turismo e da economia, como, por exemplo, o francês Michel Parent (LEAL, 2008) e o português Viana de Lima (MOTTA e THOMPSON, 2010; THOMPSON, 2014).

Michel Parent foi um consultor da Unesco, chamado para estudar o turismo cultural nas cidades de Salvador, São Luís, Ouro Preto, Parati, Olinda e Alcântara, defendendo a dinâmica cultural urbana em conjunto com a preservação das características singulares de cada cidade. Sugeriu, em seus estudos, que o turismo cultural fosse uma atividade planejada a longo prazo, integrada a um plano nacional e regional (RIBEIRO, 2013).

O arquiteto Alfredo Vianna de Lima esteve no Brasil em diversas ocasiões – entre 1968 e 1977 – visitando Ouro Preto e outras cidades do Nordeste. Voltou ao Brasil em 1983, a serviço da Fundação Calouste Gulbenkian de Portugal, para recuperar e restaurar o Forte Príncipe da Beira³³, em Rondônia. Em 1981, já havia trabalhado com um projeto de recuperação de um forte do século XVI/XVII em Moçambique. Assim, foi chamado pelo IPHAN para realizar esse projeto de recuperação do forte de Rondônia. Em seu relatório sobre o estado do Forte, ele propôs que as ruínas fossem contidas e que fosse realizada uma prospecção arqueológica para recuperar as pedras soltas e soterradas para análise do material, sugerindo a possibilidade de uma reconstituição dos pavilhões do Forte com essas pedras combinadas com outros materiais, visando valorizar a construção.

³³ O Forte Príncipe da Beira perdeu sua importância após a conquista da região pelos portugueses, pois foi abandonado em 1889, e suas instalações foram saqueadas por moradores brasileiros e bolivianos. Foi completamente invadido pelo mato; as paredes se arruinaram. Em 1914, recebeu a visita do Marechal Rondon, o que estimulou sua ocupação pelo Exército; em 1950, foi tombado pelo IPHAN (SPHAN, 1983, p. 06).

Mas tudo isso dependeria dos princípios estabelecidos para a recuperação da edificação e de sua nova ocupação, pois, segundo o arquiteto, se não tivesse um novo uso, “o mesmo voltará a morrer” (SPHAN, 1983, p. 15).



Figura 22. A recuperação do Forte Príncipe da Beira vai demandar uma prospecção arqueológica no local, no sentido de estabelecer o que poderá ser aproveitado na reconstituição dos pavilhões. Foto: Jorge Derenji/FNPM. Fonte: SPHAN, 1983, p.16.

É interessante observar o processo de recuperação do Forte Príncipe da Beira, pois possui um histórico parecido com o do Forte São Joaquim, embora mantenha suas muralhas mais intactas e visíveis do que as ruínas em Roraima. No Boletim SPHAN-Pró-Memória nº 25 (1983, p.15), Vianna de Lima se referiu a dois tipos de usos para o forte de Rondônia: um tipo estaria relacionado a seu uso como sede do 3º Pelotão Especial de Fronteira, que ocupava suas imediações, embora, alertava o arquiteto, que para manter a função militar, seria necessário derrubar a unidade do Forte e a porta principal para possibilitar acesso aos veículos militares; como segunda opção, foi sugerido um uso com finalidade cultural, com a instalação de um museu de arqueologia ao ar livre e de um museu histórico, com salas de exposição na parte interna e com alguns pavilhões destinados a eventos culturais ou a simpósios.

O arquiteto acreditava que esse projeto valorizaria a região, se realizado em conjunto com a melhoria no acesso até o Forte, que contaria com uso de barcos, de forma que os visitantes pudessem passear pelo rio Guaporé, desfrutando da paisagem local.

Sugeriria também a recuperação das ruínas do Forte Nossa Senhora da Conceição³⁴, para que fossem integradas à visita ao Forte Príncipe da Beira (SPHAN, 1983, p.15). Nota-se que, desde 1980, já se discutia a importância de um uso cultural para o Forte, que valorizaria a região como um todo, não só o bem cultural, mas também a paisagem local.

Vianna de Lima, em seu plano de reabilitação do Forte Príncipe da Beira, considerava o turismo cultural como meio de gerar um desenvolvimento econômico para a região, sugerindo que fossem construídas redes hoteleiras e vias de acesso na zona do Forte, além de tornar possível o acesso ao conhecimento dessa paisagem e monumento histórico, valorizando o patrimônio (SPHAN, 1985, p. 05). Hoje, o Forte Príncipe da Beira ainda está em processo de restauração cuja previsão de término está prevista para 2015. As obras, fruto de parceria entre o IPHAN e o Exército, são fundamentais, pois sua estrutura necessita de um restauro urgente para estabilizar o escoramento emergencial (IPHAN, 2014 f).

Ainda na década de 1960, outro documento, as Normas de Quito, de 1967, pode ser considerado como a primeira carta patrimonial que associou o turismo à valorização, conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. No documento, o valor econômico do patrimônio cultural é destacado como um recurso possível para o progresso, embora submetido à existência de um “plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social” (IPHAN, 1967, p.1).

No documento, é denunciado que a “falta de uma política oficial eficaz na proteção e promoção de revalorização do patrimônio em função do interesse público e benefício da nação” (1967, p.02) é o que causa a condição de ruína e o risco de perda do patrimônio cultural, e sugerido sua exibição “de modo adequado, por meio da técnica museográfica” (IPHAN, 1967, p.2).

Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares (IPHAN, 1967,p.02).

³⁴ Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição: hoje desaparecida, estava localizada na margem direita do rio Guaporé, próxima do Forte Príncipe da Beira, atual município de Guajará Mirim, em Rondônia, fronteira com a Bolívia. Se arruinou, após as invasões espanholas, foi reconstruído em 1767 como Forte de Bragança. Também entrou em ruínas, devido as enchentes da região (TONERA,R. **Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Bragança)**.2009. Disponível em:<http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=399>. Acesso em: 19/07/2014).

Nas Normas de Quito (1967, p. 06), o turismo é considerado um instrumento de valorização e divulgação da importância e significado do monumento. O monumento readaptado é uma “lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional”. Como exemplo é citado o caso de países europeus, que poderiam estar com seu patrimônio em ruínas, mas que, devido ao turismo que estimula a visitação, têm seus monumentos revitalizados.

As vantagens econômicas e sociais do turismo monumental figuram nas mais modernas estatísticas, especialmente nas dos países europeus, que devem sua presente prosperidade ao turismo internacional e que contam, entre suas principais fontes de riqueza, com a reserva de bens culturais (IPHAN, 1967,p.08).

Sendo assim, nas Normas de Quito (1967, p.08), são defendidas “as razões culturais, educativas e sociais que justificam o uso da riqueza monumental em função do turismo”. O uso do turismo associado ao patrimônio é justificado pela possibilidade de geração de desenvolvimento econômico, de conservação e proteção do patrimônio e melhoria de questões sociais, culturais e educativas. Para Prats (1997), o uso do turismo no patrimônio tem que estar conectado com a realidade social e com as mudanças que ocorrem nesses lugares para que não haja conflito entre o público visitante e a comunidade.

No estado de São Paulo, em 1968, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, para “proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo”. Nota-se que foi incluído o termo turismo na denominação do órgão paulista de defesa do patrimônio, em uma concepção multidisciplinar da preservação do patrimônio cultural. O CONDEPHAAT já tombou, no estado, mais de 500 bens históricos e culturais dos séculos XVI ao XX (SECRETARIA DE CULTURA, 2014).

Em 1970 e 1971, dois outros documentos patrimoniais no Brasil também relacionaram o uso do patrimônio ao turismo. Segundo Thompson (2014), as Reuniões dos Governadores, ou Compromisso de Brasília de 1970 e Compromisso de Salvador de em 1971, promoveram a parceria dos estados e municípios para a preservação e valorização do patrimônio cultural, estimulando a formação de órgãos estaduais de patrimônio. Conforme Bastos (2007), no Compromisso de Salvador (1971) foi destacada a importância da valorização do patrimônio cultural pelos órgãos responsáveis por planejar o turismo, com os objetivos de: 1) que se atenham aos problemas, gerados pelo

uso e divulgação dos bens naturais e de valor cultural; 2) que a indústria do turismo seja desenvolvida com planos de preservação e valorização do patrimônio cultural, com apoio da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, 3) que seja convocada a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), para financiar projetos de pesquisa e formação de pessoal especializado para estudar e proteger o bem cultural (BASTOS, 2007, p. 62 e 63). No Compromisso de Salvador (1971), também é citada a importância do uso do patrimônio edificado, se possível, como hotéis e pousadas. É o caso do estímulo a que muitas fazendas tombadas de arquitetura colonial se tornem hotéis e pousadas, visando garantir um uso que preserve seu valor histórico e arquitetônico. Como, por exemplo, a Fazenda do Pinhal, situada em São Carlos, São Paulo, que foi tombada pelo IPHAN, em 1987, e pelo CONDEPHAT, em 1981, e que se tornou uma pousada incluída, por alguns anos, nos chamados roteiros de charme³⁵. Na fazenda, que possui quatorze quartos, os hóspedes podem conhecer a importância histórica do local e realizar passeios que incluem cachoeira, cavalos, trilhas, jardins e um restaurante; em um cenário relacionado ao contexto histórico do ciclo do café, ao qual pertenceu a fazenda.

Em 1972 foi realizada, em Paris, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, na qual foram discutidas as ameaças de perda e degradação de bens culturais. No documento houve a intenção de divulgar a importância mundial da preservação e proteção dos patrimônios culturais e naturais nacionais como de interesse de toda a humanidade (UNESCO, 1972). O turismo não é citado, embora seja destacada a necessidade de financiamento para que o patrimônio siga preservado.

No ano seguinte, foi criado no Brasil o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, que a partir de 1977 passou a ser denominado Programa das Cidades Históricas (PCH). Tratava-se de um programa interministerial, contando com recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) e com a participação do IPHAN, representando o Ministério da Educação e Cultura, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e de outros ministérios. Tinha como principal objetivo estimular o turismo nas cidades históricas, visando ao desenvolvimento da economia e ao aumento dos recursos para restauração e manutenção do patrimônio cultural desses centros históricos (CORRÊA, 2012, *apud* THOMPSON, 2014). Todavia, em Salvador,

³⁵ Roteiros de Charme: é uma associação que avalia o capricho, a qualidade das instalações, os serviços e o compromisso com o Código de Ética e Conduta Ambiental que se baseia na economia sustentável, que busca reduzir, reciclar e reutilizar. Os hotéis e pousadas, que possuem todos esses requisitos, tornam-se associados e recebem o selo de qualidade, passando a serem divulgados como Roteiros de Charme (PARANA, 2003).

São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a questão da refuncionalização de espaços públicos, áreas centrais, sítios históricos em função do uso do turismo e lazer, que na maioria destes projetos não incluiu os moradores dos locais, gerando sua expulsão e marginalização, tornando a cidade um mero atrativo, e o patrimônio cultural se tornou apenas um recurso econômico (SANT'ANNA, 2003).

Nesse contexto, em 1976 foi realizado um seminário na Bélgica sobre o turismo contemporâneo, quando foi escrita a Carta de Turismo Cultural, pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS, que trata das atividades turísticas no mundo e observa seus efeitos positivos e negativos sobre o patrimônio. Segundo a Carta do Turismo Cultural (1976, p. 01), o “turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios culturais é particularmente importante e só pode aumentar”. Assim, o turismo cultural foi encarado como uma atividade que exercerá no futuro muitas influências na sociedade e nos monumentos e sítios, sendo necessário um estudo cuidadoso de suas atividades e políticas.

O termo turismo cultural está assentado na ideia de que a busca por conhecimento seria o estímulo a um tipo de turismo diferenciado e, portanto, benéfico para a preservação dos bens culturais. Assim, se a atividade turística for planejada e controlada e contar com visitantes respeitosos e interessados em conhecer as culturas locais, ela pode ser um instrumento de preservação cultural e natural, além de gerar os recursos necessários para isso (ICOMOS, 1976).

A definição de turismo cultural para o Ministério de Turismo (2006) se refere à compreensão das atividades turísticas voltadas para experiências ligadas ao patrimônio histórico e cultural, que englobam os bens de natureza material e imaterial. As atividades turísticas englobam todos os serviços que o turista irá precisar ao se deslocar para um destino, como, por exemplo: o transporte, as agências, a hospedagem, a alimentação, recepção, eventos, recreação e entretenimento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 15).

Os elementos do patrimônio cultural que podem se tornar produtos para a promoção são os restaurantes de comida típica, o artesanato da população local, as manifestações culturais locais. São diversos os tipos de turismo cultural: o turismo cívico, quando ocorre em datas históricas; turismo religioso, como, por exemplo, as peregrinações; e turismo místico e esotérico, que busca a espiritualidade; o turismo étnico, que envolve as comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas; o turismo

cinematográfico, voltado aos profissionais da área que se deslocam para outros destinos para realizarem uma produção cinematográfica; o turismo arqueológico, no qual o turista busca visitar, estudar e conhecer sítios arqueológicos; o turismo gastronômico, no qual os visitantes buscam conhecer a gastronomia típica do local; o enoturismo, cujos visitantes buscam degustar o vinho da região; etc. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p.32). Como podemos notar, essas diversas classificações se referem a nichos de mercado relacionados a diversos segmentos sociais que demonstram interesses em temas específicos.

Vale ressaltar, que todo turismo visto de modo amplo, é cultural, o deslocamento por si só já faz parte de um fenômeno cultural. “O patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem.” O turismo considera o patrimônio cultural, quando existem atividades culturais relacionadas, por exemplo, visitas a museus, cidades históricas, roteiros temáticos, entre outros (FUNARI e PINSKY, 2003, p.08-09). E sendo assim, os museus, o patrimônio histórico, os sítios arqueológicos, os centros históricos, são considerados elementos atrativos para o Turismo e podem ser usados para desenvolver uma “conscientização social”(FUNARI e PINSKY, 2003, p.09).

Nesse contexto, para Funari e Pinsky (2003) o Turismo Cultural, é a atividade que envolve o uso do patrimônio cultural, das cidades, das festas, do folclore, festas juninas, carnaval, tornando possível o contato direto com as manifestações culturais e de identidade do local, e estão ligadas a ações educativas, sociais, comunitárias, que possuem o objetivo de garantir o acesso do cidadão aos bens e serviços da cultura (FUNARI e PINSKY, 2003, p.10-11).

Assim, o turismo cultural implica na existência e preservação de um patrimônio cultural, representado por museus, monumentos e locais históricos e, são a “base de sustentação da própria atividade” (RODRIGUES, 2003,p.15) O patrimônio cultural, ambiental e paisagístico são a mola propulsora para o turismo. O patrimônio cultural é um bem de uso especial, comum ao povo brasileiro, e deve-se ter um compromisso com a preservação, valorização e divulgação do patrimônio local como uso turístico. “A função social do turismo é o principal argumento para uso do patrimônio” (MORAIS, 2003,p.99).

O Turismo cultural é voltado as artes, ciência, formação e informação nos diversos ramos ligados a inteligência e criatividade humana (ANDRADE, 1995,p.71). Segundo Boniface (1995, p.36) o público que procura este tipo de turismo possui um bom nível de formação e escolaridade. Sendo assim, o Turismo Cultural está ligado a motivação do

visitante em conhecer outras “culturas, civilizações, conhecer a arquitetura, arqueologia, obras de arte, museus, entre outros, se configurando nos atrativos histórico-culturais”. (FRANCO, 2000, p. 78)

Para Morais (2003, p.101-103) não existe turismo sem planejamento, e a educação patrimonial ainda é algo que deve ser uma preocupação para os gestores do turismo e patrimônio, a atividade deve envolver a comunidade como um todo e as universidades, os arqueólogos, e profissionais da área de turismo.

O turismo planejado para as ruínas do Forte São Joaquim deve estar totalmente ligado à preservação do espaço, do meio ambiente, dos rios Tacutu, Uraricoera, Rio Branco, valorização da paisagem natural, fauna e flora, e das ruínas, que são o patrimônio cultural de importância nacional e regional. Sendo assim, defendemos um turismo de qualidade, que segundo Ruschman (2003) é uma atividade voltada a proteção do patrimônio natural e cultural.

O turismo defendido neste trabalho é o contrário ao turismo de massa :

que se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano.(...) Além disso, o fluxo de grande número de pessoas tem contribuído para agressões socioculturais nas comunidades receptoras e para origem de danos, às vezes irreversíveis, nos recursos naturais. (RUSCHMANN, 1997, p.23)

Ainda cita Ruschmann (1997, p.23), que existem turistas com uma “falta de cultura turística”, ou seja, que se comportam de modo alienado “em relação ao meio que visitam – sem ter nenhuma responsabilidade na preservação da natureza”. Por isto, existem outras propostas de Turismo, que buscam conter os impactos negativos da atividade, sendo chamados de turismo alternativo, ecológico, responsável, e sustentável. Sendo assim os profissionais do setor turístico, devem se preocupar primordialmente com a preservação ambiental e do patrimônio local, deve-se estimular um turismo harmonioso e em equilíbrio com o meio ambiente e comunidade, caso contrário, a “atividade turística comprometerá a sua própria sobrevivência”. (RUSCHMANN, 2003, p.24)

O turismo deve priorizar os ideais e princípios de bem estar e felicidade das pessoas, em detrimento, da busca de um desenvolvimento baseado somente nos custos e benefícios (MCINTOSH e GOLDNER, 1986, p.305). O turismo que defendemos neste trabalho é totalmente contrário a produção do patrimônio cultural e natural e do espaço como mercadoria, é contrário ao uso e criação de monumentos que venham a confundir e desrespeitar a história original das ruínas do Forte São Joaquim.

O objetivo de garantir um uso turístico para as ruínas é primordialmente garantir a preservação deste documento histórico e da memória que ele traz, divulgando o conhecimento, sendo um meio de levar educação patrimonial e ambiental. O espaço se tornará uma sala de aula no campo, em que os visitantes poderão pensar e imaginar como era o Forte, como as comunidades indígenas e soldados viviam no local, entre outros assuntos poderão ser debatidos. Este local deve ser considerado sagrado pelos gestores do patrimônio e do turismo, e devem ser capacitados todos os profissionais envolvidos no planejamento de uso turístico deste sítio histórico.

Sendo assim, o Turismo defendido para o local é um Turismo de qualidade, cultural, social, sustentável, científico, arqueológico, enfim, que seja voltado ao respeito, ao patrimônio natural e cultural e a sua população.

O Turismo Arqueológico pode ser uma opção de uso para as ruínas do Forte São Joaquim, pois, segundo Mortensen (2001, p.126) gera um sentimento de pertencimento, orgulho e identidade no município e comunidade. Através da existência do sítio arqueológico pode-se explicar fatos históricos ao vivo (MORENO et al, 2004). O uso turístico em sítios arqueológicos permite que o visitante amplie sua visão de mundo, pode entender melhor as passagens históricas, fazendo com que pessoas criem identidade com seu passado (GONZÁLEZ E GONZÁLEZ, 2000).

Também o Turismo Social pode ser implantado no local, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT) o Turismo Social é aquele que inclui a comunidade local nas práticas da atividade turística, ou seja, ouvindo a população, seus interesses, sendo capacitados, e inseridos e envolvidos na atividade turística.

Outros tipos de usos de turismo nas ruínas no Forte São Joaquim são: o Turismo Pedagógico voltado a levar um grupo para determinado local, no qual será passada uma atividade de reflexão, e pode ser de um conteúdo multidisciplinar (HORA E CAVALCANTI, 2003). O Turismo Científico, também está ligado ao turismo pedagógico, é voltado para a pesquisa de determinado assunto, em determinada área natural e protegida, é voltado a contemplação e interpretação do meio e objeto de estudo (WALLACE, 2002).

Sobretudo, o turismo deve ser sustentável, preocupado com o meio ambiente, sua população, seu patrimônio, com o emprego de atividades de turismo, identificadas como as do tipo "leve", são aceitáveis para não perturbar ao meio ambiente natural, a população de causar maiores impactos ao patrimônio natural e cultural. Inclusive, a propaganda e o marketing do local devem ser voltados à qualidade e preservação do patrimônio cultural

e natural, além disso, o turismo sustentável visa ser social, gerar benefícios aos moradores locais, como emprego, distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida. (BENI, 1999, p.13).

Segundo o Ministério do Turismo, as atividades turísticas devem primordialmente:

garantir a preservação integral dos bens, ou seja, a manutenção de suas características essenciais. [...] é imprescindível a sua conservação, isto é, a adoção contínua de medidas para evitar que se deteriorem. Podem ser realizadas, ainda, ações de qualificação e revitalização que estão relacionadas a um conjunto de medidas para garantir uma melhor infraestrutura, para revigorá-los ou otimizar seu uso, estabelecendo novos sentidos e significados ao patrimônio. Para dar vitalidade, restaurar e conservar, é preciso recuperar o uso residencial, desenvolver e implantar serviços e atividades turístico-culturais, de forma a garantir a presença permanente de pessoas e o interesse do visitante (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.50).

Os ministérios do Turismo e da Cultura, a fim de desenvolver nos museus o potencial cultural, educativo e turístico, criaram o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo (IBRAM, 2010, *apud* GODOY, 2013). Através dessas ações, são criadas situações favoráveis para a atração de visitantes aos museus, de forma a se criar empregos e renda para a instituição por meio das bilheterias, de *merchandise*, de lojinhas. E isso gera alguns benefícios sociais para a comunidade como um todo que são:

a democratização do acesso aos bens culturais, o alargamento da vivência cultural, educacional e científica do país podem vir a ser de forte impacto para a sociedade brasileira como um todo. **Não somente turistas (nacionais ou estrangeiros) serão contemplados com tal desenvolvimento, como as próprias comunidades e gerações futuras (GODOY, 2013, p.41).** Grifo nosso.

As aproximações efetuadas, ao longo das décadas de 1960 e 1970, entre turismo e patrimônio cultural representavam também a associação cada vez mais intensa entre economia e cultura. Na década de 1980, segundo Thompson (2014), essa associação passou a envolver pesquisas acadêmicas, instituições do governo e organizações não governamentais, levando ao entendimento de que a cultura poderia ser usada como recurso para o desenvolvimento social, desde que gerida nos termos da economia. Para Yúdice (2004, p.13, *apud* THOMPSON, 2014), essa aproximação será baseada na crença de que a cultura deixa de ser transcendental e se transforma em uma reserva disponível,

de forma que sua conservação, acesso e investimento se tornam prioritários. Nesse contexto, a economia da cultura passa a se tornar um campo de estudo, que lida com as questões de oferta e demanda culturais, mercado, distribuição e consumo, exigindo, assim, uma gestão cultural capaz de gerar riqueza, desenvolvimento e sustentabilidade.

Em 2010, foi criada a Lei nº 12.343, que instituiu o Plano Nacional de Cultura do Brasil, o qual incorpora o termo economia da cultura, tendo por objetivos: desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; estimular a sustentabilidade socioambiental; articular e integrar sistemas de gestão cultural (BRASIL, 2010).

2.2.A questão da espetacularização e consumo do patrimônio

Dependendo de como for realizada a comunicação do bem patrimonial em função do título que possui, se é considerado um patrimônio mundial, natural, cultural, ele pode atrair ou não um maior número de visitantes, motivados por essa promoção realizada, na maioria das vezes, pelos órgãos de turismo e de cultura municipais e estaduais. Nesta parte serão abordadas as principais críticas ao turismo, considerado como uma das atividades responsáveis por trazer a questão econômica para a preservação do patrimônio.

Segundo Lefebvre (2000 [1974], p. XIX), essa valorização dos bens culturais e a configuração de novos sentidos e usos para os mesmos podem levar a uma fetichização do espaço, baseada em uma relação de produção e consumo, oferta e demanda, capital e cultura do espaço (PAES, 2010, p.15). Para Aguiar (2006, p. 120), os lugares que recebem o título de “patrimônio cultural” se tornam produtos com um “selo de qualidade”, de acordo com o nível de tombamento municipal, estadual, federal e, os mais valorizados, como “patrimônios da humanidade”.

O patrimônio passa a ser visto como um produto; seu sentido relacionado à memória e identidade fica em segundo plano. Com isso, “o patrimônio contribui para a criação de serviços e produtos que podem ser convertidos em *merchandise* para ser vendido e gerar lucro” (FRIGOLÉ, 2010, p. 37). Sendo assim, os autores criticam o fato do patrimônio se tornar apenas um destino a ser visitado pelos turistas, os quais poderiam gerar supostos benefícios financeiros para a economia local, com a criação de pousadas,

de restaurantes voltados para a gastronomia regional, de lojas para a compra de artesanato, do uso dos transportes da cidade etc., mas que acabam se limitando ao consumismo.

Ainda nesse contexto, Choay (2006) cita a questão da espetacularização do patrimônio, que se caracteriza pelos muitos usos de bens que acabam sendo planejados para serem exibidos como espetáculos, baseados na utilização de diversos recursos: luzes, sons, eletricidade, e mediadores entre o público e a obra. E essas ações podem ser maléficas quando entram em concorrência com o próprio patrimônio e não geram reflexões sobre o uso atual. Manzato (2007, p. 103-104, *apud* Sotratti, 2010) alerta que o uso excessivo desses recursos pode espetacularizar a visita, tirando o foco do visitante da valorização patrimonial.

Podemos citar aqui, a situação atual das ruínas do Forte São Joaquim como exemplo. Alguns membros da população demonstram o interesse de que o Forte seja reconstruído, que seja um espaço com eventos, atividades culturais, restaurantes, utilização de jogos de luzes, sons, teatro, e diversas atividades, enfim que o espaço seja utilizado pela população, como veremos no capítulo 3. Todavia, hoje ainda restam as ruínas ou vestígios do Forte São Joaquim, que, para alguns, não são importantes e não representam nada. Para os arqueólogos e historiadores, as ruínas devem ser revitalizadas e restauradas, para que seja valorizado o patrimônio original e não falsificada a história. Sendo assim, é de extrema importância decidir qual será o melhor uso desse espaço para a comunidade, com a participação de todos os envolvidos nesse processo. Caso contrário, o local poderá sofrer maiores degradações e até desaparecer.

Quando o valor econômico está em primeiro lugar, as empresas privadas, ao readaptar o patrimônio, estão exercendo somente sua visão mercantilista, e esta visão pode acabar sendo a base para todas as ações subsequentes voltadas à reabilitação dos bens culturais. Dessa forma, lança-se mão de uma estética exibicionista, que acaba associando a memória e a identidade locais a espetáculos recreativos que visam retorno financeiro.

Nesse sentido, o patrimônio, sendo considerado como produto de consumo turístico, não levará à reflexão e poderá ser degradado, atraindo a especulação, submetendo-se ao turismo de massa. Para que ocorra uma boa gestão do patrimônio histórico e cultural que vise a sua proteção e gere uma economia, o contexto socioespacial em que os bens culturais estão inseridos deverá ser estudado e seu uso planejado pelo poder público, a iniciativa privada e sociedade local (SOTRATTI, 2010, p. 93).

O patrimônio cultural é um bem coletivo, pertencente à nação, possui um grande valor simbólico e social e deve ser protegido contra a destruição, adulteração e mercantilização. Afinal, são representantes da história e não devem ser vistos de “modo pragmático e meramente utilitário, que levaria ao desprezo das construções” (CASTRO, 2013, p.14). Portanto, as fortificações e demais bens culturais não devem ser vistos como produtos a serem consumidos, e sim devem levar a uma maior reflexão sobre a importância de sua existência.

Segundo Mauricio (2014), o turismo se apropria de determinado elemento patrimonial e o modifica, inventa identidades, implanta uma estrutura física no espaço e modifica o local onde está o patrimônio e a cidade, para tornar a atividade rentável e atrair mais os turistas. O planejamento turístico, quando ocorre de modo arbitrário, causa diversos impactos para toda a população, por isso o autor defende que o turismo busque o equilíbrio na preservação das características da cultura local, segundo os interesses da população e da atividade.

Segundo Aguiar (2006, p.15), o turismo nos sítios urbanos de Ouro Preto em Minas Gerais foi responsável pela invenção de novas memórias e tradições que, na maioria das vezes, não condizem com a realidade dos “herdeiros” e modificam as funções iniciais do patrimônio. O turismo é um dos responsáveis por transformar o território, sendo considerado como “investimento capitalista diretamente atrelado às novas formas das condições de trabalho desenvolvidas a partir de fins do século XIX e difundidas mundialmente ao longo da primeira metade do século XX” (AGUIAR, 2006, p.15).

Marcia Sant’Anna (2003) cita os casos dos centros urbanos históricos que se tornam apenas atrativos, em que os usos foram mal planejados, e que, para enobrecer a área, geraram, ao invés da preservação do local, falseamento da realidade e distanciamento da população, como ocorreu em Salvador, em que o centro histórico, se tornou um atrativo, uma cidade-atração, na qual não foram realizados estudos arqueológicos, arquitetônicos, nem contratados profissionais da área do patrimônio para a preservação do centro histórico. O uso do patrimônio foi pensado como um turismo de espetáculo, baseado em uma lógica financeira e promocional, e a preservação do patrimônio ficou em segundo plano (SANT’ANNA, 2003, p.171).

A cultura sendo planejada pelos economistas tem um preço, é uma mercadoria, tem um custo, causará um impacto, vai gerar emprego, turismo, demanda, necessitará de apoio financeiro dos governos, influenciará na receita turística. Na visão dos culturalistas, a economia é intrínseca à cultura, toda produção e gastos estão interligados, existe uma

relação explícita de mercado com a indústria da cultura (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2006, *apud* THOMPSON, 2014).

Sendo assim, a escolha do uso destinado a determinado patrimônio e a forma como for administrado vão decidir se o patrimônio será em primeiro lugar preservado, ou se não, se será considerado somente como uma mercadoria. Se o patrimônio for destinado ao uso do turismo cultural, existirão gastos em atividades e programações culturais, educativas, gastos com a manutenção do edifício, restauração, divulgação, custos para pagar os seguranças e os profissionais que trabalham no local, demandará uma relação econômica. Todavia, o patrimônio e sua preservação devem estar em primeiro lugar como foi ressaltado em todas as cartas patrimoniais.

Conforme Cêça Guimarães (2000), o desafio de agregar as leis do mercado às leis conservacionistas é a “condição básica para a sobrevivência de muitos habitantes de grandes e pequenos centros urbanos. Alguns desses espaços e núcleos são conjuntos e sítios históricos tombados, que existem apenas porque contêm bens patrimoniais”.

O turismo e o patrimônio estão conectados pela cultura e pela economia, que interessam a ambos, todavia, se o patrimônio for degradado, o turismo não terá mais função no local. Segundo Prats (2011, p.250), o turismo vai estar incluído em grande parte dos projetos patrimoniais como uma forma de sustento. O turismo também busca o patrimônio para desenvolver a cultura, identidade e autenticidade. Essa ativação do patrimônio em conjunto com o turismo deve ser planejada de modo que seja a serviço da comunidade, desenvolvendo o território com infraestrutura, dinamizando a cultura, a economia, os serviços turísticos, gerando empregos, postos de trabalho direto, temporários e complementários (PRATS, 1997).

O turismo pode gerar recursos para manter, promover e divulgar o patrimônio, gerando a possibilidade de conhecer os diversos monumentos históricos existentes no país: “tais espaços seriam a materialização do passado e uma herança coletiva, mesmo daqueles que nunca estiveram ou viveram lá, ou mesmo daqueles que nunca irão conhecê-los” (AGUIAR, 2006, p.16).

Conforme Sotratti (2010), a refuncionalização do patrimônio cultural deve ser analisada pelos gestores do patrimônio e do turismo com base na análise de cada cidade: “a gestão integrada e participativa em cidades, se torna o principal recurso de desenvolvimento”; a comunidade deve estar envolvida e ser uma das principais preocupações nos processos e ações de gestão do patrimônio para que o mesmo seja preservado e apropriado (SOTRATTI, 2010, p.94).

2.3.A interpretação do Patrimônio e um Turismo Inclusivo

Uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio, seja na interação com os visitantes, seja na sensibilização das operadoras (MURTA e ALBANO, 2002, p. 11).

Nesse contexto, vale a pena ressaltar a importância de ser realizada uma interpretação do patrimônio em conjunto com o turismo, incluindo a comunidade, de modo que a atividade turística seja sustentável e realmente traga benefícios para os moradores locais. Assim, abordaremos a interpretação do patrimônio local relacionada a um projeto de uso turístico do bem cultural que seja ético e responsável, respeitando o espaço e sua cultura.

A informação sobre o patrimônio cultural e seus habitantes, costumes, história é de extrema importância para estabelecer uma comunicação com o visitante, visando ampliar o conhecimento. A experiência de quem visita é “fortemente visual, o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados mais marcantes” (MURTA; ALBANO, 2002, p. 09-10). Investir em interpretação do local agrega valor ao patrimônio cultural. E seu objetivo principal é convencer as pessoas sobre o “valor do patrimônio, encorajando-as a conservá-lo”.

O uso de sons, painéis, trilhas interpretativas e serviços de apoio adequados podem contribuir para o entendimento do patrimônio e “induzir a atitudes de proteção ambiental”. É através da interpretação que será gerada a reflexão sobre a importância do patrimônio cultural local, levando os moradores locais a olhar e redescobrir o seu patrimônio, pensando na preservação e na geração de empregos ligados ao turismo (MURTA e ALBANO, 2002, p. 11).

Para Guimarães (2013, p.30), é importante que seja usada para a interpretação do patrimônio uma linguagem acessível e criativa, com “recursos humorísticos, audiovisuais ou performativos, jogos educativos, de simulações de aventuras e expedições [...]”, com o uso das informações históricas e de guias.

Para Murta e Albano (2002, p.10-11), é fundamental que a visita emocione, desperte sensações nas pessoas, estimulando o olhar e a contemplação. E o turismo deve ser inserido de modo responsável e respeitoso na comunidade local, deve ser adequado à

“vocação do lugar, possibilitando   população participar e usufruir de seus resultados”. A interpretação   uma aliada para que o desenvolvimento do turismo seja sustentável.

Para Freeman Tilden, a interpretação do patrimônio   uma atividade de educação patrimonial, que, por meio de objetos originais, revela significados, provoca emoções, estimula curiosidades, entretendo, inspirando novas atitudes e proporcionando novas experiências. E, por isso,   importante usar das diversas artes de comunicação humana, como teatro, literatura, poesia, fotografia, escultura, arquitetura, placas, painéis, mapas, guias, centros, museus, etc., como também o uso de guias e condutores, que estão diretamente ligados   necessidade do visitante.

O maior erro no planejamento e uso turístico do patrimônio está na “exclusão da população local, [...] resultando na montagem de atrações históricas fossilizadas e pasteurizadas para o rápido consumo turístico, sem a vitalidade das práticas culturais e sociais das comunidades locais” (LANE, 1991, apud MURTA; GOODEY, 2002, p. 16).

Em 1992, foi realizada a ECO 92, no Rio de Janeiro, na qual foi destacada a importância de se desenvolver um turismo sustentável, baseado na comunidade, nos visitantes, no meio ambiente e no turismo.

Se bem planejado o turismo dentro dos princípios da sustentabilidade, o turismo pode ter um impacto positivo e ser um catalisador da restaura o, conserva o e revitaliza o de ambientes naturais e culturais, reforçando a cultura local e contribuindo para a geração de empregos e renda nas comunidades (OMT, 1993, apud MURTA; GOODEY, 2002,p.16).

Murta e Goodey (2002, p.45) mencionam a importância do turismo sustentável estar baseado na considera o das “diversas vozes da comunidade, nas narrativas, tempos e motivos diferentes – econ micos, est ticos e os políticos”. Deve-se ouvir a voz da comunidade, para que ela mesma interprete seu patrimônio, enriquecendo e valorizando o local.

Aquilo que a comunidade valoriza para si própria, o que ela deseja preservar,   possivelmente o que ela vai querer compartilhar com os outros [...] a comunidade   quem tem o conhecimento e a experiência do lugar e, com um planejamento bem cuidado, pode administrar e controlar tudo isso de modo a alcançar um resultado sustentável (MURTA; GOODEY, 2002, p.53).³⁶

³⁶ Essa generaliza o não   necessariamente válida para o patrimônio (nacional e regional), pois este não depende da comunidade, que pode até ser contra ele, como por exemplo, em casos, que as pessoas, estão preocupadas com o retorno financeiro de uma atividade econômica, sendo a favor da moderniza o e destrui o do patrimônio. O mesmo pode ser dito com rela o às áreas de preserva o ambiental,

Por isso o turismo, segundo Farias (2002, p.61) deve ser inclusivo, ético, voltado à cidadania, ao respeito e dignidade, sustentável; por meio da educação patrimonial pode-se sensibilizar as comunidades sobre os seus valores e tradições. Nesse contexto, é importante que a comunidade seja ouvida, para se saber qual a “motivação intrínseca das pessoas para transformar a si mesmas e o lugar onde vivem” (FARIAS, 2002, p.66).

2.4.O turismo nas fortalezas no Brasil

As fortificações são geralmente as edificações mais antigas dos municípios em que estão inseridas, sendo, portanto, um “patrimônio cultural insubstituível, que necessita ser conhecido, estudado, protegido e valorizado” (TONERA e FRAGOSO, 2013, p. 56). E por isso, logo que foi criado o “sistema de proteção ao patrimônio cultural, na década de 1930, um dos tipos de monumento que teve seu valor imediatamente reconhecido foi o das fortificações”, como foi visto no quadro com a lista de tombamento dos fortes em 1938. As comunidades que vivem no entorno das fortificações possuem um grande valor sentimental para com as mesmas, por mais que elas não sejam divulgadas como atrativos turísticos (CASTRO, 2013, p.12-13).

As fortificações possuem um potencial imenso que pode ser trabalhado em conjunto com três tipos de atividades: turismo e lazer, educação e cultura (TONERA e FRAGOSO, 2013, p. 56). As fortificações são “lugares de turismo”, são o território para se desenvolver o patrimônio, turismo e desenvolvimento social (GUIMARÃES, 2013; SANTOS JUNIOR e BOTELHO, 2013, p.164).

Os fortes são atrativos por si só, pelo fato de recriar na mente dos visitantes um “passado de riscos e lutas, de piratas e corsários, de resistências até o fim contra forças muito superiores, de atos heroicos e de abnegação” (CASTRO, 2013, p.12-13). O visitante busca o passado mesmo que distante, criando histórias de aventuras e romances, mesmo que não tenham ocorrido; através da edificação, ideias e conceitos são apreciados de modo subjetivo. Além disso, representam o poder do Estado e a segurança, passados pelas muralhas e edificação como um todo (CASTRO, 2013, p.12-13).

normalmente criadas com resistências locais. Segundo informações de Castro(2014), após a defesa da dissertação do mestrado no dia 19/12/2014.

Para Santos Junior e Botelho (2013, p. 167-168), as fortificações podem ser espaços de valorização do patrimônio e da paisagem ao redor do monumento, do meio ambiente, da memória que o local possui, da atividade da educação patrimonial, no qual serão desenvolvidos programas de estruturação multidisciplinar, envolvendo o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento social, voltados para a busca de soluções sustentáveis para o patrimônio fortificado, por meio de políticas públicas de cunho nacional e ação do governo, segundo os membros do ICOFORT ³⁷- *International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage* - no Brasil, da Rede Cidades Fortificadas³⁸ e de integrantes de instituições de pesquisa brasileiras.

As iniciativas para revitalizar, proteger e revalorizar as fortificações são recentes. Muitas dessas iniciativas buscam tornar as fortificações espaços de sociabilidade, de forma a que adquirem novos significados e valores. Para que seja planejado um novo uso, é importante que a gestão e a preservação do bem sejam planejados por uma equipe multidisciplinar, atrelada ao trabalho dos “arqueólogos, museólogos, geógrafos, turismólogos, ambientalistas e gestores [...] contribuindo para um aproveitamento qualificado do potencial turístico das fortificações” (GUIMARAES, 2013, p. 31- 32).

Segundo Castro (2013, p.11), o que atrai os visitantes para visitar as fortalezas, na maioria das vezes, é a “localização privilegiada, com vistas realmente excepcionais, para as regiões em torno do forte. [...] por estarem situados em áreas de praias e florestas”. Todavia há um grande número de visitação a fortificações, mesmo quando não há vista para uma bela paisagem, como no caso dos fortes que estão inseridos no meio urbano, como, por exemplo, em “Pernambuco: os fortes do Brum e das Cinco Pontas”.

Todavia, a importância histórica das fortalezas ainda é desconhecida por grande parte da população, seja por falha no sistema de educação ou falta de identidade. Além disso, muitas delas, quando não possuem um uso ou são sítio arqueológico, tornam-se ruínas, sendo cobertas pela vegetação, não despertando interesse na população e nas autoridades locais, como as ruínas do Forte São Joaquim (SANTOS JUNIOR e BOTELHO, 2013, p.164).

Conforme Castro (2013), os órgãos de preservação e de turismo dos estados são os responsáveis por divulgar a importância do patrimônio cultural de seu território. Se a

³⁷ É o comitê do ICOMOS que tem como objetivos realizar pesquisa especializada, promover intercâmbio profissional na conservação das fortificações e do patrimônio militar e fomentar a cooperação internacional para a identificação, proteção e preservação das fortificações, estruturas, paisagens e instalações militares.

³⁸ Seminário realizado pela UFSC, que reúne todos os pesquisadores interessados na temática de preservação e uso público das fortalezas.

população desconhece o patrimônio cultural de sua região, é por falta de atuação desses órgãos. Faz-se necessário que os mesmos valorizem os fortes como recursos valiosos para desenvolver seu potencial cultural e turístico.

O órgão do governo ao fazer o tombamento não visa apenas proteger legalmente os bens, mas sim que elas venham a se tornar novas atrações, levando a uma maior visitação e a sua transformação ou consolidação como símbolos e uma identidade local e nacional – a declaração como monumento nacional não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para se obter uma melhoria na vida das pessoas, não só para atingirem seu pleno potencial como atrativos turísticos, polos geradores de recursos financeiros, mas também em termos de bem estar social (CASTRO, 2013, p.18).

Quanto ao uso turístico das fortificações, segundo Adler Castro (2014)³⁹, há vários casos de que o turismo está trazendo benefícios para o local e para o bem cultural, como, por exemplo, é o caso do Forte Defensor Perpétuo, localizado no Rio de Janeiro, sob responsabilidade do IBRAM, ou do Forte da Barra Grande, cujo órgão mantenedor era até recentemente a Universidade Católica de Santos, SP, hoje é administrado pela Prefeitura. Para Castro (2013, p. 17) o turismo deve ser bem planejado, para que gere benefícios sociais: “o lucro social, não surge automaticamente da simples existência de um bem: se não houver uma boa gestão do mesmo, esses objetivos não serão alcançados”.

Segundo Godoy (2013, p.37), o Forte Defensor Perpétuo localizado em Paraty, Rio de Janeiro, passou a receber uma maior número de visitantes (cerca de 45% dos turistas que vão conhecer a cidade de Paraty também se dirigem ao Forte e ao Museu), devido a sua divulgação como atrativos turísticos⁴⁰, feita pelo *trade* turístico⁴¹.

As fortificações possuem um grande “poder de atratividade turística” quando associadas a museus. O turismo possui uma relação próxima com os museus, por isso é fundamental que o apoio aos museus seja algo duradouro e concreto, baseado em informações técnicas e científicas, e não “apenas iniciativas de cunho político ou meras especulações” (GODOY, 2013, p. 47).

³⁹ Informação cedida por Adler Castro, via correio eletrônico nos dias 12/09/ 2014 e 13/09/ 2014.

⁴⁰ Atrativos turísticos são locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los (BRASIL, 2007, p.27).

⁴¹ *Trade* é o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e demais prestadores de serviços turísticos. Trata-se de palavra inglesa que, nesse contexto, pode ser traduzida por “negócios”, e que teve seu uso consagrado no turismo brasileiro, caracterizando os atores citados na definição anterior (BRASIL, 2007, p.19).

Todavia, há dois casos problemáticos de turismo em fortes: o Forte dos Reis Magos (RN) e o Forte de Itamaracá (PE). A atividade turística estava trazendo tantos malefícios, que o IPHAN teve que intervir e assumir a administração dos mesmos. Em ambos os casos o problema maior foi usar o monumento tombado de forma inadequada, pois os mesmos não estavam preparados para receber o turismo massificado (CASTRO, 2014).

Como exemplos positivos, podemos citar o caso do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, que chega a ter mais de 780 mil visitantes por ano, mais do que qualquer outro museu da cidade⁴². Em Niterói, o complexo da Fortaleza de Santa Cruz, que, mesmo de difícil acesso, recebeu mais de cinquenta mil visitantes por ano na década de 1990. E também o Forte Duque de Caxias, no Leme, e a Fortaleza de São João, na Urca, ambos localizados no Rio de Janeiro e muito procurados pelos visitantes.

Ao visitar o Forte de Copacabana, pode-se ver o museu estruturado para receber visitantes, além de se desfrutar de uma paisagem magnífica. No caso do Forte Duque de Caxias e da Fortaleza da Urca, os pontos valorizados são sua arquitetura, a paisagem, pequenas lanchonetes e lojas de souvenirs. Entretanto, existem outros casos de fortes que não estão preparados para receber os visitantes locais e os turistas, e mesmo assim, a procura pela visita é grande, como no caso “do complexo da Fortaleza de Santa Cruz em que funcionam unidades militares operacionais, que têm como prioridade atuar em questões de defesa” (CASTRO, 2013, p.10).

Outro exemplo, de uso turístico que trouxe benefícios à comunidade como um todo, se deu em Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é a responsável pela manutenção e administração de três fortalezas, que se tornaram exemplo de preservação cultural, atraindo visitantes locais e turistas. As três fortalezas tiveram um aumento de “3,5 mil pessoas em 1986 para mais de 113 mil visitantes em 2010”, trazendo retorno econômico e social, repercutindo no turismo local, na criação de empregos e renda.

Isso se deve ao fato da UFSC ter desenvolvido o Projeto Fortalezas Multimídia, com a criação de cdroms, que armazenam informações das fortalezas do Brasil e do

⁴² Em 2012, o Museu do Exército-Forte de Copacabana recebeu 781.933 visitantes: 697.822 pagantes, 71.145 gratuitos e 12.966 em grupos de visitantes. Dados gentilmente cedidos por Rafael Fraga Gutterres, Chefe da Divisão de Museologia do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (*apud*, CASTRO, 2013, p.10).

mundo, com áudio, imagens, textos, vídeos. Este banco de dados informativo sobre as fortificações via internet “é uma ferramenta de apoio não só ao aprendizado, mas também ao desenvolvimento de atividades turísticas”, conscientizando as pessoas sobre questões de preservação e conservação do patrimônio cultural (TONERA e FRAGOSO, 2013, p.55).

Outro caso do uso positivo do turismo em fortificações foi realizado pela prefeitura de Santos, em 2012, com a implantação do Circuito de Fortes, abrangendo a cidade de Santos e de Guarujá, no litoral de São Paulo. O projeto foi uma iniciativa do governo do Estado com o intuito de resgatar a memória do patrimônio histórico-militar. (SECOMANDI, 2013, p. 83).

O programa para Secomandi (2013, p. 79) também tem por finalidade estimular o turismo receptivo⁴³ em Santos e no Guarujá. A Casa do Trem Bélico, além de ponto inicial do Circuito dos fortes, possui a função de um centro de informações turísticas, sendo a base principal para o programa de turismo cultural, contando com salões e áreas para exposições, que mostram a importância das fortificações.

Para Santos Junior e Botelho (2013), as fortificações devem ser usufruídas de modo sociocultural, sendo valorizadas no presente para que, no futuro, ainda continuem sendo usufruídas. Devem assim participar de um intercâmbio de expressões culturais indo além do tema bélico-militar. São espaços reais que tornam possível a troca de conhecimentos do passado com o presente, conectando pessoas, tornando possível o diálogo entre as identidades de diversos grupos.

Por exemplo, Santos Junior e Botelho (2013) citam um projeto educativo via internet que auxiliará no desenvolvimento de políticas públicas e privadas para o uso turístico das Fortificações nos países da América. O portal Pontos Fortes das Américas, disponibilizado nos sites “www.fortificaciones.com” e “www.fortificacoes.com”, é um meio de divulgar as fortificações e incentivar o interesse dos investidores, além de servir como um atlas turístico de fortificações. O projeto Turístico Cultural identificará quais são os fortes com potencial para entrar no circuito turístico, e, assim, será indicada a infraestrutura necessária, os possíveis usos, para poderem ser avaliados pela iniciativa privada e pelas políticas públicas. Há também o Projeto Documentários, no qual são previstas entrevistas com a população local do entorno das fortalezas, com o objetivo sensibilizar e gerar um sentimento de identidade desses grupos para com o patrimônio.

⁴³Recebe os visitantes de fora (BARRETTO, 2003). Viagens dentro de um mesmo país ou uma localidade (ANSARAH, 2002).

Assim, essas iniciativas em “prol das fortificações conseguem gerar resultados positivos e sustentáveis”, mas precisam se adequar à gestão cultural do patrimônio e lidar com os desafios da modernidade e o abandono das ruínas que estão esquecidas (SANTOS JUNIOR e BOTELHO, 2013, p. 169).

Sendo assim, para Castro (2013) uma eficiente gestão é imprescindível, porém é muito complexa. O uso do patrimônio cultural pode conservar o bem se o mesmo tiver uma utilidade adequada. Por exemplo, algumas fortificações seguiram sendo utilizadas pelo Exército Brasileiro e ao mesmo tempo foram preservadas. Todavia, ainda existe um número grande de fortes abandonados e sem uso cultural e turístico.

Segundo o arqueólogo Marcos Albuquerque (2012, *apud* SANTOS JUNIOR e BOTELHO, 2013, p. 164), muitas pessoas não sabem da localização dos fortes; existem fortes ainda abandonados, cobertos de mato, que foram descaracterizadas pelo uso, em alguns casos, não houve a pesquisa arqueológica, antes da restauração. Os órgãos do governo ligados à área de cultura necessitam de maior apoio da população e do Governo para se investir permanentemente em políticas públicas com soluções definitivas para o Patrimônio Fortificado (SANTOS JUNIOR e BOTELHO, 2013).

Para os defensores da reutilização das fortalezas como atrativo turístico, é importante que a comunidade local se aproprie dessa decisão, tendo como interlocutores os gestores dos fortes, pesquisadores, a iniciativa privada e o terceiro setor. Esses atores serão responsáveis por inovar em programas de valorização do “patrimônio, conhecimento da história da cidade, tolerância com o diferente e diálogo com o diverso”, como previsto no Programa Pontos Fortes das Américas, que pretende realizar projetos na área de patrimônio, turismo, educação patrimonial e ambiental e planejamento urbano (SANTOS JUNIOR e BOTELHO, 2013, p.168).

As instituições responsáveis pelas fortificações devem se preocupar em aproximar e integrar o patrimônio com a cidade, inserindo os mesmos no contexto cultural: “a tendência contemporânea é que museus e outros espaços patrimoniais criem uma vinculação à dinâmica social, agregando valores mutuamente” (GODOY, 2013, p.40) .

É importante agora abordar de modo breve o contexto do turismo no estado de Roraima e qual a situação atual das ruínas do Forte São Joaquim, para se pensar nos possíveis usos que ao mesmo podem ser destinados.

2.5.O Turismo em Roraima

O Estado de Roraima se localiza no Extremo Norte do Brasil, acima da linha do Equador, e faz fronteira com os estados do Pará e do Amazonas e com dois países, a Venezuela e a Guiana. Nesses territórios são desenvolvidas diversas relações comerciais, de produção e exportação no ramo da agropecuária e dos minerais. (ISA, Cartô Socioambiental, 2011). A cidade de Boa Vista, a capital do Estado, localiza-se na porção central de Roraima à margem direita do rio Branco, afluente do rio Negro (MORAIS e GOMES FILHO, 2009).

Na fronteira, há a presença de diversos povos indígenas; em Roraima, há 40 áreas indígenas protegidas pela federação, 32 dessas terras indígenas correspondem a 46,3% da área do estado e oito são Unidades de Conservação Federais, correspondendo a 6,6% da área, duas são de uso sustentável e seis de proteção integral (ISA, Cartô Socioambiental, 2011).

Essas áreas de fronteira com a Guiana e a Venezuela formam o mais extenso corredor de áreas protegidas da Amazônia, situado na porção noroeste da região. A população de Roraima foi sendo formada a partir de vários ciclos: nos anos de 1970, houve a construção de estradas federais e a distribuição de terras em assentamentos; em 1980, a extração do ouro e do garimpo; e recentemente, em 1990, Roraima deixou de ser território federal e virou um estado, a partir da aprovação da Constituição em outubro de 1988 (ISA, Cartô Socioambiental, 2011).

Roraima é um dos estados com menos desmatamento da Amazônia brasileira. Apenas 6% das áreas de floresta foram desmatadas (INPE, 2010), o que garante um enorme patrimônio socioambiental, sendo uma vantagem estratégica na construção de alternativas originais de desenvolvimento, com base em serviços socioambientais (ISA, Cartô Socioambiental, 2011).

O estado, pelo fato de fazer parte da Amazônia e ter muitas riquezas naturais, grande biodiversidade e uma grande população indígena, atrai um turismo voltado essas motivações. No estado existem diversas cachoeiras, como por exemplo, a Serra do Tepequém, as Corredeiras do Bem Querer, destinos turísticos divulgados na cidade, e diversos sítios arqueológicos, inclusive situados dentro de áreas indígenas, como, por exemplo, o da Pedra Pintada. Todos esses sítios arqueológicos necessitam de maior infraestrutura para preservar o patrimônio local e, além disso, atender às necessidades da

população local e aos turistas. Sabe-se que muitos turistas estrangeiros têm acesso a essas áreas e às comunidades indígenas, inclusive, possuem maior permissão de entrada do que os próprios brasileiros.

O turismo cultural na cidade de Boa Vista ainda é precário. É uma cidade, onde ainda estão sendo construídos shoppings, há somente dois teatros e um cinema para atender a toda população. Ocorrem alguns festivais anuais, como: a Festa Junina, que atrai turistas de outros estados; a Festa das Panelas Macuxis confeccionadas pelas mulheres indígenas; a Semana do Patrimônio e da Consciência Negra; muitos realizados em parceria com a Universidade Federal de Roraima e o IPHAN. Há também um festival de música, destinado a incentivar os artistas locais a divulgarem suas músicas. Todavia os eventos são pontuais; não são realizadas atividades permanentes que possam atrair o público e os turistas locais de modo frequente.

O estado conta com uma enorme riqueza de patrimônio imaterial: diversas manifestações culturais indígenas, africanas, religiões como o Santo Daime e União do Vegetal, há também o vínculo de Roraima ao Deus Makunaima, que para eles é sagrado e faz parte da identidade dos povos indígenas, há uma grande diversidade musical e na literatura, devido à migração de diversos povos das fronteiras.

Existe uma grande circulação de turistas estrangeiros para Boa Vista, principalmente de venezuelanos, guianenses e norte-americanos, que vêm motivados pelo comércio e negócio. Com base em indicadores turísticos, há evidência que uma parcela dos turistas vai a Roraima, como passagem para a Venezuela, onde a moeda está desvalorizada e o câmbio favorece as compras, além de poderem visitar as Islas Margaritas e as praias no Caribe, e também o Monte Roraima, para o qual somente a entrada venezuelana realiza o passeio.

Sendo assim, quando o turista chega à cidade de Boa Vista, ele possui as opções de passear pelo centro histórico, conhecer a orla, poder visitar os restaurantes locais que servem as comidas típicas, passear de barco pelo rio Branco e poderia seguir viagem até chegar às ruínas do Forte São Joaquim, que, entretanto, estão abandonadas e cobertas de vegetação, além disso, estão esquecidas pela população em geral ou são desconhecidas por grande parte.

Capítulo 3

Os roraimenses e as Ruínas do Forte São Joaquim

No estado de Roraima existe uma precariedade de estudos sobre a proteção dos bens culturais da região e sobre o uso de políticas em prol da memória e da preservação do patrimônio cultural. O IPHAN-RR e a Secretaria de Cultura são órgãos recentes no estado, de forma que muito pouco foi realizado no sentido de preservar os espaços simbólicos. O tombamento das ruínas do Forte também foi solicitado tardiamente: o tombamento estadual se deu no ano de 2001, e o federal foi requerido em 2011. As ruínas ainda são desconhecidas por grande parte da população, sua história e sua importância não são divulgadas.

Nesse sentido, conhecer a opinião de roraimenses ligados à cultura e à preservação dos bens culturais e naturais torna-se importante para cumprir os objetivos deste trabalho em identificar os possíveis usos turísticos para as ruínas do Forte de São Joaquim e a importância das mesmas para os entrevistados.

O trabalho de entrevistas foi iniciado em agosto de 2013 e se desenvolveu continuamente até setembro de 2013, gerando o primeiro volume de entrevistas, contendo os depoimentos de 11 pessoas. Foi reiniciado em janeiro de 2014 e se prolongou até maio de 2014, originando o segundo volume, com as entrevistas de 44 pessoas. O terceiro volume conta com as fichas técnicas de todas as entrevistas, nas quais são apresentados os resumos das entrevistas; elas podem ser consultadas no apêndice desta dissertação. O resultado do trabalho, contendo os DVDs com áudio e imagem de todas as entrevistas gravadas e os três volumes foram enviados, em maio de 2014, à Coordenação de Pesquisa e Documentação/Copedoc/Rio de Janeiro, como produtos das Práticas Supervisionadas exigidos pelo Programa de Mestrado. Os originais das entrevistas, antes disponíveis na Superintendência do IPHAN de Roraima, perderam-se em função do já mencionado acidente com o servidor onde estavam alocados, de forma que o material só pode ser consultado na Copedoc/Rio de Janeiro.

Ao total foram entrevistadas 55 pessoas; destas, três permitiram somente o registro da entrevista por escrito; um entrevistado aprovou apenas a gravação de áudio; e dois enviaram a entrevista por email; o restante consentiu o registro de imagem e áudio, condicionando a divulgação das entrevistas somente para fins acadêmicos. As fichas técnicas, que estão no terceiro volume, trazem um pequeno sumário e as informações sobre a identificação das entrevistas, como data, local, duração, suporte, mas não os

nomes dos entrevistadores, somente as instituições a que pertencem; o modelo dessas fichas foi baseado, com algumas alterações, no livro *Entrevista com Augusto da Silva Telles*, da Série Memórias do Patrimônio, organizado pela professora Analucia Thompson (2010).

Na metodologia utilizada parte-se do princípio que as fontes orais geram novos documentos, constituídos pelas narrativas registradas por meio das entrevistas, permitindo, assim, o acesso a diferentes versões sobre temas polêmicos ou de escassa documentação escrita. Neste trabalho, essas entrevistas são consideradas importantes fontes de informação complementares para a construção de uma memória da preservação do patrimônio cultural brasileiro e roraimense.

Segundo Portelli (1997), as entrevistas registram a memória individual de cada participante. O autor considera a

memória como versões do passado, formuladas por processos individuais, que ocorrem em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. [...] A história oral tende a representar a realidade [...] como um mosaico, ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos (PORTELLI, 1997, p. 16).

Por isso a importância do registro da narrativa de cada entrevistado, pois “cada narrador tem algo novo a contar; é importante reconhecer a diferença e igualdade dos indivíduos” (PORTELLI, 1997, p. 17), bem como “devolver aos entrevistados em diferentes suportes os registros dos depoimentos, criar o diálogo, divulgar os testemunhos e cumprir com a proposta apresentada a eles” (PORTELLI, 1997, p. 31). A história oral, para Portelli (1997, p. 29) é realizada pelos pesquisadores, motivados pelo desejo e necessidade de tentar aprender um pouco sobre o assunto e fazer com que as pessoas contem suas histórias.

Assim, o objetivo principal da realização de entrevistas neste trabalho foi identificar o significado do Forte São Joaquim para os entrevistados para avaliar seus possíveis usos. As entrevistas, uma vez que gravadas em DVDs, poderiam ser consultadas por aqueles que tivessem o interesse e, além disso, serem divulgadas se fosse autorizado pelo entrevistado.

Com a realização das entrevistas pretendeu-se entender e refletir sobre o porquê do abandono das Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, seja por parte do governo e dos gestores públicos e privados, seja também por parte dos cidadãos; conhecer as

informações já levantadas sobre o caso e o que está sendo realizado para preservar as Ruínas do Forte São Joaquim, seja por meio da história falada, seja pelo conhecimento dos estudos realizados por entrevistados, permitindo assim realizar um estudo mais profundo acerca do tema a partir da coleta de todas essas informações. A intenção é de que esse material possa ser futuramente utilizado em outras pesquisas voltadas para projetos de uso público das Ruínas do Forte São Joaquim com fins educativos.

Acreditamos também que a realização das entrevistas pode contribuir para a aproximação da instituição IPHAN-RR com o público em geral. A intenção é que essas entrevistas filmadas e todo esse material coletado sejam exibidos futuramente, com fins educativos, em um Centro de Interpretação do Patrimônio voltado para o Forte.

O foco das entrevistas foi primeiramente os gestores de órgãos públicos ligados à cultura, educação, meio ambiente, turismo, como também, pesquisadores, professores universitários, guias de turismo, agentes de viagem, professoras e professores aposentados e reformados do Exército. Também foram entrevistados membros de famílias consideradas antigas na cidade, que possuem certa ligação com a história do Forte São Joaquim, como, por exemplo, descendentes atuais da família Brasil, cujo bisavô foi comandante do Forte.

3.1. Como foram realizadas as entrevistas

As entrevistas do primeiro volume começaram no dia 27 de agosto de 2013, dentro do próprio IPHAN- RR, com a equipe técnica, o arqueólogo, o arquiteto e a superintendente, que, por sua vez, indicaram algumas pessoas da Secretaria da Cultura, os quais me indicaram outras que trabalham no Departamento de Patrimônio e Cultura ou que já se aposentaram. No primeiro volume constam as onze entrevistas realizadas com a Secretaria Estadual de Cultura, a Divisão do Patrimônio Histórico e com uma senhora de 80 anos, antiga fazendeira que mora em Boa Vista desde 1970 e possui algumas histórias para contar sobre as Ruínas do Forte São Joaquim. Também neste volume estão inseridas as entrevistas com o vice-reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), com um professor universitário e com um diretor de empresa de consultoria da cidade.

Nessa primeira etapa, enviei vários ofícios e tentei entrevistar diversos sujeitos que foram indicados como importantes de serem ouvidos, como, por exemplo, o desembargador do Tribunal de Justiça, o governador do Estado de Roraima, um tenente-

coronel do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, mas não teve sucesso. Todavia, no final da realização das entrevistas foi possível entrevistá-los pessoalmente.

Também foram agendadas outras entrevistas que não foram concretizadas. A primeira tentativa de agendamento de entrevista foi, por telefone, com o proprietário das terras onde se localizam as ruínas do Forte São Joaquim, que negou sua participação. A segunda que não deu certo foi com o secretário do Estado de Comunicação, que não compareceu à entrevista no horário marcado e não justificou sua ausência; o mesmo, em conversa realizada pessoalmente um dia antes, havia dito que a responsabilidade era do IPHAN e do Exército em cuidar da preservação das Ruínas do Forte São Joaquim. Entrei também em contato com o 6º Batalhão de Engenharia e Construção, por telefone, para agendar uma data para entrevistar o responsável pelas questões relacionadas ao tema da pesquisa, porém a secretária alegou que não possuíam conhecimento sobre o tema e que o melhor seria procurar o IPHAN.

Das tentativas realizadas por email e redes sociais com os indicados que tinham alguma relação com a história do Forte, uma, via email, que deu certo e que consta do 2º volume das entrevistas, foi com um antigo tenente-coronel do Exército, que possuía importante envolvimento com a história do Forte São Joaquim e que, atualmente, vive em Brasília. Também foram enviadas perguntas por e-mail para o historiador Gregório Gomes Filho, que escreveu seu trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado sobre o tema das Ruínas do Forte São Joaquim, porém não houve retorno.

No segundo volume, foram realizadas, como dissemos, 44 entrevistas, que representaram para mim um desafiante trabalho de campo para compreender o valor e conhecimento que os cidadãos roraimenses possuíam a respeito do único patrimônio histórico tombado pelo IPHAN-RR até o momento. O trabalho foi realizado em fevereiro, março, abril e maio de 2014. O mês de maio de 2014 foi dedicado à realização do 3º volume, com as fichas técnicas de cada entrevistado.

Nas 44 entrevistas do segundo volume, foi possível conversar com diversos profissionais: professores aposentados, um capitão do Exército aposentado, um radialista, um colunista do Jornal Folha de Boa Vista, um analista do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, historiadores, antropólogo, geógrafos, membros da Academia de Letras de Roraima, representantes de antigas famílias da cidade, professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR), do Instituto Federal de Roraima (IFRR), da Universidade Estadual de Roraima (UERR), turismólogos, o superintendente de Turismo da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC),

um tenente do 7º. BIS, um cineasta e documentarista na cidade, donos de agências de viagens de turismo receptivo, guias de turismo, o dono do porto que realiza diversos passeios de barco, inclusive para o Forte, um funcionário da Superintendência do Patrimônio da União em Roraima (SPU), o ex-desembargador do Tribunal de Justiça, um aluno do curso de Gestão Tecnológica de Turismo do IFRR, o historiador do DEPAM, RJ, Adler Castro, que fez o laudo e os estudos históricos para o tombamento do Forte (entrevista por email), e o arqueólogo Marcos Albuquerque, que realizou estudos na área do Forte e possivelmente estará presente nos estudos arqueológicos do local.

Sendo assim, as entrevistas tiveram como foco uma parte da sociedade civil ligada à gestão do patrimônio cultural e ambiental que trabalhasse na área de educação, turismo, pesquisa, como também antigos moradores aposentados que tivessem alguma ligação com o tema da pesquisa. Todos os entrevistados foram indicando uns aos outros. Muitos nomes, cerca de aproximadamente umas cinquenta pessoas, além dos que foram entrevistados, foram indicados para participar, todavia não foi possível entrevistar todos devido ao tempo curto para entrega dos produtos das práticas supervisionadas.

Ao apresentar o resultado das entrevistas para o curso de Antropologia da Universidade Federal de Roraima – UFRR, os alunos do curso perguntaram se haviam sido entrevistados indígenas que moram no entorno do Forte São Joaquim. Foi para mim uma surpresa, pois não sabia que havia povos que moravam lá; de meu conhecimento era que só havia a fazenda particular que cultivava o arroz. Muitos dos alunos afirmaram a importância de ouvir essas populações em Bonfim, para que não sejam representados somente a história e o pensamento dos que estão no poder, como é comum, na maioria das vezes, na história de valorização dos monumentos históricos.

Sendo assim, nota-se que seria muito importante entrevistar a população indígena que vive no entorno do Forte São Joaquim, em Bonfim, para que ela fosse ouvida e houvesse um resultado mais completo e mais rico de depoimentos para esta pesquisa. Todavia, não foi possível realizar as entrevistas com a comunidade do entorno, pela dificuldade de acesso às mesmas, falta de transporte e verbas para o deslocamento; também o tempo foi um fator limitante. A investigação e a entrevista com os povos indígenas e demais residentes na região próxima às ruínas do Forte São Joaquim são, contudo, temas importantes para serem estudados pelos futuros pesquisadores e estudiosos interessados neste assunto, pois permitiriam o desenvolvimento de uma pesquisa mais abrangente ao abordar o outro lado da população que raramente é ouvida, enriquecendo, assim, a análise no trabalho.

3.2. A metodologia utilizada nas entrevistas

Como o procedimento de escolha dos entrevistados se apoiou nas indicações já a partir do primeiro indivíduo, os nomes dos demais seguiram a mesma lógica. Pode-se chamar esse processo de ‘método bola de neve’, pois, conforme as pessoas vão indicando outras, o número cresce cada vez mais, como no formato de uma bola de neve. A técnica metodológica *snowball*, ou a amostragem por cadeias de referências, segundo Biernacki e Waldorf (1981, *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011), ao observar o papel de liderança na comunidade estudada, parte da seleção dos sujeitos da pesquisa a partir da indicação dos próprios atores sociais que citam os seus conhecidos. Também pode ser chamada de técnica de “cadeia de informantes”, segundo Goodman (1961, *apud* ALBUQUERQUE, 2009).

É considerado um método não probabilístico: “sendo útil para coletar informações escondidas, mas não serve para fazer generalizações” (DEWES, 2013, p. 04). Essa amostra é considerada não probabilística, pois resulta do “estabelecimento de algum critério de inclusão, e nem todos os elementos da população alvo têm a mesma oportunidade de serem selecionados para participar da amostra” (DEWES, 2013, p. 04). Sendo assim, esse método não pode generalizar os resultados (BICKMAN e ROG, 1997, *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 332).

Conforme Baldin e Munhoz (2011, p.332), esse procedimento de amostragem é usado em pesquisas sociais, nas quais os entrevistados iniciais indicam novos participantes, que por sua vez recomendam outros participantes, e assim sucessivamente até alcançar o objetivo proposto pelo trabalho, chamado de “ponto de saturação”, quando os novos entrevistados “passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa” (WHA, 1994, *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 332).

Para que a técnica de aplicação da pesquisa seja mais confiável, segundo Albuquerque (2009), deve reunir o máximo de informações sobre todos os membros da rede ou fazer uso de uma amostra aleatória dos entrevistados. Todavia, para o pesquisador torna-se inviável, na maioria das vezes, adotar uma dessas metodologias, sendo então recomendada a técnica *snowball* (bola de neve) por utilizar a amostra em cadeias ou redes.

As cadeias de referência são vantajosas, pois, ao lidar com “redes sociais complexas, como uma população oculta, por exemplo, é mais fácil um membro da

população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos”, sendo um fator importante para as pesquisas sociais que possuem o objetivo de se aproximar de “situações sociais específicas” (ALBUQUERQUE, 2009, *apud*, BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 333).

Como desvantagem na técnica *snowball*, Albuquerque (2009, p. 22 *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 333) cita certa limitação do método, porque as pessoas que participam da coleta de informações são as “mais visíveis na população”. No caso desta pesquisa isso se encaixa em algumas partes, pois foram entrevistados os gestores, diretores, professores, funcionários de órgãos públicos e privados e de instituições de ensino, ligados à área de cultura, meio ambiente, turismo, referenciados e citados pelos próprios entrevistados. Também era interesse desta pesquisa descobrir o que os “líderes” de instituições públicas e donos de empresas privadas pensavam a respeito do tema, embora as entrevistas não tenham se limitado somente aos gestores, pois contou também com moradores antigos, aposentados e um aluno; pessoas com importância na rede de referências.

Em relação aos benefícios desse método, Sanchez e Nappo (2002, *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 335) afirmam que o trabalho de coleta de informações aproxima o investigador dos sujeitos que se pretende investigar, auxiliando inclusive na confecção dos questionários. Além disso, permite atingir uma maior diversidade entre os sujeitos das cadeias investigadas, pois, a partir das indicações, pode-se chegar a diversos grupos, inclusive de diferentes cidades, e que não tenham “contatos de amizade ou parentesco”, mas que tenham envolvimento com os objetivos do investigador, incluindo, na amostra, diferentes sujeitos que atuam em diferentes áreas e ocupam classes econômicas e sociais diferentes.

No presente trabalho, a metodologia utilizada fez com a investigadora pudesse se aproximar dos diferentes grupos de atuação nas áreas de cultura, patrimônio, educação, turismo e meio ambiente, sendo utilizado o trabalho de campo, característico da pesquisa qualitativa, no qual é possível se aproximar do assunto da pesquisa e aprender a partir da realidade (NETO, 1994).

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2000), possui o objetivo de compreender o objeto de estudo mais profundamente e não nutrir grande preocupação com a generalização. O importante está no conteúdo da informação fornecida pela população (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 337). Os procedimentos utilizados na pesquisa

qualitativa não necessitam primordialmente de análises estatísticas para a coleta de dados (GLAZIER, 1992).

Foram utilizadas entrevistas padronizadas, estruturadas com um roteiro previamente estabelecido (MORIESER, 2003); sendo assim foi escolhida a entrevista diretiva ou fechada (MANZINI, 2004). As entrevistas foram gravadas com câmera digital e seguiram um roteiro de perguntas abertas a respeito dos dados pessoais do participante e, depois, perguntas específicas a fim de investigar: 1) se as pessoas já conheciam e se já visitaram as Ruínas; 2) se possuem algum envolvimento com a história das Ruínas do Forte; 3) se acreditam que as mesmas representam determinada memória; 4) se elas devem ser conservadas e qual a melhor forma para isso; 5) se consideram as ruínas abandonadas e se existem culpados por esse fato; 6) se acreditam que os tombamentos estadual e federal garantem a preservação das ruínas; 7) caso houvesse um roteiro guiado de visita ao local, se eles gostariam de visitar; 8) o que eles gostariam de ver ao visitar o espaço; 9) se a visita ao bem cultural ajudaria na preservação; 10) o que impede que hoje o local seja visitado; 11) qual o papel da instituição em que trabalha na proteção das ruínas; 12) quem indicaria para a próxima entrevista.

As entrevistas realizadas com membros de instituições públicas e privadas, aposentados e um estudante resultaram em discursos semelhantes, no que diz respeito à preservação do patrimônio histórico, porém cada indivíduo teve algo a acrescentar e expôs seu modo de ver a situação. Assim, na análise dos depoimentos e entrevistas, categorizamos as respostas de cada um em grupos em que os mesmos defendem e possuem pensamentos semelhantes sobre o Forte, sobre qual é o melhor destino na opinião deles para as ruínas do Forte São Joaquim e o que ele representa para a sociedade.

3.3. Análise e interpretação dos resultados das entrevistas.

A análise do conteúdo das entrevistas se dá primeiramente, conforme indica Bardin (1977), através de diversas leituras das respostas, com a intenção de entender os resultados mais significantes para a análise da pesquisa. Essas leituras permitem formar uma visão global sobre as principais ideias e fazem com que se estabeleça uma interação da pesquisadora com o material para análise, no qual muitos fatos são lembrados e auxiliam na condução da análise. Nesta primeira fase a pesquisadora já pode visualizar alguns indícios não óbvios (CAMPOS, 2004).

Após essa primeira etapa, foram selecionadas as principais unidades temáticas que possuíam significado importante para analisar o conteúdo das entrevistas. Conforme Berelson (1984), as seleções podem ser realizadas através da escolha de trechos, frases, palavras, parágrafos e inclusive de textos completos das entrevistas e, quando o caso, de diários ou livros.

Para a seleção dos temas e de fragmentos da entrevista, deve-se buscar atingir os objetivos do trabalho, “as teorias explicativas adotadas pelo pesquisador e por que não dizer as próprias teorias pessoais intuitivas do pesquisador” (CAMPOS, 2004, p. 614). Assim na terceira etapa, é realizada a classificação ou categorização dos elementos (BARDIN, 1977, p.117). Os elementos, segundo Campos (2004), são significativos e importantes para atender os objetivos da pesquisa e trazer novos conhecimentos. Existem dois modos de realizar a seleção desses elementos: o modo apriorístico, no qual o pesquisador já possui as categorias predefinidas, o que é cômodo para o mesmo trazer os resultados de acordo com suas preferências, embora seja limitado para abranger novos conteúdos; e o modo não apriorístico, no qual se empreendem diversas leituras das respostas do material e se utilizam teorias, para serem criadas, primeiramente, algumas seleções, que serão depois relidas e reagrupadas, visando a uma nova categorização, até se afunilar os grupos temáticos, a fim de atender os objetivos da pesquisa. Este último foi o método utilizado nesta pesquisa.

Para Minayo (1996), não há regras para analisar o conteúdo, os pesquisadores podem seguir as formas de nortear e analisar o conteúdo das entrevistas. O processo de escolha dos elementos e seu agrupamento são realizados de modo individual pelo pesquisador. Todavia, o mesmo deve atentar, ao agrupar os temas, se está se baseando em ideias preconcebidas sobre o assunto.

Sendo assim, neste trabalho, as 15 questões formuladas aos entrevistados foram agrupadas em sete grupos de temas, até se entender os três principais questionamentos sobre os usos desse bem: qual o significado das ruínas para os entrevistados, qual a opinião deles sobre qual seria a melhor forma de conservá-las e o que gostariam de ver naquele espaço onde está o patrimônio histórico tombado.

Vale ressaltar que a análise dos resultados desta amostra é não probabilística e não pode ser generalizada, embora os resultados sejam úteis para analisar o conteúdo das respostas de cada entrevistado.

Os sete grupos de temas com suas respectivas perguntas são os seguintes:

1. O(a) senhor(a) já visitou as ruínas do Forte São Joaquim

2. Ao chegar ao local do FSJRB pela primeira vez, qual foi sua reação?
3. Para o(a) senhor(a), as Ruínas devem ser conservadas? As Ruínas são representantes da memória? Por quê?
4. Acredita que as Ruínas do Forte São Joaquim estejam abandonadas? Acredita que existam culpados? Quem são eles?
5. Acredita que o tombamento estadual realizado no ano de 2001 e o tombamento federal realizado em 2011 pelo IPHAN garantem a proteção deste bem cultural?
6. Para o(a) senhor(a), o que impede que haja uma visita às Ruínas do Forte São Joaquim?
7. Em sua opinião, qual seria a melhor forma de manter as ruínas conservadas? Quais atividades, o(a) senhor(a) gostaria de realizar durante a visita as Ruínas?

1) O(a) senhor(a) já visitou as ruínas do Forte São Joaquim?

Dos entrevistados, somente cinco disseram que não haviam visitado ainda as ruínas do Forte São Joaquim; ou seja, os demais 50 entrevistados já foram às ruínas, de barco, carro, ônibus, alguns de helicóptero, outros de bicicleta. Sendo assim, a grande maioria já visitou o Forte e viu qual o estado em que ele se encontra; alguns foram somente uma vez, outros foram várias vezes, motivados pelo interesse na região e no local.

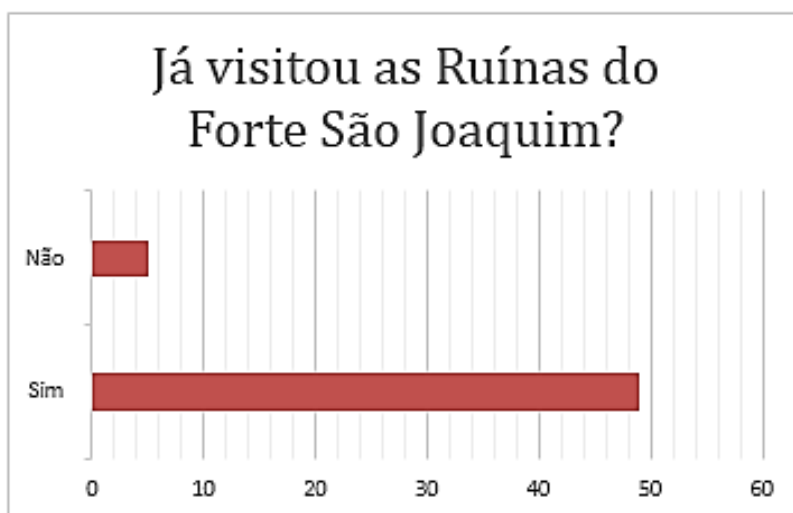


Gráfico 07: Se os entrevistados já visitaram as ruínas

De acordo com os entrevistados a grande maioria conhece as ruínas, já visitou ou já ouviu falar delas. Este dado não pode ser generalizado para toda a população, pois a entrevista foi realizada com um grupo pequeno e seletivo.

O uso do método bola de neve permitiu que os primeiros entrevistados sugerissem outras pessoas que acreditavam já ter visitado no Forte, que, por sua vez, seguiam o mesmo padrão de indicação, de forma que se formou uma rede de conhecedores do Forte. Não fazem parte dessa rede apenas cinco dos indicados; o que não totaliza 10% dos entrevistados. Nesse sentido, podemos considerar que mais de 90% dos entrevistados vivenciaram algum tipo de experiência com o Forte, apesar das restrições impostas ao acesso.

2) Ao chegar ao local do FSJRB pela primeira vez, qual foi sua reação?

Esta pergunta tem a intenção de conhecer o sentimento do entrevistado em relação ao Forte. De modo indireto, ao ver as respostas, pode-se perceber o valor que as ruínas têm para eles e as expectativas que possuíam ao chegar ao local. Sendo assim, foram categorizadas as respostas pelos conteúdos mais próximos, para obter as seguintes classificações:

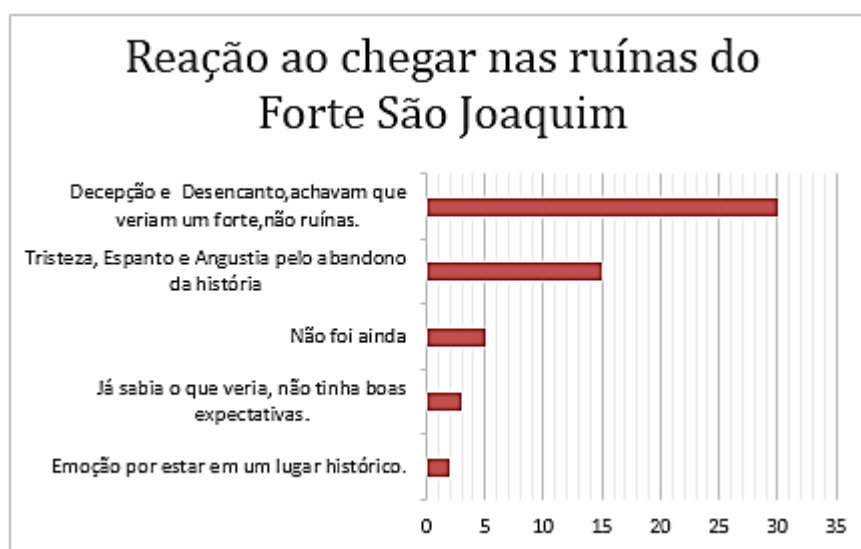


Gráfico 08: A reação dos entrevistados ao chegar às ruínas pela primeira vez

A grande maioria esperava ver o “Forte” São Joaquim, porém o que viram foram apenas as ruínas. Muitos esperavam ver um forte como a Fortaleza de Macapá ou outras fortalezas de outros estados e, ao avistarem somente as pedras das muralhas do Forte, ficaram surpresos, frustrados, tristes. Assim se referiram esses entrevistados:

Senti uma tristeza ao ver o lugar, o roraimense poderia cuidar da memória cultural e dessa lembrança viva dos primórdios da defesa do território do Brasil e de Roraima (Entrevista 30).

A primeira vez, senti uma emoção, esperava ver vários ambientes, mas senti tristeza; está literalmente abandonado no nível de segurança (Entrevista 10).

Ao visitar as ruínas, lembrei do Lobo da Almada⁴⁴, passou uma retrospectiva, lembrei da história, fiquei emocionada, fui uma das pessoas que trabalhou para que o Forte fosse tombado e reconhecido como patrimônio estadual (Entrevista 09).

Fui de barco, por curiosidade em conhecer a história. Achava que encontraria uma construção do Forte. A sensação que tive foi de decepção porque não tem nada, só a base do Forte [...] o estado físico do bem não consegue ser transformado num real atrativo, tem que ser restaurado, temos hoje uma história, mas o prédio não se encontra (Entrevista 45).

Primeira vez, fui nos anos 80, era adolescente, a história me fazia pensar que existia algo mais visível; minha reação foi de surpresa, não existia mais, só paredes. O que vi foi somente ruínas, começou a ser abandonada com a construção da Fazenda São Marcos. Foi uma decepção quando comparado com Belém, Amapá, Rondônia (Entrevista 16).

Nota-se que alguns deles comparam o Forte São Joaquim com outros fortes da região Norte, pois os mesmos já vinham com um ideal de fortificação na imaginação e, ao chegar ao local, encontraram apenas vestígios arqueológicos do Forte, ainda tomado pelo mato, trazendo o sentimento de decepção para muitos daqueles que visitam o local pela primeira vez.

Dos que ainda não foram até as ruínas, um deles mostrou ter uma expectativa positiva acerca do espaço, disse que sabe o real estado das ruínas do Forte, porém para ele o que importa é o valor histórico do mesmo, como se pode ler: “Só o que falaram para mim é que o Forte está em ruínas, mas para mim isso não importa, o que importa é o valor histórico que ele representa” (Entrevista 54). Os demais que ainda não visitaram as ruínas disseram que já sabem o que irão encontrar, mas por algum motivo ainda não puderam ir até o local conhecê-lo.

⁴⁴ Manoel da Gama Lobo d’Almada: estadista colonial português e coronel, que governou a capitania de São José do Rio Negro entre 1788 e 1799. Considerado o maior administrador do Amazonas no período colonial. Realizou uma expedição, em 1787, a fim de efetivar a ocupação portuguesa na região do rio Branco (BEZERRA, 2013).

Assim, para a grande maioria, encontrar o Forte São Joaquim em estado de vestígio arqueológico ou em ruínas é a grande decepção. E grande parte acredita que o Forte está nesse estado atual pela falta de interesse dos governantes e políticos locais em investir na conservação e preservação daquele monumento histórico. O abandono e o estado atual do Forte, sem nenhuma atividade de preservação e visitação no local, geram nos entrevistados a sensação da falta de respeito e de interesse dos órgãos públicos em zelar pela história local.

O sentimento de decepção vivenciado pelos visitantes perante o estado de ruínas de monumentos é explicado por Fortuna (2013, p. 31) pelo sentido negativo que as ruínas geram ao simbolizar um tempo caracterizado por um presente sem futuro, um tempo em que só importa o instante presente e a busca de satisfação pessoal. Mas também as ruínas podem trazer sentimentos positivos e reconforto pessoal e coletivo, quando consideradas como sinais e fragmentos do passado, mesmo que seja de um passado imaginado. A ruína para David Lowenthal (1986, p.52-67, *apud* Fortuna, 2013, p. 31) representa o equilíbrio que existia na comunidade antiga, que possuía sua tecnologia, arte, cultura e natureza. A ruína passa uma segurança pessoal e social, pois representa a continuidade do passado e a nossa herança, demonstra que a obra foi finalizada, passando uma noção de estabilidade, tornando possível compreender o passado.

Segundo Georg Simmel (1959, p. 265), as ruínas são os testemunhos que resistiram à ação conflituosa entre o espírito do homem e da cultura e a natureza; elas trazem a sensação de paz, pois, esteticamente, ainda se configuram no presente. Todavia, nem todas as ruínas são capazes de gerar essa paz, muitas delas se encontram abandonadas, desconfiguradas, espalhadas, de forma que, para Simmel (1959, p. 265), o ideal seria que fossem erguidas, organizadas, valorizadas, mostrando o seu real encanto. Para ele os monumentos e o patrimônio abandonados demonstram toda uma cultura abandonada; para salvar o passado e respeitar o presente, será necessária uma política de preservação ao patrimônio, que o considere um bem especial e valorizado.

Conforme Duncan (1991, p. 91), a maioria dos visitantes de ruínas, busca a observação, a contemplação, a imaginação, a aprendizagem e a tentativa de volta ao passado ao estar em local histórico. Para Simmel (1959, p. 261), as ruínas fazem com que o indivíduo saia do seu presente e volte para um lugar e tempo em que não viveu, usando de sua imaginação e, dessa forma, unindo-se à natureza.

As ruínas são lugares de memória, que segundo Nora (1993, p. 13) resgatam histórias com significados, afetos e pertencimento. Sendo assim, as ruínas transmitem

sentimentos aos visitantes que extrapolam os limites e a imaginação de cada um, como podemos ver nos relatos dos entrevistados que já visitaram o Forte São Joaquim, na próxima questão.

3) Para o(a) senhor(a), as Ruínas devem ser conservadas? As Ruínas são representantes da memória? Por quê?

Foi perguntado aos entrevistados se as ruínas deveriam ser conservadas e qual seria o motivo delas serem preservadas. Como essas perguntas estão relacionadas ao valor e representação das ruínas para cada indivíduo, resolvi analisar as respostas em conjunto. Então, reuni as respostas a essas perguntas, com a seguinte: “Para você as Ruínas são representantes da memória?”. Assim, as respostas foram sistematizadas e agrupadas por semelhança, como se pode ver no gráfico a seguir:

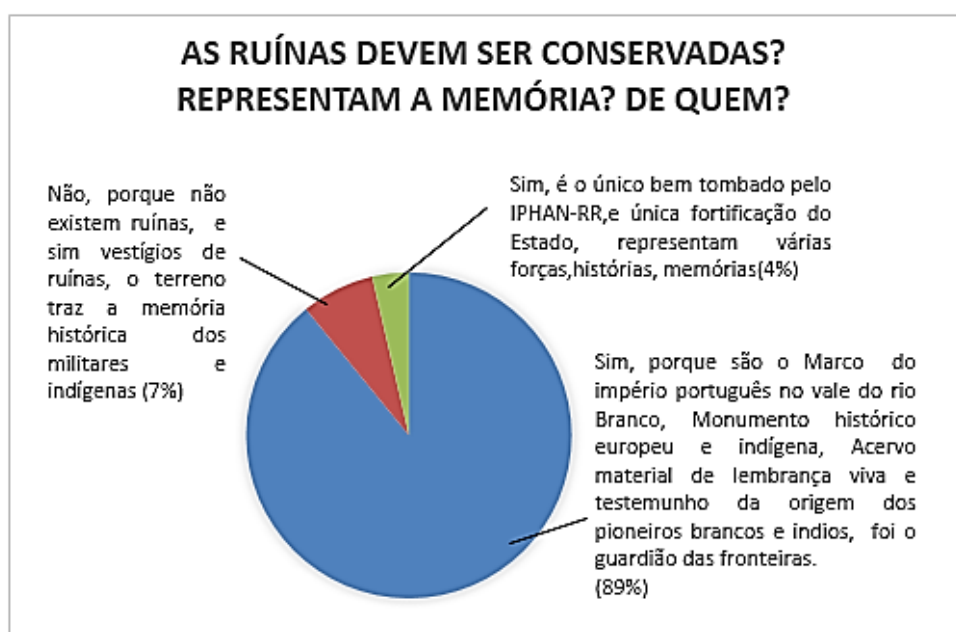


Gráfico 09: As ruínas devem ser conservadas? Representam a memória? De quem?

Ao analisar o gráfico 09, pode-se ver o que a grande maioria pensa a respeito do valor das ruínas do Forte São Joaquim para o estado e para o Brasil. Mais da metade

acredita que as ruínas devem ser preservadas pela memória que representam e pela importância histórica para o estado, como podemos ver nas seguintes respostas:

Aquelas pedras são testemunhas silenciosas, são autênticas, verdadeiras do nascimento da nossa história como povo organizado economicamente e politicamente preparado (Entrevista 44).

O Forte São Joaquim é a semente da ocupação do Estado de Roraima, as pessoas que vêm morar aqui deveriam zelar pelo patrimônio (Entrevista 53).

O cidadão deve acima de tudo respeitar as ruínas que são testemunhos da história amazônica, e colaborar com a preservação da mesma para o futuro (Entrevista 50).

A identidade do povo do Rio Branco começou com as ruínas do Forte São Joaquim, em 1776. A população do Forte surgiu na época dos aldeamentos, e o mesmo foi construído por indígenas, com mão de obra escrava, assim perdeu seu valor histórico identitário (Entrevista 18).

Representa um marco do império português, um acontecimento histórico, um monumento histórico europeu e indígena, contato dos europeus com indígenas [...]. Representam a colonização portuguesa, como dos indígenas, é necessário manter viva a história para que não aconteça desrespeito as culturas (Entrevista 1).

As pessoas precisam saber que representou a única defesa na parte do Brasil setentrional, surgindo a história do herói regional dos líderes indígenas [...] que resgatou os índios que estavam sendo escravizados, a Revolta da Praia Vermelha, no qual surgem posteriormente, o Tenente Sturn, e Lobo da Almada [...]. O Forte São Joaquim foi coisificado em formato de maquete no 6º. BEC, todavia, aquela maquete está fora da realidade. O Forte foi o início da fundação da cidade de Boa Vista, da fronteira política e física de Roraima (Entrevista 51).

O Forte São Joaquim não deve ser tratado sozinho, pois, ele possui um papel geopolítico, está envolvido com a defesa do território pelos rios, e a partir de sua existência é que se iniciam as vilas, as primeiras ocupações e as cidades (Entrevista 50).

Grande parte destas afirmativas citadas pelos entrevistados funciona como justificativa para o tombamento das ruínas do Forte São Joaquim, e também pode ser encontrada nas opiniões dos conselheiros que debateram o tombamento na Câmara Setorial, como tratado no capítulo 1. Podemos observar que as justificativas para o tombamento do Forte se relacionavam: à necessidade de preservação da área do sítio arqueológico por seu valor histórico; ao caráter de marco de colonização dos portugueses do Extremo Norte da Amazônia; a se constituir como símbolo da defesa da região contra

uma possível “internacionalização” da Amazônia; ao fato de ser o último forte construído no período; ao entendimento de que é um lugar de memória e testemunho histórico da definição das fronteiras do país.

Somente poucas pessoas disseram que as ruínas do forte não são ruínas e sim remanescentes, vestígios, e sendo assim, segundo eles, o ideal é que fosse reconstruído o Forte no mesmo local onde se encontram as ruínas originais. Para os mesmos não há interesse em visitar o local, para ver somente pedras abandonadas e cobertas de mato; outros disseram que o local não é atrativo o suficiente para atrair o público. Como podemos ver:

Não tenho interesse em visitar as ruínas do Forte, não é interessante ir até o local ficar imaginando como era, não levaria meus filhos para ver várias pedras. Deve-se reconstruir o Forte, para valorizar a cultura, a memória, e um roteiro histórico para saber como funcionava o mesmo. Entendo o Forte São Joaquim como Forte e não como Ruína. [...] Ruínas é o estado em que se encontram os antigos prédios públicos, como a Casa da Cultura, patrimônio tombado pelo município, que não possui nenhum apoio de revitalização em seus prédios (Entrevista 08).

Não é um produto interessante para o turismo, o cliente se frustra ao realizar o passeio de barco, pois, está acostumado a ver grandes monumentos (Entrevista 27).

Só iria ao lugar se fosse a trabalho, pois chegar num local que não possa se proteger para ver o que? (Entrevista 03).

Existe o lugar, mas não existe o monumento. As ruínas devem ser reerguidas, para que a comunidade roraimense tenha memória, se identifique, se aproprie do espaço e saiba da história local (Entrevista 25).

Não há nada protegido ali, nem o rio, nem a área ambiental, não há mais nada no local há ser preservado, o Forte já não está mais lá (Entrevista 14).

Sendo assim, nota-se que a maioria se frustrou ao visitar as ruínas e dificilmente voltaria ao local se não houvesse uma melhoria do espaço para recebê-los e algo que atraísse os mesmos para o local novamente; muitos sugeriram a reconstrução de um novo forte, um monumento idêntico ao Forte São Joaquim de 1775.

Na Ata da reunião da Câmara Setorial do Conselho Consultivo do Patrimônio, alguns conselheiros citaram a possibilidade de ser construído um marco referencial na área tombada e de serem inseridos os canhões que pertenciam ao Forte, desde que existisse uma política preservacionista do patrimônio. Os canhões, que antigamente

estavam localizados na praça da Bandeira, em Boa Vista, encontram-se atualmente em três lugares: três canhões no 6º BEC, provavelmente de origem sueca e datados do final do século XVII ou início do século XVIII, supostamente comprados de Portugal; um canhão está no 7º. BIS, que provavelmente é sueco, da segunda metade do século XVII, e comprado de Portugal, por volta de 1640-1660 (CASTRO, 2010). Os outros dois canhões pertencentes ao forte se encontram no Grupo Artilharia de Selva em Boa Vista.

Nos relatórios de informações técnicas, realizados na área do Forte pela equipe técnica do IPHAN- Roraima e historiador Adler Castro Castro, é defendido que todo o planejamento de uso do espaço deve seguir estudos técnicos aprofundados no local, devendo seguir os preceitos da Carta de Veneza e os fundamentos de Césare Brandi, ou seja, a preservação e conservação do local e das ruínas, do sítio como um todo, está em primeiro lugar, como citado na introdução. Seguimos para questão do abandono do local e do monumento.

**4) Acredita que as Ruínas do Forte São Joaquim estejam abandonadas?
Acredita que existam culpados? Quem são eles?**

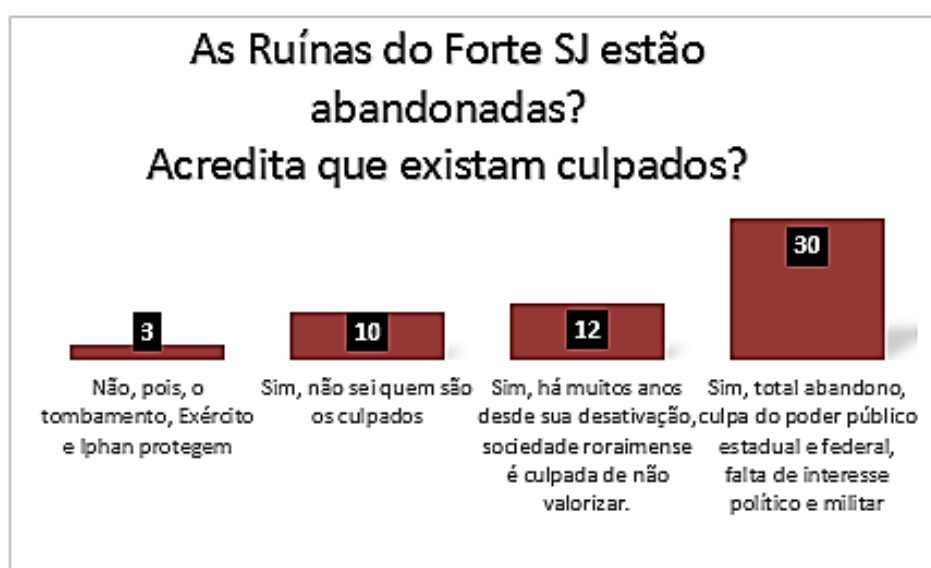


Gráfico 10: As ruínas estão abandonadas? Existem culpados? Quem são eles?

Nessas perguntas o intuito era saber a opinião dos entrevistados sobre o abandono do local e averiguar também se existe entre os entrevistados alguma mobilização, algum projeto sobre a proteção das ruínas, em prol de atividades de visitação, preservação, educação no espaço, entre outras. Como resposta, somente três dos entrevistados

acreditam que as ruínas não estão abandonadas, uma vez que existe o tombamento, ou que o Exército ou o IPHAN estão garantindo a preservação do bem cultural. Como podemos ver:

As ruínas não estão abandonadas, pois foram tombadas; se não tivessem sido tombadas estariam em estado de absoluto abandono. [...] Se considerar que coisas importantes foram feitas como o processo de tombamento do estado, por este aspecto não estão abandonadas [...] O tombamento do ponto de vista legal ele protege o bem (Entrevista 03).

As ruínas não estão abandonadas, o 7º.BIS e 6º.BEC se preocupam pelas ruínas (Entrevista 15).

As ruínas hoje estão sendo conservadas, pois há um controle de atividade de visitas, somente com autorização se entra no local via terrestre, freando qualquer degradação. [...] Foram abandonadas ao longo do tempo, devido à matéria prima ter sido desgastada com o tempo (Entrevista 17).

Outros dez acreditam que as ruínas estão abandonadas, porém não sabem dizer se existem culpados.

Não existem culpados pelo abandono do bem, e sim é a própria história que está sendo engolida por outra história, é um fator cultural (Entrevista 27).

Sim as ruínas estão abandonadas, não vejo progresso ali, acredito que há culpados sim, alguém derrubou, foi destruído, algo que deveria ser preservado, é um capítulo da história perdido (Entrevista 32).

Outros doze também concordam que há um abandono histórico das ruínas, desde que o Forte perdeu sua utilidade e foi desativado em 1900; culpam também a sociedade como um todo por não realizar nenhuma atividade em prol da preservação das ruínas.

Sim, as ruínas estão abandonadas, poderiam ser ponto turístico importante. Todos nós somos culpados, se todos nós fizéssemos projeto...; faltou vontade política de preservar; tive a oportunidade e não fiz (Entrevista 13).

O Forte está abandonado e os culpados são o tempo e a omissão genérica. O Forte tem um potencial médio relacionado à educação, ao turismo, meio ambiente e história. Só que é preciso vontade e um projeto para executar o turismo no local (Entrevista 48).

A sociedade roraimense é a própria culpada por não valorizar, pois uma vez que a mesma valoriza, os órgãos dão importância também; falta empenho da comunidade (Entrevista 29).

As mídias deveriam falar mais nas ruínas do FSJ, falar na necessidade de recuperar, divulgar nas escolas; a sociedade precisa reclamar (Entrevista 32).

E trinta pessoas entrevistadas acreditam que existe um abandono e que os culpados são os governos da esfera federal e estadual, incluindo todos os órgãos que deveriam trabalhar na defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

O abandono é evidente, não existem parâmetros para organizar a visita, o acesso não é de todos. O poder público possui uma responsabilidade grande sobre isso. A redescoberta dele em 1980 não resultou em melhor situação para ele, acelerou sua destruição. O principal culpado é o poder público pelo abandono (Entrevista 01).

Por lei o governo é responsável, os municípios também, inclusive o Bonfim, mas não se vê disposição, existe um abandono do local, há uma irresponsabilidade, por parte dos governantes que não são roraimenses, existe uma falta de compromisso, não querem saber sobre nossa história, existe uma falta de compromisso mesmo (Entrevista 09).

Abandono do Forte é abandono da história brasileira é o conjunto, o IPHAN é o responsável, cabe ação da polícia federal, tomar atitude, bem da união delapidada (Entrevista 24).

O próprio Estado no âmbito federal e estadual são os culpados pelo abandono das ruínas, e por não ter uma política de preservação do patrimônio histórico. Isso reflete na educação que não valoriza e estimula a cultura. Pois o valor cultural não gera divisas, está sempre em segundo ou terceiro plano (Entrevista 26).

Os culpados são os governantes que são rapinadores. A sensação que tenho é da falta de respeito pelos governantes que passam pelo Estado, sinto que Roraima é uma terra de rapinadores de dinheiro público, da história de Roraima, de falta de respeito e envolvimento com a história (Entrevista 20).

As ruínas estão largadas, não se vê nenhuma ação no local, e os culpados são o Estado e o país como um todo. E se seguir assim, logo esta região pode ser tomada por algum país que tenha mais poder político e financeiro (Entrevista 41).

Os principais culpados por isso são os órgãos da administração pública – federais, estaduais e municipais – e de todos os gêneros (da cultura, meio ambiente, educação, etc.), tendo em vista a demora do reconhecimento oficial da importância do monumento e, portanto, a efetivação de ações de preservação (Entrevista 46).

Nota-se, de acordo com as respostas, que a grande maioria acredita que as ruínas estão abandonadas e merecem atenção de todas as esferas sociais, instituições públicas, privadas e comunidade como um todo, todavia, ainda boa parte da população desconhece a existência das ruínas do Forte São Joaquim.

5) Acredita que o tombamento estadual realizado no ano de 2001 e o tombamento federal realizado em 2011 pelo IPHAN garantem a proteção deste bem cultural?

Com esta pergunta, houve a intenção de saber se o entrevistado possuía algum conhecimento sobre a importância e função do tombamento, e se já sabia que as ruínas do Forte São Joaquim estão tombadas em dois âmbitos, estadual e federal. Como podemos ver no gráfico a seguir:

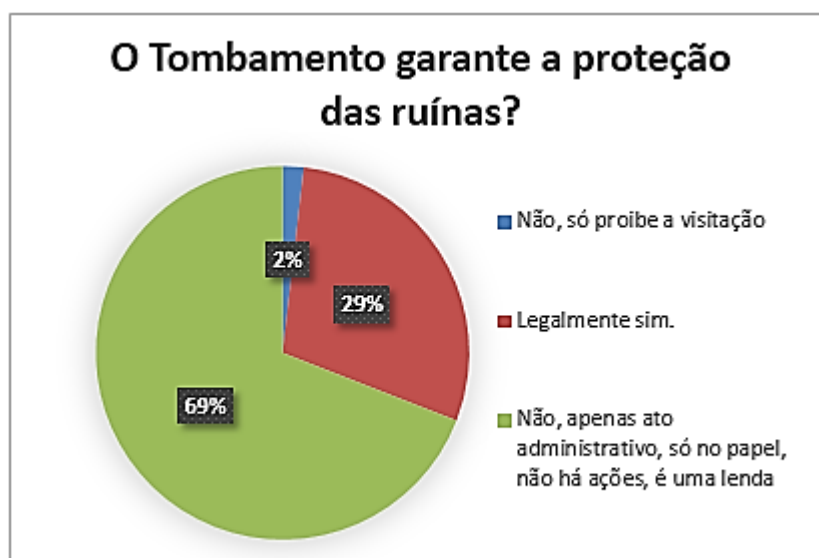


Gráfico 11: O tombamento garante a proteção das ruínas?

As respostas indicaram que 71% dos entrevistados acreditam que o tombamento não garante a proteção das ruínas do Forte São Joaquim.

O tombamento não protege de modo algum, está só no papel, não tenho notícias que se tenha alguma ação no local, só sei que tem a réplica em miniatura no 6º. BEC (Entrevista 40).

O tombamento é uma lenda, e só um ato político (Entrevista 41).

O tombamento é sempre um ato administrativo que, para atingir seu objetivo, depende da efetivação de políticas de preservação em seu sentido mais amplo, não apenas de conservação material, mas também de divulgação e educação patrimonial (Entrevista 46).

O tombamento não protege o bem. Quantas pessoas no Estado recebem para proteger o patrimônio histórico e não fazem nada pelo Forte? (Entrevista 48).

O tombamento é apenas uma medida administrativa, se faz necessária uma destinação direta de recursos para a preservação do bem em ações práticas (Entrevista 49).

O tombamento não garante a preservação do bem, mas as instituições que tombaram deveriam se responsabilizar e dar uma continuidade nas ações conforme mudança de direção (Entrevista 53).

Somente o tombamento não garante a proteção deste bem cultural, por causa das ações de intempérie da região Amazônica, sendo necessário, assim, ações pontuais pra a conservação e manutenção das Ruínas (Entrevista 55).

Enquanto 29% acredita que o tombamento legalmente garante a proteção do bem. Como podemos ver nas respostas:

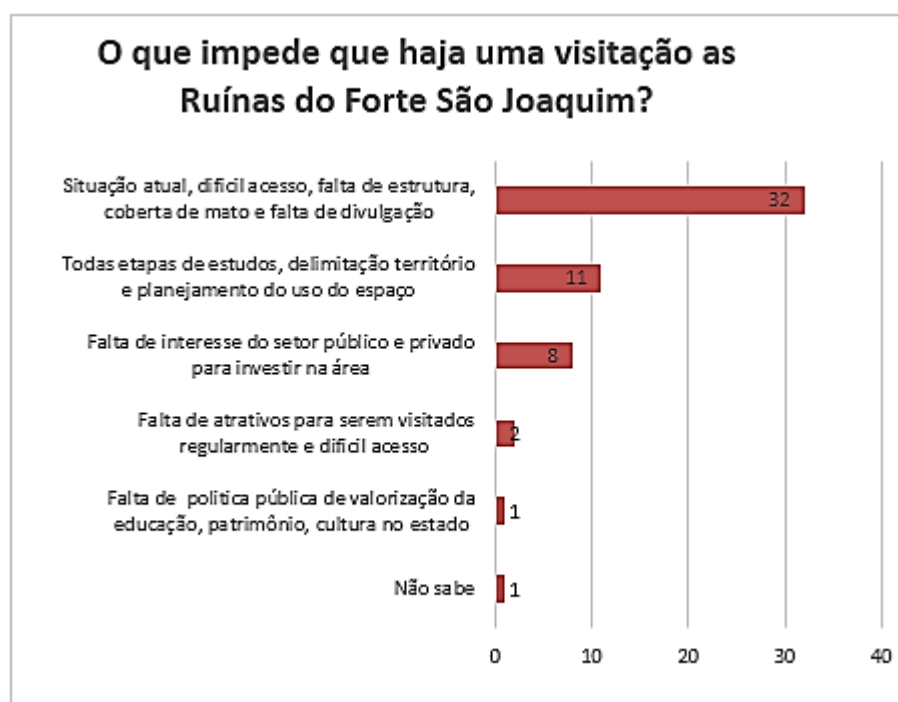
O tombamento federal e estadual são apenas os passos iniciais para a proteção e reconhecimento do bem (Entrevista 37).

De certa forma, o tombamento ajuda na preservação pelo fato de ser o passo inicial, mas só tombamento é muito pouco (Entrevista 45).

6) Para o(a) senhor(a), o que impede que haja uma visitação às Ruínas do Forte São Joaquim?

Uma das últimas perguntas a serem formuladas para os entrevistados é sobre o que impede que haja uma visitação às ruínas do Forte São Joaquim atualmente. Como se pode ver no gráfico a seguir, a maioria já havia falado ao longo da entrevista sobre o estado atual em que se encontram as ruínas do Forte; ao fazer esta pergunta, esperava-se que eles reiterassem ou complementassem o motivo que consideravam ser um empecilho à visitação no local.

A grande maioria (32 pessoas) citou que o maior problema para a visitação no local hoje   a dificuldade de acesso, por via terrestre, pois h  que ter autorização do proprietário da fazenda onde se encontram as ruínas. Pelo rio, o acesso   possível, mas se torna difícil no período das cheias, pois alaga o terreno, e no período da seca também, em que a viagem pode durar cerca de cinco horas para se chegar no local.



Gráfico 12: O que impede que haja uma visita o as ruínas do forte SJ?

O que impede hoje uma visita o às ruínas do Forte   a burocracia ao acesso ao bem (Entrevista 14).

O que impede hoje   a localiza o do Forte na BR401, pelo fato de estar dentro de uma propriedade particular, que tem produ o de arroz; fato de ter que pedir ao dono para entrar   se humilhar (Entrevista 15).

O que impede a visita hoje   o acesso, a falta de infraestrutura, de um banheiro, pessoas que controlem estas visitas (Entrevista 17).

O que impede hoje que haja uma visita o às ruínas   saber como se encontra o Forte, no momento está cheio de vegeta o, descaracterizado, já não há característica de Forte, pessoas não sabem de sua existência e o acesso   difícil (Entrevista 23).

O que impede hoje é a falta de estrutura no local, trilhas, circuito para visitação, meios de transporte, e trabalho de conserva o e restauro das ruínas. Na época eram s  ruínas, hoje   um ninhal de cascavel (Entrevista 47).

Hoje falta de acesso e divulga o são o que impedem uma visita ao local. O cidadão deve exigir do poder público que preserve as ruínas, não há visibilidade das ruínas em nível federal e nem local (Entrevista 52).

Outras 11 pessoas entrevistadas citaram que, primeiro, deveriam ser realizados os estudos arqueológicos no local, a coleta de informa es, a delimita o do espaço do sítio histórico e o planejamento de como será o uso público do mesmo. Como se pode ver nas respostas:

O que impede que haja uma visita o hoje   um órgão competente que faça este projeto, profissionais que delimitem a área do sítio arqueológico, segurança no local, regulariza o do imóvel, e o acesso complicado. Após regularizar o imóvel, não sei ainda para quem será destinado o imóvel se para o IPHAN ou para o Exército. Acredito que o Exército tem mais recursos que o IPHAN (Entrevista 33).

O que impede hoje uma visita o no local   que não possui um responsável, uma delimita o legal para visita (Entrevista 37).

  ausência de informa o, coleta de documentos, e acesso da popula o, estipular data para eventos com escolas e estimular agências de viagens receptivas para o local. O cidadão não tem como preservar as ruínas se não tem acesso e não conhece as ruínas (Entrevista 43).

Já oito pessoas disseram que o que impede a visita o hoje nas ruínas   a falta de interesse dos órgãos públicos e privados em providenciar uma estrutura para o local e inserir o mesmo no âmbito de visita o para a popula o e os turistas.

O que impede uma visita o às ruínas hoje   a falta de estrutura, interesse dos municípios, governo estadual e federal, empresas de turismo, apoio do IPHAN, para investir no turismo no estado, que tem grande potencial (Entrevista 29).

O que impede hoje uma visita o ao local   o acesso. O fato de estar localizado em uma propriedade privada, a pessoa tem que ter um barco ou carro, e ir até lá para ver mato não tem graça. Verba existe, só falta boa vontade e a o dos órgãos responsáveis para cumprir com suas fun es (Entrevista 48).

Duas pessoas disseram que o que falta para o local são a atratividade e a dificuldade de acesso.

O que impede uma visitação é a própria falta de atrativos, as vias de acesso (Entrevista 27).

Acesso complicado e falta de atrativos para uma visitação regular (Entrevista 46).

E uma pessoa disse que o que impede a visita ao local é a inexistência de políticas públicas voltadas para a educação e a cultura. E outra afirmou não saber o que impede a visita ao local.

O que impede hoje uma maior visitação é a falta de infraestrutura turística, e o Estado necessita implantar uma política pública de educação, para que o cidadão valorize o patrimônio. A sociedade civil também deveria exigir esta política de valorização. As universidades e escolas devem pressionar o Estado para criar políticas públicas que valorizem a cultura e o patrimônio local (Entrevista 26).

7) Em sua opinião, qual seria a melhor forma de manter as ruínas conservadas? Quais atividades, o(a) senhor(a) gostaria de realizar durante a visita as Ruínas?

Para análise desta questão houve a união de duas perguntas, pois, as respostas dos entrevistados coincidem e se assemelham no que diz respeito ao tipo de uso voltado para a visitação, deixando claro que não foi realizado nenhum tipo de condução para que as respostas fossem no mesmo sentido.

Estas foram as perguntas mais importantes de serem analisadas no trabalho, pois através delas pode-se entender o que os indivíduos nascidos em Roraima, os que moraram temporariamente por somente 2 anos no estado, normalmente, profissionais do Exército que passam um período curto e foram transferidos para outro estado e os que moram há mais tempo têm a dizer a respeito de qual seria a melhor forma de conservar as ruínas e o que gostariam de ver no espaço quando retornassem ao Forte.

Quando perguntava a eles qual seria a melhor forma de conservação, as respostas eram sobre o uso público do local, estudos arqueológicos, abertura do espaço para visitas etc. Assim, ao formular as questões posteriores – o que gostaria de ver no local; que atividades gostaria de fazer –, as respostas serviram de complemento à pergunta anterior. Pelo fato das respostas a essas perguntas serem muito próximas e complementares, resolvi juntá-las e analisá-las como um todo.

São diversas as sugestões dos entrevistados. A maioria é voltada para a defesa de um uso contemporâneo pelo público e para a divulgação da existência das ruínas, como se pode ver abaixo.

As respostas foram separadas em cinco categorias e agrupadas segundo as que defendiam: 1) a construção de uma réplica do Forte ao lado das ruínas e a conservação das ruínas originais; 2) o restauro das ruínas e a criação de programa de conservação com visitas escolares; 3) a reconstrução do Forte como era originalmente, e a abertura do espaço para visitação como um centro cultural e de turismo; 4) a revitalização das ruínas, com a “repatriação” dos elementos do Forte que estão com roraimenses, com a construção de um museu e de uma maquete que pudesse reproduzir como era o forte, com visitas guiadas com função pedagógica; 5) turismo cultural, científico, pedagógico, social, sustentável, histórico, com restauro e conservação das ruínas, laboratório de pesquisa, entre outros. Como se pode ver no gráfico a seguir:



Gráfico 13. Qual a melhor forma de manter as ruínas conservadas?

Com base no agrupamento e categorização das respostas dos entrevistados, foi realizada uma análise interpretativa a respeito dos resultados obtidos. Nos 55 entrevistados nota-se o grande interesse de todos em que o espaço seja revitalizado, restaurado, e que seja aberto à visitação. A maioria deseja ver o Forte como ele era, seja

como réplica ao lado das ruínas, seja reconstruído no mesmo local, ou conservado e restaurado para contemplação, ou através de uma maquete, ou através de uma projeção.

Torna-se evidente, que todas as intenções dos entrevistados são de valorização da história e da memória do local, todavia se faz necessário pensar no uso público que poderá criar um menor impacto e degradação ao bem que já se encontra em ruínas.

Dos entrevistados, 7% defendem que o local conserve as ruínas originais e que ao lado delas seja construída uma réplica do forte, que se aproxime da realidade do que ele foi.

As ruínas devem ser conservadas, com base na ideia do arquiteto do IPHAN, com passarelas, e reconstruir ao lado uma réplica (Entrevista 12).

As ruínas deveriam ser transformadas em um sítio do patrimônio histórico, gostaria de ver um centro de visitantes, com banheiros, placas, material do Forte doado pelas famílias, souvenirs, lanchonete, banheiro, interpretação do patrimônio com guias, placas, recuperar o sino de alarme, reconstruir portão de madeira, como o real, para pensar como era no tempo da colônia, com vigias nas muralhas, sala com canhões, bandeiras, etc. Tem várias maneiras de interpretar o patrimônio, após reconstrução do forte, deve-se ter a teatralização em ocasiões especiais com atores com uniformes, réplicas das armas, etc. (Entrevista 40).

Outros 18% são a favor que as ruínas sejam conservadas, restauradas, o espaço estudado e depois aberto para visitas escolares.

Defendo que as ruínas do Forte sejam estudadas tecnicamente, historicamente, e que depois, sejam consolidadas. O turismo no local deve ser baseado na preservação e conservação do patrimônio, como na Itália e Grécia. Gostaria de ver mapas, ambiente com explicações sobre o que representam as ruínas, com textos auxiliares, folders explicativos sobre o espaço, e atividades com um guia de turismo (Entrevista 50).

Já 19% dos entrevistados defendem a reconstrução do Forte no mesmo lugar em que se encontram as ruínas com a criação de algo fictício, porém que mostre como foi o Forte no século XVIII. Inclusive, um dos entrevistados possui um projeto próprio de reconstrução do Forte São Joaquim, que, porém, não foi aceito pelo IPHAN-RR.

O projeto de memória tem a pretensão de preservar as ruínas; como na Europa ocorre a reconstrução original, no Forte não daria para reconstruir tudo, pois, as bases não aguentam, mas no local da réplica

teria os documentos e bens referentes ao Forte, seria construído um complexo, casa, capela, museu aberto com canhões, balas, chave que temos guardado pelo Exército que devolveria para Roraima, produziria material didático sobre a história local. Este é o monumento mais importante que nós temos. O dono da fazenda já tinha cedido espaço para construção da biblioteca sobre o Forte. Não entendo a postura do IPHAN, fizeram acusações, eles não fazem nada e não deixam que seja feito algo [...]. Farei uma réplica pessoal sobre o Forte, o IPHAN disse que seria uma ofensa à história local e memória. Na Grécia, Roma, o patrimônio é preservado do modo sério, pedaço da coluna é reconstruído, não desisti ainda de fazer este projeto, farei ele sozinho, para que as crianças tenham uma referência (Entrevista 52).

Se fosse para ter ideia como era o Forte, seria bom fazer uma reconstrução, coisa nova, já que está sob ruína mesmo, seria bom ter uma réplica do Forte para entender como era (Entrevista 09).

O mesmo deve ser reconstruído, levaria 48 horas para ser recuperado, o que levou 23 anos em 1975. [...] O Exército deveria reconstruir o Forte em uma altura que não fosse atingido pelas águas do rio. Deve ser construído um Centro Cultural no local com venda de souvenirs (Entrevista 14).

Acredito que o Governo Estadual, Federal e o Exército devem reconstruir o Forte e tornar o mesmo um polo turístico e de pesquisa. Deve ser criada uma escola militar neste espaço. [...] o IPHAN, em parceria com Exército, formem uma aliança e reconstruam o Forte, e neste espaço seja implantada uma Escola do Exército, um colégio militar, embelezando o município de Bonfim. Durante a visita às ruínas do Forte deve ter um guia preparado, que conte toda a história do local, da capela, das fazendas, do rei São José, Rei São Bento, Rei São Marcos, entre outras. [...] seja realizada uma parceria com a Funai para visitar a Fazenda São Marcos, que possui uma arquitetura fantástica e piso lusitano, em arcos, a mesma poderia se tornar uma pousada e ser aberta para receber visitas (Entrevista 19).

Devem ter instituições interessadas em reconstruir o Forte como ele era sobre as ruínas, construir um Centro de Turismo, para serem feitas visitas no final de semana, não é preciso muito recurso (Entrevista 32).

O Forte deve ser reconstruído, deve ser feita uma réplica, para que vire um símbolo. Hoje, quase nada é possível ser visto, deve ser reconstruído, não é para mascarar a história, mas para que povo conheça o marco da defesa do território e crie uma memória, que o Forte venha a ser ponto turístico de fácil acesso (Entrevista 36).

O Forte deve ser reconstruído, reerguido, para ver como era antigamente, com guias de turismo que contêm a história do local. [...] Não dá para recuperar a cidade de Tróia, porque é uma área muito grande e demandaria muitos recursos, mas as ruínas do Forte São Joaquim poderiam ser reconstruídas. Esta ação será muito importante para que o estudante de hoje possa ver como era o Forte, e passe a ter um sentimento de orgulho e valorização da história e memória local (Entrevista 38 e 39).

Como se pode ver ainda no resultado da resposta, 28% dos entrevistados acreditam que a melhor forma de conservar o espaço é ele sendo estudado primeiramente e, depois, criado um museu, que contenha as informações históricas sobre o local. Como podemos ver nas respostas:

Estabelecendo um processo de visitação, projeto que estruture o sítio para uso da população, que se aproprie do bem e coloque no seu cotidiano, para conhecer a ruína em si, conhecer um bem cultural passível de proteção, criar um museu a céu aberto (Entrevista 02).

O local deve ser transformado em parque arqueológico, o Forte e sua redondeza devem ser transformados em um museu, para que a população conheça e visite (Entrevista 10).

Ter um espaço para um mirador, para olhar de cima o local, saber como foi a chegada, momento histórico, informações, um museu com interatividade, tecnologia, telas com itens para saber sobre o assunto, mirador, *tour* pelo espaço, história com cultura, praças arborizadas com plantas nativas para pessoas sentarem, conversarem, ver a história e paisagem que se faz presente (Entrevista 35).

E outros 28% dos entrevistados citaram o uso do turismo e diversos de seus seguimentos como forma de conservar o espaço, sendo formulado de modo planejado e sustentável. Como podemos ver nas seguintes citações:

Se houvesse um roteiro de visitação guiada neste espaço eu já estaria operando, e acredito que o turismo no local ajuda na preservação, na conservação, no conhecimento e na pesquisa (Entrevista 37).

A área deve ser limpa, a vegetação toda retirada, e que seja mantido do jeito que está, que seja criado um mini parque, com pesquisas arqueológicas e amostra de todo o material recolhido do Forte, canhões, cerâmicas, que seja investido no Turismo Cultural, que seja cobrada entrada, que seja revertido na manutenção do local (Entrevista 48).

O turismo no local deveria ser histórico, cultural e integrar um circuito cronológico envolvendo o Forte, a Fazenda São Marcos, o Bar Meu Cantinho, a primeira fazenda da cidade, entre outras (Entrevista 51).

O povo tem que se identificar com a história, tem que saber a origem, o turismo cultural e natural, que valorize a história e a paisagem natural do Rio Branco (Entrevista 18).

Poderia ser feito um circuito de fortalezas da Amazônia, Príncipe da Beira, Forte Macapá, Borda Nordeste, terminaria no Rio de Janeiro. O turismo hoje é uma grande fonte de renda. Quem não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro (Entrevista 24).

A legislação sendo eficazmente cumprida e a abertura para o turismo seriam as melhores formas de preservar o patrimônio. O que impulsiona a conservação do bem é a utilização pelo público (Entrevista 25).

Deve-se trabalhar com a comunidade indígena que desconhece as ruínas e mora próximo às mesmas, fazer a conservação do local, levantamento material histórico no Brasil e fora do país. Se a visita ao local for planejada, organizada, fazer com que os visitantes se sintam pertencentes àquele local, com história sistematizada, turismo pedagógico, científico que divulgue o patrimônio. Primeiro deve ser exibido o contexto paisagístico, histórico cultural dos índios, e uma maquete do Forte para se ter uma ideia, algo visual (Entrevista 31).

Quanto às propostas desse grupo de entrevistados, a intenção deles é ver um grande Forte, em tamanho real, com luzes, teatro, restaurante, pousada; alguns citaram que o espaço deveria se tornar um polo turístico⁴⁵, ponto de turismo. Nota-se que esses projetos trarão para o espaço uma grande artificialização e espetacularização, que podem atrair um grande público de visitantes, todavia podem trazer também diversos impactos negativos, como, por exemplo, falsear o que foi o Forte originalmente, distanciando-o do que foi na época, pois, como foi dito, o Forte São Joaquim era um fortim, e não uma fortaleza.

Nesse sentido, as pessoas irão ver um espetáculo e não o Forte, o que pode levar a um distanciamento do objetivo de preservação do patrimônio, uma vez que as ruínas originais foram deixadas de lado, para ser visitado um forte falso, fictício. Assim, pode-se perder o foco de levar a reflexão sobre a importância das ruínas, como testemunhos da história do local, para somente a valorização de um atrativo como um outro destino qualquer de visitação, tornando, ao meu ver, o espaço um parque de diversões, em que se perde o foco da interpretação, da valorização e do entendimento da existência daquele patrimônio histórico.

Para os profissionais do IPHAN- RR e para muitos pesquisadores, isto seria um falseamento histórico, que poderia acabar destruindo o bem que existe ainda no local, levando inclusive a um maior esquecimento das ruínas originais, sendo possível até serem desvalorizadas e confundidas com a nova construção/atração. Isto, sim, seria a criação de um produto turístico, com o intuito apenas de receber visitantes e lucrar de todas as formas possíveis sem pensar na responsabilidade social que a atividade do turismo possui para a

⁴⁵ Polos de Turismo são iniciativas de empresas voltadas a desenvolver o turismo contínuo em locais que possuem atrativos, de modo estruturado e planejado, em busca de parcerias para incluir os atores locais envolvidos com a gestão e organização da atividade turística. Os Conselhos de Turismo são implantados para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas para o desenvolvimento do setor (BANCO DO NORDESTE, 2014).

preservação do patrimônio cultural e natural. Por isso, conforme foi defendido por Oliveira (2011), arqueólogo do IPHAN-RR, faz-se necessário um grande estudo do caso, com profissionais da área, que façam laudos para saber o que pode ser realizado na área sem destruí-la mais.

O que ocorre na maioria das vezes é a falta de informação para a sociedade, inclusive para os gestores do patrimônio no Estado, como afirma Oliveira (2011). Além disso, o conhecimento não é divulgado, e a sociedade na grande maioria não sabe da existência do Forte, como também os gestores do patrimônio não sabem a diferença entre restauração, conservação, preservação, reconstrução e o lado positivo e negativo que pode ter após o emprego de cada uma dessas intervenções.

O fato de alguns dos entrevistados solicitarem o emprego de tecnologias, apresentações de teatro, tornando o local mais atrativo e proporcionando o entretenimento, pode ser algo positivo para o espaço, tornando-o mais dinâmico e interativo, sendo empregados recursos museológicos, levando a uma melhor interpretação do patrimônio pelo grupo visitante, através de atividades de educação patrimonial e sinalização, com o uso de tecnologias, como defendem Murta e Goodey (2002). Porém, pode ser maléfico para a sustentabilidade do bem cultural, se não for bem planejado e visar somente um turismo massificado, de espetacularização e consumo, como alertam os autores Aguiar (2006) e Sotratti (2010). O que não é a melhor opção para o sítio arqueológico do qual estamos falando, que requer um uso planejado do local de modo sustentável, a fim de que não se esgote o patrimônio cultural.

O importante e o que é visível, é que a maior parte dos entrevistados possui a intenção em ver o espaço aberto, preservado, com infraestrutura e segurança, com visitas escolares e exposição de todos os documentos, com objetos, filmes, documentários e fotografias, e que estudos sejam desenvolvidos a respeito deste bem tombado. Que o mesmo seja acessível a todos os públicos, que conte a história real do forte, com guias e pessoas capacitadas para realizar esse passeio, democratizando o saber em várias áreas, como a histórica, ambiental, cultural.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal verificar se o uso turístico cultural, social e sustentável pode ser um instrumento de preservação, valorização e divulgação das ruínas do Forte São Joaquim em Roraima, as quais foram recentemente tombadas em nível federal, sendo reconhecidas por seu valor histórico e também inscritas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. As ruínas do Forte São Joaquim são o único bem roraimense tombado em nível nacional.

Nesse sentido, foi necessário conhecer os usos e funções que as fortalezas tombadas oferecem. Pudemos notar que o tombamento de fortalezas foi uma prática da instituição federal de preservação do patrimônio cultural – o IPHAN – desde sua criação, em 1937. Somente nos três anos iniciais da instituição, de 1938 a 1940, foram tombadas 26 fortalezas de um total de 66 até 2014. Dessas 66, a grande maioria, 73%, oferece acesso ao público visitante, mesmo algumas daquelas que se encontram em ruínas. A criação de museus, cujos acervos são formados por objetos que contam a história desses fortes, é usada como um instrumento para a interpretação patrimonial por 35% dessas fortalezas. Mas na maioria dos fortes que recebem visitantes, 55%, a obra arquitetônica aliada à paisagem em que está inserida é a única atração, contanto, em alguns casos, com visitas guiadas, voltadas à educação patrimonial. De forma que, a maioria das fortalezas já realiza algo de extrema importância que é a garantia do acesso ao patrimônio.

Embora existam ainda 27% de fortes que estão fechados ao acesso do público, podemos perceber que o principal uso para essas construções, que hoje perderam sua função original, está voltado para a visitação, seja de turistas ou de moradores da região à qual estão inseridas. Vale lembrar que a metade desses fortes se encontra em ruínas, sendo que, destes, 33% estão em bom estado e 17% são vestígios arqueológicos.

As expectativas do uso desses fortes para visitação puderam ser conferidas na pesquisa realizada com 55 roraimenses, um de nossos objetivos específicos, ou seja, o de entrevistar uma parte da população roraimense para conhecer sua opinião sobre o valor e a importância das ruínas, se elas deveriam se tornar local de visita e o que gostariam de ver funcionando naquele espaço. Consideramos que essa parte do trabalho é de extrema importância, pois acreditamos que o patrimônio cultural só pode ser preservado com a participação da comunidade que está diretamente envolvida com o bem em questão. A ideia de patrimônio cultural, mesmo que identificado por seu valor nacional, deve ter significado para a população responsável por sua preservação, a qual, por sua vez, não

pode estar desvinculada do uso que essas pessoas esperam que ele ofereça. Assim, se uso turístico for um dos usos adequados às ruínas do Forte São Joaquim, defendemos que ele seja realizado de forma inclusiva, respeitando os anseios, valores culturais e costumes da população à qual se destina. Nesse sentido, torna-se necessário planejar o uso do patrimônio local, por isso foi nosso objetivo ouvir e registrar, primeiramente, a opinião dos gestores ligados ao patrimônio, à cultura, à educação, ao meio ambiente e ao turismo em Roraima, pois são eles que estão à frente das políticas públicas patrimoniais.

Como resultado das entrevistas, percebemos que 90% dos entrevistados já visitaram as ruínas do Forte São Joaquim. A grande maioria se decepcionou e ficou muito triste ao ver o Forte em ruínas; ficaram surpresos, frustrados, pois tinham a esperança de ver algo mais. Quando visitaram as ruínas, o local estava coberto de mato, retratando a imagem de abandono de um patrimônio considerado como representativo da cultura e do passado do país.

O maior número de entrevistados acredita que as ruínas do Forte São Joaquim são importantes para o estado de Roraima e para o Brasil, sendo representantes de sua memória e história, porém se ressentem de que as mesmas se encontram abandonadas. Foram poucos os que afirmaram que as ruínas não possuem valor e, por isso, deveria ser reconstruído o Forte como era no século XVIII. Entre os entrevistados, predominou a opinião de que as ruínas necessitam de melhorias em seu acesso por via terrestre, ou seja, o acesso deveria ser democratizado, com a inserção no local de uma infraestrutura mínima para receber os visitantes e com a criação de instrumentos que permitissem a compreensão das ruínas, com atividades de educação patrimonial.

De forma geral, os interesses dos entrevistados se voltaram para as seguintes propostas para intervenção no espaço: a construção de uma réplica do Forte ao lado das ruínas e a conservação das ruínas originais; o restauro das ruínas; a reconstrução do Forte; a revitalização com a construção de um museu e de uma maquete; o estímulo ao turismo cultural, científico, pedagógico, social, sustentável, histórico, com restauro e conservação das ruínas, com laboratório de pesquisa etc. Independentemente de conhecerem ou não a distinção entre os conceitos de reconstrução, revitalização, restauração, conservação, o que desejam é que as ruínas não caiam no esquecimento.

Embora esses conceitos não sejam fundamentais para o significado que as ruínas do Forte São Joaquim apresentam para os roraimenses, consideramos que o conhecimento deles seja importante para os gestores das políticas culturais.

Concordamos com Brandi (2004), que a reconstrução ou a réplica traria um falseamento histórico, que poderia desencadear a espetacularização do patrimônio e a transformação das ruínas em produto de consumo, restringindo a reflexão sobre o passado e seus significados ligados à identidade e à memória dos grupos sociais envolvidos. As ruínas do Forte São Joaquim ainda se encontram em estudos arqueológicos do espaço e dos vestígios para, então, ser decidida como será realizada a sua restauração, seguindo ou não as ideias de Brandi (2004) e da Carta de Veneza (1964), que defendem que ruínas devem ser valorizadas do jeito que se encontram, pois são autênticas e testemunhos históricos. Quaisquer alterações nas mesmas, reconstruções, refazimentos, cópias, falseiam a realidade e a história e podem levar a prejuízos na interpretação e compreensão do patrimônio. Por isso, defendemos um uso do local que evite a superficialidade, adulteração, buscando a autenticidade da cultura local (IPHAN, 1995, SANT'ANNA, 2003, CASTRO, 2013).

É nesse sentido, que acreditamos neste trabalho que é possível desenvolver um turismo inclusivo, social e sustentável com um uso do local, que estimule as pessoas a refletirem sobre o seu passado através de visitas às ruínas. Essa postura corresponde aos anseios da maior parte dos entrevistados, que manifestou o interesse em visitar as ruínas, pois estas representam fragmentos do passado, símbolo e memória da defesa do território na Amazônia, por serem testemunho e lembrança viva do passado, por serem a continuidade do passado no presente, por representarem a obra finalizada que resistiu às ações do homem, da cultura e da natureza.

A preservação das ruínas deve estar em primeiro lugar, evitando sua submissão às leis de mercado e sua transformação em produtos e em um espaço de espetacularização, visando à geração de lucros (CANCLINI, 1999, CHOAY, 2006, SOTRATTI, 2010, CASTRO, 2013). O turismo inclusivo, social e sustentável pode ser implantado como uma atividade que valorize o município de Bonfim, a área onde se encontram as ruínas e seu entorno. Inclusive incorporando a própria fazenda onde está inserido o Forte. Como a fazenda São João possui uma plantação de arroz, isso pode estimular o público visitante a conhecer o funcionamento de uma plantação desse tipo. Sendo assim, seria uma forma de agregar um valor a mais à visita das ruínas e gerar emprego para os moradores locais. O turismo nas ruínas do Forte São Joaquim, sendo planejado e incluindo a comunidade do entorno, será um meio de valorizar e preservar as ruínas, associando o lazer ao conhecimento do passado da região.

Experiências anteriores já foram desenvolvidas nesse sentido. É o caso do Museu ao Ar Livre de Orleans, em Santa Catarina, que “se tornou um registro vivo da memória da tecnologia doméstica empregada durante o ciclo migratório ocorrido no século XIX” (THOMPSON, 2010, p. 248). Na década de 1980, a Embratur junto com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória) fundaram o Museu, no qual eram expostas, em funcionamento, as máquinas usadas ao longo do século XIX. Além disso, os fazendeiros eram estimulados a usarem algumas máquinas instaladas no Museu. O objetivo do Museu era apresentar essas técnicas dinamicamente, “promover estudos sobre vários aspectos desse sistema produtivo e de suas relações socioeconômicas e atuar como núcleo catalisador das diversas manifestações culturais da região, como também divulgar nas escolas essas experiências”. Além disso, explorar o entorno das ruínas do Forte São Joaquim proporciona também o conhecimento de outros grupos sociais que ficaram à margem da história oficial.

Como nos referimos nos capítulos 1 e 3, o estabelecimento do Forte de São Joaquim no século XVIII não só foi estimulado em função das ameaças de outras nações ao território então português, mas também como uma praça-forte para submissão de grupos indígenas e sua utilização como mão de obra. Essa memória que ficou apagada e dominada pela narrativa hegemônica da defesa do território pode ser acionada no processo de preservação do patrimônio cultural. Assim, o debate sobre os usos adequados a bens listados como patrimônio cultural pode ser um estímulo para que outras memórias saiam do esquecimento e para que possam ser incorporadas à memória nacional. É, nesse sentido, que podemos entender a socialização do processo e da gestão do patrimônio cultural.

Com base na realização deste trabalho podemos compreender que é de extrema importância que seja destinado um novo uso compatível para as ruínas do Forte São Joaquim, pois, como vimos, se as mesmas não tiverem uma função social, (CANCLINI, 1999, ICOMOS, 1964, IPHAN, 1967) voltarão a se degradar (SPHAN, 1983, LYRA, 2006, RIEGL, 1990).

Assim, é importante ressaltar que o turismo será um importante instrumento para a preservação das ruínas do Forte São Joaquim, se for realizado de modo planejado, inclusivo, respeitoso e não invasivo. Contrário, portanto, ao caso apresentado por Meneses (2012, p.26) a partir de uma charge, que retrata um guia francês levando seus turistas a uma igreja, onde, no mesmo momento, uma senhora moradora da região fazia

suas orações. O guia, então, toca nos ombros da mulher e diz: “minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”.

Referências Bibliográficas

ACERENZA, M. **Administración del turismo**: conceptualización y organización. 4^a ed. México: Trilhas, 2000.

ALMEIDA, L. F. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. **Revista da Cultura**. Ano VI. n.11. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/8_3r1u.pdf>. Acesso em: 09/04/2014.

ANDRADE, J.V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRELLO, G. Fazenda São Marcos: de próprio nacional a terra indígena. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrózio; MELO, Valdinar Ferreira. (orgs). **Roraima**: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: FEMACT, 2010.

AGUIAR, L. B. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros**: o caso de Ouro Preto. 2006. 323f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2006.

ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 317 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

AZAMBUJA, D. **Evolução das fortificações brasileiras - do século XVI ao início do XX**. Texto datilografado. Fundação Nacional Pró-Memória/ Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1984. In: ALMEIDA, L. F. **O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação**. Revista da Cultura. Ano VI. n.11. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/8_3r1u.pdf>. Acesso em: 09/04/2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARROS, J. P. **Plano do Forte São Joaquim**. 1787. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=393>. Acesso em: 20/06/2014.

BARRETO, A. **Fortificações no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BASTOS, R. L. **Preservação, arqueologia e representações sociais**: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Erechim, RS: Habilis, 2007.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação. Educere. Curitiba, 2011.

BENI, M. C. **Globalização do Turismo**. Boletim dos Cursos de Turismo e de Administração Hoteleira Unibero, São Paulo, 1999.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BONIFACE, P. **Managing Quality Cultural Tourism**. New York. Routledge. 1995.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 4.241, de 22 de abril de 2001**. Disponível em: <https://www.mpr.mp.br/web/app/webroot/files/file/Bens%20Tombatos%20Patrim%C3%B4nio/acppatrim_enioculturalestado_roraima.pdf> . Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Decreto - Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm>. Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm>. Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Decreto-Lei n. 9.760, de 05 de setembro de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em: 12 jun 2013.

_____. **Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 10/09/2014.

CAMPOS, J.G. **Metodologia qualitativa e método clínico qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos**. Bauru, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/poster1/05.pdf>>. Acesso em: 12/09/2014.

CANCLINI, N. G. **Los usos sociales del patrimonio cultural**. En Aguilar Criado, Encarnación. 1999.

CASTRO, A. H. F. **Estudos históricos sobre o forte de São Joaquim do Rio Branco**. Parecer Proteção/DEPAM: Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011.

_____. **Muralhas da memória:** fortificações, patrimônio e turismo cultural. 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=903&path%5B%5D=362>>. Acesso em: 19 ago 2014.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** 1975. Tradução Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo. Estação da Liberdade: UNESP. 2006.

COELHO, J. F. **Fala dirigida pelo exmo sr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho,** presidente da provincia do Grão Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1849. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1849. Center for Research Libraries. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 22/08/2014.

CORREA, A. C. **Relatório feito pelo exmo. sr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho,** presidente desta provincia, e entregue ao 1.o vice presidente em exercicio, o exmo sr. dr. Angelo Custodio Corrêa, no dia 1.o de agosto de 1850. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1850. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 22/08/2014.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling:** uma descrição dos métodos. 2013. 53f. Monografia. (Graduação em Estatística). Instituto de Matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

DUNCAN, C. Art museums and the ritual of citizenship. In KARP, I.; LAVINE, S.D. (orgs.). **Exhibiting Cultures:** the poetics and politics of museum display. Washington: Smithsonian Institution, 1991, p. 88-103.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas do rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS. 1991.

FARAGE, N.; SANTILLI, P. **Estado de sítio:** territórios e identidades no vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

FARIAS, E. K. V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: ALBANO, C.; MURTA, S. (orgs.). **Interpretação do patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Território Brasilis, 2002.

FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica ao rio Negro (1733-1787).** Museu Paraense Emílio Goeld. Belém-PA, 1983.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FORTUNA, C. **Identidades, percursos, paisagens culturais:** estudos Sociológicos de cultura urbana (reedição em formato e-book). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

FRANCO, N. A. D. **Potencialização do turismo nas ruínas jesuíticas da região das missões.** 2000. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23>>

39/000272822.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23/10/14.

FRIGOLÉ, J. **Patrimonialization and the mercantilization of the authentic.** Two fundamental strategies in a tertiary economy. In: Constructing Cultural and Natural Heritage: Parks, Museums and Rural Heritage. Girona: Documenta Universitaria: Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural. 2010.

FRIGOLÉ, J. ROIGÉ, J. **Introduction.** In: Constructing Cultural and Natural Heritage. Girona: Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural.2010.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GODOY, K.E. Fortificações como atrativo turístico: um estudo sobre o Museu Forte Defensor Perpétuo, em Paraty (RJ). **Caderno Virtual de Turismo.** Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, out. 2013. 2013.

GOODMAN, L. A. **Snowball Sampling.** Annals of Mathematical Statistics. 1961. Disponível em: < http://projecteuclid.org/download/pdf_1/euclid.aoms/1177705148 >. Acesso em: 18/10/2014.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES FILHO, G. F. **Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – Século XVIII ao XX.** 2008. Monografia. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2008.

_____. **O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo norte: a ocupação portuguesa do vale do rio Branco (1775-1800).**2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

GONZÁLEZ, B.; GONZÁLEZ, H. El patrimonio cultural como bien de consumo: el caso Petorca. **Conserva.** n.4, 2000. Disponível em: <http://www.dibam.cl> Acesso em 21 jun. 2004.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª. ed.São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARAES, V. L. **O ofício do historiador e sua contribuição para o uso turístico de fortificações.** 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115428661004>> Acesso em: 12/07/13.

GUIMARÃES, C. **Paradoxos entrelaçados:** as torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2002.

GLAZIER, J. D.; POWELL, R. R. **Qualitative research in information management.** Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992.

HORA, A.S.S.; CAVALCANTI, K.B. Turismo pedagógico: Conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI,M. **Turismo Contemporâneo.** São Paulo: Atlas, 2003.

IPHAN. **Carta de Veneza, 1964.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Normas de Quito, 1967.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Lista dos bens culturais inscritos nos livros do Tombo.** 1938-2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **Tombamento.** Portal do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 12 maio 2014. (2014 a)

_____. **Livros do Tombo.** Portal do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17739&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 12 maio 2014. (2014 b)

_____. **Composição do Conselho Consultivo.** Portal do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17194&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 12 maio 2014. (2014 c)

_____. **Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>>. Acesso em: 12 maio 2014. (2014 d)

_____. **Relação de fortes tombados por estado da Federação.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13942&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 20 jun 2014. (2014 e)

_____. **Começa restauração do Forte Príncipe da Beira, em Rondônia.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18380&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 20 set 2014. (2014 f)

_____. **Fortificações no Maranhão, Pará, Roraima e Mato Grosso do Sul são Patrimônios Culturais Brasileiros.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18593&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 12 set 2014. (2014 g)

INPE. **Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites.** Sistemas INPE. 2010.

ISA. **Diversidade Socioambiental de Roraima.** Série Cartô Brasil Socioambiental, volume 3.2011.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. Learning from ethnography: Reflections on the Nature and Efficacy of Youth Tours to Israel. In GOLDBERG Harvey; HEILMAN, Samuel (eds). **The Israel experience: studies in youth travel and Jewish identity.** Jerusalem: Andrea and Charles Bronfman Philanthropies, 2001.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph. 2001.

KUHL, B.M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**. 2002.

VIOLLET- LE-DUC, E.E. **Restauração**. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

LEAL, C. F. B. **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 1974. 4ª. Edição. Paris: Anthropos. 2000.

LEMOS, C. **O Brasil**. IN: MOREIRA, Rafael. Portugal no Mundo. História das fortificações portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

LYRA, C. C. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Arte & Ensaio** (UFRJ), v. 1, p. 53-57, 2006.

MANZATO, F. Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. **Revista Pasos** – Revista de turismo y patrimonio cultural, vol. 05, no. 01, 2007.

MANZINI, E. J. **Entrevista semiestruturada**: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de pesquisa e estudos qualitativos. A pesquisa qualitativa em debate, Bauru: SIPEQ, 2004.

MATOS, J. H. **Exposição analítica do Forte de São Joaquim do Rio Branco, de Missão do Macuxi no Rio Pirará, e do Forte de São José da Barra do Rio Negro**. Mss. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1844.

MAURICIO, M. M. **Os diferentes usos do patrimônio uma discussão sobre a apropriação turística de bens culturais**. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil. 2014.

MCINTOSH, R.W., GOELDNER, C.R. **Tourism**: principles, practices and philosophies. 5th ed. New York: John Wiley & Sons, 1986.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto: 2007.

MENESES, U. T. B. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. Conferência Magna. Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. 2012.

MIRANDA, A. G. **Forte de São Joaquim do Rio Branco**. Belém: Graficentro, 1993.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural**: Orientações básicas. 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MONTEIRO, D.J. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Agesilão Pereira da Silva, presidente da província do Amazonas pelo Dr. Domingos Jacy Monteiro**, depois de ter entregue a administração da província em 26 de maio de 1877. Manaus: Tip. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1878.

MORENO, J. J. et al. **Arqueología y turismo en Castilla y León, una relación con futuro**. Disponível em: <<http://www.man.es>>. Acesso em: 14 jan. 2004.

MORTENSEN, L. Las dinamicas locales de un patrimonio global: arqueoturismo en Copan, Honduras. **Mesoamerica**, n.42. 2001.

MORAIS, J. L. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOTTA, L.; THOMPSON, A. **Entorno de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

MURTA, S.M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NAKAMUTA, A.S. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-28062013-154338/>>. Acesso em: 2014-05-09.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 22ª. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 10: 7-28, 1993.

OLIVEIRA, R.C. **Informação técnica sobre as perspectivas de socialização do patrimônio histórico roraimense contidas no projeto “Memória do Forte São Joaquim do Rio Branco.”** Informação técnica nº 003/2011 DT/Superintendência Estadual de Roraima/IPHAN. 2011.

OMT. **Turismo Social**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 23 out. 14.

PAES, M. T. D. **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

PARANAGUÁ, J.L. C. **Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas** na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manaus: Tip. do Amazonas, 1883.

POMIAN, K. **Collectionnaires, amateurs et curieux: Paris/Venise XVI-XVIII siècle**. Paris, Gallimard, 1997.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Cultura e Representação. Projeto História*, n. 14, São Paulo, Educ., 1997.

POULOT, D. **Musée, nation, patrimoine**. 1789-1815. Paris: Gallimard, 1997.

PRATS, L. **Antropología y Patrimonio**. Ariel. Barcelona. 1997.

_____. **La viabilidad turística del patrimonio**. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. 2011. Disponível em: <http://pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_03.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

RABELLO, S. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REIS, A. C. F. **Roteiro histórico das fortificações no Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Trad. Peixoto, E. e V. A. Goiânia: ed. da Universidade Católica de Goiás. 2006

RIBEIRO, C. **Viana de Lima em missão da Unesco no Brasil**. 2013. Disponível em : <<file:///C:/Users/Home/Desktop/Downloads/1141-4180-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2013.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, D. V. M. et. al. **A proteção ambiental como instrumento de estratégia empresarial – o caso da Ilha João da Cunha - SC**. In: Anais do IV Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo: USP/FGV, 1997, p. 92-106.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10. ed. Campinas, SP : Papirus, 2003.199 p.

SANT'ANNA, M. A cidade- atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**, vol. 1. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

SANTOS JUNIOR, J. C.; BOTELHO, A. C. B. As fortificações brasileiras como ícones do patrimônio, turismo e desenvolvimento social. **Revista do Centro de Estudos de Arquitetura Militar de Almeida**, v. 11, 2014.

SECRETARIA DE CULTURA. **CONDEPHAAT**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnnextoid=963c6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SECOMANDI, E. R. Circuito dos fortes: vertente colonial. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Turismo nas fortalezas. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.65-85, out. 2013.

SOUSA, R. **Lei das Terras 1850**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/lei-terras-1850.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SOTRATTI, M. A. **Imagem e Patrimônio Cultural**: as Ideologias Espaciais da Promoção Turística Internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010. 2010. 253f. Tese (Doutorado em Análise Ambiental e Dinâmica Cultural). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2010.

SIMMEL, G. The ruin. In: Wolff, K. 1858-1918. A collection of essays, Columbus. Ohio. 1959.

SILVA, R.T.C. **Forte São Joaquim**: MPF/RR recomenda proteção de ruínas e sítio arqueológico. 2011. Disponível em: <<http://www.prrr.mpf.mp.br/noticias/13-05-2011-2013-forte-sao-joaquim-mpf-rr-recomenda-protexao-de-ruinas-e-sitio-arqueologico-da-area/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SPHAN. **Forte Príncipe da Beira**. Boletim SPHAN/PRO-Memória. 1983. <http://docvirt.nop.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BOL_SPHAN&PagFis=586&Pesq=Forte%20Pr%C3%ADncipe%20da%20Beira>. Acesso em: 21 out. 2014.

TONERA, R. **Projeto Fortalezas Multimídia** – Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Disponível em: <http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Fortalezas_UFSC.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

TONERA, R.; FRAGOSO, M.P. **O banco de dados mundial sobre fortificações e suas contribuições para o turismo como guia do desenvolvimento social**. Caderno Virtual de Turismo. Edição Especial: turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.53-64, out. 2013.

THOMPSON, A. (org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro > Iphan/DAF/Copedoc, 2010. (Memórias do Patrimônio).

_____. Patrimônio cultural, território e economia. In: GAZZANEO, Luiz Manoel (Org.). **Artes e território no mundo lusófono e hispânico**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ. 2014, p. 290-307.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima:** a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

ZOUEIN, M. O limiar da imagem na fronteira do olhar. **Tepui**. Revista de Jornalismo Científico da Universidade Federal de Roraima (UFRR). 2012.

WALLACE, G. N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo um guia para turismo e gestão**. 4.ed. São Paulo: SENAC, 2002.

APÊNDICE

ENTREVISTA

Prezado(a) entrevistado (a) esta entrevista esta sendo realizada com a finalidade de ampliar os conhecimentos sobre a história das Ruínas do Forte São Joaquim, e estes dados serão utilizados na elaboração da dissertação de mestrado desta estudante, que possui como interesse divulgar este conhecimento para os roraimenses e para os demais estudantes do país. Se permitido, gostaria de filmar a entrevista, com a finalidade de disponibilizar estes arquivos na biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Roraima, sem fins comerciais de imagem. Peço a gentileza, que o (a) Senhor (a) assine o documento abaixo confirmando a sua permissão de exibição de imagem e áudio.

Nome: _____

Sexo: M() F()

Instituição em que trabalha: _____ Cargo/Ofício: _____

Nível de Escolaridade: _____

Curso de Formação: _____ Telefone de contato: () _____

E-mail para contato: _____ Endereço: _____

Cidade Natal: _____ Cidade atual: _____

Assinatura da (o) Entrevistada (o): _____

Questionário:

- 1) O(A) senhor (a) mora em Boa Vista há quanto tempo?

 - 2) O(A) senhor (a) já ouviu falar das Ruínas do Forte São Joaquim?

 - 3) Já visitou as Ruínas? Quantas vezes?

 - 4) Quando ouviu falar do Forte São Joaquim, quais foram as expectativas que tinha?

 - 5) Quando chegou ao Forte São Joaquim pela primeira vez, qual foi a sua reação?

 - 6) Qual seu envolvimento com a história das Ruínas do Forte São Joaquim? Existe alguma memória ou lembrança que o (a) senhor(a) possua para contar sobre a história do Forte São Joaquim?

-

- 7) O(A) senhor (a) acredita que as Ruínas sejam importantes de serem conservadas?
Por quê?

- 8) O(A) senhor (a) acredita que as Ruínas sejam representantes da memória de quem?

- 9) Acredita que as Ruínas do Forte São Joaquim estejam abandonadas? Acredita que existam culpados? Quem são eles?

- 10) Acredita que o Tombamento Estadual realizado no ano de 2001 e o tombamento Federal realizado em 2011 pelo IPHAN garantem a proteção do bem cultural?

- 11) Em sua opinião, qual seria a melhor forma de manter as ruínas conservadas?

- 12) Se houvesse um roteiro guiado de visitação às Ruínas, o (a) senhor(a) teria interesse em visita-las?

- 13) Se houvesse um roteiro de visitação, o (a) senhor(a) acredita que ajudaria na preservação deste bem cultural? Por quê?

- 14) O que o (a) senhor(a) indicaria para ser realizado durante a visita? Quais atividades, o (a) senhor(a) gostaria de realizar durante a visita às Ruínas?

- 15) Para o (a) senhor(a), o que impede que haja uma visitação às Ruínas do Forte São Joaquim?

FICHAS

<i>Denominação:</i>	Entrevista 1 - Homem - Arqueólogo IPHAN-RR
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN0726, DSCN0728
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em São Paulo, e morou em Boa Vista por três anos, foi arqueólogo no IPHAN –RR, agora está trabalhando no IPHAN do Piauí.
<i>Data:</i>	28 de agosto de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	15 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu e visitou as Ruínas do Forte São Joaquim mais de sete de vezes. Não esperava encontrar ruínas ao visitar o Forte. O envolvimento com as Ruínas do Forte se deu, pelo fato de ser arqueólogo e trabalhar no Iphan. Citou o evento que teve no ano de 2000, comemoração do Brasil 500 anos, no qual, o Exército realizou uma limpeza no local, e houve uma coleta de material encontrado pelos que participaram do evento. Acredita que as ruínas devam ser conservadas <i>“pois representa um marco do império português, um acontecimento histórico, um monumento histórico europeu e indígena, contato dos europeus com indígenas.”</i> <i>“(…) Representam a colonização portuguesa, como dos indígenas, é necessário manter viva a história para que não aconteça desrespeito as culturas.”</i> <i>“O abandono é evidente, não existem parâmetros para organizar a visita, o acesso não é de todos. O poder público possui uma responsabilidade grande sobre isso. A redescoberta dele em 1980, não resultou melhor situação para ele, acelerou sua destruição. O principal culpado é o poder público pelo abandono.”</i></p> <p>Quanto ao tombamento: <i>“Juridicamente, protege o bem, mas na prática não, não há ação que proteja. As medidas administrativas não resultaram em nenhum ganho até o momento.”</i></p> <p>A melhor forma de manter as ruínas preservadas: <i>“mantendo um uso público, apesar de estar situada em uma zona rural, seria importante conceber um roteiro, um passeio, suficiente que preenchesse contato com o sítio periodicamente. Próximo do rio, Fazenda São Marcos, várias questões poderiam ser abordadas com a sociedade”.</i></p> <p><i>“Várias pessoas perguntam como chegar às ruínas, mas não conseguiriam, existe a questão da regularização da terra, o difícil acesso, os animais soltos no local.”</i> <i>(…) O roteiro de visita é um modo eficaz de proteção e de manter a sociedade com o bem. Seria interessante ver uma explanação sobre o histórico com a justificativa do motivo de estar instalada no local, uma projeção que fizesse com que o visitante imaginasse como era o Forte, que houvesse uma interação com os procedimentos de pesquisa arqueológica, estruturar o sítio, regularizar as terras e definir quem vai ser o gestor do bem, o IPHAN ou o Exército, quem será o responsável pelos materiais arqueológicos.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 2 - Homem - Arquiteto IPHAN-RR
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN0729, DSCN0731
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Belém, Pará, morou em Boa Vista por três anos. É arquiteto e não estudou em Roraima. Trabalhou na divisão técnica do IPHAN –RR por três anos, neste momento está trabalhando no IPHAN-PA.
<i>Data:</i>	28 de agosto de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	25 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu e visitou as ruínas. <i>“Fiquei confuso, não conseguia ver o que era o Forte. Não tenho envolvimento com a história do Forte, a história já estava contada, as ruínas são objeto para se contar a história, porém, as fontes são escassas, há superposições na história, três anos de referências sobre o Forte. O que resta já é dado.”</i></p> <p><i>“Acredito que devem ser preservadas as ruínas, é único bem tombado pelo Iphan-RR, pouco se restou, essencial que seja preservada e garantido usufruto”.</i></p> <p><i>Primeiro, é um resultado da ocupação do território, aquilo que restou, período da ocupação portuguesa no território, representam várias forças, manifestação de um conjunto de histórias e memórias”.</i></p> <p><i>“ As ruínas estão abandonadas, por muito tempo o sítio não foi reconhecido, as pessoas estão privadas de visitá-las, não há ação ainda. Passou por um processo de depredação, está em pedaços, que transformou uma Fortaleza em ruínas. Hoje, houve uma redescoberta do bem, e valorização dos processos, houve um processo de reconhecimento e valorização do bem. Se não há reconhecimento ele deixa de existir.”</i></p> <p><i>“O tombamento é um ato administrativo garantido pelas instituições, o que garante a proteção é o usufruto do bem, manutenção do bem, é o uso contemporâneo”.</i></p> <p><i>“Estabelecendo um processo de visitação, projeto que estruture o sítio para uso da população, que se aproprie do bem, e coloque no seu cotidiano, para conhecer a ruína em si, conhecer um bem cultural passível de proteção, criar um museu a céu aberto, mas o que dificulta é o acesso”.</i></p> <p><i>O roteiro de visitação ajuda na preservação, ao conhecer o objeto físico, se tem uma nova visão, novo olhar, o roteiro pressupõe uso de instrumentos pedagógicos, também é importante para que a população conheça o bem, é um efeito multiplicador, assim as pessoas passam a reconhecer outros bens de proteção.</i></p> <p><i>“A visita deveria ter um traslado, detalhes dos fatos, sistema construtivo da Fortaleza, para que ela serviu, além da visita, ter uma possível troca de informação sobre o objeto artefato.”</i></p> <p><i>“Hoje a dificuldade está na dificuldade de acesso ao local, incrustado em propriedade privada, mas pelo rio é possível o acesso, quando está cheio é perigoso chegar ao sítio. E, além disso, não é fácil transitar pelo sítio, é necessário fazer um projeto de criação de estruturas que possam transitar pelo sítio as pessoas com mobilidade reduzida, que o bem cultural seja de acesso para todos. Assim, o mesmo deve estar estruturado de modo acessível em todo o espaço”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 3 - Mulher - Conselheira do Conselho Estadual de Cultura.
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN0875, DSCN0876, DSCN0877, DSCN0878
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu no Rio de Janeiro, mas foi criada em Brasília desde os três anos de idade. Mora em Boa Vista há quase 30 anos e estudou em Roraima. É formada em Matemática e Bacharel em Economia, tem especialização em método de pesquisa, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está cursando o Doutorado. É conselheira do Conselho Estadual de Cultura, está na Comissão do Patrimônio.
<i>Data:</i>	03 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	25 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas do Forte São Joaquim, e visitou o local no período da limpeza no ano 2000. Como Conselheira, seu papel foi determinante em todo o processo de tombamento do Forte pelo Estado. Foi o próprio Conselho quem trouxe a discussão, quem pediu ações da União e do Estado para proteger as ruínas do Forte São Joaquim. Pelo fato de trabalhar no setor público, tendo contato com as famílias antigas na cidade, no qual os moradores mais antigos defendiam a reconstrução do Forte.</p> <p><i>“As ruínas devem ser conservadas porque representam um acervo material, um lugar de memória, lugar estratégico, referido a Guiana Portuguesa, se for preservada dará um sentido e um trará um sentimento. Fez parte de uma estratégia militar, do processo de ocupação do Vale do Rio Branco, havia uma vila que era lugar de aldeamento indígena”.</i></p> <p><i>“As ruínas não estão abandonadas, pois foram tombadas, se não tivesse sido tombado estariam em Estado de absoluto abandono. As ruínas incomodam o espaço privado. Se considerar que coisas importantes foram feitas como o processo de tombamento do Estado, por este aspecto não estão abandonadas. O que precisa ser feito é a valorização do local, dar uma atenção do que vai ser feito no lugar, tornar presente esta relação da questão indígena. O tombamento do ponto de vista legal ele protege o bem”.</i></p> <p><i>“Para manter as ruínas conservadas se deve obedecer as cinco fases: 1) pesquisa arqueológica envolvendo a sociedade e recolha dos vestígios, 2) delimitação do que é o sítio histórico e a vila que pertencia o Forte, 3) ver qual será o lugar que abrigará o acervo sobre o Forte, 4) deve-se visualizar as ruínas, fazer um bom programa de uso do espaço, visitas de escolas, 5) processo de revitalização, teria o Forte pleno delimitado, repatriação dos elementos que estão fora, parte da vida da vila foi saqueado no ato da limpeza, ação trouxe prejuízos, porém a intenção era boa em fazer a limpeza do Forte, única Fortaleza cadastrada no âmbito militar, abril de 2001, no tombamento estadual. Só iria ao lugar se fosse a trabalho, pois, chegar num local que não possa se proteger para ver o que? São testemunhos da história, é necessário um espaço para abrigar o acervo”.</i></p> <p><i>“Criar atrativos que tragam visitantes externos, é necessário criar um espaço para visualizar o rio, as ruínas, com banheiros, espaço para tomar café, caminhar e passear por ela sem modificar nada no bem. Dotado de boa programação, programa de educação patrimonial, ambiente musealizado, programas educativos, para crianças, para universitários e turistas. Organizar uma equipe preparada, com ações programadas, objetos, produção de vídeos, souvenirs, postais para levar sobre a</i></p>

	<i>memória do lugar. Deve-se ter planejamento do que será feito com o acervo retirado, oportunidade de acesso ao projeto pleno, será pleno se todas as atividades forem executadas”.</i>
--	--

<i>Denominação:</i>	Entrevista 04 - Mulher - Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico da Secretaria Estadual de Cultura.
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1052, DSCN1053, DSCN1054
	Boa Vista/Roraima
<i>Razão da entrevista:</i>	Nascida em Boa Vista, estudou a vida toda no Estado de Roraima, é formada em História e tem especialização em Ciências Sociais. É chefe da Divisão do Patrimônio Histórico da Secretaria Estadual de Cultura.
<i>Data:</i>	05 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	17 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadora:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar sobre as Ruínas do Forte São Joaquim e já visitou várias vezes o lugar, mais de cinco vezes, foi duas vezes de barco e pela estrada foi três vezes. <i>“Na primeira vez fui a trabalho, achava que encontraria alguma coisa do Forte. Foi uma decepção cada vez mais as pedras desaparecem”.</i></p> <p><i>“ O Forte é o começo de tudo, se não existisse o Forte, não teria Boa Vista, foi o guardião de fronteiras, garantiu a povoação, início da pecuária, tudo veio da época do Forte, muita tristeza não poder conservá-lo. Os estrangeiros vinham em busca da lenda do Eldorado porém, o Forte breçou a invasão deles”.</i></p> <p><i>“O Forte está totalmente abandonado, como cidadã, também sou culpada por não gritar mais, sou pequena diante das autoridades. O General do 7º. BIS, lutou muito pelo tombamento estadual e federal.”</i></p> <p><i>“O tombamento não garante a proteção porque se garantisse estava sendo preservado, já caíram mais pedras.”</i></p> <p><i>“A melhor forma de manter o lugar conservado é criando um programa para conservá-lo, facilitando acesso por estrada, a chave do cadeado ninguém tem mais acesso”. Para leitura indicou o livro: Fortes do Brasil</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 05 - Mulher - Aposentada
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1066, DSCN1067, DSCN1068, DSCN1069, DSCN1070
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu no dia 10 de outubro de 1933, no município do Amajari, no interior do Estado de Roraima. Possui 80 anos, trabalha como costureira e confeitadora de bolos, foi fazendeira por muitos anos, porém, a FUNAI tomou sua terra. Estudou no interior de Roraima, e o Ginásio fez aqui em Boa Vista.
<i>Data:</i>	06 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	32 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas e já visitou a mesma de barco com 40 pessoas. Disse que foi triste ver o patrimônio histórico todo abandonado. Tinha um irmão que morava na Fazenda São Marcos, por isso passava perto das ruínas. <i>“As ruínas tem o papel de contar a história e mostrar como se acabou. O tombamento por lei é o responsável por proteger e administrar o patrimônio, mas as ruínas estão abandonadas”.</i></p> <p><i>“A terra de Roraima é terra de ninguém, o nome não é Forte São Joaquim, é Fraco São Joaquim. Não existe centro histórico de Boa Vista, a Teresa Surita derrubou uma quadra inteira de casas antigas e comércios para fazer o terminal de ônibus, desapropriando diversos moradores.”</i></p> <p><i>“Não existe direito e nem justiça para os políticos que governam aqui e muito são de outros estados. Aqui a justiça tem que ser feita com as próprias mãos, a prefeita demoliu muitas casas e terrenos que eram meus e estavam localizados no centro histórico da cidade, desapropriando os que ali viviam também, e até hoje não fui ressarcida.”</i></p> <p><i>“Deve-se zelar pelas ruínas do Forte, pelo que está lá. Dona Elizia Brasil morreu lá. O que impede hoje uma visita é uma lei para visitar o bem público”.</i></p> <p><i>“O cidadão poderia respeitar o bem. A FUNAI está acabando com Roraima, existe um paternalismo com os índios, porém eles são nômades”.</i></p> <p><i>“Os governantes que chegam aqui são de fora, o Forte São Joaquim não dá voto, nossa história foi destruída, ninguém está interessado em divulgar a história. Gostaria de ver um teatro sobre a história do Forte São Joaquim.”</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 06 - Homem - Secretário Estado Cultura
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1055, DSCN1056
<i>Razão da entrevista:</i>	Nascido no Rio de Janeiro, e mora em Boa Vista há 23 anos. É Secretário do Estado de Cultura de Boa Vista. Possui o 3º. Grau de Escolaridade, e estudou em Roraima.
<i>Data:</i>	06 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	14 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas do Forte e já visitou uma vez, quando era militar, pelo fato de ser uma fortificação de proteção ao território. As ruínas devem ser preservadas porque são um “marco histórico, representa a colonização, a povoação no Estado” . “Sim elas estão abandonadas o Estado em conjunto com o IPHAN tem obrigação de juntos realizarem o estudo e investimento na preservação. O tombamento pela lei protege o bem” . “Como estou na secretaria de Cultura recentemente desde 23 de janeiro de 2013, o departamento do patrimônio, pode se reunir com Exército, IPHAN, para decidirem propostas para preservar o sítio.” “Um roteiro ajudará na preservação, na política de ir além, de guardar a memória. Um roteiro acompanhado pelos militares, um guia contando a história do Forte São Joaquim, militares com uniformes da época, finais de semana com programações artísticas oferecendo dramatização, roteiro artístico interpretativo.” “Hoje é inviável fazer um passeio agradável, não tem estrutura necessária, é preciso preservar o que se tem, dar uma condição na logística, criar um prédio próximo com uma biblioteca para atrair o turista.”

<i>Denominação:</i>	Entrevista 07- Mulher- Superintendente IPHAN -RR
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1079, DSCN1080
<i>Razão da entrevista:</i>	Nsceu em Boa Vista, Roraima, é superintendente do IPHAN-Roraima, está cursando o curso de Jornalismo na Universidade Federal de Roraima.
<i>Data:</i>	09 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	10 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas do Forte São Joaquim, o contato maior se deu quando foi trabalhar para o IPHAN, e assim visitou o local diversas vezes. Quando foi visitar a primeira vez <i>“achava que encontraria com um Forte como o de Macapá, quando vi estava em cima do Forte. Senti uma tristeza, pois, o local conta a nossa história.”</i> <i>“(…) Meu envolvimento com a história das ruínas do Forte se deu por estar à frente do IPHAN, que está desenvolvendo estudos sobre a estruturação do local.”</i> <i>“As ruínas devem ser conservadas é uma obrigação do IPHAN, representam o início da cidade de Boa Vista, a inserção dos militares e do gado, o começo do Estado de Roraima, das famílias que viveram ali, o contato do índio com o branco, escravização dos indígenas”.</i> <i>“O Forte hoje é usado como palanque, está abandonado desde sua desativação, suas pedras foram retiradas e levadas para Fazenda São Marcos.O que é necessário é trabalhar as duas esferas Estadual e do governo, falta empenho das duas instituições para fazer um trabalho de limpeza e projeto de visitação.”</i> <i>“No ano de 2001, época do Brasil 500 anos, foi realizada uma limpeza de maneira errônea, no qual, cometeram um crime contra o patrimônio, foram levadas várias pedras”.</i> <i>“O mesmo deve ser trazido de volta para o presente, em um roteiro junto com a Fazenda São Marcos, no qual, seja realizada uma aula ao ar livre. Gostaria de ver depois da estruturação, um guia contando a história do Forte, das famílias, do gado, dos canhões.”</i>A missão do IPHAN é proteger o único bem tombado pelo IPHAN- RR, mas no momento não está sendo feita nenhuma atividade educativa no local, existe uma dificuldade na logística, é preciso formar um trabalho de parceria na sociedade.</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 08 - Homem- Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1081, DSCN1082, DSCN1083, DSCN1084
<i>Razão da entrevista:</i>	Nascido em Boa Vista, tem 67 anos. É formado em medicina veterinária e é doutor em Engenharia de Transportes. Não estudou em Roraima, estudou no Rio de Janeiro.
<i>Data:</i>	10 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	16 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar do Forte e visitou o local umas três vezes. <i>“A expectativa que tinha era a de conhecer o Forte São Joaquim, ao chegar no local, mas tive uma decepção.</i> O Forte São Joaquim foi a primeira repartição pública que conta parte da história de Roraima. O Forte foi abandonado há mais de 100 anos pelo governo do Brasil e Governo de Portugal e naquele espaço não há mais nada a ser conservado”. <i>“O que tem lá não são ruínas, são vestígios das ruínas, e o Forte deve ser refeito.</i> <i>“O Forte deve ser recuperado para que seja uma fonte de memória - que não existe atualmente. (...) O Governo tem que ser o maior interessado em refazer o Forte, a situação geográfica, as noções de segurança para que as pessoas tenham interesse em visitar, deve-se criar uma coisa fictícia”.</i> <i>“Não tenho interesse em visitar as ruínas do Forte, não é interessante ir até o local ficar imaginando como era, não levaria meus filhos para ver várias pedras. Deve-se reconstruir o Forte, para valorizar a cultura, a memória, e um roteiro histórico para saber como funcionava o mesmo. Entendo o Forte São Joaquim como Forte e não como Ruína”.</i> <i>“O tombamento não tem sentido se não tiver nenhuma ação real. Defendo o trabalho do Gursen de Miranda, o mesmo deve ser estudado. Ruínas é o estado em que se encontram os antigos prédios públicos, como a Casa da Cultura, patrimônio tombado pelo município, que não possui nenhum apoio de revitalização em seus prédios”.</i> Para ele, em Boa Vista, não há nenhuma ação concreta proteção dos bens culturais.

<i>Denominação:</i>	Entrevista 09 - Mulher - Aposentada
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1210, DSCN1211, DSCN1212, DSCN1335
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista, tem 67 anos, é professora aposentada da Universidade Federal de Roraima, e é professora voluntária de flauta doce, gaita e clarinete. Também trabalhou no Ministério da educação, é formada em Geografia, estudou em Bauru, interior de São Paulo, no Ceará e Rio Grande do Sul.
<i>Data:</i>	12 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	13 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas do Forte São Joaquim e já visitou o lugar inúmeras vezes. Ao visitar as ruínas <i>“lembrei do Lobo da Almada, passou uma retrospectiva, lembrei da história, fiquei emocionada, fui uma das pessoas que trabalhou para que o Forte fosse tombado e reconhecido como patrimônio estadual”</i> . <i>“O Forte faz parte do início da história do Estado, e está totalmente abandonado, e a culpa é do poder público, o tombamento era para garantir a proteção do bem”</i> . <i>“Acredito que deva ser feito um projeto de conservação, com as prioridades e objetivos”</i> . <i>“Não teria interesse em visitar o Forte hoje, porque atualmente não há condições de serem feitas visitas e o dono não é acessível”</i> . <i>“ O espaço mini-museu, peças que estão fora que pudessem voltar e fazer representação do Forte, um museu para guardar a memória”</i> . <i>“A visitação pode ser feita através do rio, pela estrada tem cerca, cadeado e proteção”</i> . <i>“Se fosse para ter idéia como era o Forte, seria bom fazer uma reconstrução coisa nova, já que esta sob ruína mesmo, seria bom ter uma réplica do Forte para entender como era”</i> . <i>“ Houve uma limpeza técnica em 2001, que foi feita pelo Exército, não sabiam o valor do local o Exército queria fazer este evento para comemorar e realizaram uma limpeza de trator”</i> . <i>“ As dificuldades no local hoje são 1º. Acesso, não há acesso, não há guia de turismo”</i> <i>“Por lei o governo é responsável, os municípios também, inclusive o Bonfim, mas não se vê disposição, existe um abandono do local, há uma irresponsabilidade, por parte dos governantes que não são roraimenses, existe uma falta de compromisso, não querem saber sobre nossa história, existe uma falta de compromisso mesmo. Em 1752 a 1765, foi escrita a Carta Régia, durante 23 anos, começou a construção, questão do Grão-Pará e Amapá, o 1º. Avião a chegar na região foi no ano de 1924 e fez imagens do Forte, o Forte foi desativado em 1900, já não havia mais esta função”</i> .

<i>Denominação:</i>	Entrevista 10 – Homem – Pesquisador
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu na cidade do Rio de Janeiro-RJ, mora em Boa Vista há 29 anos. É pesquisador do INPA sobre a dinâmica de ecossistemas, é Engenheiro Florestal, com mestrado e Doutorado na área de Ecologia e Biologia Tropical, não estudou em Roraima, estudou no Rio de Janeiro e em Manaus.
<i>Data:</i>	13 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	08 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu e visitou as ruínas do Forte São Joaquim várias vezes. <i>“A primeira vez senti uma emoção, esperava ver vários ambientes, mas senti tristeza, está literalmente abandonado no nível de segurança. Estive lá no aniversário de 500 anos do Brasil, houve a limpeza da vegetação do local onde se encontram as ruínas, o ato foi ilógico, faltou orientação, o trator passou por cima da terra e esmagou várias cerâmicas portuguesas, estavam em cacos, vários vestígios foram levados pelas pessoas que estavam presentes no evento. As ruínas devem ser conservadas, representam a história da colonização do Brasil. Estão em total abandono, o poder público federal como estadual”.</i></p> <p><i>“O tombamento não protege de forma nenhuma, só no papel, é preciso de ações efetivas”.</i></p> <p><i>“A visita se não ajudar na preservação, traz a tona o que desconhece, o local deve ser transformado em parque arqueológico, o Forte e sua redondeza deve ser transformado em um museu, para que a população conheça e visite”.</i></p> <p><i>“Não sei o que impede hoje que ocorra uma visita as ruínas, acredito que, pelo fato de estar localizado em uma propriedade privada”.</i></p> <p><i>“O papel da instituição INPA é cada vez mais informar as pessoas, como cidadão é trazer pessoas para visitarem”.</i></p>

Denominação:	Entrevista 11- Homem - Vice reitor UFRR
Notação do arquivo:	DSCN 1401, DSCN 1402, DSCN 1403, DSCN 1404
Razão da entrevista:	Nasceu em Boa Vista, é vice reitor da Universidade Federal de Roraima, é graduado em licenciatura Artes Plásticas, Mestrado em Música no Rio de Janeiro, Doutorado em São Paulo em História Social.
Data:	16 de setembro de 2013
Local:	Boa Vista/Roraima
Duração:	20 minutos
Suporte:	Câmera digital
Entrevistadores:	Thais Felipe Rosa
Sumário:	<p>Já ouviu falar sobre as ruínas e já visitou várias vezes o local. <i>“Quando fui pela primeira vez, achava que encontraria as ruínas do Forte, e não existiam ruínas, só o terreno. Senti uma tristeza, achava que ia encontrar as ruínas, existia ainda vestígio de algumas pedras entre as areias”</i>. <i>“Na minha tese de doutorado, na página 90 fala da consolidação das ruínas do Forte São Joaquim, cito Alexandre Rodrigues, Henri Codreau, exploração amazônica, Schomburk, Nádia Farage, etc. Deveria ter visitas vinculadas a história do Forte, para que as pessoas tivessem idéia do que existia no local.”</i> <i>“Houve no local a introdução da agricultura e máquinas passaram no terreno, tem muita história para ser contado, conservar o terreno é importante, traz a memória”</i>. <i>“Defendo a construção da réplica do Forte para que se tenha uma atração turística, para revitalizar o lugar, a memória, a história do Forte, já que não tem ruínas, perpetuar a memória, do jeito que esta não diz nada”</i>. <i>“Representam a memória, mesmo perdidas, representam memória militar e dos indígenas”</i>. <i>“O órgão responsável pelo patrimônio do Estado de Roraima e do Brasil tem dificuldade em conservar a memórias amazônicas e outros fortes também”</i>. <i>Tombamento é importante, mas só é um documento, falta executar esta prática da preservação.”</i> <i>“Para mim, não há ruínas, a ideia é manter memória do lugar, e construir uma réplica do Forte envolvendo um contexto turístico. É bom conhecer a história, já existe bastante pesquisa na região que precisa ser analisada para serem feitos os roteiros. Sendo construída uma réplica, seria interessante ver como viviam os militares, saber toda a evolução da história do Forte, quando deixou de ter função militar, vida e objetos dessa guarnição, gravuras de Alexandre Rodrigues, que mostra o Forte com casas com telhado de barro, já as gravuras de Codreau, um francês, registrou a imagem do Forte, e as casas estavam cobertas com palha na fotografia, o Forte também coberto de palha, já Alexandre Rodrigues mostrava em sua pintura casas urbanas”</i>. <i>“O terreno que é do poder público está em poder privado, é uma área que está em negociação, o acesso pelo rio branco é livre, mas por terra, tem que pedir autorização ao dono da fazenda”</i>. <i>“Alguns professores da área de ciências humanas da UFRR realizam projetos para revitalizar o local, esporadicamente ocorrem algumas programações individuais de levar os alunos de barco até o local, existem incentivos individuais que extraviam a burocracia ou questão financeira para apoiar projetos.”</i> <i>“Existem registros feitos pelos olhares dos viajantes, que registraram o estilo das malocas, também há os mapas do final sec. XVI”</i> <i>“Os governantes não tinham conhecimento do lugar, com apoio do governo, foi desenvolvida a área com agricultura, a região começou a se desenvolver, não se tinha ideia que aquele lugar tinha uma memória, se discute como se deu o início da cidade, com a Fazenda de Boa Vista, que havia ali eram</i></p>

aldeamentos, a fazenda foi implantada com as malocas, hibridismo entre os macuxis, paravianas, Família Magalhaes, não se diz, pois, parece que parente é invasor.” “A questão da área do Forte não vejo como sítio arqueológico e nem ruínas, foi bastante modificado, visão de preparar para os agricultores, tratores removeram as pedras, as pedras foram levadas para construção sede da Fazenda São Marcos, ficou terreno vazio, após limpeza das máquinas dos tratores o que se tem lá já é uma réplica, são uma montagem não são originárias do mundo original.” “O sítio está descaracterizado, antes das máquinas encontraria os reais vestígios ali o terreno perdeu as características de ser um sítio arqueológico, de serem ruínas e de ser patrimônio. Tem que se pensar em como trabalhar o terreno como memória da cultura imaterial e representar esta memória como espaço físico da cultura material.”

“Já existe uma réplica em miniatura no 6º. BEC, que foi feita pelos professores da arquitetura, com a visão de Alexandre Rodrigues, mas este não era o verdadeiro olhar, o verdadeiro olhar que mais se aproxima da realidade está na sala do reitor, há uma cópia da gravura do Henri Coudreau”.

<i>Denominação:</i>	Entrevistada 12 - Homem - Secretaria da cultura
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1408, DSCN1409
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista, Roraima. É formado em Direito, e estudou em Roraima. Mora em Boa Vista há 25 anos. É assistente da direção da Secretaria de Cultura.
<i>Data:</i>	17 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	13 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas e já visitou o lugar. <i>“A primeira vez levei um susto, acreditei que ia ver alguma coisa, só vi pedras, pessoas utilizaram as pedras para fazer Fazenda São Marcos. A reação foi de tristeza, realmente eram ruínas. Depois, fui pelo conselho de cultura, estávamos em cima das pedras.”</i> <i>“Devo respeito, faz parte da história do meu Estado, Forte foi construído visando proteger dos invasores, no dia que fomos havia equipe do IPHAN, era para ter um projeto de passarelas para andar na área. Também há o conflito sobre a terra se ficará com o Estado ou a União.”</i> <i>“As ruínas devem ser conservadas, com base na ideia do arquiteto do IPHAN, com passarelas, e reconstruir ao lado uma réplica, 6.BEC construiu o Forte em miniatura, as ruínas representam a memória imaterial que é muito importante da Cultura do Estado, defesa do espaço de Roraima”.</i> <i>“Sim as ruínas estão abandonadas, o Iphan, não fez nenhuma passarela no local, está em decomposição, claro que a união, o Estado e o município poderiam proteger mais este bem.”</i> <i>“O tombamento não deixa de ser um reconhecimento.”</i> <i>“Seria esta forma, construir passarelas e proteção no entorno, com guias de turismo com noções básicas. Gostaria de visitar para ver a continuidade do trabalho, se a ideia de reconstruir a réplica foi feita, tem que ter um acompanhamento, se não é só um passeio.”</i> <i>Esta visita ajudaria a preservar o bem e as pessoas a conhecer a história de Roraima, com a réplica, veriam como era o forte, com informações, objetos do Forte, museu dentro da réplica, informativos, uniformes, canhões em Manaus, réplica da chave do Forte, visita com contexto e emoção.”</i> <i>“Até hoje, precisa pedir licença ao proprietário da Fazenda para entrar no local, isso é o que dificulta acesso ao local.”</i>

<i>Denominação:</i>	Entrevistada 13- Mulher - Aposentada
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1424, DSCN1425
<i>Razão da entrevista:</i>	nasceu em Boa Vista, tem 68 anos. É professora aposentada pelo território federal, trabalhou também na Secretaria de Educação e Cultura. Estudou em Roraima, e na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É formada em Letras e Pedagogia. Possui pós graduação em Psicopedagogia.
<i>Data:</i>	18 de setembro de 2013 às 09 horas
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	11 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas e já visitou a mesma quando tinha 12 anos, por um movimento incentivado pelo exército. <i>“Achava que ia encontrar uma muralha, mas não vi praticamente nada. A visão da paisagem é linda, onde há o encontro dos rios. Fiquei surpresa e triste por não ver nada, e por saber que não está sendo protegida nossa história.”</i></p> <p><i>“Aqui ocorre uma migração muito grande, e quem ama mais esta terra são os nascidos aqui, a intensidade é diferente. Por exemplo, onde foram parar os canhões da praça da bandeira que eram do Forte?”</i></p> <p><i>“Sei que o Forte foi construído para defesa do território pelos portugueses, as ruínas devem ser conservadas. É nossa história de desenvolvimento, de quem chegou e o que protegeram, a época da colonização, etc. Lembro dos canhões que estavam na praça da bandeira, eram seis canhões, subia neles, eram verdadeiros, na reforma de governo sumiram os canhões.”</i></p> <p><i>“Sim, as ruínas estão abandonadas, poderiam ser ponto turístico importante. Todos nós somos culpados, se todos nós fizéssemos projeto, faltou vontade política de preservar, tive a oportunidade e não fiz”.</i></p> <p><i>“De jeito nenhum, tombamento nunca significou proteção, na prática é um monte de pedras. O lugar deveria ser aberto para visitação, o mato ser retirado, pessoas se interessariam em conhecer. Deveria envolver escolas com uma pessoa para cuidar, envolver professores de história e disseminar. O que falta hoje � acesso e divulga�o, o mato e não ter onde ficar, aparência de coisa abandonada. Deve-se divulgar nas escolas, pensando nas novas gera�es, visitas ao Forte e divulgar a existência do mesmo”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 14 - Homem - Aposentado do Exército
<i>Notação do arquivo:</i>	Entrevista registrada somente no papel
<i>Razão da entrevista:</i>	nasceu em Boa Vista, há 56 anos, possui o Ensino Médio Completo. Foi uma pessoa muito indicada para ser entrevistada. Trabalhou no exército em várias unidades, começou como soldado e terminou como capitão.
<i>Data:</i>	18 de setembro de 2013 às 15 horas
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	30 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Escuto falar do Forte São Joaquim desde que sou pequeno, quando tinha 10 anos, minha mãe, dizia que em 1925 o Forte ainda tinha suas pedras. Comecei a trabalhar para o exército em 1964, a primeira vez que fui com o Exército até as ruínas do Forte foi no ano de 1970, lá foram encontrados pontas de lanças, bala de canhão, que foram levados pelos soldados do 2º. BEF. Quando visitei a primeira vez, pensava que encontraria as ruínas de pé, porém, foi decepcionante porque vi poucas pedras amontoadas em um canto”. “No local deve ser realizado um projeto que evite que a água alcance o bem”. “O Forte é importante representa o período do Brasil Colônia, mostra a história da ocupação do Vale do Rio Branco e disputa por este território”. “Está completamente abandonado e foi destruído com o passar do tempo, suas pedras foram transportadas para Fazenda São Marcos para fazer a caixa da água e outros usos.” “Não há nada protegido ali, nem o rio, nem a área ambiental, não há mais nada no local há ser preservado, o Forte já não está mais lá. O mesmo deve ser reconstruído, levaria 48 horas para ser recuperado, o que levou 23 anos em 1975. Com um guia conhecedor da história, vale a pena conhecer este espaço onde ocorreu a história, para popularizar e divulgar a importância do Forte. “O que impede hoje uma visita às ruínas do Forte é a burocracia ao acesso ao bem”. “O Exército deveria reconstruir o Forte em uma altura que não fosse atingido pelas águas do Rio. Sugere que seja construído um Centro Cultural no local com venda de souvenirs.”</i></p> <p>Como está fora do Exército há 17 anos não sabe que atividades no Forte São Joaquim estão sendo realizadas. Acredito que nada é feito para as Ruínas do Forte São Joaquim em relação a educação patrimonial e cultural porque estas ações não dão votos”.</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 15 - Homem - Radialista
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1733,DSCN1735, DSCN1736, DSCN1737, DSCN1738
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Jaguaribe, Ceará, é professor na Universidade Federal de Roraima, radialista e jornalista da Rádio Roraima AM590. É formado em Comunicação Social, Educação Física e Jornalismo na UFRR. Estudou em Roraima e em Manaus.
<i>Data:</i>	21 e 28 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	22 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas do Forte e já visitou o Forte umas quatro vezes. <i>“Para entrar tem que se humilhar e pedir para o fazendeiro para chegar no Forte, para poder visitar uma coisa que é nossa.”</i> <i>“Primeira vez imaginava muros erguidos, construções que pudessem caracterizar, que lembrassem uma Fortificação. A Fazenda São Marcos destruiu o Forte e fizeram a casa do administrador construída com as pedras do Forte São Joaquim, a caixa da água também”</i> <i>“Não tem nada que lembre que é o Forte, ficou no esquecimento, só sabe porque dizem.”</i> <i>“Como pesquisador sim tenho envolvimento, foi a necessidade do governo português, o Pedro Rodrigues Pereira foi o último comandante que entregou a chave para o 6º. BEC. Desde 1889 não houve preocupação com o Forte, foi introduzido o gado pelo Lobo da Almada, criadas três fazendas. Nos 500 anos de descoberta do Brasil, fizeram uma festa no local, com membros do Instituto Geográfico Histórico de Roraima, Gursen de Miranda, Museu, Projeto Raízes, Meu Cantinho.”</i> <i>“As ruínas devem ser conservadas, limpas, revitalizadas, deve ser colocada uma proteção para a água que vai cobrir as ruínas, se não a nova geração só vai ouvir dizer e ver fotografia. As ruínas são a própria memória da nossa origem. Para ele as ruínas não estão abandonadas, o 7. BIS e 6.BEC, se preocupam pelas ruínas.”</i> Quanto ao tombamento: <i>“Teoria é uma coisa, na prática é outra.”</i> <i>“No local deve-se fazer uma cerca de proteção para proteger contra a erosão, enviar antropólogos, lá é um cemitério, famílias foram enterradas, tem muita história para contar, deve-se fazer escavação arqueológica.”</i> <i>“O turista traz dinheiro, leva a preservação do local, com um departamento responsável, deve-se ensinar os jovens roraimenses com uma visita guiada usando camisa do Estado, contando a história, podem ser contratados pela prefeitura, mostrando o trajeto. Deve-se preparar os jovens para serem guias, inclusive em outros sítios para ver a beleza de Roraima, por exemplo, na Pedra Pintada, Surumú, a Ilha do Amajari, o Uiramutã, Monte Caburaí, envolvendo a Secretaria de Cultura, expressões históricas e artísticas, o IPHAN deveria criar”.</i> <i>“O que impede hoje é a localização do Forte na BR401, pelo fato de estar dentro de uma propriedade particular, que tem produção de arroz, fato de ter que pedir ao dono para entrar é se humilhar. O cidadão tem obrigação de proteger o nosso patrimônio histórico, conhecer nossa história, proteger”.</i>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 16 - Homem - Analista ambiental
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1475, DSCN1476, DSCN1477
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista, tem 44 anos. É analista ambiental no ICMBio, formado em Biologia, mestre em Recursos Naturais, estudou em Roraima.
<i>Data:</i>	24 de setembro de 2013 às 09 horas
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	24 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas. <i>“Fazem parte da história desse lugar, peça importante, por incrível que pareça o acesso não é permitido, tem que pedir para a família do Casarin. Em 2006, fiz um sobrevoo nas áreas de arroz, hoje esta dentro da fazenda particular. Tentei uma vez por terra e não consegui entrar. Fui esse ano e não consegui achar a ruína. Consigo resgatar fotos da Ruína em 1989.”</i> <i>“Fui várias vezes, nos anos 80 e 90 quando eram visíveis, fui em 2000, com o IHGR, no evento com a suposta limpeza. Primeira vez fui nos anos 80, era adolescente, a história me fazia pensar que existia algo mais visível, minha reação foi de surpresa, não existia mais, só paredes. O que vi foi somente ruínas, começou a ser abandonada com a construção da Fazenda São Marcos. Foi uma decepção quando comparado com Belém, Amapá, Rondônia”.</i> <i>“Meu amigo coletou cerâmicas, tijolos, capsulas, munição, ficou chocado ano 2000 material foi revirado pelos tratores. Alexandre Rodrigues fez um diário chegou aqui em 1782, e o Forte já estava ativo. O desenhista fez um desenho do Forte na época. Depois, perdeu importância em 1906, entre Brasil, Holanda, Inglaterra. O rei italiano decidiu a delimitação da fronteira. Ocupação daqui se dá em 1775, para evitar as incursões de espanhóis e holandeses.”</i> <i>“As ruínas deveriam ser melhor conservadas, no século 20, ainda haviam canhões na praça da bandeira, alguns foram levados para o 6.BEC, outros não sei para onde foram levados.”</i> <i>“O tombamento é um passo, mas não garante preservação das ruínas, é um mecanismo legal.”</i> <i>“Se houvesse visitas guiadas levaria meus filhos, anos 80, houve uma movimentação de turismo da agência Iguana Tours, com Elieser Rufino. Três fazendas nacionais foram criadas para ocupar a área e incentivar a ocupação da área. O IPHAN, e outros órgãos deveriam priorizar ações de estudos, para levantar a questão do Forte São Joaquim.”</i> <i>“Deveria manter as ruínas e construir uma réplica do lado, criar um museu, fazer uma campanha de resgate do material do Forte, Centro de Visitantes.”</i> <i>“Existe um projeto de construção de uma usina de cana bem próximo ao Forte, com licença prévia, que irá produzir uma fumaça, bilhões de resíduos jogados no rio, afetando o risco da qualidade da água e do ar, pois, com a direção do vento, todo o cheiro virá para a cidade, caso venha a ser construída”.</i> <i>As visitas ajudarão na preservação do lugar, “só se conserva o que a gente conhece, nossos filhos só vão cuidar se conhecerem o local e o que ele representa.”</i> <i>“Gostaria de ver um centro de visitantes, coleta de relíquias físicas, vestígios também, o que foi desenhado pelos exploradores, imagens do Forte, mapa da região, relatos de expedições feitas pelos portugueses, espanhóis, resgate dos diários, delimitar área de visita, tornar acesso público, indenizar a família, centro de pesquisa, mostrar história da Revolta da praia de sangue, macuxis guerrearam, etc.”</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevistada 17 - Mulher - Chefe Divisão técnica IPHAN 2103
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 1478, DSCN 1479, DSCN 1480
<i>Razão da entrevista:</i>	nasceu em Cratêus, Ceará, e mora em Boa Vista desde o ano de 1980, há 34 anos, é formada em Turismo pelo Amazonas, não estudou em Roraima. No momento em que foi entrevistada era a Chefe da Divisão Técnica do IPHAN-RR.
<i>Data:</i>	24 de setembro de 2013 as 11h30 min.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	16 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>Já ouviu falar das ruínas e já visitou o local. “Nós trabalhamos com as ruínas, estudamos seu processo de tombamento e uso público, a partir de 2011, fui duas vezes lá”. “Antes de eu visitar já sabia que estavam degradadas por reportagem e também houve uma limpeza técnica que foi feita pelo Exército. Pode entrar com arqueólogo no local, ver os vestígios das ruínas do Forte, mas o acesso não é fácil, somente por rio que não tem ninguém para barrar a entrada.” “Participei da audiência pública que teve sobre a construção de uma réplica das ruínas do Forte, estavam presentes o Exército, Gursen de Miranda autor do projeto. Sei também que houve um crime contra o patrimônio quando o Exército realizou a limpeza técnica da área destruindo os vestígios arqueológicos que restaram, mas as pessoas não sabem que estão cometendo um crime.” “As ruínas hoje estão sendo conservadas, pois há um controle de atividade de visitas, somente com autorização se entra no local via terrestre, freando qualquer degradação.” “Representam várias memórias, povo paraviana, foi massacrado, descendentes, praia do sangue, vários índios foram mortos, memória dos portugueses, dos brasileiros, há o valor paisagístico, arqueológico, relevância história local. Foram abandonadas ao longo do tempo, devido a matéria prima ter sido desgastada com o tempo”. “Hoje é a grande preocupação de o IPHAN preservar o que restou. A lei de tombamento não foi regulamentada e não foi feito nada para buscar a proteção, depende do órgão que está fazendo esta proteção, com a fiscalização da área se freia a degradação.” “Através do acesso ao público, abertura de uma estrada direta as ruínas do Forte, IPHAN com parceria do Exército para atender estas visitas, seria um modo de conservar as ruínas.” “Hoje a dificuldade de acesso, inibe as pessoas de visitarem e fazerem danos ao bem. O IPHAN colocou uma placa a fim de proteger e evitar maiores danos. Estado não tem arqueólogos, etc”. “Para proteger depende da forma que vai ser manejado isso, a visitação sem controle poder uma ameaça mínima a infra estrutura, já com regras traz quanto mais pessoas para conhecer e divulgar o local. Gostaria de ver atividades históricas, maior valorização a paisagem, montanhas, rios, historia deve ser contada não só versão dos coronéis, história dos paravianas.” “O que impede a visita hoje, é o acesso, a falta de infra-estrutura, de um banheiro, pessoas que controlem estas visitas”. “O papel do IPHAN é preservar o bem tombado mesmo provisoriamente, fiscalizando periodicamente, buscar meios e recursos de estudar o lugar para desenvolver a preservação do patrimônio e uso público. Uma das prioridades foi através do mestrado, trazer alguém para estudar as Ruínas do Forte, não há empresas que façam este trabalho, no Norte a pesquisa é mais cara, IPHAN, é contrário a todo projeto existente como contra a construção da réplica, preserva a memória e o abandono do Forte São Joaquim.”</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 18 - Homem - Professor de História
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1525, DSCN1526, DSCN1528, DSCN1530
<i>Razão da entrevista:</i>	É formado em Educação Física na Argentina, Turismo em Roraima e Jornalismo na Venezuela. Está fazendo mestrado em História, é professor do primeiro e segundo grau pelo Governo Federal, e Gestor do Projeto Roraima Somos Assim, que busca a historiografia de Roraima há três décadas. Nasceu em Francisco Beltrão, Paraná e mora há trinta anos em Boa Vista, Roraima, chegou na década de 80 no Estado de Roraima.
<i>Data:</i>	24 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	27 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadora:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Segundo ele: <i>“já visitei as ruínas do Forte São Joaquim, a expectativa que tinha era que houvesse mantido uma estrutura mínima do Forte. Minha reação foi de frustração ao chegar ao local, por estar envolvido com a questão da preservação da história e cultura de Roraima há mais de três décadas”</i>. <i>“O Forte passou por etapas diferentes, Marques de Pombal, Padre Fritz, holandeses, indígenas, espanhóis, fortaleza era reino Português, Felipe Sturn, Marechal Rondon, entre outros. É preciso resgatar toda esta história e objetos recolhidos, como canhões, chave do Mosteiro São Bento, a sociedade precisa conhecer”</i>. As ruínas estão abandonadas, há uma falta de interesse pela história de Roraima, <i>“não há preocupação, valorização com a história que diz respeito ao Brasil. O tombamento é um mero ato administrativo não mudou nada e não foi feito nada para mudar.”</i> A identidade do povo do Rio Branco começou com as ruínas do Forte São Joaquim, em 1776. A população do Forte surgiu na época dos aldeamentos, e o mesmo foi construído por indígenas, com mão de obra escrava, assim perdeu seu valor histórico identitário. <i>“Houve uma má gestão do Estado e da Cultura do patrimônio, sendo que não se sabe o que foi perdido, por isso, é importante que se conte a história do Forte para as futuras gerações, para saber o que ocorreu do século XVIII e XIX.”</i> Sabe-se que muitas pedras dos muros do Forte foram levadas para outras fazendas. <i>“É necessária a criação de um folder informativo sobre o histórico do Forte, com informações sobre o acesso e as etnias que ali moraram. A sociedade precisa conhecer suas raízes, ver o histórico de Coudreau que é o mais próximo da realidade. Sou contra a construção de uma réplica, pois não vai conscientizar o povo, deve-se trabalhar a história, a maquete que está no 6°. BEC está errada, não segue a prospecção de Coudreau. Não há nenhuma pesquisa científica de doutorado a respeito das Ruínas do Forte São Joaquim”</i>. <i>“O povo tem que se identificar com a história, tem que saber a origem, o Turismo Cultural e Natural, que valorize a história e a paisagem natural do Rio Branco. “Durante a visita sugiro que as pessoas tenham acesso a compilação das edições, cartografia, as gravuras, a história dos aventureiros, mostrando a importância do extremo Norte, tudo que ocorreu, o interesse português, espanhol, inglês, a vida dos militares a serviço do Forte”</i>. Hoje não há visitação pela dificuldade de acesso, falta de estrutura e segurança. <i>“O cidadão precisa conhecer o bem para proteger, e o Estado necessita criar políticas públicas que fomentem o produto e serviço a fim de visitar e divulgar o bem”</i>. Vai realizar uma exposição chamada as Origens, que vai circular a construção do Forte, as gravuras de 1886, de Henri Anatore Coudreau, no Centro Amazônia Fronteira, em Novembro no Multicultural.</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 19 - Mulher - Pesquisadora, neta do comandante forte SJQRB
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1534, DSCN1535, DSCN1536, DSCN1537
<i>Razão da entrevista:</i>	É nascida em Boa Vista há muitos anos, seu bisavô foi comandante do Forte São Joaquim. Foi diretora de cultura da FETEC, Foi assessora do vice prefeito, é presidente da academia de letras, possui nível superior incompleto em História, é pesquisadora atualmente.
<i>Data:</i>	25 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	28 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>É nascida em Boa Vista, sua família fez história na cidade de Boa Vista, desde o bisavô que foi comandante do Forte São Joaquim. <i>“Quando visitei o Forte tinha dez anos, não tinha noção do valor histórico e cultural que ele possuía, mas nas outras vezes que visitei o lugar, a sensação que tive foi de lamento e preocupação, afinal, as ruínas representam o marco do Estado.”</i> <i>“Tenho aqui comigo a chave do Forte, a bala do canhão, fotos, a planta do Forte, a planta da capela, o início de tudo se deu através da construção do Forte, tudo começou em 1752, ele foi construído em 1775, ficou pronto em 1778, e o primeiro comandante foi o próprio engenheiro do Forte”.</i> <i>“Acredito que o Governo Estadual, Federal e o Exército devem reconstruir o Forte e tornar o mesmo um polo turístico e de pesquisa. Deve ser criada uma escola militar neste espaço”.</i> Para ela o espaço em que se encontram as ruínas do Forte está abandonado e há falta de interesse dos governantes. A história do Forte deveria ser colocada nos livros de história, porém, é muito difícil trabalhar com cultura no Estado, pois, é desvalorizada. O tombamento não garante a proteção do bem, é necessário ter recursos para proteger o patrimônio. Para ela o ideal é que <i>“o IPHAN, em parceria com Exército, formem uma aliança e reconstruam o Forte, e neste espaço seja implantada uma Escola do Exército, um colégio militar, embelezando o município de Bonfim. Durante a visita as ruínas do Forte deve ter um guia preparado, que conte toda a história do local, da capela, das fazendas, do rei São Jose, Rei São Bento, Rei São Marcos, entre outras”.</i> Sugere que <i>“seja realizada uma parceria com a Funai para visitar a Fazenda São Marcos, que possui uma arquitetura fantástica e piso lusitano, em arcos, a mesma poderia se tornar uma pousada e ser aberta para receber visitas”.</i> O que impede a visitação é o fato do portão estar fechado, não ter como se locomover lá dentro, não ter guia, e não ter como entrar sem permissão do dono da fazenda. <i>“O papel do cidadão roraimense é gritar, implorar, falar, escrever, divulgar, conscientizar sobre a importância desse marco histórico”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevistada 20 - Homem - Jornalista e Professor universitário
<i>Notação doArquivo:</i>	DSCN1545, DSCN1546
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista, foi diretor conselheiro do Grupo Folha de Boa Vista desde 1998, agora passou a propriedade para seus quatro filhos, escreveu durante muitos anos para a Coluna Parabólica, atualmente é professor na UFRR. É bacharel em Economia, mestrado em Economia e está cursando o doutorado em Ciência Política. Estudou em Boa Vista até o primeiro grau, depois estudou em Belém, até sua graduação.
<i>Data:</i>	26 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	14 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Nasceu em Boa Vista, até a década de 70, quando se mudou para Belém e Rio de Janeiro. <i>“Já visitei as ruínas do Forte São Joaquim três vezes, ao chegar já sabia que estava tudo vandalizado”</i> . O Forte São Joaquim era do interesse do Estado Português em defender o espaço conquistado. A primeira noção que tive do Forte foi quando vi os canhões no centro da praça da bandeira, todavia, não sei para onde foram levados. O Forte está ligado a história da Fazenda São Marcos, é de onde saíram os descendentes dos pioneiros do Estado, Inácio Magalhães, bisneto Coronel Mota, Coronel Alfredo Cruz, existindo uma ligação histórica. <i>“A sensação que tenho é da falta de respeito pelos governantes que passam pelo Estado, sente que Roraima é uma terra de rapinadores de dinheiro público, da história de Roraima, de falta de respeito e envolvimento com a história”</i> . <i>“Haveria de restaurar as ruínas, pois, representam parte significativa da história, a primeira ocupação histórica do Estado se deu ali”</i> . Acredita que as ruínas do Forte São Joaquim e Fazenda São Marcos estão em total abandono, e que não deveriam ser território indígena. <i>“Os culpados são os governantes que são rapinadores. O tombamento não protege o patrimônio, foi somente um ato formal motivo de festa e demagogia. As ruínas seriam conservadas se o próprio IPHAN assumisse um projeto de governo”</i> . Não visitaria as ruínas pelo fato de saber como estão <i>“não há turismo receptivo em Roraima, é o único estado que não tem um zoológico, se houvesse junto ao Forte uma área de proteção ambiental de flora e fauna, o turismo ajudaria a financiar a instituição, porém, necessita ser planejado para não desgastar a área. Esse projeto deve incluir a fazenda São Marcos também”</i> . <i>“O fato de restaurar as ruínas já seria uma forma de preservar as mesmas”</i> . <i>“Todavia, o Estado por ter muita migração, historicamente, o Estado está entregue a rapinadores da história e da tradição, por isso, não preservam, vem para cá usufruem e vão embora. Não foi demonstrado até hoje uma vontade política de realizar projetos educativos e de visitação ao local”</i> . <i>“O exército de vez em quando realiza alguma atividade pontual”</i> . Defende que <i>“a Fazenda São Marcos entre no roteiro de visitação, que mil hectares fossem destinados a preservação do patrimônio, com permissão e acesso da Funai. A Fazenda São Marcos é uma fazenda real, com arquitetura do século XVI, possui paredes largas, onde funcionava a proteção aos índios, ao fim estão deixando acabar tudo, pois, a cultura deles é nômade, não tem tradição na escrita, não plantam árvores, e não será possível resgatar essa tradição oral deles, pois vivem se mudando”</i> .

<i>Denominação:</i>	Entrevista 21 - Mulher - Turismóloga, trabalha na Superintendencia de Turismo
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1547, DSCN1548
<i>Razão da entrevista:</i>	É tecnóloga em turismo pelo IFRR, trabalha na superintendência de turismo da FETEC/RR, conclui uma pós graduação em gerenciamento de projetos. Nascida em Manaus, mora em Boa Vista há mais de dez anos.
<i>Data:</i>	26 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	15 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Formada em turismo, mora em Boa Vista há dez anos, e não teve a oportunidade de visitar as ruínas do Forte São Joaquim. <i>“As expectativas que tenho sobre o mesmo são pequenas, já vi algumas fotos antigas e atuais, sei que o lugar é histórico e remete a memória, mas não imagino como deva estar neste momento”</i> . <i>“Não possuo envolvimento com a história das ruínas, mas acredito que elas devam ser conservadas, e que deva ser realizado um memorial do Forte com fotos antiga e história local”</i> . As mesmas representam a memória do Estado, e estão abandonadas, porém, não culpo o Estado pelo abandono. <i>“É necessária uma campanha de valorização do bem, que seja delimitada uma área de visitação com informações sobre o Forte.”</i> Acredito que após o tombamento não foi realizada nenhuma atividade de fiscalização do que foi perdido e preservado na área. Segundo ela, já ocorrem visitas informais até as ruínas por meio do porto do Babazinho, no qual, são levados os turistas até o local. <i>Devem ser “produzidos folhetos, fotografias históricas e a história das ruínas”</i> . Acredita que não há impedimentos para visitar as ruínas, ela irá ou com um guia chamado Lula, ou irá com alguma agência de viagens. <i>“O único impedimento para chegada no local é a cheia do rio”</i> . <i>“(…) O papel do turismólogo, é divulgar a história, lembrando-se da preservação, importância do lugar, para a cidade e Estado. Sugiro seja fomentado algum roteiro existente, porém, que não é muito divulgado”</i> . Muito pouco foi feito porque as ruínas pertencem ao município de Bonfim, sendo assim, mais complicado de lidar com esferas estaduais e municipais.

<i>Denominação:</i>	Entrevista 22 - Mulher - Superintendente do Turismo da FETEC
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN1560
<i>Razão da entrevista:</i>	É superintendente de Turismo da FETEC/RR, nasceu em Cianorte no Paraná, mas mora em Boa Vista há 49 anos. É geografa, e concluiu a pós-graduação em Gestão Escolar de Educação Profissional.
<i>Data:</i>	26 de setembro de 2013
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	07 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas e já visitou as mesmas duas vezes, e foi de carro. Não tinha muitas expectativas, pois as pessoas sempre falaram que ela só veria ruínas. <i>“Para mim o mais interessante da visita as ruínas é a paisagem, a vista bela do rio, e se fosse possível colocar uma maquete atrairia mais as pessoas”</i> . Ela disse que não possui nenhum envolvimento com a história das ruínas do Forte. <i>“As ruínas devem ser conservadas por seu valor histórico e arquitetônico, no qual poucas pessoas conhecem”</i> . Acredita que as ruínas estejam abandonadas, e o tombamento é um instrumento para preservar o bem e conscientizar a população sobre o valor histórico. <i>“Teria interesse em visitar um roteiro no local, e durante a visita gostaria de conhecer mais da história local, fatos que ocorreram, as famílias que passaram por lá. O que impede que ocorram visitas é a falta de motivação do poder público e privado em buscar um retorno financeiro desta atividade.”</i> <i>“A FETEC possui um grupo de discussões e estudos, no qual já foi falado nas ruínas do Forte, porém, precisamos encontrar parceiros e no momento não desenvolvemos nenhuma atividade relacionada às ruínas”</i> .

<i>Denominação:</i>	Entrevista 23 - Homem - Tenente 7º. BIS
<i>Notação do arquivo:</i>	MVI7743, MVI7744, MVI7745, MVI7746, MVI7747, MVI7748, MVI7749, MVI7750, MVI7751
<i>Razão da entrevista:</i>	Nascido em Manaus, Amazonas. É tenente no Exército, trabalha no 7º.BIS, Batalhão de Infantaria de Selva. Está fazendo o curso de Direito, e mora em Boa Vista há dois anos.
<i>Data:</i>	07 de fevereiro de 2014
<i>Local:</i>	Ruínas do Forte São Joaquim, Bomfim, Roraima
<i>Duração:</i>	16 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas, <i>“quando cheguei soube um pouco da história, não visitei as ruínas, passei somente pelo rio”</i> . Está sendo a primeira vez que visita as ruínas, <i>“tinha curiosidade em saber e ver como estavam as instalações do Forte. Achei lamentável a situação do Forte, é um monumento histórico do Brasil e está abandonado, me senti frustrado”</i> . <i>“Não possuo nenhum envolvimento com a história das ruínas, mas sim tenho que acompanhar com o Exército e dar apoio às pesquisas no local”</i> . <i>“Sim as ruínas estão abandonadas, a situação que se encontra é falta de interesse do governo. Não botaria culpa em ninguém, não há muito que fazer”</i> . <i>“O tombamento é importante, ajuda na preservação, passa a informar a população.”</i> As ruínas serão conservadas: <i>“Depois do trabalho de limpeza e manutenção da limpeza pelo governo”</i> . Se houvesse roteiro, teria interesse em ir, <i>“traria minha família, e ajudaria na preservação, com pessoas interessadas na administração, divulgaria a imagem do Forte, e a preservar a história desde o Ensino Fundamental”</i> . <i>“Gostaria de ver as instalações mais próximas do que foi o Forte, que mostrasse e desse uma imaginação do que foi o Forte, que pudesse ter vista para o Rio”</i> . <i>“O que impede hoje que haja uma visita às ruínas é saber como se encontra o Forte, no momento está cheio de vegetação, descaracterizado, já não há característica de Forte, pessoas não sabem de sua existência e o acesso é difícil”</i> . <i>“O Exército tem uma visão cultural tem outros Fortes que são de responsabilidade do Exército, o Exército aceitaria muito bem, como nesta expedição participar e ajudar no que for preciso para preservar o bem.”</i>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 24 - Homem - Arqueólogo
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9314, DSCN9315, DSCN9316, MVI_7752, MVI_7753, MVI_7754, MVI_7755, MVI_7756, MVI_7757, MVI_7762, MVI_7763, MVI_7769, MVI_7770, MVI_7771
<i>Razão da entrevista:</i>	É arqueólogo, diretor da Empresa Brasil Arqueológico, professor do mestrado e doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. Estava em Boa Vista neste período de fevereiro de 2014 para fazer uma prospecção arqueológica no terreno que será construído o Garden Shopping. E veio até o IPHAN, para conversar sobre a possível limpeza técnica e prospecção arqueológica da área onde se encontram as ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco.
<i>Data:</i>	07 de fevereiro de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	25 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco quando veio para Boa Vista, e está é a segunda vez que visita o Forte. Este Forte é recente, a lei 3.924 que fala sobre a importância do Estado cuidar do seu patrimônio histórico foi descumprida. IPHAN Nacional não tem condições de cuidar de todos os sítios arqueológicos, precisam de unidades pequenas que sejam responsáveis por fiscalizar os sítios evitando que o mesmo se acabe. Na Holanda, há um circuito de fortificações, envolve a visita ao Forte, a plantação de tulipa, moinho, entre outros. Poderia ser feito um circuito de fortalezas da Amazônia, Príncipe da Beira, Forte Macapá, Borda Nordeste, terminaria no Rio de Janeiro. O turismo hoje é uma grande fonte de renda. Quem não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro, hoje a sociedade está voltada para valores atuais, alienados. Com a tecnologia de hoje, com um iphone, pode-se ter um teodolito, GPS, medidor de ruído, vibrador de terreno, nível de pedreiro, entre outros. Hoje os militares estão fazendo o que não foi feito, estão sendo sensíveis, gentis, ao apoiar as atividades do IPHAN, o Exército precisa ter mais marketing quanto as suas atividades e papel da instituição. O Brasil é muito cobiçado, e há muitas ONGS estrangeiras intervindo em comunidades indígenas no país, com amplo acesso as informações e recursos e não há fiscalização nas fronteiras para barrar estes estrangeiros que dizem aonde vão e são totalmente liberados. Existe um plano violento e cruel cercando a borda do Brasil e reconhecido pela ONU e não é bandeira nacional. Existe uma omissão geral, político e militar, sinalização bilíngue, valorização da cultura indígena, tupi, falta equipamento para o Exército, a fronteira do Brasil é muito grande, existe uma aversão as forças armadas, temos que andar de mãos dadas. <i>“Abandono do Forte é abandono da história brasileira é o conjunto, o IPHAN é o responsável, cabe ação da polícia federal, tomar atitude, bem da união delapidado. Tem que ter alguém para explicar, tem que trazer a garotada pequena, estimular, mostrar o significado, trazer pequenos grupos, fazer formaturas no Forte, hasteamento da bandeira, para que visitantes conheçam o papel do Exército, etc”.</i> <i>“Construção do Forte, ponto avançado de fronteira, pelotão de fronteira, cumpriu o papel, Marques de Pombal, foi responsável pela construção do Príncipe da Beira, em quatro anos, construiu 60 cidades com nomes de cidades amazônicas”.</i> <i>“Houve tentativa em construir este forte no século XVIII, sem nada, só índios, transportar arcabuz, é significado história do país, transcende Roraima, unidos pontos extremos do Brasil, Príncipe da Beira e Macapá,</i>

<p><i>sendo uma forte presença. Constituição de 3.924, portaria 230, missões estratégicas dos jesuítas, possuíam uma visão militar.”“Omissão de proteção ao bem, segundo, Código penal 163 a 167, leva 3 a 5 anos de reclusão, muita gente pode ser presa por danificar o patrimônio, é um descaso do poder público. Legislação se tem, tem um banco de dados de Fortes no Brasil, história tem relação direta com historiografia”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 25 - Mulher - Professora universitária
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9509, DSCN9510, DSCN9511
<i>Razão da entrevista:</i>	É professora no IFRR, do curso de Turismo, é nascida em Boa Vista, Roraima, e tem 55 anos, é formada em filosofia, estudou em Lorena, interior de São Paulo, e neste momento está terminando o doutorado. A professora, é filósofa e dá aulas de Patrimônio Histórico para o curso de Turismo no IFRR, ela tem 55 anos e nasceu em Boa Vista.
<i>Data:</i>	25 de fevereiro de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	19 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já visitou as ruínas do Forte São Joaquim três vezes, e inclusive foi no dia do tombamento das ruínas, 21 de abril de 2001, com os alunos do curso de turismo. <i>“Tive um impacto ao ver o nada, e algumas lateritas do Forte, foi decepcionante e para os alunos também, uma vez que sou professora de turismo, de história e sabendo a bonita história do Forte, do processo de colonização, da chegada do Felipe Sturn, na Fazenda Santa Rosa, Fazenda São Marcos, Forte São Joaquim. Quando se pensa em patrimônio histórico se pensa em atrativo turístico”</i> . Ela fala que possui conhecimento da história e da música do cantor que fala sobre as ruínas do Forte São Joaquim. <i>“Existe o lugar, mas não existe o monumento. As ruínas devem ser reerguidas, para que a comunidade roraimense tenha memória, se identifique, se aproprie do espaço e saiba da história local.”</i> Segunda Elizabete, as Ruínas estão abandonadas pelo Estado, para ela o tombamento deveria garantir a proteção, mas desde que foi tombado muito pouco foi feito para conservar o local. <i>“A legislação sendo eficazmente cumprida e a abertura para o turismo seriam as melhores formas de preservar o patrimônio. O que impulsiona a conservação do bem é a utilização pelo público, o visitante faz com que as autoridades e os órgãos protejam o espaço e seu patrimônio”</i> . <i>“A construção de uma maquete no local, daria a oportunidade para que a comunidade roraimense pudesse conhecer a história do local”</i> . Se houvesse roteiros, ela teria interesse em levar os seus alunos do curso de turismo, e o mesmo ajudaria na preservação do espaço. Indica que a visita ao Forte fosse integrada a Fazenda São Marcos, que ainda possui azulejos trabalhando assim em um roteiro integrado, contexto histórico, a paisagem a vegetação. <i>“O que falta para que se tenha uma visita às ruínas do Forte é vontade política, o espaço já está tombado, dever-se-ia criar uma estrutura e abrir para visitação. Os cidadãos devem divulgar, se conscientizar, e pelo curso de turismo, já é realizada uma atividade chamada Cultural pela cidadania, no qual realizam tour pela cidade com escolas públicas. Bonfim, também deve se interessar nestas questões.”</i>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 26 - Homem - Cineasta
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9524, DSCN9525
<i>Razão da entrevista:</i>	E nasceu em Boa Vista, tem 30 anos, é formado em Jornalismo pela UFRR, em Turismo pelo IFRR, e fez o curso de Audiovisual em São Paulo por três anos. Atualmente, trabalha na divisão técnica do IPHAN-RR, com estudos e registro do patrimônio imaterial em Roraima. Antes de entrar para o IPHAN-RR, por ser formado na área de comunicação social, já realizou diversos curta-metragens sobre o patrimônio imaterial e material de Roraima. Já trabalhou na Superintendência de Turismo do Estado, é um defensor da valorização da cultura regional.
<i>Data:</i>	26 de fevereiro de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	17 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Visitou as ruínas do Forte São Joaquim duas vezes, a primeira vez foi de barco com a professora Elizabete, no curso de Turismo do IFRR que contou a história da ocupação dessa região. A segunda vez foi de carro, pelo IPHAN-RR, no ano de 2014. “A primeira vez que visitei as ruínas, esperava encontrar algo mais consolidado, com as paredes mais visíveis. Na segunda vez, a expectativa foi menor, mas tinha esperança de ver algo maior. A sensação que tive foi de desencanto e decepção ao ver as ruínas neste estado”. Começou a ter um vínculo com a história do Forte quando visitou pela primeira vez com o curso de Turismo, e passou a ver a história militar, de um modo positivo, pelo fato de ter defendido o território da invasão de outros países. Acredita que as ruínas devem ser conservadas, sendo consideradas como patrimônio do Estado, e valorizar o bem, visitá-lo, conhecer a dimensão simbólica que possui, ter contato geográfico e físico com o bem. “As ruínas representam a memória dessa colonização, no qual os indígenas foram prejudicados, e o Estado foi constituído. O próprio Estado no âmbito Federal e Estadual são os culpados pelo abandono das ruínas, e por não ter uma política de preservação do patrimônio histórico. Isso reflete na educação que não valoriza e estimula a cultura. Pois o valor cultural não gera divisas, está sempre em segundo ou terceiro plano”. “Somente o tombamento do bem não vai garantir a preservação do bem, deve se ter uma política pública institucional consolidada para desenvolver atividades de proteção ao patrimônio. Assim, se faz necessário uma pesquisa arqueológica profunda, que o conhecimento seja aprofundado, para depois elaborar ações para valorização do bem.” Se houvesse uma visita guiada ele teria interesse em participar e inclusive seria o guia. “A visita faz com que as pessoas conheçam o patrimônio e valorizem o local. Deve-se ter de acordo com o que o Professor Marcos Albuquerque defende uma visita de escolas as ruínas do Forte, em conjunto com Exército, com hasteamento de bandeira, assim o jovem valoriza e conhece o Forte e o Exército e sua função”. “O que impede hoje uma maior visita é a falta de infraestrutura turística, e o Estado necessita implantar uma política pública de educação, para que o cidadão valorize o patrimônio. A sociedade civil também deveria exigir esta política de valorização. As universidades e escolas devem pressionar o Estado para criar políticas públicas que valorizem a cultura e o patrimônio local.”</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 27 - Homem - Agente de viagens
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9527, DSCN9528
<i>Razão da entrevista:</i>	É sócio proprietário da agência de viagens Makunaíma Expedições, foi indicado porque trabalha com pacotes de viagens de turismo receptivo na cidade de Boa Vista, uma delas inclui a visita as ruínas do Forte São Joaquim. Além de realizar viagens para todo o Estado de Roraima, e viagens para Venezuela, Monte Roraima, entre outros. Ele é formado em Turismo, e possui pós graduação em Marketing. É de Guarapuava, Paraná, e mora em Boa Vista há vinte anos.
<i>Data:</i>	26 de fevereiro de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	12 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já visitou as Ruínas do Forte São Joaquim por volta de quatro vezes. A primeira vez foi no curso de Turismo do IFRR, com o professor de história. <i>“Apesar de saber que encontraria o Forte em ruínas, esperava ver mais, se a visita não contar com um bom guia não é possível saber que as pedras que restaram no local são as ruínas do Forte São Joaquim. Quando visito o local, sinto que cumpri meu objetivo que é levar o cliente até o patrimônio histórico”</i> . <i>“(…) O que sei das Ruínas do Forte é o que se tem nos livros, que foi o início da ocupação branca no Estado, que deu origem as famílias atuais, comandantes, ou seja, remete a história de Boa Vista”</i> . <i>“As ruínas devem ser reconstruídas, pois, remetem a história de Boa Vista”</i> . Acredita que trabalhos isolados são realizados no local, mas desconhece algum trabalho de conservação do bem. <i>“Levo o cliente nas ruínas de barco e depois levo o mesmo até a maquete como complemento da visita”</i> . Não existem culpados pelo abandono do bem, e sim é a própria história que está sendo engolida por outra história, é um fator cultural. <i>“O tombamento não está protegendo o bem e nem fiscalizando, só proibindo a visita”</i> . Eu não teria vontade de visitar as ruínas nas condições atuais de acesso e atrativos que se encontram. <i>“Quando levo um cliente, já preparo o mesmo psicologicamente para não criar expectativas, mostrando as fotos atuais. É inviável um roteiro de visita guiado no local, e se fosse planejado, sugere que tenha um guia, com mínimo de infraestrutura, com informação e recepção do público”</i> . <i>“O que impede uma visita é a própria falta de atrativos, as vias de acesso, enfim, não é um produto interessante para o turismo, o cliente se frustra ao realizar o passeio de barco, pois, está acostumado a ver grandes monumentos”</i> .

<i>Denominação:</i>	Entrevista 28 - Mulher – Aposentada
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9534, DSCN9535, DSCN9536
<i>Razão da entrevista:</i>	Tem 74 anos, nasceu em 1989, foi indicada para ser entrevistada por ter nascido em Boa Vista. Durante a entrevista contou que seu pai trabalhava na Fazenda São Marcos, no Setor de Proteção do Índio, ali foi alfabetizada. Seu avô foi o primeiro professor público concursado em Boa Vista. Nasceu na margem do Rio Branco, onde hoje se encontra o restaurante Meu cantinho, espaço histórico na cidade, foi professora por muitos anos, é pedagoga e realizou uma especialização no Rio de Janeiro. Trabalhou na Secretaria da Educação, hoje é aposentada.
<i>Data:</i>	27 de fevereiro de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	29 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Desde pequena ouviu as histórias das ruínas do Forte São Joaquim, pois, passava um período longo na Fazenda São Marcos, acompanhando seu pai que estava a trabalho. <i>“Visitei as ruínas duas vezes, no período que estava de férias, quando era criança, e fazia um passeio pelas fazendas locais. Todavia, na época era muito mato, não havia preservação da área, nem valorização do espaço, era um local sem importância histórica. Quando era criança não sabia da importância do local, só fui saber da existência do Forte quando começou a dar aulas, mesmo assim não podia realizar excursões para o local pelo difícil acesso e também havia pouco material sobre o bem”</i> . <i>“As ruínas devem ser preservadas porque representam a história do roraimense, do início do Estado de Roraima. Merecem cuidado, divulgação nas escolas, cursos de preservação, livros que divulguem o valor histórico e a memória de Roraima e do Brasil.”</i> Mirna, fala que as ruínas estão abandonadas e que as pessoas que visitavam o local não são culpadas pela degradação porque não sabiam da existência deste local de importância histórica. <i>“Os órgãos Estadual e Federal que realizaram os tombamentos deveriam se responsabilizar pelo patrimônio. A Secretaria de Cultura, pelo fato de ter uma autonomia, poderia realizar um planejamento dos recursos para valorizar as Ruínas, todavia, a cultura não é valorizada”</i> . Se houvesse um roteiro guiado, iria gostar de visitar as ruínas, mas como está com a perna quebrada, não iria. <i>“O turismo é uma forma de investir no patrimônio de Roraima, de valorizar, divulgar, fortificar a história do Brasil, e fazer com que o Forte seja visto. Através dele, se pode preservar e divulgar a história de Roraima para o Brasil. Gostaria de ver durante a visita as ruínas do Forte São Joaquim os documentos oficiais sobre as ruínas, as plantas do Forte, as prospecções, fotografias, mostrar como era o Forte de modo concreto, se puder ser construído algo, que seja”</i> . <i>“O que falta para que hoje tenha uma visitação ao local, é boa vontade dos governos federais e estaduais que torne viável esse acesso”</i> . <i>“O roraimense não possui conhecimento para valorizar, sabe muito pouco sobre a história local, não há acesso e nem divulgação. Deve-se possibilitar a ida das pessoas até o local, o IFRR, os órgãos federais, devem se interessar em tornar viável este passeio, esta divulgação, através de cursos que valorizem a cultura e história de Roraima”</i> .

<i>Denominação:</i>	Entrevista 29 - Homem – Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9662, DSCN9663, DSCN9664
<i>Razão da entrevista:</i>	É nascido em Manaus, Amazonas, mora em Boa Vista, Roraima, há trinta e nove anos. É Pedagogo e professor do Instituto Federal de Roraima, foi superintendente do IPHAN-RR, quando o mesmo estava subordinado a Superintendência do IPHAN de Manaus. Também é ator, realiza peças de teatro em vários estados brasileiros.
<i>Data:</i>	07 de março de 014 às 11 horas 30min.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	18 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Nascido em Manaus, e morando em Boa Vista há mais de trinta e nove anos já ouviu falar das ruínas do Forte São Joaquim e visitou as mesmas, várias vezes de barco com o apoio do Exército. <i>“Como expectativa esperava ver um Forte como nos filmes e em outros Estados como Belém e Macapá. Porém, na época das chuvas o Forte fica submerso, e nas secas pouco se vê, então, quando visitei pela primeira vez o Forte fiquei na imaginação do que seria de fato o Forte”</i>. <i>“Desde que fui chefe do IPHAN-RR, quando era subordinado a Manaus, primeiramente, e foi por minha luta que o IPHAN - RR virou uma superintendência, antes disso, participei em conjunto com o 7º BIS, alguns membros da sociedade e governo estadual, para realizar ações para proteção das ruínas, do material que foi encontrado no local para que a mesma fosse reconhecida em nível nacional”</i>. <i>“As ruínas devem ser conservadas, pois representam a memória não só da história de Roraima, como do Brasil todo. Elas representam a defesa o território nacional e devem ser reconhecidas”</i>. <i>“As ruínas são Patrimônio Nacional, devem ser preservadas e divulgadas. O Forte foi um divisor de águas para o Estado, e há alguns que acreditam na importância de ser realizada uma réplica do mesmo, porém, não sei como está questão atualmente”</i>. Segundo Chacon, as ruínas estão abandonadas. <i>“A sociedade roraimense é a própria culpada, por não valorizar, pois, uma vez que a mesma valoriza, os órgãos dão importância também, para ele, falta empenho da comunidade”</i>. Acredita que os tombamentos realizados nos níveis municipal e federal, devem proteger o bem cultural conforme previsto na lei. <i>“Deve-se no período da seca, construir muros que contenham o avanço das águas sobre as ruínas. (...) que seja realizado um roteiro de visitação de barco pelo rio Branco, passando pela Fazenda São Marcos, mostrando à época do Império, e as ruínas e em outro espaço, poderia ser visitada a réplica. O ideal desde o início das reuniões que participei era realizar um projeto de roteiro turístico entre a fazenda a São Marcos e Ruínas do Forte São Joaquim.”</i> De modo que fosse autossustentável, esse roteiro atrairia não só ele, como muitas pessoas que vêm a Roraima para conhecer a história com o apoio de um guia. Todavia, se faz necessário interesse e parceria entre os dois municípios Bonfim e Boa Vista. <i>“Esse roteiro ajudaria na preservação das ruínas, pois, uma vez que a população conhece a história ela tem mais facilidade de valorizar. E está história é do povo brasileiro”</i>. <i>“(...) que haja um espaço que mostre todos os objetos coletados durante limpeza e estudos do sítio para que as pessoas possam ver como era a história dos índios e militares que passaram por lá”</i>. Para ele o que impede uma visitação as ruínas hoje, é a falta de estrutura,</p>

	<p>interesse dos municípios, governo estadual e federal, empresas de turismo, apoio do IPHAN, para investir no Turismo no Estado, que tem grande potencial. <i>“O curso de Turismo deve ser um dos principais, a estudar a valorização do patrimônio histórico como o Forte, pois serão futuros donos de agências de viagens e guias de turismo”</i>. O IPHAN, e outros órgãos poderiam realizar parcerias com o IFRR, para realizar projetos sobre as Ruínas, uma vez que é um patrimônio tombado. <i>“O IPHAN necessita realizar uma divulgação maior na mídia local e nacional, a respeito das Ruínas do Forte São Joaquim, uma vez que é o único bem tombado no Estado de Roraima, para que a própria comunidade tenha esse conhecimento, valorize e busque maiores informações a respeito deste bem”</i>.</p>
--	--

Denominação:	Entrevista 30 - Mulher - Defensora pública
Notação do arquivo:	DSCN 9690, DSCN 9691, DSCN 9692
Razão da entrevista:	Nasceu em Boa Vista, tem 50 anos, estudou em Roraima, é formada em Pedagogia, Letras e Direito, possui doutorado. É defensora pública da Defensoria Pública do Estado.
Data:	10 de março de 2014
Local:	Boa Vista/Roraima
Duração:	23 minutos
Suporte:	Câmera digital
Entrevistadores:	Thais Felipe Rosa
Sumário:	<p><i>“Já ouvi falar das ruínas e já visitei duas vezes, fui via terrestre, tinha 19 anos a primeira vez, e a 2ª. Vez tinha 35 anos. Fui antes da limpeza e depois da limpeza, primeira vez foi difícil enxergar os tijolos do local porque estava cheio de mato, depois estava limpo, dava p[ara ver as ruínas. Foi feito trabalho, interesse de preservação do local na época, Gursen de Miranda fez um levantamento histórico, da importância arquitetônica, social, para conhecer o local. Estive presente no 6º.BEC, vi a maquete memorial do Forte S.J. como sempre gostei da valorização e dessa cerimonia. Senti uma tristeza ao ver o lugar, o roraimense poderia cuidar da memória cultural e dessa lembrança viva dos primórdios da defesa do território do Brasil e de Roraima.”</i></p> <p><i>“A primeira vez que fui estava feliz porque estava a área limpa, a segunda vez fui como secretária de Educação, em 2011 e 2012, acendemos o fogo no dia 07 de setembro junto com militares no Forte São Joaquim, para valorizar o território nacional, símbolo da memória de pessoas, pela televisão valorizar o local também.”</i></p> <p><i>“As ruínas além de preservadas deveriam ser abertas para visitação, o IPHAN, como órgão responsável deveria restaurar e preservar a área para que a população valorize a memória do Estado e Nação, deve fazer parte do currículo escolar e da vida cultural do povo. Atualmente, não sei o que a comissão do Forte está fazendo para a preservação e cultivo dessa memória.”</i></p> <p><i>“O tombamento é o primeiro passo para garantir a preservação, não basta ter fiscalização, uso de espaço resguardado e preocupar com a memória, levar para as escolas estaduais, municipais, privadas, com mínimo público estudantil. Além de ter feito esse resgate de patrimonializar o bem, precisaria de posto de atendimento, guarita, roteiro turístico, facilitar acesso, visitar a maquete 6º.BEC e depois ir até as ruínas de van, colocar panfletos nos hotéis, placas explicativas nas ruínas como no Egito, México placas, fotos, painéis, com memória importante, visitação turística, investindo na memória dos estudantes, valorizando o local, atividades extra curriculares, exposição de artes visuais quanto mais pessoas se envolverem mais incentivaria a memória do local e valorização do lugar.”</i></p> <p><i>“Os objetos recolhidos do Forte não adianta estarem na casa de alguns moradores ou nas prateleiras do IPHAN, tem que estar disponíveis ao público.”</i></p> <p><i>“Se faz necessário criar local que cuide e resgate a memória do Forte S.J., que tenha visita guiada, roteiro ligado a memória que gere renda, que cobre entrada, e pague os pesquisadores do Forte. A secretaria de Cultura, o IPHAN, poder público, precisam tomar conta do bem, unir forças para fazer um grande projeto compartilhado, mesma comissão”</i></p>

capacitada para fazer este projeto, através de editais, fazer cultura de modo democrático, conseguir recurso para fazer esse resgate de memória, colecionar e disponibilizar entre 2011 e 2012, o acendimento do fogo nas ruínas. Comissão Interinstitucional para preservar e restaurar as ruínas, envolvendo governo e discussão acadêmica para valorizar o resgate histórico.”

“Indicaria uma guarita, espaço para crianças pintarem o que sentiram, crianças desenhassem o Forte antigo, as ruínas, envolvendo alunos do Curso de Artes Visuais para deixarem suas contribuições artísticas sobre o local, com telas do antigo e novo estado, espaço de artes, painéis com pinturas antigas, mostrar como era bonito antes, as outras fazendas São Marcos, São Pedro, convocar os violeiros, sanfoneiros, tocadores, forrozeiros, sambistas, para fazer grande concurso de música e telas, apoiado pelo MINC, para pagar os artistas, visita guiada com painéis feitos pelos artistas, importância do Forte na época, memória dos intendentess da História, lembrar de quem esteve lá e famílias que contribuíram Ceci Brasil, Magalhaes, com encenação. Pesquisa bibliográfica da UERR, UFRR, IFRR, Iphan, MIRR, com as monografias colecionar cópias, fotos, painéis, e documentos em um espaço”.

“Não sei se a família Casarin deixou o local, mas são muito respeitados, e sempre lutaram pela história de Roraima. Às vezes tenho notícias de excursões até o local, mas existe uma grande ignorância da sociedade sobre a existência do Forte.”

<i>Denominação:</i>	Entrevista 31 - Mulher - Professora universitária
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9694, DSCN 9696
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Manaus, e mora em Boa Vista há 22 anos, morou em Normandia um ano e meio. Estudou em Manaus e Belém, não estudou em Roraima, é geógrafa, tem mestrado em Recursos Naturais está cursando o Doutorado em Biodiversidade e Conservação. É professora e diretora do programa de integração Multi Campi da Universidade Estadual de Roraima.
<i>Data:</i>	10 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	16 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas, fez uma visita técnica duas vezes ao local. <i>“Tinha expectativa de encontrar algo mais edificado, consistente, visível, em primeiro momento fiquei triste, depois espantada, achei que pudesse ver as ruínas até os alunos ficaram espantados. Tínhamos um projeto aqui na UERR, com professora Adriana Belantine, coordenadora do curso de História, em fazer um resgate histórico, geográfico envolvendo o turismo, era em parceria com a UFRR, porém, ela saiu da UERR, foi para UFRR”.</i></p> <p><i>“As ruínas devem ser conservadas, representam nossa história, memória, conheço alguns trabalhos pontuais no centro histórico de educação patrimonial”.</i></p> <p><i>“As ruínas estão abandonadas, o exercito realiza atividades no local, mas são paliativas, tem que ter parceria com instituições de ensino, com o Estado, e fazer esta articulação.”</i></p> <p><i>“O tombamento não garante a preservação, é apenas o ponto de partida, tem que ter outras ações catalogadas, sobre a questão do Forte, não existe monitoramento no local, manutenção, tem pessoas que tem livre acesso, deixam resíduos no local, deve-se trabalhar com a comunidade indígena que desconhece as ruínas e mora próximo as mesmas, fazer a conservação do local, levantamento material histórico no Brasil e fora do país. Se a visita ao local for planejada, organizada, fazer com que os visitantes se sintam pertencentes aquele local, com história sistematizada, turismo pedagógico, científico que divulgue o patrimônio”.</i></p> <p><i>“Primeiro o contexto paisagístico, histórico cultural dos índios, réplica do Forte para se ter uma idéia, maquete algo visual.”</i></p> <p><i>“O que impede hoje é o acesso, período de chuva difícil chegar no local, e falta de divulgação do bem. A Instituição UERR, tem que pesquisar sobre a área e divulgar toda a questão potencial, ligadas as políticas públicas, sejam articuladas em relação ao Forte. Sei que ocorrem visitas esporádicas, porém, os alunos voltam decepcionados, ocorrem outras visitas algumas sem fundamento, e depois, nós professores fazemos atividades de percepção mais profunda sobre o tema.”</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 32 - Homem - Articulista no Jornal
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9697, DSCN 9698, DSCN 9699
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, morou em São Paulo e Rio de Janeiro, e mora em Boa Vista há 35 anos . Morou um ano no Cantá. Chegou em Boa Vista no ano de 1980, se aposentou e veio para Roraima. Fez curso de agricultura e apicultura, lidava com biodigestor, trabalhou na indústria mecânica naval, porém, largou tudo para vir morar neste estado .Atualmente é articulista no Jornal Folha, na sessão Folha Opinião, é crítico no jornal. Tem seis filhos, 14 netos e 4 bisnetos, todos seus filhos vieram para Boa Vista. É membro fundador da Academia Roraimense de Letras, possui o nível médio de ensino.
<i>Data:</i>	11 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	16 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas, e já foi até lá de carro duas vezes. <i>“Não tinha expectativas ao chegar no lugar já sabia como era, ao chegar lá minha sensação não foi de alegria, Forte está só no alicerce, fim do resto da construção, fico esperando a reativação da construção do Forte, que representa a lembrança de Roraima e do Brasileiro. Acho que devemos conservar tudo que for relacionado a cultura, as ruínas são representantes da memória de um povo esquecido, início da história de Roraima, tinha que ter sido conservado e preservado.”</i></p> <p><i>“Sim as ruínas estão abandonadas, não vejo progresso ali, acredito que há culpados sim, alguém derrubou, foi destruído, algo que deveria ser preservado, é um capítulo da história perdido. Está parado após tombamento, esperava que algo fosse feito para reconstruir, conservar a memória, não se pode destruir a memória. Devem ter instituições interessadas em reconstruir o Forte como ele era sobre as ruínas, construir um Centro de Turismo, para serem feitas visitas no final de semana, não é preciso muito recurso.”</i></p> <p><i>“É um descaso com a cultura e com a história, o que não pode é ficar parado, temos que abrir para visitas para preservar o bem. Essa atividade deveria chamar a atenção do roraimense, para valorizar seu passado, território, e Roraima em geral. Ninguém assume a responsabilidade de reativar aquela área, deve-se incentivar a cultura para a população atual de Roraima.”</i></p> <p><i>“As mídias deveriam falar mais nas ruínas do FSJ, falar na necessidade de recuperar, divulgar nas escolas, sociedade precisa reclamar. Pessoas passam final de semana em Manaus, vão construir Shopping em Roraima, se houvesse divulgação, forte teria um fluxo de visitação, falta infraestrutura no local, Roraimense deve exigir do governo o que será feito com as ruínas do FSJ. Olhar para o Forte é pior que olhar para os prédios sucateados, deve ser incluído Forte na preocupação do governo. Roraima tem um potencial turístico muito Forte, mas está esquecido tem que ser reconstruído.”</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 33 - Mulher - Superintendência do Patrimônio da União
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9944,DSCN9945,DSCN9700,DSCN9701,DSCN9702
<i>Razão da entrevista:</i>	É coordenadora de destinação de patrimônio da União na Superintendência do Patrimônio da União, é formada em Direito, estudou em Roraima. Nasceu em Manaus, e mora em Boa Vista há 36 anos.
<i>Data:</i>	12 de março de 2014 às 15 horas e 24 de março de 2014 às 15 horas.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	15 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Já visitei as ruínas do Forte São Joaquim, fui a trabalho e fui de carro. A primeira vez que fui pensava que encontraria um Forte com sua estrutura física, e me surpreendi ao saber que estava em ruínas. O envolvimento que possuo com a história das ruínas do Forte, é porque trabalho no SPU, e estou envolvida com a questão de regularização do território”. “De acordo com o Decreto 9.760, e a Constituição de 1988, artigo 20, mostra que são bens da união: fortalezas e fortificações, pelo fato de estar no terreno marginal do rio é um território federal e inalienável. As ruínas devem ser conservadas pelo fato de fazerem parte da história dos brasileiros e roraimenses. O povo deve conhecer sua história para ter identidade. Acredita que as ruínas estão abandonadas e quem cuida delas no momento é o fazendeiro Pedro Casarin, se não fosse ele nada teria no local”. “O tombamento foi apenas um ato. São necessários diversos desdobramentos após o mesmo. O IPHAN deve identificar o imóvel, saber os limites onde começa e termina e saber para quem será destinado o imóvel.”“O que deve ser feito primeiramente, é georreferenciar o território, limitar faixa de segurança, matricular o território, e o IPHAN, deve garantir o acesso. Que haja mais informações sobre o Forte, um guia, uma maquete numa proporção menor que a do Forte”. “O que impede que haja uma visita hoje é um órgão competente que faça este projeto, profissionais que delimitem a área do sítio arqueológico, segurança no local, regularização do imóvel, e o é acesso complicado”. “Após regularizar o imóvel, não sei ainda para quem será destinado o imóvel se para o IPHAN ou para o Exército. Acredito que o Exército tem mais recursos que o IPHAN”. “A população precisa ter consciência da sua história, da história do Estado e conservar todo esse bem histórico”.</i></p>

Denominação:	Entrevista 34 - Homem - Fotógrafo e geógrafo
Notação do arquivo:	DSCN 9703, DSCN 9704, DSCN 9705, DSCN 9706, DSCN 9707
Razão da entrevista:	Nasceu em Missão Velha, Ceará. É formado em Geografia e é fotógrafo profissional no Estado, não estudou em Roraima. Mora em Boa Vista há 30 anos. Trabalha na Superintendência do Patrimônio da União, é técnico em planejamento da Instituição. Trabalha com o diagnóstico do potencial Turístico do Estado de Roraima, faz campanhas de turismo para a SEPLAN, tem fotografias das primeiras ruas, vilas, vídeos, documentários, etc. Chegou em Roraima em 1986 e trabalhou na Secretaria de Planejamento com comunidades rurais, foi coordenador de Turismo por 8 anos.
Data:	12 de março de 2014
Local:	Boa Vista/Roraima
Duração:	32 minutos
Suporte:	Câmera digital
Entrevistadores:	Thais Felipe Rosa
Sumário:	<p>Já visitou as ruínas várias vezes, foi de barco, carro e avião. <i>“A região do Forte é alagada no período das cheias, é preciso conter a água, é preciso de um trabalho urgente para conter a vegetação e águas se não o barranco vai sumir. Hoje as pedras do Forte recebem a água, se não for recuperado vai cair na água e será perdido o resto. As ruínas estão expostas, é preciso construir uma maquete, uma réplica do Forte fora da área arqueológica, e deve ser construída uma barreira para evitar alagamento da área.”</i></p> <p><i>“Visitei o IPHAN de Belém para saber qual a melhor forma de explorar as ruínas do Forte para o Turismo, no máximo fazer uma réplica próxima da estrutura de museu, onde se pudesse fazer escavações arqueológicas e servir para este museu”. “Fui à biblioteca do Exército do Rio de Janeiro, encontrei a planta do Forte São Joaquim, passei a levantar o material bibliográfico sobre as ruínas do Forte. Conheci o pai do Eliezer Rufino, ele me levou as ruínas do Forte, foram os pioneiros do turismo em Roraima e no entorno das comunidades indígenas, um índio tinha as balas do canhão do Forte”. Os canhões da praça da bandeira foram levados para o 6º.BEC e para Manaus, após isso, a sociedade por meio do Lions Clube formaram o grupo amigos do Forte São Joaquim e outros projetos.”</i></p> <p><i>“Tinha muita expectativa em ver muralhas, canhões, estrutura de Forte visto em filmes, cheguei e vi uma mata ciliar cobrindo as ruínas. Foi difícil encontrar, hoje o fazendeiro proíbe a entrada de pessoas. Se você for hoje lá a área estará mais limpa, com pequenos sinais dos muros antigos, única forma de explorar é construir uma réplica do Forte, seguindo orientação do IPHAN nos anos 80”.</i></p> <p><i>“Não existe fiscalização, o que falta é vontade política federal para a proteção do patrimônio”. “O tombamento não garante a proteção física do bem, o IPHAN, os senadores são os responsáveis, devem investir em pesquisa arqueológica, organizar os objetos que estão com as famílias, resgatar todos, com apoio do Exército. A família Brasil esta com a chave do Forte, se não vai seguir na mão de particulares”.</i></p> <p><i>“A escavação científica pode recuperar a memória do local, é um dos 1º.s Fortes na Amazônia que segurou a entrada dos ingleses e espanhóis, é uma história importante, emocionante que envolve as comunidades indígenas além do Exército”.</i></p> <p><i>“Houve um grande projeto de recuperação do Forte, pelo 6º. BEC, 7º.BIS, IHGR, defendido pelo Doutor Gursen de Miranda, porém não foi a frente.”</i></p>

	<p><i>Houve várias iniciativas, ele conseguiu verba para restaurar, mas não saiu por questão legal do que deveria ser feito, existem orientações arqueológicas que divergiam do que era planejado por ele, e não deu certo. O Forte segue como ruína, ainda existiam paredes, grande parte das pedras foram retiradas para construção da Fazenda São Marcos, hoje em ruínas também. Estão lá os restos das pedras e nada aconteceu. Está na margem do Rio Federal, mesmo tanto tempo que estou no SPU, que trabalho com a questão legal e regularização da área, pouco foi feito”.</i></p> <p><i>“Se houver um roteiro bem organizado sim ajudará na preservação das ruínas, com regras, Forte Amapá é belíssimo, resgate com orientação para o Turismo que vai ajudar com registros, vídeos e turismo entre Forte e Fazenda São Marcos”.</i></p> <p><i>“Deve-se ter um circuito organizado, com mostra dos documentos, plantas originais, gravuras de Alexandre Rodrigues, documentários, filmes, uso de equipamentos para filmar, mostra de fotos das casa dos índios, fauna, flora, no Museu a réplica do Forte, escavação do sítio, adoraria circular por esta história”.</i></p> <p><i>“Enquanto não houver regularização do território e definição quem será o responsável pela área, o melhor é ficar mantido fechado, é importante ter essa barreira”.</i></p> <p><i>“A SPU é responsável por atender a legislação, regularizar a área e destinar para algum órgão cuidar”. “A sociedade já se organizou várias vezes, existem recursos e validação legal do procedimento arqueológico. É um marco importante, deve ser preservado, divulgado nas escolas e imprensa, deve-se ter uma campanha de preservação do Forte, em conjunto com o IPHAN.”</i></p>
--	--

<i>Denominação:</i>	Entrevista 35 - Mulher - Professora universitária
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9716, DSCN 9717, DSCN 9718, DSCN 9719
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista da Aparecida, no Paraná, e mora em Boa Vista há 27 anos. É professora do curso de Turismo e Licenciatura em língua estrangeira no IFRR. É Pedagoga, possui pós graduação em Turismo e Educação em Ciências, é guia de turismo e professora de guiamento. Estudou em Roraima.
<i>Data:</i>	13 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	24 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas e já visitou uma vez de barco, quando foi até a Fazenda São Marcos, e outra vez foi de ônibus. <i>“Fomos com os alunos do curso de Turismo, a visão dos alunos foi muito mais crítica sobre o estado do patrimônio, a primeira vez que fui não conhecia não tinha muito criticidade sobre o assunto, a segunda vez que fui com meus alunos, já foi mais voltada ao pensamento crítico, fui ao tombamento do Forte no ano de 2000”.</i></p> <p><i>“Existe uma expectativa que o local seja utilizado racionalmente para o turismo, com guias, condutores locais para falar sobre o espaço, trabalhado turismo e conservação”.</i></p> <p><i>“A partir destas visitas as ruínas do Forte foi que tive percepção e visão da importância daquele patrimônio para Roraima. No turismo trabalhamos com orientação dos alunos que estão fazendo TCC, para uso de um determinado espaço para o turismo de modo sustentável. Inclusive temos um aluno que o trabalho dele é sobre o Forte São Joaquim, se chama Wilson”.</i></p> <p><i>“As ruínas não podem ficar intactas, devem ser mostradas ao público, com uma estrutura de visitação programada, com vista a informar e levar a um turismo social”.</i></p> <p><i>“As ruínas estão abandonadas, existe uma preocupa�o do IPHAN em descobrir o que fazer com o espaço, deve-se recuperar a história, memória, do espaço e freguesias que ali existiam, deve ser revitalizado o espaço e assim ajudará na preserva�o, com guias capacitados, com roteiro preocupado com uso responsável, sustentável, voltado para busca de informa�o, etc., voltado para o uso social, preocupa�o com a conserva�o do ambiente, sem deixar lixos, roteiros com esses princípios.”</i></p> <p><i>“Ter um espaço para um mirador, para olhar de cima o local, saber como foi a chegada, momento histórico, informa�o, um museu com interatividade, tecnologia, telas com itens para saber sobre o assunto, mirador, tour pelo espaço, história com cultura, praças arborizadas com plantas nativas para pessoas sentarem, conversarem, ver a história e paisagem que se faz presente”.</i> <i>“A responsabilidade � nossa em ter conhecimento, se sentir responsável, ver que � ícone da nossa história, se sensibilizar, divulgar, ajudar a proteger. Cidadão deve se sentir responsável pelas coisas daqui sendo roraimense ou não, passar isso para outras pessoas”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 36 - Mulher - Assistente administrativa
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9720, DSCN 9721
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista. É assistente de administração no IFRR, é formada em Letras pela UFRR e Direito pela Cathedral, estudou em Roraima.
<i>Data:</i>	13 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	08 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas e já visitou. <i>“Quando visitei era um amontoado de pedras, não simbolizava nada, com mapas e estudos e reconstrução do Forte será possível revitalizar a história e ser conhecido”.</i></p> <p><i>“ O Forte São Joaquim para nós roraimenses é o marco histórico desde a entrada dos primeiros desbravadores, o acesso é difícil, está localizado dentro de uma propriedade privada, marco histórico no qual o fazendeiro tem acesso próprio ao patrimônio histórico ”.</i></p> <p><i>“O Forte deve ser reconstruído, deve ser feita uma réplica, para que vire um símbolo”.</i></p> <p><i>“A visitação as ruínas do Forte vão ajudar não só na preservação do local, mas da história que esta sendo perdida. Hoje, quase nada é possível ser visto, deve ser reconstruído, não é para mascarar a história, mas para que povo conheça o marco da defesa do território e crie uma memória, que o Forte venha a ser ponto turístico de fácil acesso”.</i></p> <p><i>“O cidadão deveria se conscientizar a respeito de sua história e da sua preservação”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 37 - Homem - Guia de turismo
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9750, DSCN9751
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu no município do Amajari, Roraima. É proprietário do Porto do Babazinho em Boa Vista. Além disso, Sebastião é guia de turismo, e leva os turistas e moradores locais para passear de barco pelo Rio Branco. Ele estudou economia em Fortaleza, e estudou em Manaus, Belém e Boa Vista.
<i>Data:</i>	13 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	17 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadora:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>“Já ouvi falar muitas vezes do Forte São Joaquim, como referência da ocupação branca no Estado. <i>Já visitei as ruínas uma vez de barco, e tinha a expectativa de encontrar alguma edificação, quando vi que não tinha quase nada parei de visitar. Por ser guia de turismo na região, tenho que ter conhecimento e informação a respeito da história e geografia local para passar para o visitante. Todavia, os turistas não procuram visitar o Forte, não há divulgação</i>”.</p> <p>“<i>As ruínas devem ser conservadas e a história do Forte deve ser democratizada, esse conteúdo histórico deve ser levado e informado para toda população. Que seja colocado um museu no local, com fotografias, informações da história e evolução das ruínas, o que ocorreu após a desativação do Forte até os dias atuais, a ligação com a Fazenda São Marcos, entre outras. Que o espaço das ruínas seja cercado, protegido e que fossem colocadas informações neste espaço</i>”.</p> <p>Para ele o tombamento federal e estadual são apenas os passos iniciais para a proteção e reconhecimento do bem. “<i>Se houvesse um roteiro de visita guiada neste espaço eu já estaria operando, e acredito que o turismo no local ajuda na preservação, na conservação, no conhecimento e na pesquisa</i>”. Para ele o que impede hoje uma visita no local é que não possui um responsável, uma delimitação legal para visita.</p> <p>“<i>As informações históricas sobre o Forte devem estar em diversos órgãos, instituições espalhadas, de fácil acesso para a população em geral, para que as agências e operadoras de turismo tenham acesso a esta informação</i>”.</p> <p>“<i>Deve-se levar esse conhecimento para as escolas, deve-se ter interpretação patrimonial, a informação não pode ficar só no 6º. BEC, o que não se conhece, não se conserva</i>”.</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 38 e 39 - Mulher e Homem - Casal pertencente a família do Comandante do Forte.
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9773, DSCN9774, DSCN9775, DSCN 9778, DSCN 9780
<i>Razão da entrevista:</i>	Ela nasceu em Boa Vista, trabalhou como diretora administrativa do Projeto Rondon em Roraima, estudou até o primeiro grau em Boa Vista, o segundo e terceiro grau estudou em Manaus e Brasília. Ele nasceu na cidade do Cruzeiro do Sul, no Acre, trabalhou no Ministério Interior subordinado ao território de Roraima e foi presidente da Comissão Nacional do Índio. Estudou em Manaus e Brasília e fez curso técnico em Manaus. Os dois são casados e moram há mais de 40 anos em Brasília, mas atualmente estão morando na cidade de Boa Vista para ficar mais perto do restante da família e netos. Ela é bisneta do primeiro comandante do Forte São Joaquim, o Bento Ferreira Marques, são conhecidos comumente na cidade como uma das famílias mais antigas e tradicionais
<i>Data:</i>	14 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	25 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadora:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Ela mora há 79 anos em Boa Vista, e seu marido mora há 70 anos na cidade. Ambos disseram já ter ouvido falar das ruínas do Forte São Joaquim, mas a senhora nunca foi ao local. Já seu marido, visitou as ruínas quando foi presidente da Comissão Nacional do Índio. <i>“A expectativa que eu tinha era de encontrá-lo mais conservado, mas quando cheguei lá tive o sentimento de decepção, e desrespeito com a história do Brasil”</i> . Segundo ela, <i>“o envolvimento que possuo com a história das ruínas é que meu bisavô foi comandante das ruínas do Forte”</i> . Ambos acreditam que o Forte São Joaquim deve ser recuperado, pois <i>“representa a história do Brasil é um ponto de referência, da presença da bandeira brasileira na fronteira entre o país, a Venezuela e Guiana, se não fosse a existência do mesmo, o Brasil poderia ter pertencido a Inglaterra”</i> . <i>“O Forte foi uma sentinela avançada no Rio Branco, os comandantes do Forte e os povos que ali viveram eram verdadeiros heróis, o rio era navegável somente no período da cheia, ocorreram muitas disputas por este território para que não fosse da Espanha ou da Inglaterra”</i> . <i>“Tenho orgulho de morar em Roraima, e conhecer esta história, participar da entrevista e saber que existe um movimento de recuperação das ruínas do Forte.”</i> O Forte São Joaquim poderia ser como o Forte do Amapá, <i>“gostaria de ver o mesmo recuperado, com eventos sociais, com visitas e atividades familiares, como ponto de turismo e memória”</i> . Ambos defendem que: <i>“o Exército ou o IPHAN, devem ser os responsáveis em buscar recursos para proteger as ruínas, porque, não adianta ter uma maquete somente, ou o tombamento Estadual e Federal do bem”</i> . As ruínas do Forte seguem extremamente abandonadas, e não existe uma preocupação com a memória do local. Sugerem que <i>“haja uma recuperação do Forte, de todos os documentos sobre o bem, com planta, tombamento, notícias, projetos, entre outros”</i> . Ambos defendem que <i>“o Forte seja reconstruído, reerguido, para ver como era antigamente, com guias de turismo que contem a história do local.”</i> O Senhor Rubem ainda cita que: <i>“Não dá para recuperar a cidade de Tróia, porque é uma área muito grande e demandaria muitos recursos, mas as ruínas do Forte</i>

São Joaquim poderiam ser reconstruídas. Esta ação será muito importante para que o estudante de hoje possa ver como era o Forte, e passe a ter um sentimento de orgulho e valorização da história e memória local. A história do Forte deveria ser contada nos livros e nas escolas. Para ele o que impede uma visita hoje é o abandono e falta de divulgação da existência do mesmo. ***“O papel do cidadão roraimense, é querer que as ruínas do Forte São Joaquim sejam recuperadas, como memória viva da história dos heróis que viveram naquele local, que construíram o Forte sem a tecnologia atual, para que hoje fosse o Brasil. O governo e o IPHAN, devem ser os responsáveis por concretizar estas ações”.***

Denominação:	Entrevista 40 - Homem - Professor universitário
Notação do arquivo:	DSCN 9781, DSCN 9782, DSCN 9783, DSCN 9784
Razão da entrevista:	Nasceu em 1953, em Boa Vista. É professor do curso técnico de Inglês no IFRR do Amajari. Guia de turismo, músico, faz parte do movimento cultural Roraimeira, formado e Mestre em Letras, estudou em Belém.
Data:	14 de março de 2014 as 18horas.
Local:	Boa Vista/Roraima
Duração:	28 minutos
Suporte:	Câmera digital
Entrevistadores:	Thais Felipe Rosa
Sumário:	<p>Já ouviu falar das ruínas e <i>“já visitei inúmeras vezes, sempre fui de barco, fui na infância levado por meu pai talvez achava que era algo maior e vi que era pequeno. Ao longo do tempo pesquisei sobre trabalhei com turismo levando ao Forte, faço a interpretação como guia sobre o papel do Forte, Políticas de Portugal, guarnições dos soldados, armamentos, uniformes, ação que estavam envolvidos. Uma das vezes recebi o elogio de uma visitante que disse ter visto o soldado português, o caboclo, etc. Hoje só trabalho com receptivo, guiamento aqui na cidade, atendemos eventos, almoço, agora estou aposentado como guia, já estou cansado vou mais para passear”</i>.</p> <p><i>“Forte deveria ser reconstruído como antes, as ruínas representam a memória da colonização do Rio Branco, esse descaso com as ruínas se deve a falta de políticas públicas em relação a conservação, educação e interpretação do patrimônio. O tombamento não protege de modo algum, está só no papel, não tenho notícias que se tenha alguma ação no local, só sei que tem a réplica em miniatura no 6°.BEC”</i>.</p> <p><i>“As ruínas deveriam ser transformadas em um sítio do patrimônio histórico, só visitaria de novo para ver as novidades no local, gostaria de ver um centro de visitantes, com banheiros, placas, material do Forte doado pelas famílias, souvenirs, lanchonete, banheiro, interpretação do patrimônio com guias, placas, recuperar o sino de alarme, reconstruir portão de madeira, como o real, para pensar como era no tempo da colônia, com vigias nas muralhas, sala com canhões, bandeiras,etc. Tem várias maneiras de interpretar o patrimônio, após reconstrução, teatralização em ocasiões especiais com atores com uniformes, réplicas das armas, etc ”</i>.</p> <p><i>“Porém, onde o Forte foi construído não é um lugar bom, ele é inundável, cinco canhões originais do Forte estão aqui, três sumiram nas mãos de colecionadores, este Forte foi construído por um mercenário alemão a serviço dos portugueses, não escolheu bem o lugar, o melhor seria o rio Uraricoera. Várias partes do Forte foram destruídas com a intenção de não ser preservado mesmo, e foi plantado arroz em cima. A limpeza feita pelo exército também levou diversos restos de pratos, moedas, era para ser feita uma pesquisa arqueológica séria, com exposição dos artefatos. Os governantes aqui são contra preservação do patrimônio, reservas ambientais, aqui não pode ser preservado e conservado, no tempo do Forte havia um túnel que dava no casarão da Fazenda São Luis, foi destruído”</i>.</p> <p><i>“Aqui os nascidos são 20% e os imigrantes estão só de passagem, não se preocupam com o Estado. A grande maioria que vem atrás do Forte é estrangeiro, principalmente europeu, a população roraimense nem sabe da existência das ruínas”</i>.</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 41 - Homem - Guia de turismo
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9797,DSCN9798,DSCN9800
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Manaus, e veio morar em Boa Vista há 35 anos. Atua como mecânico e guia de turismo, formado pelo Instituto Federal de Roraima e cadastrado pela Embratur. Possui habilitação como guia nacional e da América Latina, realizou o curso técnico de Turismo Cultural Ecológico incluindo Artes e interpretação do patrimônio. Trabalha como guia há muitos anos no Estado de Roraima, além disso, tem o costume de viajar pela região para conhecer um pouco mais da fauna, flora e paisagem. Seu bizavô trabalhou como guia da região para o Barão do Amazonas, o Manuel Oliveira e também para o Marechal Rondon. Está escrevendo um livro chamado: <i>“No rio de Ajuricaba: histórias que parecem mentiras.”</i> Também é responsável pela produção do documentário: <i>“Rios de Roraima- Expedição do Maú a Maó”</i> .
<i>Data:</i>	15 de março de 2014 às 16 horas.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	22 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já visitou as ruínas do Forte São Joaquim diversas vezes de barco, canoa, bicicleta e carro. <i>“Faço este percurso se o turista solicitar, cobrando R\$ 250,00 reais de barco, possuo meu próprio barco. Sempre tive interesse pela história do Estado e pela arqueologia, por isso, fui até lá para descobrir o encanto que o lugar proporciona. Ao visitar a primeira vez me senti como Colombo, ao chegar ali e imaginar como era há muitos anos atrás naquela região que é marco da conquista da região. Ao chegar lá encontrei diversos vestígios arqueológicos, como catacumbas, ferramentas de metal, faca, restos de panela de barro, machados de pedra e está tudo comigo. Acredito que as ruínas devem ser preservadas, que representam a memória dos pioneiros que chegaram neste território, e que as pessoas devem conhecer suas origens e seu passado”</i>. Para ele as ruínas estão largadas, <i>“não se vê nenhuma ação no local, e os culpados são o Estado e o país como um todo. E se seguir assim, logo está região pode ser tomada por algum país que tenha mais poder político e financeiro”</i>.</p> <p><i>“O tombamento é uma lenda, e só um ato político. As ruínas do Forte São Joaquim merecem uma administração séria e competente, que realize estudos arqueológicos aprofundados, que seja reunido todo material e documentos sobre o Forte, e que o espaço seja reativado para visitas de escolas, universidades e pesquisadores.”</i></p> <p><i>“Eu mesmo tenho um roteiro de visita às ruínas do Forte, e já levei diversos pesquisadores de outros estados Brasileiros, aventureiros, esportistas, até o local”</i>. <i>“As pessoas devem conhecer o local para que valorizem o bem e a história, e que haja um guia capacitado, que sejam feitas buscas arqueológicas com os estudantes para mostrar o trabalho do arqueólogo”</i>.</p> <p>O que impede a <i>“visitação por terra é o portão fechado e o fato de ter que pedir autorização para o fazendeiro”</i>.</p>

<i>enominação:</i>	Entrevista 42 - Mulher - Aposentada
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9823, DSCN 9824, DSCN 9826
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista em 28 de junho de 1925. Foi casada com Olavo Brasil. É aposentada e possui o ensino fundamental completo.
<i>Data:</i>	17 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	14 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Meu pai foi soldado em 1902, já ouvi falar das ruínas e fui de carro, a sensação que tive é que a coisa está abandonada, trabalhou na Fazenda do Bento Brasil, avô do meu marido um dos comandantes do Forte São Joaquim, fiquei emocionada ao ver o estado de abandono do local”.</i></p> <p><i>“ As ruínas devem ser conservadas porque representam a memória das famílias do Brasil, estão abandonadas pelo governo, Estado, Exército.”</i></p> <p><i>“Não sei se iria visitar o local hoje devido a dificuldade de locomoção da perna”.</i></p> <p><i>“Não sei mais o que tem lá, muito mato e somente o alicerce”.</i></p> <p><i>“O que impede hoje a visita é o transporte e a estrada”.</i></p> <p><i>“Acho que todo cidadão deveria ter interesse em fazer alguma coisa por lá, para que tenha acesso a visitação”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 43 - Homem - Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9827,DSCN9828,DSCN9829,DSCN9830
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Boa Vista, é filho de macuxi com wapixana, tem 40 anos. É artista plástico, professor da UFRR, Consultor no IPHAN-RR, é formado em antropologia pela UFRR e mestre em antropologia social pela Universidade Federal de Pernambuco.
<i>Data:</i>	17 de março de 2014 às 17 horas.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	17 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Já ouvi falar das ruínas do Forte, porque é um referencial para a história de Roraima, não cheguei a entrar no sítio, mas passei de barco, avião e carro pela região quando fui fazer trabalho de pesquisa em São Marcos. Tenho uma expectativa em visitar o Forte, pois, é uma identidade e é o único Forte na região. Estas ruínas devem ser conservadas, pois representam a memória do povo brasileiro, história do povo português, marco para região e nação.”</i> “O que sei é que o Forte nunca ficou pronto, foi construído com mão de obra escrava indígena, acredito que o projeto estava incompleto, na verdade, falar sobre o Forte é aventurar possibilidades”. “O Forte não é considerado como um símbolo cultural e marco representante da sociedade roraimense há uma ausência de política cultural e educativa. O Forte São Joaquim não é um motivo de orgulho roraimense, não está incluído nos livros de história, só os militares sabem e algumas famílias mais antigas na cidade. Foi uma história de omissão por mais de 200 anos.” “O tombamento deveria garantir a preservação do bem, e o Exército deveria ser o maior interessado nessa questão.” “Deveriam ser realizados estudos sobre uma possível edificação e reestruturação do Forte no local, também deveriam ser exibidas as gravuras, os vestígios encontrados, mostrar como ele era realmente após estudos, e história do Forte”. “(…)Espero ao visitar o local ver um Forte de médio porte e não ruínas, ver os canhões entre outros”. “O que impede hoje uma visita é ausência de informação, coleta de documentos, e acesso a população, estipular data para eventos com escolas e estimular agências de viagens receptivas para o local. O cidadão não tem como preservar as ruínas se não tem acesso e não conhece as ruínas.”</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 44 - Homem - Político
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9840, DSCN 9841, DSCN 9842, DSCN 9843
<i>Razão da entrevista:</i>	Nascido em Boa Vista em 1938, seu pai era filho de português, sua mãe neta do Inácio Magalhães. Estudou no Rio de Janeiro, em Manaus. Foi professor de Português, seminarista, e entrou para política. Possui o nível médio completo.
<i>Data:</i>	18 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	24 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas, <i>“é o marco inicial da história de Roraima, foi uma fortaleza construída para garantir soberania da coroa portuguesa em toda essa região, ao visitar já sabia que não existia nada no local, eu como roraimense senti uma grande angústia, de ver nossa história sendo destruída”</i> . <i>“O fato das ruínas estarem abandonadas é um símbolo negativo para o Estado, o Forte S.J. foi construído no século XVIII, o Forte Macapá, Príncipe da Beira estão em perfeitas condições. Os Fortes eram construídos para resistir ao tempo, o nosso Forte foi depredado, vítima de vândalos e bárbaros. Na minha geração já eram ruínas e não existia mais nada”</i> . <i>“O cidadão comum precisa tomar consciência das ruínas, muita gente não sabe, função dos historiadores e das pessoas que tem o conhecimento é levar este saber ao cidadão comum”</i> . <i>“A ligação mais sentimental com o Forte se deu porque minha avó nasceu praticamente nos arredores do Forte, foi filha de uma índia com o comandante do Forte Jayme Lisboa em 1868, minha avó casou com o filho do Inácio Magalhães, contava histórias as lembranças do lugar”</i> . <i>“Aquelas pedras são testemunhas silenciosas, são autênticas verdadeiras do nascimento da nossa história como povo organizado economicamente e politicamente preparado”</i> . <i>“Tombamento não basta, mas o Estado deve tomar conta, só impede o dono de fazer algumas alterações no terreno, o IPHAN e o departamento da cultura se façam presentes”</i> . <i>“O estado deve tomar conta do local e construir um espécie de conservatório, estabelecimento de ensino, espécie de museu, incentivando a visitação das novas gerações. Tornar o sítio patrimônio histórico e construir ali algo para servir de lembrança as novas gerações, é um local de veneração ensinamento da nossa história. Poderia resgatar Carta régia de 1725, em Portugal, mandando construir o Forte, reunindo histórias, documentos, etc. Um povo sem história é um povo sem rumo , sem destino, sem identidade, é preciso urgente preservar a nossa história”</i> .

<i>Denominação:</i>	Entrevista 45 - Homem – Proprietário de agência de viagens
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9851
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Rondonópolis, Roraima, e mora em Boa Vista há 27 anos. Possui o curso superior incompleto em Administração, no Mato Grosso do Sul. Não estudou em Roraima. É diretor geral da agência de viagens Roraima Advetures.
<i>Data:</i>	18 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	7 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas e já visitou o lugar duas vezes, <i>“fui de barco por curiosidade em conhecer a história. Achava que encontraria uma construção das ruínas, sensação que tive foi de decepção porque não tem nada, só a base do Forte”</i>.</p> <p><i>“Não tenho envolvimento com a história do Forte, mesmo sendo um atrativo da região, tem esse apelo histórico, porém o estado físico do bem não consegue ser transformado num real atrativo, tem que ser restaurado, temos hoje uma história, mas o prédio não se encontra”</i>.</p> <p><i>“As ruínas devem ser restauradas, são representantes da memória, história estado de Roraima, do início da ocupação do Estado, elas estão abandonadas, mas não sei quem são os culpados”</i>.</p> <p><i>“De certa forma, o tombamento ajuda na preservação pelo fato de ser o passo inicial, mas só tombamento é muito pouco, é preciso conservação e restauro das ruínas, manutenção e controle permanente”</i>.</p> <p><i>“A visita deve ter um plano de controle, gostaria de ver como o Forte funcionou, ver como era a realidade na época mais próxima do que foi o Forte”</i>.</p> <p><i>“A população teria que ter acesso as informações e conhecer a história do Forte e depois, contribuir com a valorização do mesmo”</i>.</p>

Denominação:	Entrevista 46 - Homem - Historiador do IPHAN
Notação do arquivo:	Entrevista escrita enviada por email.
Razão da entrevista:	Nasceu no Rio de Janeiro, é mestre em História, não estudou e não mora em Roraima.
Data:	18 de março de 2014
Local:	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
Duração:	Escrita
Suporte:	E-mail
Entrevistadores:	Thais Felipe Rosa
Sumário:	<p>Já ouviu falar das ruínas e visitou uma vez, as expectativas que tinha era de <i>“encontrar o sítio parcialmente agenciado para visitação. Tive uma decepção com a total falta de agenciamento do sítio por parte das autoridades estaduais, considerando a importância, no mínimo, local do bem”</i>.</p> <p><i>“Trabalhei no processo de tombamento federal do Forte. Uma lembrana marcante foi o interesse de representantes da populao local na história do monumento, o que nem sempre ocorre com relao � fortificaes”</i>.</p> <p><i>“As ruínas devem ser preservadas por serem um referencial importante para a história de Roraima e do Brasil como um todo. Sim, são representantes da memória por serem um vestígio materializado de um importante processo histórico, que afetou a vida de centenas de milhares de pessoas – a incorporao de toda uma região � sociedade e cultura nacionais. Em tese, de todo o brasileiro, mas para efetivar essa representao, existente ainda apenas em termos potenciais quando falamos da história nacional, � necessário um trabalho de revitalizao, não são arquitetônica, mas também cultural, dando maior visibilidade física e de divulgao para o monumento. Sim, estão abandonadas, pelo menos no momento em que visitei o local elas estavam abandonadas – não posso falar pelo momento de hoje. Os principais culpados por isso são os órgãos da administrao pública – federais, estaduais e municipais – e de todos os g�neros (da cultura, meio ambiente, educao, etc), tendo em vista na demora do reconhecimento oficial da importância do monumento e, portanto, na efetivao de aes de preservao. Não. O tombamento é sempre um ato administrativo que, para atingir seu objetivo, depende da efetivao de políticas de preservao em seu sentido mais amplo, não apenas de conservao material, mas também de divulgao e educao patrimonial. Sim, um roteiro de visitao guiada ajudaria na preservao, pois a preservao de um bem de interesse público depende do interesse do público pelo bem. Ou seja, � necessário que a populao, não são a local, conhea o monumento e o associe é algo valioso e importante para si e para a comunidade. Considerando o estado das ruínas, creio que seria necessário a criar-se elementos educativos/museográficos de apoio, de caráter dinâmico (isto é, atualizados de forma per�dica), que permitem ao visitante perceber o que não � visível no forte hoje, bem como sua insero na história regional, nacional e sul americana”</i>. O que impede a visita hoje é o <i>“acesso complicado e falta de atrativos para uma visitao regular”</i>. O IPHAN, deve <i>“responsabilizar-se pela preservao física das ruínas, o que passa, necessariamente, pela busca de usos compatíveis para elas”</i>.</p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 47 - Homem - Auditor na Secretaria do Estado da Educação
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9853,DSCN9854
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Manaus, e mora em Boa Vista há 69 anos. É auditor na Secretaria do Estado da Educação, é formado em História e estudou em Boa Vista. Seu pai participou da construção da Fazenda São Marcos, e lhe contou como foram retiradas as pedras do Forte São Joaquim para o uso na Fazenda.
<i>Data:</i>	19 de março de 2014 às 07 horas 30 minutos.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	16 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar do Forte São Joaquim e conheceu o mesmo de barco, no ano de 1981, porque estava envolvido com o levantamento de arquivos de processos em São Marcos. <i>“Quando fui esperava encontrar mais vestígios, mas encontrei somente o alicerce, parte da fundação. Fiquei feliz por conhecer o que estava interessado e triste por ver aquele bem abandonado, cheio de mato, porém, consegui ver as ruínas”.</i></p> <p><i>“O Forte foi construído em 1775 pelo engenheiro Sturn, e representou o efetivo início da ocupação nessa área porque até então, antes do Tratado de Tordesilhas já havia ingleses e espanhóis neste território. Representa o início do povoado com a família do Inácio Magalhães, que foi comandante. Havia uma capela que foi levada para São Marcos, em 1944, e as pedras do Forte foram usadas para a Fazenda. (...) O Forte deve ser restaurado, foi através da presença do Forte que hoje nós somos brasileiros”.</i></p> <p><i>Afirma não saber se o tombamento está preservando o bem, mas acredita que deveria garantir a proteção efetiva. Defende a “restauração das ruínas do Forte, que o mesmo seja um ponto turístico e laboratório de pesquisa. Gostaria de ver como ele era e quais eram suas instalações. O que impede hoje é a falta de estrutura no local, trilhas, circuito para visitação, meios de transporte, e trabalho de conservação e restauro das ruínas. Na época eram só ruínas, hoje é um ninhal de cascável.”</i></p> <p><i>“O cidadão deve tomar consciência do que representa aquilo para nossa história, e depois se posicionar.”</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 48 - Homem - Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9862, DSCN 9863, DSCN9864
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Paranapiacaba, Santo André, no Estado de São Paulo. Mora em Boa Vista há 35 anos, é professor do curso de geografia na UFRR, e presidente da Ong Eco Amazonia, a primeira ONG ambiental em Roraima. É geógrafo pela USP, o mestrado e o doutorado também foram realizados pela USP, não estudou em Roraima, porém, seus estudos foram sobre o Estado. Foi assessor do INPE em São José dos Campos-SP e também trabalhou no Ministério Público Estadual de Roraima.
<i>Data:</i>	21 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	20 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Fui as ruínas diversas vezes, de barco, cavalo, com helicóptero do exército, carro, tinha interesse em conhecer o início da história do município de Boa Vista. Fiquei feliz em conhecer este patrimônio, mas triste com o estado atual do local. Sempre estudei a história do Forte São Joaquim, desde os desenhos de Alexandre Rodrigues Ferreira, a Velha República, com Marechal Rondon que autorizou a demolição do Forte, por ser positivista e contrário a memória de guerras. Na época da FUNAI, o Forte já estava quase todo acabado e em 1918 já estava todo demolido”.</i></p> <p><i>“O que existe é uma falta de competência dos órgãos responsáveis pelo patrimônio e vontade política para que as ruínas sejam utilizadas pelo público, pelas escolas...(…)no lugar deveria ser exibido um audio visual com informações históricas sobre o Forte, sou contra a construção de uma réplica que não possui sentido nenhum, e sim interesse político e midiático. Que seja construída uma maquete grande que seja colocada no local, com um centro de recepção aos visitantes, que as ruínas sejam cercadas, e haja informação sobre o espaço”.</i></p> <p><i>“Existem três lendas sobre as ruínas do Forte São Joaquim, a primeira se refere aos canhões que sumiram; a segunda são as chaves do Forte que apareceram diversas cópia; a terceira é sobre a estátua do São Joaquim que estava no Forte e dizem que agora está na capela São Marcos. Além disso, existia uma cópia de todos os documentos oficiais do Forte, que passaram para a Fazenda São Marcos e depois, ficou com a Funai, e sabe-se que uma pesquisadora da Funai, levou estes documentos para Brasília e não se sabe onde se encontram hoje, se em uma instituição ou se ficou com ela mesmo.”</i></p> <p><i>“Antes de chegarem os portugueses aqui no Extremo Norte, já estavam os espanhóis, ocuparam Santa Rosa, São Miguel, terras do Tepequém e São Bento, criavam gado e tinham seus operários. Foi quando os portugueses descobriram e tomaram as terras dos espanhóis com apoio do Felipe Sturn, seu gado e operários, mais os índios e utilizaram de mão de obra escrava para a construção do Forte, que na verdade era um Fortim, com uma casa de pólvora e uma capela, era um pequeno Fortim. Isso pode ser encontrado no Arquivo das Índias, no trabalho de Amódio Venezuela, no arquivo da Torre do Tombo e Lobo D’Almada. O local escolhido para fazer o Forte não foi bem planejado, pois, era um lugar baixo, que sofre de inundações o ano todo, e também, ao realizar tiros de canhões não conseguiria acertar nenhum alvo, pois, não alcançaria. Além disso, o local, era insalubre, e tinha muitos cupins e formigas.”</i></p>

	<p><i>“O Forte está abandonado e os culpados são o tempo e a omissão genérica. O Forte tem um potencial médio relacionado a educação, ao turismo, meio ambiente e História. Só que é preciso vontade e um projeto para executar o turismo no local”.</i></p> <p><i>“O tombamento não protege o bem. Quantas pessoas no Estado recebem para proteger o patrimônio histórico e não fazem nada pelo Forte? A área deve ser limpa, a vegetação toda retirada, e que seja mantido do jeito que está, que seja criado um mini parque, com pesquisas arqueológicas, e amostra de todo o material recolhido do Forte, canhões, cerâmicas, que seja investido no Turismo Cultural, que seja cobrada entrada, que seja revertido na manutenção do local.”</i></p> <p><i>“ O que impede hoje uma visitação ao local é o acesso, o fato de estar localizado em uma propriedade privada, a pessoa tem que ter um barco ou carro, e ir até lá para ver mato não tem graça. Verba existe só falta boa vontade e ação dos órgãos responsáveis para cumprir com suas funções”.</i></p>
--	--

<i>Denominação:</i>	Entrevista 49 - Homem - Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9928, DSCN 9929, DSCN9931
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Campinas, São Paulo e mora em Boa Vista há quinze anos. Ele é professor na UERR- Universidade Estadual de Roraima, e pesquisador antropólogo do MIRR-Museu Integrado de Roraima. Ele é pós-doutor e formado em antropologia, não estudou em Roraima.
<i>Data:</i>	24 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	14 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu e estudou a história do Forte São Joaquim, inclusive indicou a leitura de muitos artigos sobre esta temática em outras línguas. Indicou a leitura de Joaquim Nabuco, Henri Coudreau, Nicolas Hortman (desertor holandês), sugere que a bolsista vá para Belém pesquisar sobre o Alexandre Rodrigues, também que leia seu livro sobre o Rupununi, pesquise sobre Roberto Schomburk, Marechal Rondon, Marques de Pombal, relatos de Dom Alcuino Meyer, que consulte a biblioteca brasileira da USP, para ter acesso ao acervo digital, leia também relatos do professor Arthur Napoleão Figueiredo e Nádia Farage.</p> <p><i>“O Forte deixou de ser útil no ano de 1904, e foi quando ele entrou em decadência, ele já não era mais necessário, pois, o Brasil após o Tratado de Madrid já tinha delimitado sua área de território, e a Guiana e Venezuela há havia entrado no acordo com a delimitação de território. O Forte foi construído de modo precário com mão de obra escrava indígena, e nos anos posteriores a sua decadência na década de 30, os governantes não se interessavam pelo Forte, foi esquecido, e durante governo do Estado do Amazonas foram utilizadas as pedras do Forte na construção da Fazenda São Marcos. As primeiras fotos aéreas de um hidroavião em 1924 foram feitas por Hamilton Rice, sobre a região e fronteiras.”</i></p> <p><i>“Visitei o Forte, duas vezes, primeiramente fui de barco, com uma turma de 30 alunos, no qual dava a disciplina de etnologia amazônica e serviu para que os alunos pudessem entender como se deu o processo de defesa da fronteira de Roraima, entender as relações Inter étnicas indígenas, visualizar a paisagem de Boa Vista até o Forte, para tentar entender como se deu essa viagem naquela época e depois de visitar as ruínas fomos até a Fazenda São Marcos. Na segunda vez fui de carro com alguns amigos, para conhecer como era o trajeto via terrestre.”</i></p> <p><i>“ Na primeira vez que fui tinha a expectativa de encontrar mais que pedras e sim paredes como vi nas fotos, mas não vi nem isso. A sensação foi de surpresa e de tentar entender o porquê os muros estarem mais baixos, como resposta acredito que cada pessoa que visitou o forte levou uma pedra como souvenir para sua casa, sendo assim ele foi destruído em cada visitação, além disso, parte das pedras foi retirada para construção da capela São Marcos.”</i></p> <p><i>“O envolvimento com a história do Forte começou quando estava coletando material para minha tese de doutorado, no qual tinha que falar sobre o problema fronteiro, estudei linhas de memória de Joaquim Nabuco, informações militares sobre o Forte em 2011, fui até Portugal na Torre do Tombo para descobrir mais documentos sobre o</i></p>

assunto, e encontrei muitos registros documentados sobre este período da história.”

“O Forte está esquecido, não está no imaginário dos estudantes atuais e há pouca informação sobre o assunto. O tombamento é apenas uma medida administrativa, se faz necessária uma destinação direta de recursos para a preservação do bem em ações práticas.”

Para ele a secretaria da Cultura deveria ser a instituição envolvida e interessada na preservação das ruínas, além disso, deveria haver interesse político. Durante a visita ao Forte São Joaquim gostaria de ver ***“placas informativas sobre a história do local, trilhas que permitissem passear sobre o terreno sem agredir o que restou do Forte, limpeza do espaço sem afetar a estrutura do bem, e criação de um ancoradouro e acesso as ruínas do Forte. Estas visitas ajudariam na preservação e a gerar conhecimento para a população.”***

<i>Denominação:</i>	Entrevista 50 - Homem - Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	Registro escrito somente
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em São Joaquim, Santa Catarina e mora em Boa Vista há 20 anos. Ele é professor do curso de História na Universidade Federal de Roraima, possui o Mestrado em História e o Doutorado em Ciências sócio ambientais. Estudou em Santa Catarina e no Pará.
<i>Data:</i>	25 de março de 2014 às 11 horas
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	30 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
0. <i>Sumário:</i>	Já ouviu falar das ruínas, pelo fato de ser professor de História e morar em Boa Vista há alguns anos. Todavia ainda não visitou as ruínas do Forte São Joaquim e acredita que quando for até o local, o mesmo estará abandonado. <i>“O Forte São Joaquim não deve ser tratado sozinho, pois, ele possui um papel geopolítico, está envolvido com a defesa do território pelos rios, e a partir de sua existência é que se iniciam as vilas, as primeiras ocupações e as cidades”</i> . <i>“Indico o estudo do projeto do Marques de Pombal, do Tratado de Madrid, Nádia Farage, Charles Darwin e Nilson Crocia de Barros e seu livro Roraima: Paisagem e Tempos na Amazônia setentrional. Disse não possuir nenhum envolvimento com a história do Forte São Joaquim, a não ser através da pesquisa usada em seus artigos e livros(...)Sei que houve um projeto de reconstrução da memória do Forte São Joaquim, mas não sei se foi em frente”</i> . <i>“As ruínas do Forte devem ser conservadas, pois, representam a memória do passado político da Amazônia do Brasil e da disputa pelas terras da Amazônia”</i> . Baseado nas notícias que tenho acredito que o local deve estar está abandonado. O tombamento é uma medida importante, mas não garante a proteção do bem. <i>“Defendo que as ruínas do Forte sejam estudadas tecnicamente, historicamente, e que depois, sejam consolidadas. O turismo no local deve ser baseado na preservação e conservação do patrimônio, como na Itália e Grécia. Gostaria de ver mapas, ambiente com explicações sobre o que representam as ruínas, com textos auxiliares, folders explicativos sobre o espaço, e atividades com um guia de turismo”</i> . <i>“O cidadão deve acima de tudo respeitar as ruínas que são testemunhos da história amazônica, e colaborar com a preservação da mesma para o futuro.”</i>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 51 - Homem - Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN9941, DSCN9942, DSCN9943
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em São Paulo, e mora em Boa Vista há 40 anos. É professor do curso de Comunicação na Universidade Federal de Roraima-UFRR, é Bacharel em Comunicação, e Doutor em História Social. Estou em Brasília e no Rio de Janeiro.
<i>Data:</i>	25 de março de 2014 às 12 horas 30min.
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	17 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p>Já ouviu falar das ruínas várias vezes e visitou o local mais de 15 vezes, de barco e de carro. <i>“De início fui a passeio, posteriormente, fui porque me envolvi com a história do Estado. Após ver as fotografias sobre o Forte São Joaquim criei algumas expectativas sobre as ruínas. Durante a viagem tive uma boa sensação por chegar até o local, porém, ao ver o estado das ruínas fiquei decepcionado. Desde que cheguei me envolvi com a história do Estado e coletei diversos documentos, imagens, aquarelas de José Codina, Cartas de 1788 do Comandante do Forte São Joaquim, fotografias de Jorge Ubiner de 1809 e 1904, diários de Alfred Zourich, no Museu Goeldi, biblioteca nacional Constantino Neri, textos alemão Theodor Grumberg, Diário Militar do conhecido Barata, que teve experiências no Forte.”</i></p> <p><i>“Não adianta o Forte estar conservado e preservado se o próprio povo não conhece o valor histórico, cultural do que o Forte representou para Roraima.”</i></p> <p><i>“As pessoas precisam saber que representou a única defesa na parte do Brasil setentrional, surgindo a história do herói regional dos líderes indígenas, Ajuricaba, índio de Manaus, que resgatou os índios que estavam sendo escravizados, a Revolta da Praia Vermelha, no qual surgem posteriormente, o Tenente Sturn, e Lobo da Almada.”</i> “O Forte São Joaquim foi coisificado em formato de maquete no 6º. BEC, todavia, aquela maquete está fora da realidade. O Forte foi o início da fundação da cidade de Boa Vista, da fronteira política e física de Roraima, o Turismo no local deveria ser Histórico, Cultural e integrar um circuito cronológico envolvendo o Forte, a Fazenda São Marcos, o Bar Meu Cantinho, a primeira fazenda da cidade, entre outras.” “</p> <p><i>“Essas ações precisam do apoio político e do IPHAN, da UFRR, de pesquisadores acadêmicos, do Departamento de Turismo, da Secretaria de Cultura, para incentivar a preservação do patrimônio histórico local. E também se faz necessário apoio da mídia para descobrir o que é identidade do povo em Roraima”.</i></p>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 52 - Homem - Professor universitário
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 9992, DSCN 9993, DSCN 9994, DSCN 9995
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Anajás, Ilha do Marajó no Pará, e mora em Boa Vista desde de novembro de 1991, quando veio assumir a magistratura em Roraima. É professor da UFRR, formado em Direito, Mestre em Ciências Agrárias e doutor em Ciências Políticas. Foi uma das pessoas mais indicadas pelos demais participantes da pesquisa para que fosse entrevistado. Escreveu um livro sobre as Ruínas do Forte São Joaquim e é autor do projeto de reconstrução da Réplica do Forte São Joaquim, em prol da memória do mesmo.
<i>Data:</i>	26 de março de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	32 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>Já ouviu falar e já visitou as ruínas do Forte S.J. de carro e de barco. "A primeira vez que fui foi em 94, fui mais de 10 vezes, última vez que fui foi em 2011. Na verdade fui instigado a fazer trabalho sobre o Forte, li uma matéria que ele havia sido inventado e que não existia de fato, criamos o Instituto Histórico de Roraima, começamos a pesquisar a história do Forte e da Amazônia". "O Forte foi construído por uma estratégia dos portugueses de fazer um anel de proteção da área, e estratégia de povoamento do local, em 92 montei grupo de pesquisa sobre os índios e Forte, e descobrimos que o Forte realmente existiu".</i></p> <p><i>"O projeto de memória tem a pretensão de preservar as ruínas. Como na Europa ocorre a reconstrução original, no Forte não daria para reconstruir tudo, pois, as bases não aguentam, mas no local da réplica teria os documentos e bens referentes ao Forte, seria construído um complexo, casa, capela, museu aberto com canhões, balas, chave que temos guardado pelo exército que devolveria para Roraima, produzir material didático sobre a história local. Este é o monumento mais importante que nós temos, dono da fazenda já tinha cedido espaço para construção da biblioteca sobre o Forte. Não intendo a postura do IPHAN, fizeram acusações, eles não fazem nada e não deixam que seja feito algo".</i></p> <p><i>"Disse que faria uma réplica pessoal sobre o Forte, o IPHAN disse que seria uma ofensa a história local e memória. Na Grécia, Roma, o patrimônio é preservado do modo sério, pedaço da coluna é reconstruído, não desisti ainda de fazer este projeto, farei ele sozinho, para que as crianças tenham uma referência".</i></p> <p><i>"Em verdade me surpreendi de forma negativa, ao encontrar somente a base do Forte, foi destruído pela ação humana direta. O Governo do Estado do Amazonas bombardeou as paredes do Forte na década de 40, o SPI, tirou as pedras do Forte para construir a casa da Fazenda São Marcos, sobram as ruínas".</i></p> <p><i>"O Brasil tem pouco cuidado com seu patrimônio histórico, falta consciência dos governantes, inclusão do Exército, Secretaria da Educação, o tombamento é só o ponto de partida, faltam elementos concretos para preservação, se houvesse réplica, crianças poderiam andar por ela, ajudaria as pessoas a conhecerem o bem, e reivindicar melhorias".</i></p> <p><i>"Deve ser feita ali uma cobertura ampla de barragem para que rio não atinja mais o bem, faz um dique, cobertura ampla para proteger corredores aéreos, visualizar o que era o Forte, início povoação, Casa do Vaqueiro, a comunidade e a mídia são a favor do meu projeto".</i></p>

	<p><i>“O curso de história não tem esse foco, desconheço alguém que tenha feito este estudo interessado na questão museológica, IPHAN foi superado, problema é o que a comunidade local quer e o que o IPHAN nacional defende, postura equivocada do IPHAN, não possuem argumentos para rebater meu projeto defendem a linha do intocável, pedi uma outra sugestão e não foi falada nenhuma pelo arqueólogo do IPHAN-RR. O IPHAN tem obrigação em cuidar das ruínas do Forte e obrigação em dar este resultado ao povo”.</i></p> <p><i>“Hoje falta de acesso e divulgação são o que impedem uma visita ao local. O cidadão deve exigir do poder público que preserve as ruínas, não há visibilidade das ruínas em nível Federal e nem local”.</i></p> <p><i>“O ministério público está insinuando que recebi antes para fazer a construção da réplica deste projeto de memória do Forte”.</i></p>
--	---

<i>Denominação:</i>	Entrevista 53 - Mulher - Aposentada
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN107, DSCN108, DSCN109, DSCN110, DSCN111
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em 1945, em Boa Vista, foi uma das pessoas mais indicadas pelos entrevistados, pelo fato de ser considerada uma pessoa engajada na preservação da história de sua família, seu bizavô foi um dos comandantes do Forte São Joaquim, e depois disso, fixou sua família em uma fazenda, que hoje, faz parte do centro histórico de Boa Vista. Faz parte de duas famílias Brasil e Magalhães. A casa do seu bizavô é tombada pelo município, e ela já foi Diretora do Museu Integrado de Roraima, foi Diretora de Cultura, foi assessora no Tribunal de Justiça.
<i>Data:</i>	31 de março de 2014 às 17 horas
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	32 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Escuto falar sobre o Forte São Joaquim desde que era pequena, meu pai, contava a história do meu Bisavô Teodoro Bento Ferreira Marques, um dos comandantes do Forte São Joaquim. Ele chegou à região em 1852, foi considerado como um dos protagonistas da história do Forte. Quando pequena, era encantador saber que estava em local importante para a história, e saber que meus familiares estavam envolvidos de alguma forma, ficava imaginando a bravura e coragem destes homens que trabalharam no Forte, e na defesa do território. Meu pai conheceu as paredes do Forte ainda erguidas, e também a capela do Forte, que tinha a imagem de um santo, que agora deve estar na Fazenda São Marcos”.</i></p> <p><i>“As ruínas estão abandonadas desde 1934, quando suas pedras foram levadas para construir na Fazenda São Marcos, o cupim e as formigas tomaram conta, os canhões que estavam na praça da bandeira foram retirados.”</i></p> <p><i>“Quando trabalhei no MIRR, elaborei um projeto de reconstrução das ruínas do Forte São Joaquim com apoio do Exército e do Lions Clube, porém meu projeto não deu certo, mas envolveu vários membros da sociedade. Este projeto teve sua essência roubada pelo Dr. Gursen de Miranda, que ouviu minhas ideias e copiou. Meu projeto saiu até no Jornal da Folha de Boa Vista, nos anos 80. E recebi críticas do Aimberê Freitas que disse que as ruínas não existiam e dizia que nossa família queria aparecer na mídia.”</i></p> <p><i>“O tombamento não garante a preservação do bem, mas as instituições que tombaram e deveriam se responsabilizar e dar uma continuidade nas ações conforme mudança de direção”.</i></p> <p><i>“O Forte São Joaquim é a semente da ocupação do Estado de Roraima, as pessoas que vem morar aqui deveriam zelar pelo patrimônio. As ruínas do Forte deveriam ser um ponto turístico, com visita guiada, com toda história remontada, com uma pesquisa fundamentada, com restaurante, com visitas teatralizadas com roupas da época, com um museu dos vestígios arqueológicos, com uma equipe interessada historiadores, arqueólogos, botânicos, entre outros. Para ela a visita às ruínas do Forte é fantástica, pois, é possível voltar no tempo. Que seja feito o mesmo que foi feito nas ruínas das Missões Jesuíticas, no Rio Grande do Sul.”</i></p>

	<p><i>“É necessário um envolvimento da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Roraima e Universidade Estadual de Roraima, autoridades, estudantes, professores, para que se sensibilizem e façam um projeto que remonte a história com imagem e som. O cidadão deve tomar conhecimento a respeito de sua história.”</i></p>
--	--

<i>Denominação:</i>	Entrevista 54 - Homem - Estudante de Gestão do Turismo
<i>Notação do arquivo:</i>	DSCN 0195, DSCN 0196, DSCN 0197
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em Mucajaí, Roraima e veio para Boa Vista em 2006. É aluno do curso de Gestão Tecnológica em Turismo do IFRR, estudou em Roraima, seu trabalho de conclusão de curso será sobre o Forte São Joaquim e o Turismo.
<i>Data:</i>	07 de abril de 2014
<i>Local:</i>	Boa Vista/Roraima
<i>Duração:</i>	14 minutos
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<i>Já ouviu falar das ruínas, e o tema do seu trabalho de conclusão será sobre o Forte, porém, ainda não visitou o Forte, mas gostaria. “Só o que falaram para mim que o Forte está em ruínas, para mim isso não importa, o que importa é o valor histórico que elas representam”. “Meu envolvimento com o Forte é meu projeto de TCC, sobre valorização do patrimônio cultural, incidência de mão de obra escrava indígena. Situação que se encontra hoje precisa ser melhorada, precisa entrar em vigor a proteção, abrir para visitação, dar oportunidade que pessoas conheçam o local, tenham informação, saibam da história, da origem, passado. O Forte está esquecido, foi um posto de domínio português, está em uma propriedade privada, as ruínas devem ser conservadas, contempladas, valorizar e dar vida ao nosso passado. É a razão de tudo o que temos hoje em Boa Vista, para lembrar o início do núcleo, é preciso de um edifício que chame a atenção”. “O Forte está abandonado por mais que algumas instituições tentem reviver e melhorar o lugar está sem segurança, o tombamento é o documento que prova que aquele lugar é patrimônio, porém, não há agentes de fiscalização e segurança”. “A melhor forma de conservar as ruínas é visitando o lugar, é preciso de lugar para receber as pessoas, é necessário ser gerido por pessoas que tenham comprometimento com o patrimônio. As visitas trariam fundos para o lugar, teria que ser um Centro de Informações Turísticas, com recepção calorosa, que mantenha o lugar limpo, com lugares para as pessoas sentarem, beberem água, verem quadros nas paredes, canhões, ouvir palestrantes falando sobre construção, sala com documentos, nomes dos marechais, comandantes, lugar para comer”. “O que falta hoje é atitude e apoio das autoridades e instituições, e não ficar só no papel, a função deste projeto é maior tem um papel pedagógico diferente dos políticos que duram 4 anos, hoje as atividades educativas são feitas somente pelo 6º.BEC”. “O cidadão deveria se preocupar com a história do local em que vive saber de sua origem, identidade, onde se deu sua formação, defender a educação é o mais importante”.</i>

<i>Denominação:</i>	Entrevista 55 - Homem - Coronel
<i>Notação do arquivo:</i>	Entrevista escrita enviada por e-mail..
<i>Razão da entrevista:</i>	Nasceu em São Domingos do Prata, Minas Gerais, é mestre e graduado em História, não estudou e não mora em Roraima. Morou em Boa Vista por dois anos, de 2010 a 2012. Trabalha para o Exército Brasileiro, é Coronel da Arma de Engenharia e Comandante do 6º. Batalhão de Engenharia de Construção.
<i>Data:</i>	28 de maio de 2014
<i>Local:</i>	Brasília/Distrito Federal
<i>Duração:</i>	Escrita
<i>Suporte:</i>	Câmera digital
<i>Entrevistadores:</i>	Thais Felipe Rosa
<i>Sumário:</i>	<p><i>“Estive nas ruínas por quatro vezes. Acreditava que veria as ruínas de um forte, de forma mais limpa e sem a vegetação. Eu achava também que no local existisse ruínas de outras construções. Mas ao chegar no local do FSJRB o que mais atenção foi o total abandono e depois a ocupação da área para agricultura”.</i></p> <p><i>“Na década de 70 o 6º Batalhão de Engenharia de Construção chegou na região do Forte e recolheu seis canhões que estavam jogados entre as ruínas. Estes canhões foram guardados no Batalhão e posteriormente levados a outras organizações Militares do Exército localizadas da cidade de Boa Vista”. Hoje no 6º existem três canhões, no Grupo de Artilharia de Selva existem dois deles e no 7º Batalhão de Infantaria de Selva o último”.</i></p> <p><i>“ Como graduado em história e militar sempre me interessei pela nossa Amazônia e pela sua ocupação e defesa de nossos antepassados. Estudando a história da região me interessei pela história de construção do Forte, sendo o Forte mais setentrional que Portugal havia construído, no século XVIII.</i></p> <p><i>“Em novembro de 2010 tive a idéia de construir uma maquete de praça em frente ao 6º BEC, onde os canhões originais do Forte seriam colocados. Em parceria com o IPHAN e com recursos provenientes de um convênio com a Petrobras iniciei a construção da Praça Capitão Philipe Sturm em homenagem ao construtor e primeiro comandante do FSJRB. A praça foi inaugurada em novembro de 2011”.</i></p> <p><i>“As Ruínas devem ser conservadas com o intuito de ser estudado o primeiro núcleo de ocupação portuguesa em Roraima. Elas marcam a presença e ocupação deste espaço geográfico pelos portugueses e ainda representa a célula máter da formação do caboclo de Roraima”.</i></p> <p><i>“As Ruínas do FSJRB representam a memória da miscigenção do branco português com o índio de Roraima, representam o avanço português na sua colônia americana, o marco mais setentrional na Amazônia. E caso este forte não tivesse sido construído na época, esta parte do Brasil poderia ser de outra nação de formação, inglesa ou espanhola”.</i></p> <p><i>“ Durante mais de um século a cultura sobre a conservação de bens materiais referentes a nossa história sofreu com as crises financeiras, a falta de política pública coerente e a falta de pessoal qualificado para atuar na gestão de bens históricos”.</i></p> <p><i>“ As Ruínas também sofreram com o desgaste natural provocado pela própria região Amazônica. Hoje existe uma instituição responsável pela sua conservação, o IPHAN.</i></p> <p><i>“ Somente o Tombamento Estadual realizado no ano de 2001, e o tombamento Federal realizado em 2011 pelo IPHAN, não garantem a</i></p>

	<p><i>proteção deste bem cultural, por causa das ações de intempérie da região Amazônica, sendo necessário assim, ações pontuais pra a conservação e manutenção das Ruínas. A melhor forma de manter as ruínas conservadas seria em 1º lugar: Delimitar a área de preservação, 2º : Limpar o local (retirar vegetação oportunista), 3º: Iniciar os estudos arqueológicos na área”.</i></p> <p><i>“Se houvesse um roteiro de visita guiada acredito que ajudaria na preservação deste bem cultural, pois formaria uma massa crítica favorável a preservação das Ruínas e valorizaria a conservação deste Patrimônio Histórico.</i></p> <p><i>“ Eu gostaria de ver durante a visita às Ruínas, a contextualização da história mundial da época, o destaque para a estratégia portuguesa sobre a construção dos Fortes e delimitação da fronteira portuguesa na América, a formação do núcleo urbano, as características geográficas do local que motivaram a sua escolha, as características das construções da época, os ciclos históricos da região Amazônica, desde a presença das tribos indígenas até as disputas de terras entre os portugueses, ingleses, franceses e espanhóis”.</i></p> <p><i>“O que impede que haja uma visita às Ruínas do Forte São Joaquim é a falta da delimitação do espaço destinado ao Patrimônio Público.</i></p> <p><i>“ O IPHAN deve ser responsável pela demarcação, normatização e guarda deste Patrimônio”.</i></p>
--	--

ANEXOS

Ministério
da Cultura
Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*



- CNSA RR00002 -

Nome do sítio: Forte São Joaquim

Outras designações e siglas: RR-TA-26

CNSA: RR00002

Município: Bonfim

UF: RR

Descrição sumária do sítio: Forte construído pelos portugueses em 1775 na confluência dos rios Tacutu (?) e Uraricoera.

Sítios relacionados:

Comprimento: 37m **Largura:** 27m **Altura máxima:** 7m (a partir do nível do solo)

Área: 0m² **Medição** Estimada Passo Mapa Instrumento

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico:

Altitude: 0m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rios Tacutu e Uraricoera

Distância: 0m

Rio: Tacutu e Uraricoera

Bacia:

Vegetação atual

Floresta
ombrófila

Savana (cerrado)

Floresta
estacional

Savana-estépica
(Caatinga)

Campinarana

Estepe

Capoeira

Outra:

**Propriedade da
terra**

Área
pública

Área
privada

Área
militar

Área indígena

Outra:

Proteção legal

Unid. de conservação ambiental

Em área tombada

Municipal

Estadual

Federal

Patrim. da
humanidade

Categoria

Unicomponencial

Pré-colonial

Multicomponencial

De contato

Histórico

Tipo de sítios: Forte ou fortificação

Forma:

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição

Em superfície

Em profundidade

Exposição Céu aberto

Abrigo sob rocha

Gruta

Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Ministério
da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA/ SGPA*



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*

Sist. Nac.
de
Patrimônio
Cultural -
SNPC

- CNSA RR00002 -

Centro
Nacional de
Arqueologia
- CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Área de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras: telhas, louças

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

Pintura:

Gravura:

Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade mais de 75%

entre 25 e 75%

menos de 25%

Fatores de
destruição

- Erosão eólica
 Erosão pluvial
 Construção de estrada

- Erosão fluvial
 Atividades agrícolas
 Construção de moradias

Vandalismo

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio Alta

Média

Baixa

Atividades desenvolvidas no local

Registro

Coleta de superfície

Sondagem ou Corte estratigráfico

Escavação de grande superfície

Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Pedro Mentz Ribeiro

Data do registro: 04/09/1986

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural -
SNPC

- CNSA RR00002 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto:

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	0	Outra:	0

Bibliografia

Relação de Sítios Históricos Cadastrados - FNPM/MinC/SPHAN

Responsável pelo preenchimento da ficha: Regina Galante Pinheiro

Data: 27/07/1998

Localização dos dados: Arquivo Noronha Santos

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

- CNSA RR00070 -

Nome do sítio: Forte de São Joaquim

Outras designações e siglas: RR-BV-04

CNSA: RR00070

Município: Boa Vista

UF: RR

Descrição sumária do sítio:

Sítios relacionados:

Comprimento: 0m **Largura:** 0m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)

Área: 0m² **Medição** Estimada Passo Mapa Instrumento

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico:

Altitude: 0m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima:

Distância: 0m

Rio:

Bacia:

Vegetação atual

Floresta
ombrófila

Savana (cerrado)

Floresta
estacional

Savana-estépica
(Caatinga)

Campinarana

Estepe

Capoeira

Outra:

**Propriedade da
terra**

Área
pública

Área
privada

Área
militar

Área indígena

Outra:

Proteção legal

Unid. de conservação ambiental

Em área tombada

Municipal

Estadual

Federal

Patrim. da
humanidade

Categoria

Unicomponencial

Multicomponencial

Pré-colonial

De contato

Histórico

Tipo de sítios:

Forma:

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição

Em superfície

Em profundidade

Exposição Céu aberto

Abrigo sob rocha

Gruta

Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

*

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA RR00070 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- Área de refugio**
- De lascamento**
- De Combustão**
(fogueira, forno, fogão)
- Funerárias**
- Vestígios de edificações**
- Vestígios de mineração**
- Alinhamento de pedras**
- Manchas pretas**
- Canais tipo trincheiras, valetas**
- Círculos de pedra**
- Estacas, buracos de Fossas**
- Fossas**
- Muros de terra, linhas de argila**
- Palafitas**
- Paliçadas**
- Concentrações cerâmica - quant.:**

Outras:**Material histórico:****Outros vestígios orgânicos:****Outros vestígios inorgânicos:****Artefatos**

- Lítico lascado** **Cerâmico**
- Lítico polido** **Sobre concha**
- Sobre material orgânico**
- Outros vestígios líticos:**

Arte rupestre: **Pintura:** **Gravura:** **Ausente:****FILIAÇÃO CULTURAL****Artefatos líticos:**

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações Absolutas:**Datações Relativas:****Grau de integridade** **mais de 75%** **entre 25 e 75%** **menos de 25%****Fatores de destruição**

- Erosão eólica**
- Erosão pluvial**
- Construção de estrada**

- Erosão fluvial**
- Atividades agrícolas**
- Construção de moradias**

 Vandalismo**Outros fatores naturais:****Outros fatores antrópicos:****Possibilidades de destruição:****Medidas para preservação:****Relevância do sítio** **Alta** **Média** **Baixa**

Atividades desenvolvidas no local

Registro
 Coleta de superfície

Sondagem ou Corte estratigráfico
 Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Eurico Th. Miller

Data do registro: 30/12/1899

Ano do registro: 2000

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 2 de 3

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

*

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA RR00070 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: LT 230 kV subestação Boa Vista - Vila Pacaraima/RR

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado: 0	Foto preto e branco: 0
Croqui: 0	Reprografia de imagem: 0
Planta baixa do sítio: 0	Imagem de satélite: 0
Planta baixa dos locais afetados: 0	Cópia total de arte rupestre: 0
Planta baixa de estruturas: 0	Cópia parcial de arte rupestre: 0
Perfil estratigráfico: 0	Ilustração do material: 0
Perfil topográfico: 0	Caderneta de campo: 0
Foto aérea: 0	Video / Filme: 0
Foto colorida: 0	Outra: 0

Bibliografia

Comunicação do Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (1999) e publicações: (1a, 1985) RIBEIRO, P.A.M., GUAPINDAIA, V.L.C., MACHADO, V.L. (CEPA, v.14, n.17, 1987);

(2a, 1985) RIBEIRO, P.A.M. et al. (CEPA, v.13, n.16, 1986); e (3a, 1987) RIBEIRO, P.A.M., RIBEIRO, C.T., PINTO, F.C.B. (CEPA, v.16, n.19, 1989);

Responsável pelo preenchimento da ficha: Daniele Luso; Maria Lucia Pardi

Data: 31/10/2007

Localização dos dados:

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO IPHAN
CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

ATA 10ª SESSÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ARQUITETURA E URBANISMO

Às 14h do dia 10 de setembro de 2014, na sede do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrito no CNPJ sob o nº 26.474.056/0001-71, localizado no Setor de Edificações Públicas Sul – SEPS, Quadra 713/913, Bloco “D”, Ed. IPHAN, Brasília – DF, foi realizada a 10ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, em que estiveram presentes os Conselheiros, Carlos Eduardo Comas, Cléo Alves Pinto de Oliveira, Eugênio Ávila Lins, Maria da Conceição Alves de Guimaraens, Nestor Goulart Reis Filho, e Synésio Escofano Fernandes, além do Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, Andrey Rosenthal Schlee, que a presidiu, da Coordenadora Geral de Identificação e Reconhecimento do DEPAM, Anna Eliza Finger, da Coordenadora do DEPAM, Carolina Di Lello Jordão, das técnicas do DEPAM, Juliana de Souza Silva e Celma do Carmo de Souza Pinto, e da Superintendente Estadual do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Janine Nizzolla. A sessão foi aberta pelo Sr. Andrey Schlee, que agradeceu a presença e passou aos itens de pauta. ITEM 1. Informes Gerais. O Diretor do DEPAM apresentou a situação geral da proteção de fortificações no Brasil, incluindo seus acervos, entrando a seguir no próximo item da pauta. ITEM 2. Averbação dos acervos de bens móveis e integrados, incluindo material de artilharia, no tombamento das fortificações em todo o Brasil (Nota Técnica 03/2014/CGID). O Diretor do DEPAM destacou a decisão constante na Ata da 27ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (2000) acerca da extensão da proteção das fortificações aos seus acervos, conforme Nota Técnica 03/2014/CGID, anexa a essa Ata. Em relação às 61 das fortificações tombadas e 10 acervos de bens móveis, apresentou um panorama sobre os

bens já protegidos, entrando a seguir no próximo item da pauta. ITEM 3. Análise de Processos de Tombamento e Rerratificação de Tombamentos. Na sequência da apresentação, o Diretor do Depam passou à apresentação das novas propostas de tombamento e rerratificações de três tombamentos de fortificações. ITEM 3.1. Processo de Tombamento nº 1613-T-10 (01458.003599/2010-16): Conjunto das Fortificações Brasileiras: proposta de tombamento do Forte da Vila de Óbidos, incluindo 13 (treze) canhões; Forte da Serra da Escama, incluindo (04) quatro canhões, e Quartel General de Gurjão, em Óbidos/PA; das Ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário, em Rosário/MA; dos Vestígios do Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim/RR, incluindo 06 (seis) canhões coloniais, situados em Boa Vista/RR; do Forte Junqueira e Muros da Base Fluvial de Ladário, incluindo 15 (quinze) peças de artilharia a carregar pela boca, em Corumbá e Ladário/MS. ITEM 3.2. Processo de Tombamento nº 155-T-38 (01458.000297/2011-69): Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, em Florianópolis /SC: proposta de rerratificação, com a delimitação de sua poligonal de tombamento e entorno, inclusão do acervo de artilharia e alteração no nome do bem; ITEM 3.3. Processo de Tombamento nº 943-T-50 (01510.000482/2009-57): Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis/SC: proposta de rerratificação, com a revisão de sua poligonal de tombamento, incluindo o Forte Marechal Moura, o Farol de Naufragados e a paisagem envoltória, além do acervo de artilharia; e ITEM 3.4. Processo de Tombamento nº 423-T-50 (01458.002957/2010-65): Fortaleza de São José de Macapá/AP: proposta de rerratificação, com a delimitação de sua poligonal de tombamento, inclusão do acervo de artilharia e inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Durante a apresentação, o conselheiro Synésio Fernandes, relator do Processo de Tombamento nº 1613-T-10: Conjunto das Fortificações Brasileiras (ITEM 3.1), colocou diversas observações acerca das fortificações propostas para tombamento. Acerca dos Fortes de Óbidos, o Conselheiro destacou a importância das várias fortificações ali construídas para impedir o acesso ao Rio Amazonas, levando ao desenvolvimento da cidade em seu entorno. Destacou a mudança no sistema de artilharia, que levou à alteração na lógica de implantação das próprias fortificações, e levou à construção do Forte da Serra da Escama e o Quartel General Gurjão, associado a ele. Acerca do Forte Vera Cruz,

ressaltou sua importância como o único exemplar brasileiro de um “forte de transição” entre um forte medieval e um forte de artilharia. Entretanto, destacou também a importância do forte na participação em fatos históricos, muitas vezes esquecida. Quanto ao Forte São Joaquim, destacou seu caráter emblemático no contexto amazônico, sendo o último forte construído no período, caracterizando a passagem de uma “defesa fixa” para defesas móveis, a partir de batalhões que se deslocam no território, e seu caráter subjetivo, enquanto elemento simbólico da defesa contra uma possível “internacionalização” da Amazônia e a constituição de um imaginário sobre o bem, entendido pela população como um elemento de defesa de toda a região, e expresso, por exemplo, na literatura e músicas. Finalmente, sobre o Forte Junqueira e a Base de Ladário, ressaltou sua inserção no contexto da Guerra do Paraguai, e as ações de defesa do interior do Brasil, levando contingentes militares e tecnologias como o telégrafo com o objetivo de “integrar” essa região ao restante do Brasil, e o Forte Junqueira seria o único remanescente de uma série de fortificações construídas nesse contexto. Destacou, entretanto, a preocupação do Exército com a poligonal de tombamento, que atravessaria áreas militares, e apresentou uma nova proposta de delimitação, já articulada com o Exército, que deixaria de fora algumas áreas de uso militar, o que foi acatado por todos. Já a Base de Ladário, seria um “Arsenal de Marinha”, ou seja, um local de serviços para a área naval, mais tarde transformado em um dos dois únicos distritos navais do Brasil (o outro seria Manaus), encarregado do comando e regulação de toda a atividade naval do Mato Grosso. O cercamento pela muralha com peças de artilharia voltadas para o Rio Paraguai teria como objetivo a proteção do desembarque pelo rio, sendo a única estrutura de defesa do conjunto, mas que hoje teria função quase ornamental. Destacou a questão da poligonal de entorno e o conflito com projetos já em desenvolvimento pela Marinha, que pressuporiam alterações na área, possivelmente inviabilizadas pelo tombamento. A partir de entendimentos com a Marinha, apresentou a proposta de tomar apenas as muralhas por sua importância histórica, propositalmente sem a definição de área de entorno, nem o estabelecimento de áreas *non aedificandi*, com o qual todos concordaram. Sobre o acervo de artilharia, propôs sua inclusão condicionada à realização de um inventário para verificar exatamente suas condições. Em seguida, a conselheira Maria da

Conceição Alves de Guimaraens, relatora dos Processos de Rerratificação nº 155-T-38: Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos (ITEM 3.2), em Florianópolis /SC; 943-T-50: Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis/SC (ITEM 3.3); e 423-T-50: Fortaleza de São José de Macapá/AP (ITEM 3.4), apresentou os principais pontos propostos para alteração nos atuais tombamentos das três fortificações. Quanto ao forte de Santo Antônio, em Ratonos, Florianópolis/SC, a conselheira apresentou as propostas trazidas na instrução técnica do processo, destacando: a alteração no nome do bem (apenas no Livro do Tombo Histórico), a alteração na poligonal de tombamento, a inclusão do acervo de artilharia, acrescentando ainda a proposta de inclusão do bem no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pelos valores paisagísticos associados ao bem, com o qual todos concordaram. Sobre o Forte de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, também após destacar as propostas trazidas na instrução técnica do processo, destacando a modificação na poligonal, com a exclusão do trecho da praia da Ponta do Papagaio, a explicitação na denominação do bem da inclusão do Farol de Naufragados e do Forte Marechal Moura, e a inclusão do acervo de artilharia. A conselheira questionou a exclusão do trecho de praia da Ponta do Papagaio, com o que todos concordaram, destacando o risco de excluir áreas do tombamento. Sugeriu, portanto, a revisão da poligonal de tombamento proposta, para incluir o istmo em frente à Ilha do Papagaio Grande. Finalmente, sobre a Fortaleza de São José, em Macapá/AP, também após apresentar as propostas trazidas na instrução técnica, destaca a extensão do tombamento com a delimitação de uma poligonal, inclusão do acervo de artilharia, alteração da inscrição no Livro do Tombo Histórico, e inscrição do bem também no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A partir das discussões, foi sugerida a exclusão de dois trechos da poligonal de tombamento proposta, notadamente entre os pontos T3 e T6, e da quadra ocupada pelo Banco do Brasil, que passam a fazer parte da área de entorno. Acerca dos acervos de artilharia, para todos os casos propostos, foi sugerida a aprovação de sua inclusão, recomendando a conferência dos inventários e arrolamentos constantes das instruções técnicas, antes do encaminhamento para homologação. O Diretor do DEPAM passou então ao próximo ponto da pauta: ITEM 4. Processo de Tombamento nº 1351-T-95 (01458.001195/2011-

61): Ruínas do Forte do Buraco, em Olinda/PE. Foi apresentada a poligonal de tombamento delimitada, conforme deliberação do Conselho Consultivo, constante da Ata de sua 22ª Reunião, em 08/06/2000, considerando-se, portanto, atendida a solicitação. Finalmente, o Diretor do DEPAM passou ao último item da pauta, relativo ao arquivamento de um processo de tombamento. ITEM 5. Arquivamento de processo de Tombamento. Processo 1384-T-97 (01450.001272/2007-76): Conjunto Paisagístico da Ilha de Trindade, em Vitória/ES: o Diretor informou da instrução e notificação do tombamento, estando o bem sob tombamento provisório, mas em função da impugnação ao tombamento encaminhada pela Marinha do Brasil, de a ilha já ser considerada área de preservação ambiental, e das dificuldades de acesso ao bem – que por um lado impedem o IPHAN de exercer sua atividade de fiscalização, mas por outro garantem sua preservação –, a área técnica do IPHAN optou pelo arquivamento do processo. Entretanto, por solicitação da Presidente do IPHAN, Jurema Machado, decidiu-se consultar a Câmara Técnica sobre a pertinência de sua apreciação pelo Conselho Consultivo, antes do arquivamento. Após a discussão, os conselheiros manifestaram concordância com o arquivamento do processo.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou esta sessão, cujas decisões foram lavradas na presente ata. Lido este instrumento, assinam, em Brasília, em 10 de setembro de 2014,

Andrey Schlee
Diretor do DEPAM

Nestor Goulart Reis Filho Conselheiro

Carlos Eduardo Comas
Conselheiro

Cléo Alves Pinto de Oliveria Conselheira

Eugênio Ávila Lins
Conselheiro

Maria da Conceição Alves de Guimaraens
Conselheira

Synésio Escofano Fernandes Conselheiro

Relato das discussões realizadas durante a 10ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo

A partir da proposta apresentada na Nota Técnica 03/2014/CGID, a conselheira Cléo Alves Pinto de Oliveira levantou a possibilidade de não aprovar a rerratificação das fortificações propostas nesse momento, para que atendam às orientações da Nota.

Acerca da rerratificação do tombamento das fortificações, o Conselheiro Eugênio Lins propôs que os processos fossem analisados dentro de um contexto de “sistema defensivo” (a exemplo do sistema de fortificações de Salvador ou Santa Catarina), entendendo a lógica de implantação e a relação entre eles.

O conselheiro Synésio Fernandes relatou um estudo que vem sendo desenvolvido em parceria entre vários órgãos e contando com a participação de diversos profissionais, que já identificou centenas de fortificações, e levantou a questão das dificuldades apresentadas à proteção desses bens e à garantia efetiva de sua preservação. Acerca dos bens móveis, destacou a variedade de bens presentes nas edificações, que nem sempre constituem a guarnição original das fortificações em que estão localizados, estando fora dos seus contextos, reforçando a ideia de que não se deveria estender a proteção dos fortes a esses bens sem um estudo prévio. Ressaltou ainda o extenso material iconográfico existente sobre as fortificações e acervo de artilharia, e como considerar esse material para constituir um conhecimento acerca do(s) sistema(s) de fortificações no Brasil.

O Diretor do DEPAM levantou a questão do compartilhamento de responsabilidades com Estados e Município, além de outros órgãos, como Exército e Marinha, que também atuam na preservação desse acervo.

Acerca das áreas de entorno das fortificações (e outros bens), o conselheiro Eugênio Lins destacou a importância da delimitação dessas áreas para conter processos de verticalização e especulação imobiliária que hoje se observa em todas as cidades. Concordando, o Diretor do DEPAM ressaltou a péssima qualidade da arquitetura desses edifícios.

Ao apresentar a proposta de tombamento do Forte de Vera Cruz (ou do Calvário), em Rosário/MA, o Diretor do DEPAM destacou a preocupação com a gestão e conservação do bem, uma vez que se encontra em local isolado, em condições precárias de conservação, que demandará do IPHAN investimentos constantes na consolidação das

estruturas. Complementando, o conselheiro Eugênio Lins destacou a preocupação com o “tombamento de ruínas”, principalmente em locais isolados e que não permitem a instalação de usos, sugerindo o compartilhamento da responsabilidade pela preservação com órgãos locais. O conselheiro Nestor Goulart Reis ressaltou a época de fundação do forte, apenas 5 anos após a fundação de São Luís, mas que ao observar as imagens percebe-se estruturas dos séculos XVIII e XIX. Sugere, portanto, pesquisas mais aprofundadas para identificar as estruturas originais do forte, que podem auxiliar na compreensão do início da colonização do Brasil, de forma a entender melhor o que está sendo protegido. Considera, portanto, fundamental sua proteção por tombamento – e não apenas seu cadastro como sítio arqueológico – e justificados os investimentos públicos necessários em sua preservação, uma vez que se trata de documentos fundamentais para a compreensão do início da ocupação portuguesa no Brasil. O conselheiro Synésio Fernandes propôs incluir as recomendações para pesquisa imediata do bem no próprio Parecer de tombamento.

Sobre o Forte São Joaquim, o conselheiro Eugênio Lins destacou a diferença entre ele e o Forte Vera Cruz, uma vez que aquele traz a perspectiva de conhecimento para a compreensão da ocupação do território, e tem ainda estruturas perceptíveis, enquanto esse teria um caráter mais restrito do ponto de vista de sua importância histórica, além dos vestígios serem menos perceptíveis, e considerou se não caberia apenas seu cadastro como sítio arqueológico. O conselheiro Synésio Fernandes destacou a questão simbólica ligada ao forte enquanto referência para a defesa da Amazônia cabendo possivelmente a construção de um marco simbólico nesse sentido. O Diretor do DEPAM propôs o cadastro como sítio arqueológico, sugerindo que a área delimitada fosse constituída no próprio marco simbólico. Nesse sentido, o conselheiro Eugênio Lins sugeriu ainda seu registro como “Lugar”, enquanto lugar de memória associado ao simbolismo da defesa da Amazônia. O conselheiro Nestor Goulart Reis destacou ainda a importância que a localização do bem tinha para o “fechamento” da Amazônia, e a importância dos fortes, incluindo esse, que definiu o atual desenho dos limites do Brasil, sendo, assim, um importante testemunho histórico da definição das fronteiras do país. Acerca dos canhões, os conselheiros consideraram não haver condições imediatas de restituição ao forte, mas o conselheiro Carlos Eduardo Comas sugeriu que na eventualidade de construção de um marco referencial no local, desde que garantidas as condições de conservação, os canhões poderiam ser restituídos ao forte. O conselheiro Nestor Goulart Reis questionou se não existem medidas de conservação possíveis para

garantir a preservação desse acervo, mas o conselheiro Eugênio Lins apontou as dificuldades e custos desse procedimento, incluindo especificidades técnicas, sugerindo a elaboração de um manual de conservação de acervos de artilharia. O conselheiro Nestor Goulart lembrou os núcleos de pesquisa existentes nas universidades, cada vez mais distantes da prática e das necessidades contemporâneas, sugerindo uma aproximação entre as áreas em temas relacionados à preservação do patrimônio cultural, tais como a conservação de acervos de artilharia, propondo ao IPHAN que se aproxime de núcleos de pesquisa para propor que estudem casos como esses e auxiliem na construção de soluções. Chamou ainda a atenção para a responsabilidade dos arquitetos na preservação das cidades, e a relação entre a preservação e o mercado, além de diversos outros temas, que não são apropriados pela área acadêmica, enquanto os programas de pesquisa têm recursos que estão sendo destinados a outros temas, e poderiam ser aplicados na busca de soluções voltados à preservação do patrimônio cultural.

Acerca da proposta de rerratificação do Forte de Santo Antônio, em Ratonés, Florianópolis/SC, a conselheira Cléo Alves Pinto de Oliveira levantou a questão da divergência técnica entre o reconhecimento ou não dos valores paisagísticos associados ao bem, com a não indicação de não inscrição do bem no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A conselheira-relatora, Maria da Conceição Alves de Guimaraens, destacou que o pedido original de rerratificação partiu dessa premissa, e que considera importante a inclusão. A Superintendente do IPHAN em Santa Catarina destacou a presença fundamental da vegetação, e a inserção do bem na paisagem (sistema de triangulação de três fortificações), considerando fundamental o reconhecimento do valor paisagístico do bem.

Acerca da inclusão dos acervos de artilharia, observou-se a necessidade de conferir os inventários e arrolamentos presentes nos processos de tombamento, antes de se encaminhar os processos para homologação.

Sobre o arquivamento do processo de tombamento da Ilha da Trindade, foi ressaltada a diferença entre esse tombamento e o de Fernando de Noronha, também em instrução pelo IPHAN. No caso da Ilha da Trindade, o isolamento da área prejudica qualquer possibilidade de fruição do bem, uma vez que impede sua visitação e mesmo a atividade de fiscalização por parte do IPHAN. Além disso, os valores paisagísticos atribuídos ao conjunto são vinculados a questões ambientais e ecológicas. Já no caso de Fernando de Noronha, além de contar com uma intensa visitação – e por consequência, fruição – os aspectos paisagísticos que embasam a proposta de tombamento são

vinculados principalmente aos aspectos estéticos associados à paisagem, que decorrem, naturalmente, de aspectos ambientais e ecológicos. Além disso, o arquipélago conta com uma série de bens associados à defesa do território que são de fundamental importância para o Brasil. Dessa forma, ficou esclarecido trataram-se de fundamentações distintas que levaram às decisões também distintas: de arquivamento de um dos processos (da Ilha da Trindade), e de conclusão da instrução técnica do outro com vistas à sua apreciação pelo Conselho Consultivo, visando seu tombamento (Fernando de Noronha).



Ministério da Cultura
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 ATA DA 76ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO
 CULTURAL – BRASÍLIA - 11 DE SETEMBRO DE 2014

Aos onze dias do mês de setembro de 2014, das 9 horas às 18 horas, na sala de reuniões do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se para a 76ª Reunião, o CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, sob a presidência da senhora JUREMA MACHADO, Presidenta do IPHAN, para deliberação da seguinte Ordem-do Dia: na parte da MANHÃ – 1. INFORMES. 1.1. Informes da Presidência; 1.2- Aprovação da Ata da 75ª Reunião do Conselho Consultivo. 1.3. Informes DEPAM – Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. 2. Proposta de Registro do bem cultural de Natureza Imaterial, denominado “Carimbó”, no Estado do Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil. Processo: 01450.009510/2008-72. Relatora: Conselheira Lúcia Hussak Van Velthem. 3. Propostas de Tombamento: 3.1. Proc. nº 1548-T-2007- Bens da Imigração – Igreja São Judas Tadeu, em Vargem/SC. Processo: 01450.015271/2007-17. 3.2. TARDE. Proc. nº 1613-T-2010 – Conjunto das Fortificações Brasileiras: em Óbidos/PA: Forte da Vila de Óbidos; Forte da Serra da Escama e Quartel General de Gurjão. Em Rosário/MA: Ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário. Em Ladário/MS: Base Fluvial de Ladário. Em Corumbá/MS: Forte Junqueira; e em Roraima: Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim/RR. Processo: 01458.003599/2010-16. 3.2. 4. Propostas de Rerratificação. 4.1. Proc. nº 423-T-50 – Fortaleza de São José, em Macapá/AP. Processo: 01458.002957/2010-65. 4.2. Proc. nº 155-T-38 – Fortaleza de Santo Antônio, em Ratoles, Florianópolis/SC. Processo: 01458.000297/2011-69. 4.3. Proc. nº 943-T-76 – Fortaleza de Nossa Senhora de Araçatuba, Florianópolis/SC. Processo: 01510.000482/2009-57. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: ÂNGELA GUTIEREZ, ARNO WEHLING, BRENO BELLO DE ALMEIDA, LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM; LUIZ PHELPE DE CASTRO ANDRÉS, MARIA CECÍLIA LONDRES FONSECA, NESTOR GOULART REIS, SYNÉZIO SCOFANO FERNANDES e ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES, representantes da sociedade civil; FABIANA OLIVEIRA, representante suplente do Ministério do

Turismo; ÂNGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS, representante do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM; CARLA MARIA CASARA, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA; CARLOS EDUARDO DIAS COMAS, representante do Ministério da Educação; CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA, representante do Ministério das Cidades; CRISTIANA NUNES GALVÃO BARRETO, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB; EUGÊNIO ÁVILA LINS, representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS; MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE GUIMARAENS, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB; ROQUE DE BARROS LARAIA, representante da Associação Brasileira de Antropologia-ABA. JUSTIFICARAM AUSÊNCIA os conselheiros ÍTALO CAMPO FIORITO, MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA e MARCOS CASTRIOTO AZAMBUJA, representantes da sociedade civil. Sem justificativa: LUIZ VIANA QUEIROZ, representante da sociedade civil. CONVIDADOS: Mónica Regina Marques Padilha, Superintendente do IPHAN no Estado de Roraima; Liliane Janine Nizola, Superintendente do IPHAN no Estado de Santa Catarina e Norma Daris Ribeiro, Superintendente do IPHAN no Estado do Mato Grosso do Sul. Representantes de Associações ligadas ao Carimbó, no Estado do Pará: Manoel Aguinaldo Farias Pinto e Mário Martins Canuto – Associação Cultural Japiim, Marapanin; Zuleide Pereira Alves – Associação Cultura Raízes da Terra, Marapanin; Solange Conceição Monteiro – Irmandade do Carimbó de S. Benedito, Santarém Novo; Maria Amélia Ribeiro – Grupo Cruzeirinho/Soure, Região do Marajó; Nivaldo Borges Coelho – Grupo Pindorama/Ananindeua, Belém. Abertura: A Presidenta JUREMA MACHADO agradeceu a presença de todos e abriu a 76ª sessão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, com as seguintes palavras: “Esta deve ser a penúltima reunião do ano, estando prevista mais uma. Quero começar os informes tratando, exatamente dessa reunião, visando à colaboração de todos tendo em vista que nós elencamos alguns processos de Tombamento e Registro, essenciais para concluir exitosamente a agenda de 2014. Para a próxima reunião teremos uma pauta bastante densa e para cumpri-la, propomos não realizar reuniões das Câmaras Setoriais e fazer a Sessão do Conselho em dois dias. É uma pauta grande, envolvendo Patrimônio Imaterial e Patrimônio Material, parte relacionada a tombamentos de coleções de bens móveis, essenciais do ponto de vista de segurança dessas coleções. A proposta é o primeiro dia dedicado ao Patrimônio Imaterial e o seguinte para as coleções, assim como para a conclusão do Tombamento da obra do Oscar Niemeyer, um processo que foi iniciado, mas, como é bastante extenso,

com bens distribuídos por todo o país, não foi concluído. Do ponto de vista dos bens de coleções, é fundamental, ainda este ano, deliberar sobre o tombamento da Coleção Geyer, doada ao IPHAN. O Conselheiro Ângelo pode nos dar mais detalhes sobre este tema. Essa coleção já é de propriedade pública, mas o tombamento será mais um elemento para sua proteção, essencial para que a coleção, na sua integridade, possa ir para o Museu Imperial. Ela está destinada ao Museu, mas acredito que como é muito extensa talvez deva ocupar um edifício a parte”. A pedido da Presidenta, o Conselheiro Ângelo Oswaldo prestou a seguinte informação: “O casal Paulo e Maria Cecília Geyer promoveu a doação ao Patrimônio Cultural Brasileiro de sua coleção de obras de arte e da Casa Geyer, situada no Bairro Cosme Velho no Rio de Janeiro. A casa se presta muito bem para abrigar um Museu e tem inclusive um parque à sua volta. Nós criaremos um Museu Casa Geyer, que será mais uma unidade do IBRAM, uma vez que recebemos não só o imóvel como a coleção, que já está museograficamente muito bem instalada no interior da casa. Acabamos de proceder à conferência do inventário, fazendo a comparação entre os bens doados e aqueles encontrados no interior da casa e não foram localizados cerca de 150 dos 4.500 itens. Em razão da não localização desses bens, há um processo aberto na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde procuramos dirimir este conflito da melhor forma por meio da Procuradora Federal ligada ao IBRAM, o Diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira, age com serenidade e firmeza no caso e eu o tenho acompanhado pessoalmente, com a certeza de que conseguiremos abrir o Museu Casa Geyer no ano dos 450 anos da Fundação da cidade do Rio de Janeiro. Será um presente para o Rio de Janeiro, uma vez que a Coleção Geyer constitui-se, na sua parte mais interessante, de imagens pintadas, gravadas ou desenhadas do Rio de Janeiro do Século XIX. Nesse sentido, Presidenta, o tombamento é fundamental porque ele é uma garantia de proteção tendo em vista esta polêmica entre os familiares que, a rigor, não são os herdeiros, uma vez que o herdeiro é o Patrimônio Nacional em razão da doação feita com toda clareza e toda transparência e sem nenhum questionamento, ainda em vida, do casal. O Tombamento será muito importante para nos garantir a continuidade do processo, defendendo não só um Patrimônio Cultural, mas o próprio Patrimônio da União, uma vez que se trata de bem pertencente, hoje, à União Federal”. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro e antes de prosseguir, apresentou o novo Procurador-Geral, Chefe da Procuradoria Federal para o IPHAN, Doutor Ronaldo Gallo, substituto do Doutor Geraldo de Azevedo Maia Neto que se afastou para um período de formação fora do Brasil. Disse, ainda, que o Doutor Ronaldo vem com muitas recomendações, muita expectativa para

atender à Procuradoria-Geral do IPHAN e que acompanhará as reuniões do Conselho. Em seguida prosseguiu nos informes: “Temos também a previsão de dois tombamentos da obra do Aleijadinho, também de bens móveis. Além da importância da proteção dos bens, o Tombamento também será importante no contexto da judicialização da propriedade desses bens, especialmente neste ano em que se comemoram os 200 anos da morte do Aleijadinho”. Relatou que surgiu recentemente uma série de atribuições de obras à autoria de Aleijadinho, inclusive, parte delas integraram uma grande exposição que circulou pelo País, e que isso vem suscitando polêmica, diante da inadequação já demonstrada dessas atribuições. Diante desse episódio e da necessidade de que o IPHAN retome os estudos sobre a obra de Aleijadinho, estudos estes que liderou durante muitos anos, IBRAM e IPHAN publicaram Portaria conjunta, criando uma pequena, mas muito qualificada Comissão, que trabalhará na proposição de metodologias de reconhecimento e na consolidação da base histórica das informações sobre a obra. Uma das primeiras sugestões da Comissão foi trazer, para o Conselho, o tombamento da Coleção de Bustos Relicários do Aleijadinho e do conjunto da Samaritana em Ouro Preto. O Conselheiro Ângelo Oswaldo complementou as informações da Presidenta, informando o seguinte: “Esta é uma questão que o IPHAN colocou em pauta desde a sua criação. Rodrigo Melo de Andrade havia priorizado este tema. Tivemos grandes especialistas na casa que se debruçaram sobre a obra do Aleijadinho e, hoje, corremos o risco de perder este conhecimento, de não ter mais como consolidar, armazenar, reunir, convocar, suscitar novas manifestações do ponto de vista estético, historiográfico, crítico e científico sobre a obra do Aleijadinho. É, portanto, nesse sentido, que esta Comissão é muito importante. Nós temos também duas obras, que são fundamentais no contexto das realizações de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como escultor e é fundamental que elas sejam tombadas. Primeiro, porque toda obra do Aleijadinho, como tal identificada, tem sido objeto de tombamento pelo IPHAN. Depois, porque nós temos um conjunto de quatro Bustos Relicários e apenas três estavam no Museu Aleijadinho em Ouro Preto, ou seja, no interior da Matriz da Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Um quarto busto foi identificado em São Paulo e reconhecido como tal, integrante desta Coleção de quatro. A Polícia Federal, com o apoio do Ministério Público, resgatou este Busto que está, hoje, em Ouro Preto. Há um processo sobre isto correndo na Justiça e o tombamento será decisivo para que esta peça possa permanecer junto às outras três e no Museu Aleijadinho, na Matriz de Antônio Dias, onde o artista foi sepultado no dia 18 de novembro de 1814, daí, estarmos comemorando o bicentenário. A outra imagem é uma escultura em pedra,

de um tipo diferenciado de pedra sabão, mais rígida. É o busto de Samaritana, que estava em Ouro Preto na Casa das Lajes. Deveria ter pertencido a uma casa na Rua Direita porque há ali uma peanha onde está escrito “Água de Samaritana”. Ela também foi localizada em uma coleção particular e o Ministério Público entendeu que ela deveria voltar para Ouro Preto. Hoje, está lá sob a guarda do Museu da Inconfidência na expectativa da definição desta contenda jurídica, mas, com a firme disposição do Ministério Público de obter a decisão final de que ela deva permanecer em Ouro Preto ou no Museu da Inconfidência ou neste local de origem, na sua peanha Água de Samaritana. Para isto, é importantíssimo e indispensável, o tombamento federal, que será o reconhecimento da peça e a garantia de que ela possa ser reconduzida ao seu local de origem”. Reafirmando que toda essa agenda tem que ser cumprida até o final do ano, a Presidenta apresentou ao Conselho a síntese da pauta: duas obras de Aleijadinho; a Coleção do Museu de Arte e Ofícios-MAO, de Belo Horizonte; a Coleção Geyer; o conjunto da obra do Niemeyer e, do lado do Patrimônio Imaterial, Tava Mirim de São Miguel Arcanjo, nas Missões; três dossiês que foram preparados com o apoio do Governo de Pernambuco: Maracatu Nação, Maracatu Rural e o Cavalo-marinho; e ainda, o Teatro Popular de Bonecos e as Cuias de Santarém. Por fim, conclamou os Conselheiros para apoiar nas relatorias, visando o sucesso da reunião. Antes de passar para o próximo informe, apresentou ao Conselho, o arquiteto Juan Luis Isaza, Diretor de Patrimônio da Colômbia. Registrou que a Colômbia é um país com o qual o IPHAN tem excepcional cooperação técnica. O Senhor Juan Luis veio acompanhar o final da missão de técnicos colombianos que acabavam de concluir duas semanas de trabalho intenso no IPHAN. A Presidenta passou a palavra ao Senhor Juan Luis que assim se expressou: “Bom dia! Em primeiro lugar, eu quero agradecer as generosas palavras da Presidenta do IPHAN, a Senhora Jurema Machado. Quero também lhes transmitir cordiais saudações em nome da Senhora Ministra da Cultura da Colômbia, Mariana Garcés Córdoba, que está muito feliz com toda esta experiência de intercâmbio a que chegamos no dia de hoje e que chegaremos também pelos próximos dias, tanto aqui no Brasil como na Colômbia. De verdade, é um gosto, um prazer enorme poder assistir hoje a esta sessão, importantíssima. Nós temos também um corpo assessor colegiado, muito similar a esta Câmara, que é nosso Conselho de Patrimônio Cultural. Também nossos colegas do Brasil, terão a oportunidade de assistir à próxima sessão, que se realizará em Bogotá na próxima sexta-feira. É, de verdade, com muita gratidão e com muito prazer, é muito emocionante poder assistir na condição de observador uma sessão como esta. Muito obrigado!”. Em seguida,

a Presidenta registrou a presença, como convidados, de um grupo de praticantes do Carimbó que vieram acompanhar a análise e a deliberação do Conselho sobre o Registro dessa expressão cultural. Retomou os informes, mas antes avisou que prosseguiria correndo o risco de ter que interromper em algum momento porque a reunião estava sendo transmitida ao vivo em videoconferência para Belém, onde a Ministra Marta Suplicy iria se juntar ao grupo que a estava assistindo, e como não se sabia em que momento exato ela chegaria, poderia ser necessário algum ajuste para conciliar com a agenda dela. Passou então a informar sobre a Marina da Glória, relatando os desdobramentos ocorridos após última reunião de Câmara e Conselho: “Conforme foi deliberado neste Conselho, caberia à Câmara produzir um conjunto de diretrizes, para que a concessionária e o município do Rio de Janeiro desenvolvessem o projeto. Após reunião no Rio, onde foram consolidadas as diretrizes, contando com os membros da Câmara Técnica, do DEPAM e da Superintendência do Rio de Janeiro, a empresa recebeu as diretrizes e trabalhou no desenvolvimento de um projeto, agora concluído e submetido ao Instituto de Rio Patrimônio da Humanidade e ao Conselho Municipal, que o aprovou e encaminhou para análise do IPHAN. A solução proposta preserva a construção original do arquiteto Amaro Machado e acrescenta outras áreas, mas tendo como foco essencialmente o esporte náutico. A Superintendência do Rio de Janeiro solicita mais uma reunião com a Câmara Técnica, para que se possa proceder a uma análise, em conjunto. Em breve, convidaremos a Câmara de Arquitetura para que nos apoie na análise do projeto. O Conselheiro Ítalo Campofiorito não pôde comparecer hoje à nossa reunião, apesar de estar agendado, porque ele também é conselheiro de Patrimônio do Município do Rio de Janeiro e necessitou permanecer lá em razão de outro processo em que ele é peça fundamental, assim como neste da Marina. O Conselheiro telefonou para o Andrey Schlee, Diretor do DEPAM, para informar que participou da análise do Projeto da Marina no âmbito Municipal e que tinha ficado muito satisfeito com a solução que foi dada, defendendo e votando favoravelmente por entender que estamos muito próximos de uma solução. Digo isto para mantê-los informados, mas também para tranquilizar os Conselheiros, de forma a evitar que os senhores sejam abordados com informações desencontradas. Em síntese, a Câmara terá o tempo necessário para análise, lembrando apenas que devemos concluí-la até outubro. A Marina foi recentemente utilizada em um evento-teste das Olimpíadas e será usada nos Jogos Olímpicos, o que certamente imporá que este projeto tenha uma implantação parcelada, com parte das intervenções feitas antes, e outras depois, em função da intensidade do uso ali durante os jogos”. Terminados os Informes, a Presidenta

registrou a feliz coincidência de estar ocorrendo, nesses dias, a terceira doação feita pelo Instituto Flávio Gutierrez, de um acervo para o IPHAN. “Trata-se da Coleção de Sant’Anas, organizada pela Ângela Gutierrez, nossa Conselheira e Presidente do Instituto. É uma coleção composta por 291 Sant’Anas que estão sendo, formalmente, doadas ao IPHAN e que comporão o Museu das Sant’Anas, que será inaugurado em Tiradentes na próxima semana. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional recebe do Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG), no próximo dia 19 de setembro, a Escritura Pública de Doação com Reserva de Usufruto ao ICFG – pelo decurso de trinta anos – de 291 imagens devocionais de Sant’Ana, produzidas entre os séculos XVII e XX. A assinatura dos Termos de Doação acontecerá na solenidade de inauguração do Museu de Sant’Ana, construído no antigo edifício da cadeia pública da cidade de Tiradentes, que abrigará todo o acervo. Considero muito importante fazer este Registro, aqui no Conselho, dada a excepcionalidade deste comportamento, ou seja, de um colecionador privado destinar à propriedade pública um conjunto de peças tão relevância lhes confere uma dimensão pública”, concluiu a Presidenta. A palavra foi dada à Conselheira Ângela Gutierrez que, por sua vez, expressou seu agradecimento: “Obrigada, Jurema, pelas palavras generosas. Como você falou fiz a doação das outras Coleções também, o que eu espero é que esta prática seja cada vez mais frequente no País, que as pessoas que colecionaram e passaram a vida resgatando Patrimônio, este Patrimônio brasileiro, que foi ao longo de anos e anos tão maltratado, tão descuidado. entendam a abrangência e a importância da doação e que o façam enquanto vivos e com documentação totalmente clara e transparente para que, depois, não se tenha tanto problema como em alguns casos que acontecem por aí como a gente sabe. Acho que doar não dói, ressaltou Ângela Gutierrez . Esta é a mensagem que eu tenho tentado passar. Obrigada, Presidenta, pelas palavras”. Em seguida, o Conselheiro Breno Bello de Almeida Neves, pediu que se prestasse homenagem ao gesto da Conselheira Ângela pela luta que ela teve durante muitos anos para que este Museu saísse. A Conselheira recebeu muitas palmas do Conselho pela decisão histórica. Antes de passar para a apresentação do parecer sobre o Registro do Carimbó, a Presidenta pediu para dar um último informe que não havia registrado, da Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino: “Nós tivemos esta semana a reunião da Comissão da Diversidade Linguística, que não é a mesma Câmara nossa que funciona, pois, ela envolve outros Ministérios e foram três línguas reconhecidas como Referência Cultural do Brasil conforme a normativa que rege o tema das Línguas, que não é, exatamente, a mesma do Registro, que

é o Mbya Guarani, o Talian lá do Rio Grande do Sul e o Açurini também língua indígena. É um trabalho que se consolida com muita força. Além do reconhecimento, o IPHAN financia os Inventários de diversidade linguística com Editais já publicados e em andamento pelo País”. Em seguida, a Presidenta passou ao segundo ponto da pauta, a aprovação da Ata da 75ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 11 de setembro de 2014. Por unanimidade a Ata foi aprovada. Após a aprovação, entrou-se no terceiro ponto da pauta, Proposta de Registro do bem cultural de Natureza Imaterial, denominado “Carimbó”, no Estado do Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil. Processo: 01450.009510/2008-72. Relatora: Conselheira Lúcia Hussak Van Velthem. Antes de passar à relatoria da nossa Conselheira, a Presidenta Jurema Machado anunciou a presença da Ministra Marta Suplicy junto à Superintendente Doroteia na Superintendência do IPHAN no Pará. Destacou que foi considerado fazer esta reunião no Pará tamanha a expectativa dos grupos de Carimbó de todo o Estado, mas, dadas as dificuldades de fazer este deslocamento e uma série de outros compromissos já com as reuniões das Câmaras Setoriais não foi possível realizar. Precedendo o relato foi apresentado vídeo sobre o Carimbó, com entrevistas com participantes e historiadores. A palavra, então foi dada à Relatora *“Proposta de Registro do Carimbó, no Estado do Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil, com inscrição no Livro das Formas de Expressão. Processo: 01450.009510/2008-72. Ao findar o primeiro semestre do presente ano recebi da Senhora Presidente do IPHAN, Jurema Machado, através da diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino, a tarefa de examinar e opinar a respeito do processo de registro do Carimbó, como relevante forma de expressão da cultura brasileira no Estado do Pará. A satisfação resultante dessa escolha e a honraria a mim atribuída associam-se a imensa responsabilidade de que se reveste a missão de preparar o parecer final e de submetê-lo à apreciação deste Conselho Consultivo. Entretanto, e por outro lado, sinto-me extremamente motivada a fazê-lo porque se trata de um assunto que está profundamente enraizado na alma do povo paraense e porque este mesmo povo acolheu, em 1973, a museóloga recém-formada que buscava outras vivências. Na ocasião encontrei amigos e um emprego no Museu Paraense Emílio Goeldi que me conduziu aos estudos de antropologia, a curadoria da Coleção Etnográfica e, anos depois à direção do Museu de Arte de Belém. Contudo, para uma filha de imigrantes europeus o aprendizado do “ser paraense” foi longo e cheio de percalços e, evidentemente, não concluído. Em 2013, este Conselho Consultivo acolheu o pedido de Registro das Festas do Glorioso São Sebastião que ocorrem na Ilha do Marajó, Estado*

do Pará. Anos antes, a festa máxima dos paraenses, o Círio de Nazaré foi inscrito no Livro das Celebrações. Agora é submetido o Carimbó, originário deste mesmo Estado. Esses processos revelam a riqueza e a diversidade das manifestações festivas de cunho religioso e lúdico do Pará, as quais não se limitam aos bens mencionados. Podem ainda ser identificados os festejos do Çairé de Santarém, o Boi de Máscaras de São Caetano de Odivelas, o Siriá de Cametá, os Cordões de Pássaros de Belém, a Marujada de Bragança. Outros bens patrimoniais que ocorrem neste Estado remetem aos sistemas gráficos, aos rituais, aos diversificados saberes de povos indígenas: Wayana, Assurini, Arawaeté, Tiriyó, Mêbengokre. Estes bens, como aqueles, aguardam, certamente, a oportunidade de serem reconhecidos e valorizados. Origem e Andamento do pedido. A documentação recebida está representada por grande número de documentos textuais, de listas de abaixo-assinados, de mapas, de matérias jornalísticas e de divulgação, de registros fotográficos, de materiais audiovisuais. Indexados conforme as normas favorecem as condições para a realização de futuras pesquisas, assim como disponibiliza ao IPHAN as referências necessárias ao monitoramento do bem registrado. Destaca-se que a vasta informação encontrada no dossiê constitui um excelente trabalho para a necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista cultural, artístico, histórico, étnico, antropológico e social. O processo de registro do Carimbó como Patrimônio Imaterial do Brasil teve início com o estabelecimento do diálogo entre a Irmandade de Carimbó de São Benedito e a Superintendência Regional do IPHAN Para/Amapá. Assim, em 2005, o seminário “Carimbó e identidade cultural popular na Amazônia”, realizado no quadro do Festival de Santarém Novo contou com a participação de uma representante do IPHAN para apresentar do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e as informações sobre os procedimentos de registro. No Festival de 2006, também ocorrido em Santarém Novo, o seminário “Carimbó como Patrimônio Cultural do Brasil” o IPHAN deu sequência a discussão iniciada no ano anterior. O resultado foi à criação da “Campanha pelo registro do Carimbó como Patrimônio Cultural Brasileiro”. Esta Campanha representa uma mobilização sem precedentes que congrega entidades e grupos culturais e procura sensibilizar a sociedade em geral para a importância do Registro para os mestres e grupos de Carimbó. A documentação referente aos propósitos e ações desta campanha é abundante no processo e engloba ainda as programações dos festivais de Carimbó de Santarém Novo. As cópias dos abaixo-assinados contêm 866 assinaturas revelando expressivo número de adesões à “Carta-Manifesto pelo Registro do Carimbó como

Patrimônio Cultural do Brasil” e à “Moção Pública e Manifesto”, esta última resultante da Primeira Conferência Estadual de Cultura do Pará, ocorrida em 2007 em Belém. O pedido formal de instauração de processo para o registro do Carimbó na categoria “Formas de Expressão” foi encaminhado ao então Presidente do IPHAN em 28 de dezembro de 2007. Esta missiva é assinada por representantes da Prefeitura de Santarém Novo, da Irmandade de Carimbó de São Benedito, da Associação Cultural Japiim, da Associação Cultural Raízes da Terra e da Associação Cultural Uirapurú. Este pedido é acompanhado de documentos textuais e audiovisuais que descrevem o bem cultural e aponta o histórico, os bens associados e as justificativas para o seu registro. Em março de 2008, a Superintendente Regional do IPHAN no Pará e Amapá, Maria Dorotéia de Lima encaminha ao Presidente do IPHAN o processo administrativo de solicitação de registro do Carimbó, informando que a documentação apresentada atende aos pré-requisitos estabelecidos pela legislação pertinente para os processos de registro. Neste mesmo ano, o IPHAN elaborou um Plano de Ação e destinou recursos para a abertura e instrução do processo de registro do Carimbó. Em 06 de maio de 2008, a Prefeitura Municipal de Santarém Novo, a Irmandade de Carimbó de São Benedito e as demais associações encaminham manifestação ao Ministro da Cultura solicitando seu apoio para a instauração de processo para o registro do “Carimbó – gênero musical tradicional do Estado do Pará” - como patrimônio cultural brasileiro. O Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/Carimbó) no Estado do Pará coordenado pela a Superintendência Regional do IPHAN no Pará e Amapá teve início em 2009. Este levantamento estendeu-se até 2010 e abarcou 32 municípios e 107 localidades que representam áreas de incidência histórica da manifestação cultural do Carimbó. Na Microrregião do Salgado Paraense o Levantamento Preliminar estendeu-se a onze municípios; na Microrregião Cameté e Entorno, a sete municípios e na Mesorregião Metropolitana de Belém, além da capital do Estado, outros dez municípios foram inventariados. Os levantamentos do INRC para a Mesorregião Marajó foram realizados entre 2004 e 2007 e constatou-se que há conjuntos de Carimbó em atividade em todos os dezesseis municípios da região. Em 2011 a segunda etapa deste Inventário concentrou-se em três municípios do Marajó. O documento protocolar administrativo de 11 de abril de 2008, assinado pela Diretora do DPI/IPHAN, encaminha o processo à Gerência de Registro. O exame desse material resultou na Nota Técnica n. 08/2009 de autoria de Luciana Luz cuja conclusão enfatiza que “o pedido de Registro do Carimbó se justifica pelo fato de ser necessário ampliar o conhecimento e o reconhecimento de

manifestações que atualmente não possuem registro outro que não o de seus mestres e produtores”. O mesmo processo foi objeto de análise pelos membros da Câmara do Patrimônio Imaterial em sua décima quarta reunião, realizada em 06 de agosto de 2009. Na ocasião, o pedido de registro do Carimbó foi considerado pertinente. Em 11 de Abril de 2012, a Indicação Parlamentar número 2783 de autoria do deputado Miriquinho Batista é encaminhada à Ministra da Cultura. O texto manifesta interesse pelo Registro do Carimbó e solicita providências ao IPHAN “para a inclusão do Carimbó no “Livro das Formas de Expressão”, registrando-o como bem de natureza imaterial”. Desta solicitação decorreu o Parecer 14/2012 de autoria de Luciana Luz, que conclui que o IPHAN não tem “nada a opor com relação à Indicação do Deputado, tendo em vista que sua sugestão já está sendo executada por este Instituto”. Em 30 de Outubro de 2013, a Superintendente Regional do IPHAN Pará e Amapá encaminha à Diretoria do Departamento de Patrimônio Imaterial o “Dossiê de Registro do Carimbó” no Estado do Pará e, em 14 de Julho de 2014 de materiais audiovisuais para inclusão no processo de registro do Carimbó e submissão à avaliação da Coordenação de Registro. Nesta documentação está incluída a nota técnica número 28/2014 de autoria de Larissa de Almeida Guimarães e Lorena Mendes, do IPHAN Pará/Amapá que destacam o fato do “Carimbó representar uma forma de expressão de grande referência regional e nacional, tendo os seus detentores assumido um papel primordial na luta pela manutenção e sobrevivência desta expressão cultural e, especialmente, nas articulações em prol do reconhecimento do Carimbó como Patrimônio Cultural do Brasil”. Desde 1º de Julho de 2014 passou a constar no processo o relatório da “Ação de salvaguarda emergencial da flauta artesanal do Carimbó”. Esta ação foi executada pela Superintendência do IPHAN Pará/Amapá em parceria com o Instituto de Artes do Pará (IAP) e visou estimular a transmissão de conhecimentos dos mestres flautistas. O parecer número 47/2014 de autoria da antropóloga Sara Santos Morais, foi encaminhado em 17 de Julho de 2014 à Coordenadoria Geral de Identificação e Registro. As conclusões ressaltam que o “Carimbó constitui referência cultural para os sujeitos carimbozeiros e apresenta relevância para a memória e formação da sociedade brasileira, por constituir importante referência cultural para diversos grupos que contribuem para a construção de uma narrativa da nacionalidade”. Em 31 de Julho de 2014 o processo teve a inclusão de documentação complementar relativa às associações, encaminhada pela Diretoria do DPI-IPHAN. Na sequência seguiu os trâmites regulamentares e assim foi enviado à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para publicação de Aviso e de Comunicado no

Diário Oficial da União, o que ocorreu em 11 de Agosto de 2014. Finalmente foi designada esta Conselheira para a elaboração do presente parecer. Caracterização do Carimbó. O carimbó é um instrumento musical de percussão, mas a manifestação Carimbó é também poesia, é música, é dança, é celebração e festa, é indumentária. O Carimbó não é movido pela singularidade, mas sim pela diversidade, pela variedade de nuances e de motivações. A documentação constante no processo destaca que o Carimbó é uma das mais antigas e significativas manifestações culturais que ocorrem na região amazônica e representa um fundamental elemento da identidade do povo paraense, abrangendo diferentes camadas sociais, domínios e territorialidades. O Carimbó compreende um universo simbólico diversificado que configura e permeia religiosidades, ludicidades e sociabilidades que incidem em práticas musicais, em coreografias coletivas e individuais, em referências estéticas relacionadas ao vestuário. O entendimento da importância do bem implica na compreensão da forma como as ocorrências passaram a ser analisadas, em vários lugares do Estado do Pará, das manifestações do Carimbó. A distribuição geográfica do Carimbó conecta-se historicamente ao povoamento da costa litorânea do Norte do Brasil, que adentra o delta do Rio Amazonas. Segundo o conhecido historiador Vicente Salles (1969) há várias informações sobre a ocorrência do Carimbó, e o Município de Vigia seria um dos “celeiros” desta manifestação. Segundo a documentação, nesta cidade está sediado o mais antigo grupo de Carimbó em atividade. Denominado “Os Tapaioaras”, existe há mais de 115 anos. No Estado do Pará os conjuntos de Carimbó ocorrem em uma área relativamente vasta que corresponde à Microrregião do Salgado Paraense, Mesorregião Metropolitana de Belém, Microrregião Cametá, Mesorregião Marajó, Baixo Tocantins. Há referências que teria se espalhado por outras regiões do Estado, como o município de Santarém. A manifestação ocorre em lugarejos, agrovilas e ilhas, além das respectivas sedes municipais e são proeminentes e referenciais em algumas cidades, tais como Santarém Novo, Curuçá, Vigia, Cametá, Irituia, Marapanim, Maracanã, Quatipuru, Igarapé Mirim, Soure, Cachoeira do Arari e Belém. Em seu registro tradicional e interiorano o Carimbó associa-se aos festejos de santos, sobretudo de São Benedito, dos Santos Reis e de São Sebastião. Neste sentido se enquadraria como uma “Festa de Santo”, cuja origem remonta aos tempos coloniais e aos cultos religiosos católicos conduzidos por escravos de origem africana, desvinculados da presença da diocese. É na cidade de Santarém Novo na Região do Salgado que essa associação se apresenta mais evidente. Nesta cidade, de 21 a 31 de dezembro ocorre a “Festividade de Carimbó de São Benedito”, realizada há mais de cem

anos pela Irmandade do Glorioso São Benedito, ocasião em que a “devoção popular a São Benedito une a reza da ladainha com o baque dos tambores e as danças centenárias” segundo a documentação do processo. As “Festas de Santo” possuem, na Amazônia, itinerários e contornos coincidentes, e incluem a esmolação, as alvoradas, a levantação e derrubação do mastro do santo, o arraial, as novenas e ladainhas, o barracão e a divisão hierárquica dos participantes. Estas festividades incluem também a distribuição de bebidas e comidas específicas que, no caso do Carimbó, ainda estão preservadas em algumas localidades. Entre as bebidas sobressai a gengibirra, composta de cachaça e gengibre, e nas comidas, um pequeno beiju de mandioca, o beiju-chica, servido com café. O Carimbó também se manifesta em outras circunstâncias e espaços como aniversários e confraternizações, em bares e residências. Segundo alguns depoimentos, antigamente o Carimbó era “festa de preto”. Assim, de acordo com o Dossiê não são incomuns as afirmações que essa manifestação teria sua origem aos lugarejos historicamente ocupados por quilombolas nas cidades de Vigia, Marapanim, Curuçá, Maracanã. Presentemente não é possível reconstruir uma história linear desta manifestação, inclusive porque as fontes documentais são escassas. Entretanto, certos documentos do século XIX, mencionados por Vicente Salles (1969), registram a proibição do toque do “tambor, corimbo ou qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite”. Apresentado como resultado de influências culturais oriundas de populações negras, indígenas e européias, o Carimbó pode ser caracterizado como mais uma referência cultural que sintetiza a diversidade étnica formadora da sociedade brasileira. A maior contribuição adviria dos primeiros, tanto na expressão corporal das danças, como pelo ritmo da batida dos tambores – os carimbós - que teve seu andamento acelerado, passando a vibrar como uma espécie de variante do batuque africano. Os Tupinambá, povo indígena que habitava a costa paraense, ou talvez os Aruã da Ilha do Marajó, teriam sido os responsáveis por nomear este instrumento de percussão. Contribuíram com dois instrumentos musicais, o maraká e a flauta. O Carimbó teria sofrido também influência dos colonizadores europeus que acrescentaram traços da expressão corporal e do estalar dos dedos, característicos das danças portuguesas. Retraçar a história do Carimbó no Pará significa também trilhar os caminhos das múltiplas referências de memória dos sujeitos que dançam, cantam, tocam e constroem os instrumentos musicais, memórias essas que são reconhecidas pelo grupo social, reforçando sua coesão e identidade. Neste sentido, os inúmeros Mestres de Carimbó – do passado e do presente - constituem figuras centrais no processo de preservação desta manifestação ao longo do tempo, sendo

responsáveis pela sua transmissão e disseminação de suas composições. Estes mestres integram um universo predominantemente masculino que congrega pescadores, agricultores, pedreiros, carpinteiros, catadores de caranguejo que se tornaram conhecidos como tocadores e artesãos especializados na fabricação de determinados instrumentos musicais: flautas, banjos e os tambores de carimbo, compositores e cantores. O Carimbó embora seja concebido enquanto um gênero musical específico compõe-se na realidade de um conjunto de práticas e relações sociais, artísticas e simbólicas que englobam contornos rítmicos, estilísticos e coreográficos, na qual está embutida uma dimensão festiva que fornece suporte à manutenção dessa manifestação cultural. A temática das letras das canções remete a elementos da flora e da fauna da região de onde procedem, e assim é frequente a classificação dessas músicas como “cantos ecológicos”. A fonte de inspiração está na vida social do trabalho cotidiano, principalmente da pesca artesanal e da agricultura, mas outros temas também são tratados: relações amorosas, política, nostalgia, ufanismos, lendas, sátiras. Foram identificados dois tipos de construção das estrofes nas músicas de carimbó. Uma delas possui uma estrutura conhecida como “chamado/resposta”, com versos curtos, repetitivos e cíclicos e que possui larga distribuição, sendo encontrada em todos os municípios pesquisados. A segunda consiste na introdução de frases por um solista, muitas vezes improvisadas, complementadas pelo coro que se repete. As duas modalidades constituem características irredutíveis da música popular de ascendência africana. A temática que entrelaça os elementos da fauna e o trabalho na pesca é bem exemplificada nas conhecidas estrofes de Mestre Lucindo: Pescador, pescador porque é que no mar não tem jacaré, Pescador, pescador, porque foi que no mar não tem peixe-boi, Eu quero saber a razão que no mar não tem tubarão, Eu quero saber por que é que no mar não tem jacaré. A coreografia da dança do Carimbó assemelha-se à dança-de-roda, onde homens e mulheres evoluem soltos, acompanhando o ritmo da música. Os pares giram continuamente em torno de si mesmos, ao mesmo tempo em que formam um grande círculo que gira em sentido contrário aos ponteiros do relógio; o homem corteja seu par e orienta a evolução dos passos. Os gestos dos dançarinos compreendem movimentos com o corpo curvado para frente, marcando acentuadamente o ritmo vibrante. Em determinado momento, um casal de dançadores desloca-se para o centro para executar uma conhecida e famosa dança, a do “Peru do Atalaia”, que retrata os movimentos desta ave e ao mesmo tempo proporciona “o jogo do desafio”, protagonizado pelo casal. Possui variações, pois é executada de modo diferenciado em

Quatipuru, Santarém Novo, Belém. Outras danças particularizadas são as da “Pomba com o Gavião” que encena uma briga entre as duas aves e a da “Onça” que recorda uma caçada onde se enfrentam o cachorro e a onça. Os dançarinos apresentam-se geralmente descalços. As mulheres usam saias rodadas e coloridas, estampadas ou lisas e blusas brancas de cambraia. Adornam-se com pulseiras, colares, anéis. Os cabelos podem ser ornamentados com flores artificiais ou naturais: rosas ou jasmim de Santo Antônio. Os homens apresentam-se com calças de tecido e camisas com estampas floridas, além de um lenço vermelho no pescoço. Em Santarém Novo, os homens vestem terno e gravata e este traje, assim como a saia rodada e a blusa rendada das mulheres é a condição para a participação nas danças. Nesta localidade, esses trajes atuam enquanto instrumentos de legitimação de identidade. Os instrumentos musicais artesanais constituem parte indissociável da definição do que se entende pela expressão cultural do Carimbó. O instrumento de percussão, referido justamente como carimbó (curimbó) representa a principal referência. A sonoridade e a maneira como é executado define ritmicamente esta manifestação, apresentando contornos das tradições musicais de ascendência africana, tais como o maracatu, o jongo, o tambor de crioula. Os primeiros registros documentais sobre o instrumento carimbó, entre os quais Vicente Chermont de Miranda (1906), refere-se a este termo para identificar “um instrumento musical com o qual se executavam os batuques”. Posteriormente, supõem-se, a designação do tambor também foi estendida à dança. O acompanhamento da dança do carimbó tem, obrigatoriamente, dois ou três tambores com dimensões diferentes para se conseguir contraste sonoro. O que possui o timbre mais grave faz a marcação e os menos graves os repiniques e outros fraseados. Para sua execução, o instrumento é deitado sobre um pequeno apoio e o batedor de carimbó senta-se sobre o mesmo, utilizando as palmas das mãos para executar o ritmo adequado. A confecção deste instrumento musical é do armador, um artesão autodidata. A madeira empregada é retirada da área dos manguezais e o couro que o recobre provém de animais, veado vermelho, boi, capivara, porco do mato. Os instrumentos de acompanhamento dos carimbos são o banjo, a flauta, as maracas, o reco-reco, o milheiro, o rufo, o xereré (pandeiro sem couro). A maioria desses instrumentos é confeccionada por artesões que são muitas vezes os próprios músicos, que adquirem importância fundamental para sua reprodução em todos os municípios nos quais o Carimbó é referência. Determinados grupos de Carimbó, sobretudo urbanos, incorporaram instrumentos musicais não artesanais como o saxofone, o clarinete e a flauta transversa. Ao longo de sua história o Carimbó foi

reinventado e ressignificado por atores sociais os mais distintos, conformando diversos modos de percepção desta manifestação e alterando elementos sonoros e coreográficos. As festas de Carimbó possuem, nos dias atuais, conformações de celebração diferenciadas, como decorrência da midiaticização do Carimbó como gênero musical, sobretudo a partir de meados do século XX. Neste momento muitos grupos de Carimbó passam a se apresentar ao vivo em festivais de música e eventos regionais, incluindo programas de rádio. Essas apresentações são voltadas para o espetáculo e delimitam uma maior separação entre público e artista. Ensejaram, inclusive, a criação de duas categorias de apresentação, a saber, o Carimbó de Raiz, considerado mais “tradicional” também conhecido como “de pau e corda” porque emprega instrumentos musicais artesanais e Carimbó Estilizado, que seria mais “modernizado” com a inclusão de instrumentos eletrônicos. Inúmeros festivais de Carimbó formataram-se mais recentemente e inserem-se no universo de reprodução desta manifestação. Os eventos possuem formato concorrencial e agregam como parte desses festivais a realização de oficinas, palestras e encontros voltados para a temática do Carimbó. Os mais conhecidos são os de Marapanim, Santarém Novo, Curuçá e o de Maracanã. A partir dos anos 1970 o Carimbó atinge grande visibilidade nas camadas populares urbanas de Belém e de áreas próximas. Essa popularidade advém, sobretudo através da projeção adquirida por determinados artistas como Verequete, Lucindo e Cupijó e seus conjuntos: “Uirapuru”, “Canarinhos” e “Ases do Ritmo”. Neste cenário sobressai à figura de Aurino Quirino Gonçalves, mais conhecido como Pinduca, que obteve grande sucesso no Pará e se tornou o pioneiro na divulgação do Carimbó nas outras regiões do país. Os desdobramentos dessas articulações conduzem o Carimbó a um significativo processo de iconização que o torna uma das insígnias da identidade paraense e amazônica. Desse movimento resultou a disseminação de grupos parafolclóricos que se apresentam em espaços institucionalizados da capital paraense. As apresentações desses grupos ou mesmo de conjuntos de Carimbó são comuns e constantes em eventos públicos promovidos pelas agências estatais. Reconhecido como sendo uma “música típica” o Carimbó é alvo de apropriações pelo viés do turismo em prospectos e apresentações em contextos próprios, além de figurar na publicidade televisiva regional, e nos bilhetes de loteria o Carimbó da Sorte. Paralelamente é apropriado e utilizado em projetos de artistas da região, identificados com a MPB de contornos regionalistas. Observa-se que para compositores paraenses, como Ruy Barata e Paulo André Barata, o Carimbó torna-se referência na definição de uma linguagem musical que se buscava o mesmo tempo

regional e universal. Outros artistas, inclusive e, sobretudo, nos dias atuais, passaram a incluir o Carimbó como expediente de legitimação e de territorialidade, ampliando em muito a sua abrangência. Conclusões. A partir da descrição pormenorizada encontrada no Dossiê e de referências presentes nos documentos inseridos no processo, fica patente que o Carimbó reúne todas as condições para ser considerado um bem cultural imaterial brasileiro. O Carimbó constitui importante meio para ações de afirmação identitária e de resistência cultural que são relevantes no Estado do Pará e na Amazônia. É pertinente ressaltar a ativa participação de Grupos de Carimbó nas etapas constitutivas do processo de registro, inclusive na construção textual do Dossiê, assim como na articulação e execução da “Ação de Salvaguarda da Flauta Artesanal do Carimbó”. Essa participação traduziu-se também no anseio pelo reconhecimento e valorização de uma tradição que é fortemente enraizada nas populações espalhadas por um vasto território paraense. Desta forma, o lema “Carimbó, Patrimônio Cultural Brasileiro” transformou-se em emblema e assim passou a ser ostentado pelos tambores de carimbó, na apresentação de diferentes grupos. A documentação existente evidencia o particular interesse que a sociedade paraense dedica a essa manifestação cultural. Desta forma, e desde 2005, mobilizaram-se mestres e grupos de Carimbó, produtores culturais, pesquisadores, políticos, educadores, fundações, prefeituras, representantes do poder público e de entidades da sociedade civil organizada na ativação da Campanha “Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro”, que tem grande repercussão e que se conecta a um movimento nacional de valorização do patrimônio imaterial. A mobilização para o registro do Carimbó encontra apoio na própria Constituição Federal de 1988, parágrafo 1º do Artigo 215, ao indicar que o Estado protegerá as manifestações de determinados grupos da sociedade brasileira – culturas populares, indígenas e afro-brasileiras - pois as mesmas tornam o repertório do patrimônio cultural brasileiro mais representativo da nossa diversidade. Na sequência menciona-se que os conceitos que norteiam o registro dos bens culturais imateriais, conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MinC, incidem sobre manifestações diversificadas e abrem perspectivas para o registro de elementos mais complexos do patrimônio cultural brasileiro, como o “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”. Arrisco-me a apontar o fato de que, assim como foi o caso do sistema agrícola, uma abordagem sistêmica também está subjacente à demanda de Registro do Carimbó, uma vez que essa manifestação se caracteriza por comportar múltiplos elementos interdependentes, tais como celebrações, composições musicais, cantos, coreografias, instrumentos artesanais,

vestuário, comidas e bebidas. As raízes locais do Carimbó fazem dessa manifestação uma expressão cultural significativa do cotidiano paraense, mas que extrapola os limites do Estado do Pará. A riqueza sonora desta manifestação motiva apropriações e reelaborações, conferindo ao Carimbó uma capilaridade de dimensões nacionais. Esse aspecto é comprovado pelas dezenas de títulos da discografia, a maioria das décadas de 1970 e 1980, mencionados no processo. O Carimbó representa um bem cultural em plena vigência através das práticas, dos aspectos e formatos considerados mais tradicionais, assim como pelo incremento de novos elementos e modalidades na organização e reprodução em meio urbano. Por outro lado, o Carimbó revela extraordinária continuidade histórica. Os seus primórdios, segundo depoimentos, remontam ao século XVIII na cidade da Vigia, um dos primeiros municípios do Estado do Pará. É justamente nesta cidade que está sediado o mais antigo Grupo de Carimbó, em atividade há mais de 115 anos. Apresentado como o resultado da união das influências culturais de indígenas negros e europeus, o Carimbó possui relevância nacional, pois constitui mais uma referência cultural que sintetiza a diversidade étnica formadora da sociedade brasileira. Face ao que foi exposto no presente parecer e endossando os demais pareceres constantes no processo, afirmo que sou inteiramente favorável à inscrição do Carimbó no Livro de Registro das Formas de Expressão, como Patrimônio Cultural do Brasil. Assim sendo, proponho a este Conselho o seu deferimento. Finalizando, não ousou cantar, mas apenas recitar: O carimbó não morreu/ Está de volta outra vez/ O carimbó nunca morre/ Quem canta o carimbó sou eu. Este verso de Mestre Verequete, que tive a honra de conhecer, visa homenagear este grande compositor paraense e através dele os demais mestres e fazedores do Carimbó. Brasília, 11 de Setembro de 2014. Lucia Hussak van Velthem, Conselheira”.

A Presidenta agradeceu à Conselheira, registrou que o parecer emocionou a todos e abriu a palavra para os comentários. O primeiro a comentar foi o Conselheiro Ulpiano Meneses: “Conselheira, gostaria de cumprimentar efusivamente seu parecer, que não só foi completo, judicioso, e também bem escrito e, sobretudo, carregado de emoção, mas também, eu gostaria de ressaltar a importância do vídeo como um elemento essencial e não acessório, não uma mera ilustração. Ele dá matéria viva, porque o texto tem que ser abstrato forçosamente, com mais frieza. Já, no início do vídeo, uma das depoentes fala do Carimbó como se fosse um ritual extático, isto na terminologia técnica dos antropólogos, aquilo que provoca êxtase. Em outras palavras, aquilo que produz entusiasmo no sentido etimológico: o Deus que baixa. Algo que transcende, que vem de cima, mas depois se espalha com uma alegria pura. Então, o resto do vídeo serve

para mostrar tudo àquilo que você disse analiticamente de uma maneira, extremamente, adequada e convincente. Então, além da força identitária, do excelente suporte de memória que o Carimbó pode ser no seu papel como recurso de integração social, como testemunho de investimento das comunidades, é fonte de alegria, de entusiasmo e alegria, que você considerou no seu texto e que o vídeo, plenamente, confirmou, ao vivo e em cores. Então, eu imagino que poderia ser um argumento a mais na consideração dos fatores que induzem a aceitação dos pedidos de Registro dos casos da espécie. Eu pensaria em alguma coisa como no índice de “alegricidade”. Especificaria o índice de “alegricidade” deste tipo de alegria, que a gente vê em todos os quadrantes onde se tem qualquer referência ao Carimbó como apresentado no relatório e no vídeo. É uma alegria que, ao mesmo tempo, é individual e é completamente compartilhada. Estou propondo que a gente complete os requisitos formais para consideração nossa, mas, é uma coisa que deveria estar dentro do nosso horizonte. Neste caso, está plenamente, explícito o que pode ser este fator de “alegricidade” para se entender, efetivamente, qual o significado pleno deste fenômeno do Patrimônio Imaterial. Muito obrigado”. A seguir falou o Conselheiro Roque Laraia: “Eu queria cumprimentar a colega, a Conselheira, pelo relatório tão preciso, tão esclarecedor a respeito do Carimbó. Chamou-me a atenção, quando ela descreveu as áreas de influência do Carimbó no Estado do Pará, ter citado o Baixo Tocantins e não o Médio Tocantins. Com efeito, eu fiz pesquisa no Médio Tocantins há muito tempo e só fui conhecer o Carimbó quando me desloquei da região de Marabá para Belém. É possível que hoje, com o crescimento dos meios de comunicação e principalmente, com o grande crescimento a cidade de Marabá, o Carimbó esteja lá presente. Eu queria ressaltar este fato, porque ela se preocupou muito mais com a verdade científica do que tentar o Pará todo, ou qualquer coisa deste tipo o que mostra sua competência como pesquisadora”. A Conselheira Cecília Londres também se manifestou: “Tive o privilégio de acompanhar ao lado da Lúcia a apresentação e senti os fluidos da emoção muito próximos. Eu me emocionei muito também. Tive o privilégio de assistir em Marajó uma dança de Carimbó e, realmente, chamou-me muito a atenção. Eu fui conhecer em uma ida a Marajó há dois anos. Essas manifestações que tem uma visibilidade muito pequena a nível nacional, quer dizer, ficaram até agora muito ofuscadas por outros ritmos como o samba, as outras formas de batuque, o frevo, que já tinham uma dimensão nacional e internacional. O Carimbó, pelo que eu entendi, estava muito restrito ao âmbito regional. Eu acho que até hoje. Parece-me que esta é uma das nossas funções, também no sentido de transformar o Patrimônio em uma representação muito mais

significativa da diversidade cultural brasileira. É o trabalho de colocar em relevo manifestações e, sobretudo, valores que o Ulpiano falou. O poder agregador dessa manifestação envolvendo todos os níveis sociais, pelo que deu a perceber no vídeo, independentemente dela ser conhecida ou não para fora daqueles limites, mostra sua força, e o parecer da Lúcia, assim como o vídeo que lhe deu concretude, transmitem isso de uma forma muito forte”. Por último falou a Conselheira Lúcia Velthem: “Eu só queria agradecer os comentários, sobretudo os do Professor Ulpiano, e também explicar que se eu realmente tivesse podido me aprofundar, eu ainda falaria até uma hora da tarde e aí eu temi pela minha própria vida”. Por outro lado, agora eu estou rindo, mas, as minhas lágrimas têm explicação. Por mais de 30 anos vivi no Pará, filha de imigrantes, me tornei paraense também”. Terminadas as considerações sobre o parecer a Presidenta Jurema Machado submeteu aos Conselheiros a proposta de Registro do Carimbó. Por unanimidade os Conselheiros aprovaram, nos termos do Parecer da Relatora, o Registro do Carimbó no Estado Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil e sua inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão. Após a votação, Jurema Machado registrou as presenças dos Mestres e Mestras Carimbozeiros: Mestre Mário Canuto, Nivaldo Borges Mestre Manoel Teixeira, Solange Loureiros, Zuleide Alves, Amélia. Mestre Manoel falou em nome de todos: “Bom dia, a todos. Estou aqui, hoje, representando todo o povo do Pará, nossos Mestres. Então, digo para vocês que esta foi uma luta de 9 anos, mas, uma luta sólida. Não precisou quebrar nada, não precisou bater, mas, sim, só o fato de nós chegarmos ao IPHAN, nas Secretarias e mandar os documentos e pedir ao João para que conseguíssemos nosso objetivo, que nossa cultura fosse reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil foi o suficiente porque esta cultura vem de muitos anos. Nós ajudamos a manutenção repassando conhecimento para os nossos filhos, para os nossos netos. Mas, para isto, nós precisamos trabalhar, daqui para frente, com Política Pública. Por quê? Porque até hoje o Carimbó é mantido com nossos recursos próprios, asseverou. Se esta campanha chegou até aqui, nas mãos de vocês, Conselheiros, foi com nossos esforços, deixamos o que fazer em nossas casas, deixamos de pescar, deixamos de trabalhar, arregaçamos nossos bolsos e partimos para esta luta, para este bem Imaterial do Brasil, mas, foi com a força de vontade de resgatar esta cultura para ela não acabar, para ela não morrer. Então, isto, para nós, é uma vitória, é uma vitória porque quem está de parabéns são os Mestres, as famílias dos Mestres, que continuaram com a gente até hoje, Mestre Bento, Mestre Pelé, Mestre Chiquinho e outros, que morreram antes. Mas, quero dizer para vocês, Companheiros Mestres de Carimbó: podem festejar!”. Após as despedidas

dos convidados, a Presidenta passou ao ponto de pauta seguinte: Processo de Tombamento nº 1548-T-07 - Bens de Imigração: Igreja São Judas Tadeu em Vargem, Santa Catarina. Relator: Conselheiro Eugênio Ávila Lins: *“Parecer sobre o Tombamento da IGREJA DE SÃO JUDAS TADEU, vinculado ao processo de tombamento nº 1548-T-07, referente às “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a Imigração em Santa Catarina/SC”. ANTECEDENTES. O pedido de tombamento referente às “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a Imigração em Santa Catarina/SC” foi realizado por meio do memorando 270/2007GAB/DEPAM, de 01 de novembro de 2007, pelo então diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho, do qual consta o Dossiê, composto de 2 (dois) volumes e 5 (cinco) anexos, que reúnem os dados essenciais sobre os bens apresentados para proteção. Após os trâmites iniciais, o processo teve continuidade ocorrendo em duas etapas, como esclarece o Procurador Fr. Antonio Fernando Alvez Leal Neri, em despacho de 23 de outubro de 2008, dirigido ao Diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho: “Na instrução do processo de tombamento sobre “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina”, ficou acertado que, diante da quantidade expressiva de bens a serem tombados em vários Municípios de Santa Catarina, o tombamento proposto seria dividido em duas etapas. A primeira etapa levaria a apreciação dos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural dos bens que estivessem com a sua documentação regular e a segunda cuidaria dos bens cuja necessidade de complementação de documentação, estivesse sanada”. (IPHAN, vol. 04, pg. 609). Na primeira etapa, foram submetidos à apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN, na 55ª Reunião, realizada em 06 de dezembro de 2006, apenas os bens que se encontravam com documentação regular. Na ocasião, conforme consta da Ata da referida reunião, foi aprovado, por maioria, o tombamento de 50 bens, à exceção da Igreja de São Judas Tadeu, situada no município de Vargem/SC, pois, conforme consta do Parecer da Conselheira Relatora, Suzanna de Amaral Sampaio (IPHAN, vol. 03, pg. 515), não teriam sido encontrados dados suficientes sobre a edificação que permitissem sua apreciação pelo Conselho Consultivo e, por conseguinte, sua proteção definitiva. Assim sendo, nessa reunião, a referida igreja ficou excluída do tombamento, mesmo tendo sido notificada e, portanto, estando sob tombamento provisório. Na segunda etapa, foram submetidos outros 13 (treze) bens à apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN, durante a 67ª Reunião, realizada em 03 de maio de 2011, que teve como relatora do processo a Conselheira Rosina Parchen Coeli. Os bens apresentados foram tombados, porém, a*

Igreja de São Judas Tadeu ficou ausente da listagem, permanecendo sob tombamento provisório. Em 05 de março de 2012, o Chefe de Gabinete da Presidência do IPHAN, Weber Sutti, encaminhou o processo de tombamento nº 1548-T-07 ao Procurador-Chefe da PROFER, Dr. Heliomar Alencar de Oliveira, para análise e manifestação. Em seguida, o processo foi distribuído para a Procuradora Federal, Genésia Marta Carmelo, que, em Despacho nº 011/2012-PF/IPHAN/GMAC, dirigido ao Procurador-Chefe, coloca que, após análise dos autos, verificou que “consta no parecer da Conselheira Suzanna Amaral Cruz Sampaio, às fl. 515 que não foi encontrada a descrição da Igreja de São Judas Tadeu, situada no Município de Vargem pertencente à Mitra Diocesana de Joaçaba”. Assim, na 55ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada em 06 de dezembro de 2007, o Presidente do IPHAN “colocou o parecer da conselheira no sentido de tombamento de todos os bens propostos, com exceção daqueles excluídos por inexistência de documentação”, neste caso em particular, a Igreja de São Judas Tadeu. Em seu parecer, a Procuradora ressalta que a referida igreja foi descrita no parecer elaborado pelo Diretor do DEPAM, constando a respectiva certidão de registro de imóveis às fls. 236. E afirma que, a princípio, se encontram, nos autos, todos os documentos necessários à apreciação do valor cultural da referida igreja. Conclui o parecer, sugerindo que o processo retornasse ao Gabinete da Presidência do IPHAN, com solicitação de inclusão na pauta de reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para reapreciação do tombamento da Igreja de São Judas Tadeu.

A IGREJA DE SÃO JUDAS TADEU E SEU LUGAR. A Igreja de São Judas Tadeu está localizada no pequeno município de Vargem, no meio-oeste catarinense, onde habitam, de acordo com o IBGE de 2014, 3.203 pessoas, que sobrevivem basicamente da agricultura e do extrativismo de madeira. A região, até sua emancipação política, ocorrida em 1991, pertencia ao município vizinho de Campos Novos que, por sua vez, foi desmembrado de Curitibaanos, no ano de 1881. Seu processo de colonização recebeu influências da fundação de Lages, em 1767, e também da conseqüente ocupação do Planalto, a partir da ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, através do Caminho das Tropas, e, mais tarde, já no início do século XX, pela inauguração da ferrovia RS-SP. A ocupação da região envolveu grupos bastante diversos. Inicialmente, registra-se a presença dos índios kaingang e xoklengs e, mais tarde, de escravos fugidos que, ao buscarem refúgio na região, acabaram dando origem a comunidades quilombolas, das quais a Invernada dos Negros é a mais conhecida, sendo, inclusive, reconhecida como tal pela Fundação Cultural Palmares. Efetivamente, a colonização de Campos Novos se

processou a partir de 1825, a partir de um fazendeiro oriundo de Curitiba. Logo em seguida, chegaram alguns gaúchos, fugidos da Guerra dos Farrapos (1835-1845); fazendeiros de Lages, paranaenses e paulistas, incentivados pela quantidade de terras e pastagens para criação de gado na região. A partir de 1908, a região tornou-se ponto de fixação de grupos estrangeiros, sobretudo, poloneses, russos e libaneses, e de um grande número de descendentes de alemães e italianos, oriundos das colônias do Rio Grande do Sul que, aos poucos, fomentaram a ocupação de todo o oeste e meio-oeste catarinense.

HISTÓRICO DA IGREJA DE SÃO JUDAS TADEU. A Igreja de São Judas Tadeu, pertencente à Mitra Diocesana de Joaçaba, no município de Vargem, é a única igreja católica do núcleo. Sua construção é relativamente recente, remontando à década de 1950, e pode ser assumida como um acontecimento de grande adesão comunitária, já que os moradores – pais, tios e avós dos atuais residentes da localidade – atuaram colaborativamente não apenas em suas etapas de edificação, mas também em outras atividades correlacionadas, como a doação de materiais e a preparação de alimentação para os trabalhadores. As anotações feitas pelo Vigário Reinaldo Maria, em 29 de outubro de 1954, no Livro do Tombo da igreja, são esclarecedoras quanto à data do término da construção e da inauguração da igreja, colocando também em evidência os nomes dos participantes da obra e papéis desempenhados no processo. Assim escrevia o Vigário: “a atual igreja já se encontra de pé, coberta de zinco e fechada ao seu redor” (IPHAN, anexo 2, pg.52). Foi inaugurada em 1º de julho de 1955 e levou dois anos para ser construída. Participaram da construção o Sr. Joanim Chiamolera, chefe de obra e empreiteiro; Anselmo Chiamolera, construtor; José Ros, construtor; Braulino Marcos Ros, construtor; Avelino Niser Moraes, que doou madeiras; João Gaiser, que doou madeiras e alimentação aos construtores. A madeira era plainada em Campos Novos e muitas firmas da época fizeram doações, como Albino Mânica, Alberto Oneda, Busquerol, Santos Almeida, Polese, Sefrin. Constam como “trabalhadores diários”: Anselmo Carlesso, Ângelo Girardi, Gregório Antunes, Francisco Carloto, Ernesto Gilioli, Rafael Marcante, José Flores, João Gaiser, Antonio Araújo, Benjamin Margotti, Jorge melo e Angelo Bovi. Em 2006, o atual pároco iniciou uma campanha de demolição da igreja de madeira para substituí-la por uma nova, maior, de alvenaria. Seus argumentos desconsideravam toda a importância cultural e afetiva da igreja e baseavam-se num suposto risco de desabamento que, na verdade, nunca houve. Na ocasião, o escritório do IPHAN em Santa Catarina foi comunicado do fato e alguns técnicos se deslocaram até Vargem para participar de uma reunião, onde estariam o pároco,

representantes da comunidade local, da prefeitura municipal e do Ministério Público Federal, com o objetivo de impedir a ação demolitória e demonstrar a todos a importância e o valor histórico, cultural e afetivo da igreja para a comunidade e para o país inteiro. Na visita, realizou-se a primeira vistoria técnica que diagnosticou alguns problemas pontuais na estrutura da fundação, de infiltração na cobertura e o risco de curto-circuito na instalação elétrica, precariamente instalada nas paredes e forro de madeira. Também nesta visita, foi assinado um termo de ajuste de conduta, onde o IPHAN passou a ser responsável por investir recursos na revisão emergencial da instalação elétrica. A prefeitura, por sua vez, ficou responsável por destinar recursos às obras de drenagem necessárias e também à restauração da cobertura. Na mesma data, deu-se início também ao processo de tombamento da igreja a nível estadual.

IMPORTÂNCIA ARTÍSTICA E DOCUMENTAL. A Igreja de São Judas Tadeu de Vargem é um ponto de referência marcante da paisagem local. Localizada em um terreno plano, a edificação é antecedida por um amplo terreno, onde está implantado um cruzeiro de madeira e que é ladeado, à esquerda, por uma pequena arquitetura horizontalizada, e, à direita, por uma sequência de árvores, que integram a praça. Ao fundo, destaca-se a exuberância da vegetação local, que contrasta com a simplicidade do tratamento exterior da igreja. Inspirada, segundo a literatura oral, em uma igreja localizada na região de Ibiaçá, na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a Igreja de São Judas Tadeu foi inteiramente erguida em madeira, incluindo fundações, estruturas, fechamentos e esquadrias, além do mobiliário, o que lhe permite ser considerada uma “verdadeira obra prima da arquitetura vernacular do Brasil” (IPHAN, anexo 2, pg.53) e também um caso expressivo de resistência às emergentes propostas “modernizantes” voltadas para a arquitetura, já que constitui um dos poucos exemplares da localidade que ainda não sucumbiram ao interesse de substituição da madeira pela alvenaria. Em sua totalidade, o projeto da igreja concilia duas tendências distintas: a primeira, de feição classicizante, que se liga ao enraizado gosto lusitano pela simplicidade e nitidez dos volumes, e que dominou a primeira fase da arquitetura brasileira, e outra, de sabor neogótico, incorporado dos modismos revivalistas, transplantados da Europa para o território brasileiro a partir do final do século XIX e que, segundo Luciano Patetta (1987), continuou influente ao longo do século seguinte, propiciando o aparecimento de arquiteturas fundadas na imitação de formas e estilos medievalescos, mesmo naquelas regiões mais remotas e, à primeira vista, imunes a tais influências. A planta do edifício exprime o predomínio dos planos retangulares – com exceção do traçado curvilíneo

oferecido à parte posterior – e que possui um impacto profundo em sua constituição interior: a sequência contínua dos espaços longitudinais da nave e capela mor termina na parede reta, contra a qual é colocado o retábulo principal, ponto de convergência de toda a organização decorativa da igreja. O hibridismo estilístico que caracteriza a igreja se faz notar já em sua aparência externa, onde a fachada frontal, ladeada por duas torres, evidencia a integração entre elementos e soluções associadas ao classicismo, a exemplo do frontão triangular, da simetria da composição, dos volumes bem definidos e das linhas retas da porta de acesso ao interior, e outras, de clara influência neogótica, como as janelas em arco de ogiva, dispostas ao lado da modesta rosácea e também no entorno das torres, finalizadas por coberturas que dão impulso à verticalidade do edifício. As janelas com solução ogival também são encontradas, de maneira serializada, nas fachadas laterais, reforçando a filiação da igreja à tendência neogótica. Vista de fora, a igreja não informa o elevado grau de requinte que marca o tratamento dado ao seu ambiente interior. Neste, constata-se uma franca tentativa de reprodução da arquitetura neogótica, que se realiza principalmente por meio do uso de abóbadas de aresta em madeira e de arcos ogivais, sustentados por dois conjuntos sequenciados de pilastras, que constituem um corredor que conduz o visitante até o altar mor. O forro é pintado na cor cinza claro e sutilmente decorado com barras fitomorfas verdes. As paredes possuem fundo amarelo claro e barra inferior com textura imitando mármore em tons de vermelho escuro. Ainda no forro, constam medalhões pintados com imagens de santos, fruto de doações empreendidas pelas famílias da cidade. Aliás, a igreja é toda decorada com pinturas, incluindo algumas realizações de Spilman, pintor vindo de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul. Sem dúvidas, a realização mais expressiva do interior da igreja é o retábulo em estilo neogótico, localizado na capela mor e que se encontra ladeado por outros dois altares, também neogóticos, que se impõe como indicativo da incontestável habilidade local para o entalhe de madeira. A obra, de caráter vertical fortemente acentuado, possui uma estrutura dividida em três nichos, ricamente ornamentados, onde estão acomodadas três imagens de santos, sendo a central a representação de São Judas Tadeu. Recentemente, as bases dos altares foram cortadas e substituídas por mesas simples, cobertas por toalhas brancas. As colunas também foram retalhadas e tiveram sua pintura texturizada substituída por um revestimento liso de tinta esmalte. Os aspectos até aqui expostos sobre o exterior e, principalmente, o interior da Igreja de São Judas Tadeu do município de Vargem, bem como todas as demais considerações pertencentes ao corpo do processo, concorrem para a sustentação da proposta de inscrição do

*referido bem no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, pelo IPHAN, justamente por colocarem em evidência os seus méritos artísticos e culturais, que, quando combinados com sua representatividade histórica, projetam a edificação como um dos exemplares mais significativos da região sul. Deve-se mencionar que o reconhecimento da Igreja de São Judas Tadeu pelas ações do IPHAN como Patrimônio Nacional poderá ter impacto positivo no campo dos estudos sobre a arquitetura da região de Santa Catarina, servindo de estímulo para o crescimento do interesse pelas realizações locais e a integração dos resultados alcançados ao conjunto total de reflexões teóricas existentes sobre o tema no Brasil. Senhores Conselheiros, gostaria de fazer uso desta oportunidade para recomendar ao IPHAN, com a aquiescência do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a inclusão da Igreja de São Judas Tadeu, localizada no município de Vargem, Santa Catarina, no rol dos bens protegidos pelo processo de tombamento nº 1548-T-07, referente às “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a Imigração em Santa Catarina/SC”. Brasília, 10 de Setembro de 2014. Eugênio de Ávila Lins. Conselheiro. REFERÊNCIA: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira / Annateresa Fabris*. – São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro e abriu a sessão para manifestações. A Conselheira Maria da Conceição Guimaraens ressaltou que as imagens a lembravam a arquitetura kitsch, associada a ela, uma tectônica de patrimônio modesto dado que o sistema construtivo é com tábuas aparelhadas. Por sua vez, o Conselheiro Eugênio Ávila Lins contraditou, salientando que a população do lugar é de imigrantes, numa região bem afastada dos grandes centros, sendo, na verdade, a reminiscência daquilo que se poderia chamar de ecletismo tipológico que colocava alguns estilos como característicos de determinadas funções. Disse, ainda, que a arquitetura neogótica foi um dos elementos escolhidos para ser reproduzida enquanto arquitetura religiosa como a arquitetura do Período Clássico, que esteve muito atrelada às estas questões ligadas ao direito, aos tribunais. Acrescentou que muita coisa que se toma às vezes, como Colonial ou do Século XIX, uma arquitetura feita na década de 1930, e que isso ocorre em grande escala no Brasil, principalmente, nestas regiões mais distantes. O Conselheiro Carlos Eduardo Dias Comas disse que talvez, fosse o caso de discriminar mais claramente os valores formais ou, na sua acepção, o hibridismo dos valores formais que caracterizam o exemplo porque senão a tendência seria reduzir de um lado ou outro em uma polarização moderna, eclética que não fazia jus à qualidade intrínseca do bem*

apresentado. O Conselheiro Eugênio Ávila Lins voltou a se expressar, dizendo que essa modernidade e simplicidade externas se dão também pela questão da técnica dos materiais e da técnica construtiva da madeira. Isso, de certa forma, é um elemento definidor e que limita a inscrição no Livro de Belas Artes. Em seguida falou o Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho que se disse em dúvida em relação ao tipo de enquadramento e ao se pegar um conjunto de edificações e bens materiais de uma região de colonização como aquela, trabalha-se no universo do Livro do Tombo Histórico e, de um modo destacado, no arqueológico e etnográfico, sobretudo, paisagístico, mas não entendia que aquilo corresponderia a uma inscrição no Livro de Belas Artes. Para o Conselheiro Nestor, registram-se as obras que se caracterizam pela excepcionalidade, pela felicidade do projeto, e esse não era o caso. Acrescentou, “se nós perdêssemos estes exemplos e as suas permanências, e eu estou de acordo com a questão da permanência, nós estaríamos esquecendo uma parte da nossa formação. Então, eu entendo perfeitamente, que tenham sido selecionados exemplos significativos deste contexto social, mas, talvez, pela minha formação pessoal, profissional, tendo a fazer a leitura a partir do espaço e a partir do social porque, na verdade, é o espaço produzido pela sociedade, que é o objeto de nossos estudos. Então, nos dois primeiros livros, nós enfatizamos o aspecto social. No terceiro livro, nós enfatizamos, obviamente, a questão estética e eu tenho dificuldade de aceitar este tipo de enquadramento. Eu não acho que haja excepcionalidade. Essa não é uma solução feliz. No conjunto que foi apresentado na ocasião, havia alguns exemplos realmente interessantes, de perfeita realização daquele sincretismo cultural, daquele encontro cultural entre o que os imigrantes traziam e as práticas locais, das possibilidades locais. Eu vejo com dificuldade isso, ainda que veja como exemplo interessante e concordo com o que eu li no conjunto, um esforço de adaptação às condições e, sobretudo, uma permanência. Eu me pergunto: Uma permanência do quê? Esta é a minha dúvida”. Continuou sua exposição, afirmando: “É uma permanência de um determinado tipo de abordagem. Mas, aí no caso do neogótico, ele vem por meio da cultura do imigrante ou ele vem a partir de uma posição da Igreja, extremamente, retrógrada do começo do Século XX, no caso típico de vários países, inclusive da América do Sul, do movimento da Ação Católica Francesa que queria a volta da ligação da Igreja com o Estado, que é um dos movimentos integralistas, que vieram da França e se formaram e tiveram presença em várias das nossas regiões. Então, não era uma razão estética nem uma adaptação deste tipo. Por que o neogótico, no interior no Estado de São Paulo, em quase todas as igrejas? Qual era a posição da Igreja em relação a estas questões? Era uma posição defensiva, que

tentava retomar uma situação anterior e que, exatamente, neste período, inverte-se, quando a Igreja Católica procura se situar dentro do mundo presente e anula a relação entre o Vaticano e o movimento da Ação Católica Francesa, que foi o responsável pelas transformações em Portugal, na Espanha e, depois, na França ocupada. Não é possível esquecer o que isto representou na França ocupada. Era a defesa do fascismo no nosso País e que tem repercussões ainda hoje. Então, este tipo de neogótico que veio neste período, correspondia a estas posições culturais. Não tem nada a ver com a formação social brasileira. É uma coisa que vem de cima para baixo e de fora para dentro. Então, eu tenho sérias dúvidas se este exemplo representa, realmente, uma continuação e transformação dentro de encontro de duas culturas ou uma reprodução em madeira, no interior de Santa Catarina, daquilo que aconteceu, de modo generalizado, no interior do Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo e que correspondeu, frequentemente, à destruição das Igrejas tradicionais para a construção deste tipo de edificação, com este sentido simbólico. Não há possibilidade de ignorar. Talvez, pela maior idade que eu tenho, eu tenha vivenciado. A minha geração vivenciou isto e como arquiteto sempre fiquei indignado com este tipo de procedimento. Destruíram-se os valores culturais anteriores para impor alguma coisa de fora para dentro e que, no plano político, do plano cultural, correspondeu a uma posição política, extremamente retrógrada. Nós ainda não nos recuperamos inteiramente do que isto representou na nossa história. Acho que tenho idade suficiente para me posicionar, claramente, em relação a estas questões. Sofri, pessoalmente, na minha vida, sofri com parentes, as consequências disso. Parece que as pessoas esquecem esse detalhe. Todos estes movimentos políticos que aconteceram em nosso país e não aconteceram por acaso. Aconteceram como parte de um movimento mais amplo e que ainda precisa ser melhor reconhecido. Pouca gente sabe que o Movimento Integralista esteve presente, até recentemente, em todos estes países, inclusive na Argentina e no Chile, não reconhecido, nem sempre declarado. Não é só uma questão arquitetônica. Para mim, é, sobretudo, uma questão social, que contrasta este exemplo com os outros exemplos que nós vimos aqui. Aqueles, inclusive, já da Europa oriental, que têm influência da Igreja Ortodoxa, alguns exemplos muito interessantes, que não têm nenhum compromisso com este movimento, que representou um instrumento de destruição, por exemplo, no Estado de São Paulo, das igrejas pioneiras de tipo mineiro com estruturas de pau a pique. Elas foram todas destruídas, inclusive dentro da cidade de São Paulo. Então, eu me posiciono de acordo com o parecer em relação do Tombo Histórico, em relação, especialmente, ao Arqueológico e Etnográfico porque é uma

questão, é um documento social, mesmo que seja daquilo que eu não gosto, mas, é um documento social do que eu não gosto. Esta é a minha dúvida, prezado amigo e colega Eugênio Lins”. O Conselheiro Eugênio Ávila Lins afirmou que o esclarecimento do Conselheiro Nestor procedia, mas justificou sua posição: “De certa forma, esta análise individual fica prejudicada porque faz parte de um contexto e de outros 50 monumentos e quando o Conselho votou, votou nos três livros. Então, o que eu fiz foi seguir o procedimento de inclusão nos três Livros do Tombo porque o que ocorreu foi isto e ficaria estranho, agora, eu retirar este monumento do qual ele faz parte de um dossiê e de uma votação de 50 monumentos. Essa é a questão”. A pedido da Presidenta, o Diretor do Depam, Andrey Schlee, esclareceu que o bem faz parte de um conjunto maior e fez parte de um levantamento, de um grande estudo, que continua a ser realizado pelo IPHAN de Santa Catarina. De acordo com ele, no primeiro momento, em duas votações, o Conselho tombou 63 bens, devendo isso servir como referência e o que se estudou e o que se pensou é um conjunto significativo de bens, de contribuições de etnias distintas, não tendo apenas italianos ou apenas alemães, mas um conjunto importante de etnias, contribuindo nessa construção ao longo do tempo. Indicou ainda, que nas duas votações anteriores houve um esquecimento, em uma análise detalhada desta Igreja tanto por parte do relator quanto por parte do DEPAM, que deveria ter atentado a isso. Dirigindo-se ao Conselheiro Nestor Reis apontou que dos 63 bens que já foram tombados, apenas 16 foram incluídos no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, todos os 63 foram incluídos no Livro do Tombo Histórico e um número considerável, mas, bem menor, no Livro do Tombo das Belas Artes. Fez alusão à retirada de uma Igreja de São Pedro, em São Paulo, não incluída no Livro das Belas Artes, não havendo problema algum em retirar um bem de um dos Livros, mas devia ser mantida uma leitura de coerência anterior, que não foi incluir a totalidade dos 63 bens no Livro de Paisagismo Etnográfico. A Presidenta interveio, afirmando que o Conselho foi preciso o suficiente, naquele momento, para indicar edificação por edificação, os livros correspondentes, porque isso, no dia a dia, não sendo mera tecnicidade, tem consequência do ponto de vista da análise da conservação do bem e das intervenções que ele venha a sofrer, ou seja, é um instrumento fundamental de gestão, pois um bem inscrito no Livro das Belas Artes, terá que ser, necessariamente, do ponto de vista das Belas Artes, considerado na hora de uma intervenção. O Conselheiro Nestor Reis contestou o “esquecimento” da Conselheira relatora à época, Suzana Sampaio, citado por Andrey Schlee, pois a conhecia desde o tempo de estudante, e pela perseguição política que ela e o marido passaram, não fazia sentido indicar como

esquecimento a não inclusão do bem. Mais uma vez manifestou sua posição contra a inscrição da Igreja de São Judas Tadeu, em Vargem/SC, “Entendo, perfeitamente, a posição do relator que, simplesmente, deu andamento a um processo que parecia ser fruto de um engano, mas, deixo claro minha posição contrária à inscrição no Livro de Belas Artes”. A Presidenta agradeceu e passou a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca que questionou os critérios relativos à inscrição nos Livros do Tombo: “Entendi perfeitamente a posição tanto do Eugênio quanto a do Professor Nestor. A visão que vocês têm é uma visão de quem se debruça do ponto de vista arquitetônico, estético e tal, que eu não tenho competência. Mas, o que eu queria dizer é o seguinte: há muito tempo, estou muito confusa, aqui no Conselho, em relação aos critérios de inscrição nos Livros de Tombo. Eu, realmente, não entendo muito qual é o critério, sobretudo, para as inscrições no Livro das Belas Artes. A impressão que eu tenho é que há dificuldade com o tratamento que, tradicionalmente, foi dado ao Livro das Belas Artes e aos critérios estéticos, históricos do IPHAN. De repente, a sensação que eu tenho é que o Livro das Belas Artes é um apêndice, absolutamente necessário e quase que inalienável, da inscrição dos outros Livros. Então, só estou trazendo esta observação porque, talvez, a gente tenha que pensar um pouco quais são os critérios que justifiquem estes três Livros, porque a impressão que eu tenho, às vezes, é que já não tem estes três Livros, tem quase um Livro só nas propostas de inscrição. Lembre-se que falo como alguém que está fora dos meandros desta polêmica, mas é o efeito que eu vejo nos tombamentos que são feitos. Eu até gostaria de ouvir quem é do ramo como se vê esta questão”. A seguir falou o Conselheiro Carlos Eduardo Dias Comas: “Eu concordo, inteiramente, com o Professor Nestor, quando à exclusão deste bem do Livro do Tombo das Belas Artes. Minha posição é totalmente favorável e totalmente concorde com a brilhante exposição que o Conselheiro Nestor fez quanto à exclusão deste representante em particular do Livro do Tombo das Belas Artes, concordando, integralmente, com a inclusão nos outros livros”. A Superintendente do IPHAN em Santa Catarina Liliane Nizzola, pediu para fazer o seguinte esclarecimento: “Santa Catarina tem uma gama de diferentes migrações e imigrações e estes foram os exemplares que foram encontrados ao longo do Estado, que são os mais representativos, por isto, formam um conjunto e foram colocados juntos deste processo, no momento, formando um roteiro, e isto é extremamente importante neste contexto”. A seguir, falou o Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes: “Esse problema da inclusão, das categorizações e classificações, precisa ser objeto de um estudo específico para se saber, inclusive, o que é classificação. Ela tem que ter uma base epistemológica, mas, é um

instrumento operacional e acontece que a gente confunde estas coisas. Ela teria que ter mais flexibilidade para se ajustar à mutação das coisas. E eu não sou contra a exclusão do Livro das Belas Artes, no momento, por razões puramente operacionais e não cognitivas. Aliás, não sei o que são Belas Artes e não sei o que é valor estético porque é, realmente, desde o Século XIX, motivo de confusão, a começar pela própria palavra inventada por Baumgarten, criando uma palavra grega, que não existia na Grécia antiga e que tinha um conteúdo de percepção, extremamente útil para nós, mas que foi depois perdido. Por outro lado, acho que o Nestor, como sempre, foi erudito e estimulante. Então, endosso o que ele diz. Mas, gostaria de fazer a seguinte observação em relação ao neogótico. Se eu quiser entender a produção ideológica e material do neogótico, posso trabalhar com a categoria estilo. É plenamente legítimo e foi o que o Nestor fez. Mas, acontece que o momento do nascimento não reduz a história do homem, das coisas e dos fenômenos, de maneira que, na trajetória que vem depois da produção, os sentidos mudam, conflitam-se uns com os outros, produzem outros itens, sobretudo, nos mais diversos focos. Aquilo que para nós é importante, é o que se chamaria na história cultural de apropriação, independentemente, no caso, de quem deu marcas ao estilo neogótico, seja na Europa, seja na Inglaterra, em que eu vejo uma laicidade, que não se encontra na França, por exemplo. Já na origem, é um negócio complicado. Deste ponto de vista, seria a prática, a ótica existencial, fenomenológica, etc. que teria que ser nosso horizonte. Nesta perspectiva, tem-se que considerar a polissemia dos símbolos. Não existe fenômeno de maior labilidade, para usar uma palavra pernóstica, mas que impressiona, não existe fenômeno com maior labilidade, com maior potencial polissêmico que é o símbolo. Se se tomar, por exemplo, um caso que, hoje, é muito bem estudado, a apropriação pelos cristãos dos primeiros séculos da iconografia helenística, da iconografia pagã, se eu me ativer à genealogia, para já não falar da produção de origem, não entenderei este fenômeno. Isto significa que os sentidos mudam. Exatamente, qual era o sentido original? Não se têm muitos dados, apenas algumas percepções. Isto também ocorre neste caso, sobretudo com sua inserção num espaço de imigração. Então, endossando tudo que o Nestor disse, no entanto julgo que, como estilo, é plenamente aceitável, já como percepção histórica das mudanças desta polissemia dos estilos, talvez, se tenha que endossar a proposta do Conselheiro Eugênio”. O Conselheiro Eugênio Lins fez a seguinte afirmação: “Primeiro, eu tentei seguir o procedimento do processo, ou seja, a inclusão nos três livros e, de uma certa maneira, eu discordo da não inclusão no Livro do Tombo das Belas Artes porque eu acho que, por exemplo, a gente cairá em uma questão de não

considerar os bens móveis ou os bens integrados como elemento importante do contexto arquitetônico, e se a gente começa a agir desta forma, principalmente, em relação ao Século XX, teremos apagado da história muita coisa do que a gente chama de neogótico ou eclético porque os retábulos são retirados e destruídos das Igrejas brasileiras. Hoje em dia, é raro se encontrar retábulos neogóticos nos interiores. Este é um dos poucos retábulos neogóticos, muito interessantes e de boa qualidade, que resta em uma edificação religiosa no Brasil. Se não protegermos esses retábulos, mesmo que tenha um caráter de reinterpretação popular, eu acho extremamente sério isto. Eu vejo, assim, como uma visão muito preconceituosa em relação com o que ocorreu na primeira metade do Século XX, no Brasil, em termos artísticos e arquitetônicos”. O Conselheiro Breno Bello de Almeida Neves comentou que Rodrigo de Melo Andrade, quando criou o Serviço de Patrimônio Histórico e os primeiros Livros de Tombo nos anos 30 andou tombando muitas coisas em Minas, Bahia e em outros lugares do Brasil com quase 100 anos. Para ele, a arquitetura no Brasil no final do Século XIX, começo do Século XX, era uma arquitetura eclética que depois passou como exemplo, para as arquiteturas do Rio de Janeiro como antigo Ministério da Guerra, Ministério da Fazenda, o prédio da Central do Brasil, expressando que são momentos da nossa história. Chamou atenção para o Centro Histórico do Rio de Janeiro porque tem conhecimento que empresas construtores estão alguns prédios de arquitetura eclética e não se sabe o que pode acontecer. O Conselheiro Arno Wehling, fez o seguinte comentário: “Eu queria ponderar alguns aspectos. Aquela região era um território novo, um território de imigrantes onde não se eliminou nenhum vestígio, nenhum traço cultural pré-existente. Este é um dado importante em que se deve pensar. Agora, eu fiquei em dúvida, a partir da tese, instigante, lançada pelo Conselheiro Nestor. Na verdade, creio que aquilo deve ser visto muito mais como uma leitura imigrante ou, enfim, de quem concebeu a Igreja, construída do neogótico via catolicismo bávaro, haja vista que o imigrante em Santa Catarina ou era católico ou era bávaro, ou era luterano das regiões da Alemanha e, aí, eu não consigo ver uma relação com a *Action Française*. Eu acho que o que se poderia dizer é que há um fundo comum, lá no Século XIX, dentro da concepção neogótica, se nós a associarmos com o romantismo que, por sua vez, passa a ser uma leitura romântica estetizada a Idade Média. Talvez, aí, haja um fundo comum com o pensamento da extrema direita francesa, italiana, alemã, mas, é com um fundo comum. Eu não veria como uma filiação. Claro que isto também é outra hipótese. Não adianta muito a gente raciocinar pelas origens. Eu, como historiador, estou à vontade para reclamar disso porque, na verdade, não há uma origem, há um conjunto de origens, que

se sedimentam no tempo e que se confundem sobre esta questão das Belas Artes, não sei se em algum momento o IPHAN pretenderá discutir isto. Eu acho que é um conceito complicado. Eu acho que seria importante discutir um pouco esta fundamentação teórica desta partição dos livros. Poderia fazer sentido, pragmaticamente, a partir dos anos 30. Talvez, ainda faça algum sentido, pragmaticamente, hoje em dia, mas, tem um ranço positivista muito forte e é muito complicado. Ele gera uma partição do real como se fossem fatias. Então, por último, é que, como historiador, eu tenho uma imensa dificuldade em raciocinar com padrões essenciais ou metafísicos. As coisas são historicamente constituídas. Quando muda o contexto histórico e muda a convenção, muda o padrão. Nós não podemos aspirar um padrão estético ou de qualquer outra natureza absoluta, porque acho que não seríamos fiéis ao processo histórico que, de alguma forma, nós procuramos recuperar em um trabalho de Patrimônio”. A palavra foi dada à Conselheira Cecília Londres Fonseca perguntou à Presidenta Jurema Machado: “A nossa discussão trouxe um argumento que é de ordem absolutamente prática para inscrição no Livro das Belas Artes, que tem pouquíssimo a ver com esta dimensão cognitiva, valorativa, e tem a ver com a proteção material do bem. Aí, eu pergunto: Isso é um dogma? Onde está escrito? Por que o bem que é considerado enquanto documento de uma ocupação, ele não merece uma proteção, também, material e cuidadosa? Onde está escrito que ela é mais frouxa quando se trata de um documento histórico, inscrito em um documento histórico, e mais rígido quando se trata de um documento de Belas Artes? Isto é uma jurisprudência criada pela prática ou é algo, realmente, predefinido e preestabelecido? Fiquei com esta dúvida”. Jurema Machado respondeu: “Na verdade, não é um dogma e nem uma jurisprudência, aliás, é o que o IPHAN menos tem, mas, a natureza da forma de tratar as intervenções deste bem muda substancialmente, ele como documento, ele como inserção em paisagem, você vai até um determinado limite de aprovar as intervenções. Ele, como objeto, por exemplo, um altar neoclássico da Igreja, preservado, passa a exigir um rigor do ponto de vista de intervenção que seria análogo à Igreja São Francisco de Ouro Preto. Isto, no dia a dia, tem gerado dificuldades enormes na gestão de conjuntos muito extensos pelas Superintendências. Eu vejo, muitas vezes, comportamentos muito díspares na nossa fiscalização que, em bens em conjunto, protege-se, vamos dizer, a volumetria, aquilo que representa a inserção daquele objeto. Em bens individuais, tradicionalmente, protegeu-se o sistema construtivo, elementos decorativos, etc. Vejo nisso, embora possa parecer uma simplificação, uma concretude muito grande, quer dizer, isso muda substancialmente. Se nós passarmos a trabalhar, por exemplo, em

uma cidade da dimensão de Ouro Preto, se protegêssemos todas as plantas, a distribuição espacial, interna de todos os imóveis, seria totalmente inviável fazer a gestão deste bem. Esta Igreja da Vargem não estaria aqui nesta pauta se não tivesse sido trazida, guindada pela abordagem do conjunto. O IPHAN de Santa Catarina não teria identificado, isoladamente, este exemplar para esta análise. Ela só está aqui por referência ao conjunto e é nisso que, talvez, a questão das Belas Artes fique um pouco em segundo plano. Mas, à luz do que vem sendo, não digo a jurisprudência, mas o tratamento mais frequente que o IPHAN dá, não há nela uma excepcionalidade, não há nela uma relevância em si como valor intrínseco que nos tivesse motivado buscar este bem, a não ser ele referenciar o conjunto”. Por último falou o Conselheiro Carlos Eduardo Comas: “É uma questão de qualidade de projeto porque, senão, nós diremos que esta igreja tem a mesma qualidade de projeto que São Francisco de Assis de Ouro Preto ou da casa neoclássica do Vladimir. Não é verdade. Eu estou discutindo qualidade de projeto. Eu entendo que discutir em termos de Belas Artes para a arquitetura é qualidade de projeto, e neste eu não reconheço a mesma qualidade de projeto dos outros edifícios mencionados. E deste aí, vemos que uma colega ilustre nossa esqueceu este edifício. Eu acho que ela não quis foi entrar na briga porque ele não apresentava a mesma força dos outros edifícios. Agora, esta é uma manifestação como arquiteto. Não acho que tenha força suficiente para se dizer isto. Agora, existe um problema interno, da arquitetura interna, que o colega Lins levantou que entra em choque com questão, com a possibilidade da demolição ou de alteração, etc. Mas, o conceito precisa ser revisto. Nós podemos usar o mesmo conceito de São Francisco de Assis de Ouro Preto em relação a esta Igreja em termos de lógica interna de projeto? Acho que não. Agora, as outras que a Superintendente mostrou, acho que são bastante coerentes e, portanto, são representativas daquela população”. Em seguida a Presidenta passou à votação do Parecer do relator com o seguinte encaminhamento: “eu queria encaminhar o processo de votação em duas etapas, que seria aquilo que me pareceu mais consensual, que é a inscrição nos Livros do Tombo Histórico, do Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e, na sequência, fazer a votação em separado do Livro do Tombo das Belas Artes para não nos confundirmos”. Efetuado o processo de votação, o Conselho APROVOU por unanimidade o Tombamento da Igreja de São Judas Tadeu, em Vargem/SC e sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e por quatro votos a favor, três votos contra e onze abstenções, a inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes. A Presidenta deu por

encerrada a sessão da manhã, e convocou para às 14 horas e 30 minutos, a retomada dos trabalhos. TARDE – Às 14h30, a Presidenta Jurema Machado deu continuidade à 76ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Presentes os Conselheiros: ÂNGELA GUTIEREZ, ARNO WEHLING, BRENO BELLO DE ALMEIDA, LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM; LUIZ PHELPE DE CASTRO ANDRÉS, MARIA CECÍLIA LONDRES FONSECA, NESTOR GOULART REIS, SYNÉZIO SCOFANO FERNANDES E ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES, representantes da sociedade civil; FABIANA OLIVEIRA, representante suplente do Ministério do Turismo; ÂNGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS, representante do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM; CARLA MARIA CASARA, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA; CARLOS EDUARDO DIAS COMAS, representante do Ministério da Educação; CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA, representante do Ministério das Cidades; CRISTIANA NUNES GALVÃO BARRETO, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB; EUGÊNIO ÁVILA LINS, representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS; MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE GUIMARAENS, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB; ROQUE DE BARROS LARAIA, representante da Associação Brasileira de Antropologia-ABA. A Presidente reiniciou a sessão colocando para deliberação o Processo de Tombamento: nº 1613-T-2010 – Conjunto das Fortificações Brasileiras: em Óbidos/PA: Forte da Vila de Óbidos; Forte da Serra da Escama e Quartel General de Gurjão. Em Rosário/MA: Ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário. Em Ladário/MS: Base Fluvial de Ladário. Em Corumbá/MS: Forte Junqueira; e Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim/RR (Processo: 01458.003599/2010-16), Passando a palavra ao Relator, Conselheiro Synésio Scofano Fernandes. Este agradeceu, e iniciou a leitura do Parecer: *“FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS. Reporto-me aos entendimentos ocorridos, em 2000, entre o IPHAN e a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) – hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX)- órgão que, no Exército, trata dos assuntos históricos e culturais. Esses entendimentos foram movidos pelo interesse comum de construir mecanismos e procedimentos voltados para o amplo tema das Fortificações Brasileiras: o levantamento, o registro, a disseminação geográfica, a temporalidade, a história, os contextos político, econômico, militar, a preservação e o uso. Pretendia-se construir uma visão geral de um assunto da maior importância para a sociedade brasileira que envolvia a posse e a manutenção do território nacional, a construção de nosso país e ao mesmo*

tempo estabelecer para que esse valiosíssimo patrimônio fosse preservado. Lembro-me do apoio recebido do Centro de Documentação do Exército, detentor de um riquíssimo acervo documental. A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), logo após a sua instituição, no início de 2001, dedicou-se a esse trabalho de investigação e, também, de gestão. Inúmeras Associações voltadas para as Fortificações Brasileiras receberam apoio e estímulo da FUNCEB. Foi instituído o “Projeto Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze e Homens de Ferro” que tem em vista realizar uma ampla investigação sobre as Fortificações Brasileiras e difundir o conhecimento produzido. Foi concebida, então, a edição da obra em quatro volumes: “MURALHAS DE PEDRA, CANHÕES DE BRONZE, HOMENS DE FERRO”. Já foram editados dois volumes dessa coleção e o terceiro está em fase de impressão. Esse trabalho é coordenado e desenvolvido pelo Prof. Adler Homero Fonseca de Castro, com colaborações do Prof. Mário Mendonça e do Prof. Marcos de Albuquerque. Está sendo planejado um Simpósio, de nível internacional, sobre as Fortificações Brasileiras, a ser realizado em 2015. As pesquisas já desenvolvidas, no âmbito do referido Projeto, apontam para mais de mil fortificações construídas no território nacional. O livro de autoria do Coronel Aníbal Barreto, “Fortificações Brasileiras”, editado, em 1958, pela Biblioteca do Exército, talvez o último que faz uma abordagem geral do assunto indica de acordo com levantamentos realizados na época um total de trezentas fortificações existentes no Brasil. Oito anos depois, em 2008, foi realizado um encontro do qual participaram o IPHAN, a DPHCEX, órgãos da Marinha Brasileira e estudiosos do assunto. Essa reunião enfocou alguns dos aspectos relacionados a Fortificações Brasileiras que haviam suscitado os entendimentos de 2000. O pano de fundo a motivar os interesses que possibilitaram as tratativas já realizadas e em desenvolvimento é o papel histórico desempenhado pelas Fortificações Brasileiras na posse e na manutenção do território brasileiro e a preservação desse patrimônio que registra esse processo fundamental para a nossa sociedade. Esse esforço grandioso para garantir aos brasileiros o seu espaço geográfico é atualíssimo, principalmente, na imensa fronteira Norte, detentora de riquezas guardadas, de variedades de vegetação desconhecidas, de águas que são o único meio a ligar paragens nunca visitadas pelo homem. A Amazônia Legal brasileira se estende por uma área de cerca de 5 milhões de Km², equivalente a 58% do território brasileiro, a 40% da superfície da América do Sul, 1/20 de toda a superfície da Terra. Nessa área cabe toda a Europa, com exceção da Rússia. A região possui 1/5 de toda a água doce do planeta, 11.248 km de fronteiras, 23.000 km de rios navegáveis. A grandiosidade do

trabalho realizado por nossos antepassados está inscrita na história das Fortificações Brasileiras, que, na verdade, resultou do esforço conjunto de diplomatas, de trabalhadores, de empresários, de militares e de outros segmentos da nossa sociedade em construção. As motivações que moveram esses personagens em viver e construir o Brasil permanecem em nossa atualidade, agora se contrapondo a ameaças revestidas de novas roupagens. Fortificação é uma expressão genérica que nomeia: fortes, fortalezas, fortins, baluartes, pontos fortes, redutos. Mas quando nos referimos a “Fortificações Brasileiras” não estamos falando apenas das edificações e das suas condições arquitetônicas, mas, suscitamos outros aspectos construtivos desse conceito: a sua historicidade, as questões políticas, econômicas e as puramente militares relacionadas à estratégia e à tática. “Fortificações Brasileiras”, também, não designam somente a reunião dos elementos constitutivos de um conjunto de objetos considerados os fatores que delimitam as suas identidades, mas sim todas as fortificações do Brasil, no quadro da evolução histórica do nosso país. Essa temporalidade é que possibilita o entendimento da expressão “Fortificações Brasileiras”. Portanto, há que se construir uma compreensão geral que dê sentido e permita acolher os casos particulares das Fortificações existentes no Brasil. Esse quadro conceitual afastaria a visão “rizomática”, fragmentária da realidade, que impossibilita a percepção do todo e dificulta a ação, inclusive a política e a administrativa. Em um universo de mais de mil exemplares, qual a prioridade para iniciar o processo de tombamento, sempre minucioso e custoso, ou para distribuir os recursos necessários à preservação do bem? De certo, o atendimento dos pleitos movidos por interesses pontuais pode ser um procedimento facilitador dos processos de tombamento. Mas seria esse o mecanismo adequado? A fortificação é sempre defensiva; pretende se contrapor a uma possível ação ofensiva do inimigo mesmo quando se insere em uma perspectiva estratégica de lançar os pontos iniciais para a posse do terreno as ações táticas decorrentes tornam evidente seu caráter defensivo. A fortificação é dissuasória, isto é, lá está com sua estrutura arquitetônica, grandiosa ou não, e com seu armamento para desestimular a ação ofensiva do inimigo. A sua condição estática e o seu caráter dissuasório exigem que ocupe pontos dominantes no terreno, facilitadores da visão ampla, em profundidade e largura, e nas confluências e embocaduras dos rios. Mas as fortificações sucumbiram aos fatores da mobilidade e ao desenvolvimento das tecnologias de propulsão. Os meios de ataque se tornaram móveis, podendo ocupar, rapidamente, qualquer lugar no espaço, inclusive o aéreo. Os modernos sistemas de propulsão permitem localizar bases de ataques em locais cada vez

mais afastados dos alvos. Após a II Guerra Mundial, progressivamente, se tornaram alvos fáceis dos fogos de navios, das aeronaves e de bases situadas em locais longínquos. De modo que as fortificações, ainda em operação no Brasil naquelas épocas começaram a ser desmobilizadas. Grande parte delas passou a integrar o patrimônio administrado pelo município ou pelo estado em que se encontravam. Em alguns casos, foram organizadas associações de apoio à preservação do patrimônio cultural, constituído por essas edificações. As fortificações que permaneceram sob jurisdição militar sofreram transformações, não na sua estrutura arquitetônica, mas nos seus usos. Os quartelamentos em que se situavam passaram a ter outros empregos: centros de estudos e de pesquisas, quartéis gerais, quartéis para tropas com outros empregos táticos, diferentes daqueles originais, centros culturais e museus voltados para a sociedade em geral. Outro aspecto cultural a considerar, inerente ao conceito de Fortificações, diz respeito à especialização dos recursos humanos voltados, especificamente, para a Artilharia de Costa que operavam os equipamentos e o armamento constitutivos desse elemento do combate defensivo. A técnica de tiro para esse tipo de artilharia, um tiro tenso, próprio do canhão e não do obus, era grandemente afetada pela mobilidade do alvo e pelas condições meteorológicas – visibilidade, direção e velocidade do vento e outros fatores. Essa técnica de tiro exigia saberes particulares e o desenvolvimento de instrumentos específicos que foram acumulados ao longo dos anos e constituíram um riquíssimo acervo cultural. É uma ficção tentar compreender o conceito de “Fortificações”, considerando, apenas, aspectos políticos, econômicos e arquitetônicos, sem levar em conta a sua funcionalidade, as questões operativas puramente militares. Essa redução conduz ao entendimento fragmentário do tema, em que se avalia como ocorre algumas vezes, a importância histórica, política e militar da fortificação considerando, fundamentalmente, a participação de sua guarnição em episódios que não se referem à sua funcionalidade, deixando-se em segundo plano aspectos essenciais determinantes da existência de tal ou qual fortificação e que lhe dão sentido. Ocorre, também, que grande número de fortes e fortalezas que, originalmente, ocupavam locais de pouca densidade demográfica, com o desenvolvimento das cidades em que se localizavam, passaram a ser envolvidos na rede urbana, processo que provocou o deslocamento dessas Fortificações da periferia para o centro sem que efetivamente ocorresse a mudança do local em que inicialmente haviam sido construídas. Esse “deslocamento” deu origem a inúmeras questões nas quais as Fortificações passaram a ser envolvidas, ressaltando: as tensões entre, de um lado, as associações comunitárias,

que se preocupam com a preservação ambiental das áreas circundantes ao espaço em que vivem e de outro lado, o interesse de grupos imobiliários. No caso das Fortificações ainda sob jurisdição militar, a maioria delas detém amplos espaços, muitas vezes com vegetação exuberante, que faz parte do sítio de proteção da Organização Militar a ser preservado, mas esses espaços são cobiçados. De modo que as Organizações Militares, com o decidido apoio dessas associações, têm impedido o avanço desses interesses. Apenas para exemplificar, cito a área do Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme, na cidade do Rio de Janeiro, que ocupa um amplo sítio de Mata Atlântica, que sobe por uma elevação que dá acesso ao Forte do Vigia, dominante em uma cota de 124 metros do cenário de insuperável beleza da Praia de Copacabana. Local preservado e aberto à visitação pública. No caso das Fortificações cujos patrimônios passaram para a jurisdição civil essas tensões também ocorrem, envolvendo as instâncias detentoras desse patrimônio e os grupos com interesses imobiliários; outra questão a ser considerada diz respeito ao uso a ser dado ao patrimônio, o que exige investimentos iniciais relevantes e nem sempre disponíveis. No caso dos patrimônios sob jurisdição militar, apesar da carência de recursos financeiros, tem sido feito um grande esforço para preservar o bem e, ao mesmo tempo, dar-lhe um uso adequado, tornando-o público. São inúmeros no Brasil os casos exitosos em relação a esse aspecto. As “Fortificações Brasileiras” se disseminaram pelo espaço geográfico brasileiro levando em conta, fundamentalmente, a percepção da possível ameaça do inimigo; foram erigidas em locais indicados pela estratégia político – militar de conquista, expansão e domínio do território. Também, ocuparam posições que podiam servir de apoio a ações de proteção ao comércio, a atividades extrativistas e ações contra os ataques indígenas. Em uma perspectiva geral, inicialmente e até mais ou menos a 1700 se disseminaram pela linha litorânea protegendo cidades e, principalmente, os centros do poder político, econômico e administrativo contra os inimigos externos, concorrentes na colonização do Novo Mundo: espanhóis, franceses e holandeses. Depois, a partir do começo do século XVIII inflectiram para Oeste, estabelecendo bastiões para a expansão portuguesa além de Tordesilhas e para defender a região norte, particularmente a Amazônia, contra pretensões de holandeses, ingleses e espanhóis. Posteriormente, a partir de 1750, começaram a surgir às fortificações ao sul do Paraná, no atual Mato Grosso do Sul e em Rondônia, como consequência da política de posse dos territórios a Oeste e das ameaças de um novo inimigo externo, não mais extracontinental. Mas as fortificações têm características construtivas próprias que a singularizam dentro das famílias arquitetônicas e lhes

emprestam uma linguagem plástica, o que permite considerá-las obras de arte. Os planos em que se desenvolvem as suas volumetrias, as suas assimetrias e simetrias, as suas formas em estrela, quadrilátero e pentagonal, as contraposições das saliências em ângulo agudo dos baluartes com as cortinas alongadas e recuadas configuram a riqueza da composição de uma obra de arte. Mais ainda, as Fortificações são lugares de outros produtos culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental, iconográfico, cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas funcionalidades. Nesse relato vamos tratar de seis fortes e dos muros da base naval de Ladário, localizados na região amazônica e no Oeste brasileiro. As fortificações estão localizadas em pontos diferentes e foram construídas em épocas distintas, apresentando estados de conservação diferenciados. “A região de Óbidos”, no Pará, foi sempre foco de atenção nos planos de organização de um sistema de controle do tráfego marítimo no rio Amazonas. A peculiaridade de Óbidos é que o rio se estreita acentuadamente, de modo que a distância entre as margens diminui para até 1700 metros, o que a situava dentro dos limites de alcance do material de artilharia existente na época. Portanto, o fechamento da via fluvial poderia acontecer se Óbidos sediasse uma posição fortificada e artilhada com material adequado. Em diferentes épocas e em diferentes locais foram construídos fortes na região da cidade de Óbidos (Pauxis, Óbidos, Serra da Escama). Inicialmente, trataremos do “Forte de Óbidos”, construído de 1853 a 1854. Ocupava uma posição às margens do Amazonas que batia o ponto mais estreito do rio. O projeto deste forte previa duas posições: uma bateria alta (a fortificação ainda hoje existente, denominada “o forte da vila”), 15 metros acima do nível do rio, e uma bateria ao nível do rio, construção terminada apenas em 1865, com uma dimensão muito menor do que a projetada, em razão dos seus custos. Em 1924, essa bateria baixa foi demolida. Também se cogitou estabelecer, na outra margem do rio, outra bateria complementar, o que não se concretizou. Talvez tenha sido uma das únicas posições permanentes erigidas entre a Regência (1831) e a Questão Christie (1863), quando se passou a adotar a estratégia móvel de defesa. Pode ser considerado um exemplar da política de marcar a presença militar brasileira em uma região vulnerável à ação de um inimigo externo, que atuava (ou ainda atua) em proveito de uma estratégia de internacionalização da Amazônia. Esses dois valores lhe emprestam um papel de forte conteúdo histórico, o que recomenda a sua inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões Paixhans calibre 80 que guarneciam a posição. Torna-se dispensável a indicação de uma área de proteção já que a fortificação está inserida no centro do núcleo urbano, com

casas que chegam a tangenciar os muros da Fortificação. O “Forte da Escama”, situado na Serra da Escama, em Óbidos, no Pará, foi construído em 1909, de acordo com um plano de defesa, concebido no final de século XIX, de modo a oferecer condições de proteção a alguns portos e locais considerados estratégicos. O “Forte da Escama” ou “Forte da Serra da Escama” não se confunde com o “Forte de Óbidos” (I, II), construídos e reconstruídos no final do século XVII e nos meados do século XIX e que praticamente deram origem à cidade de Óbidos; no entanto, as motivações estratégicas dessas fortificações permaneceram as mesmas: aproveitar o estreitamento do Rio Amazonas. Contudo, a evolução do material de artilharia, ocorrida a partir de 1850, permitiu o aparecimento de peças com alcance superior a 5000 metros. Esse desenvolvimento tecnológico conduziu a uma modificação tática na área de Óbidos: localizar a posição defensiva nas elevações próximas à cidade. O Forte da Serra da Escama, um novo Forte, situado nessas elevações e provido de canhões com alcance de mais de 5 km poderia bater mais profundamente um vetor fluvial que se deslocasse pelo leito do rio. Mas, quanto ao seu poder de fogo, era uma posição modesta guarnecida por uma bateria (1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa depois denominada 8ª Bateria Independente), mais ou menos, o valor equivalente a um terço, em canhões e pessoal, ao de um Grupo de Artilharia. Na verdade, quanto ao “Forte da Escama” não há registro de nenhuma operação militar da qual essa fortificação tenha efetivamente participado, mas desempenhou a função de fator dissuasório como posição defensiva e como as demais fortificações, foi elemento importante na posse e manutenção do território brasileiro. Ainda, sob o ponto de vista histórico, não relacionado à posição defensiva em si, registra-se a participação dos militares que guarneciam o Forte em dois episódios políticos: a Revolução de cinco de Julho de 1924 (Revolução dos Tenentes) e a Revolução Constitucionalista de 1932. Depois de desativado, um efetivo de valor aproximado de uma Companhia de Infantaria (mais ou menos 120 homens) permaneceu, até 1967, no local fazendo a vigilância aproximada da região e cuidando do patrimônio lá existente. Atualmente está sob a responsabilidade da Prefeitura de Óbidos. Esse Relator recomenda o tombamento dos remanescentes do “Forte da Serra da Escama” com a inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com o material de artilharia que guarnecia a posição. O “Quartel General Gurjão”, na verdade, constituía-se no aquartelamento da tropa que guarnecia o “Forte da Serra da Escama” de dimensões exíguas que não lhe permitiriam alojar cerca de 150 homens, o possível efetivo que operava as peças constitutivas dessa posição defensiva. Projetado por uma Comissão da

Vila Militar da capital federal, localizava-se um pouco abaixo do “Forte da Serra da Escama”, em um terreno plano, denominado Praça do Bom Jesus. Foi inaugurado em 1909. O Projeto inicial previa três pavilhões dos quais foi construído apenas o da frente, com três pavimentos: no primeiro pavimento instalou-se o serviço de Intendência (o rancho e a reserva de materiais); no segundo pavimento, provisoriamente, ficaram o xadrez, os alojamentos de praças, o Estado – Maior, o serviço de saúde e a escola regimental; no terceiro, o Gabinete do Comando, a Secretaria e a Casa de Ordens. A edificação era ampla, arejada, com boa iluminação natural e contrastava, na época, com o padrão das demais edificações da cidade. Na verdade, reproduzia o modelo arquitetônico das instalações militares do Brasil, ainda inspiradas na influência do modelo alemão, propagadas pelos “jovens turcos”, oficiais brasileiros que em sucessivas viagens de estudo à Alemanha (1906, 1908 e 1910), traziam para o nosso país novas ideias para modernizar o Exército, não só quanto à doutrina de emprego, mas também quanto ao treinamento, aos equipamentos e às instalações militares. De modo que deve ser acolhida com cautela a interpretação de que o “Quartel do Gurjão” tivesse as suas linhas construtivas inspiradas pela expressão soldado-cidadão, pelos ideais de dispensar, na época, ao soldado (ou ao recruta), um tratamento que favorecesse ou elevasse à condição de cidadão um homem recrutado nos extratos mais modestos da sociedade. Certamente, as motivações dos traçados da arquitetura militar daqueles momentos não se inspiravam nesses resultados. Basicamente, o que se pretendia em relação às instalações militares era dar melhores condições de conforto a todos os usuários desses espaços, uma evolução natural das condições de habitabilidade dessas construções. Em razão de algumas afirmações apresentadas neste processo, torna-se necessário um exame mais demorado das finalidades da educação e do treinamento militar, das funcionalidades e da arquitetura das escolas militares e dos quartéis. Sem procurar refutar a profunda interpretação de Foucault sobre a genealogia sobre a arqueologia do saber (e a genealogia do poder), é sensato tentar “capturar a verdade” também em outras fontes, com “outros olhos”. É certo que as palavras no decorrer do tempo, mudam de sentido, os desejos de direção, as ideias alteram as suas lógicas originais, dificultando a recuperação do traçado lento da história, mas, no entanto, os saberes do homem em relação à natureza e ao próprio homem, decorrentes da perseguição continuada, persistente, resultaram em crenças, explicações e compreensões, codificadas e estruturadas nas disciplinas do conhecimento humano. Não é possível deixar de considerar essa evidência. A própria identificação das

descontinuidades, da interrupção, resulta de um conhecimento prévio. Dentro desse debate a Educação pode ser entendida como um instrumento de opressão, de submissão do homem, de castração. Nessa perspectiva, os currículos, os objetivos educacionais, a didática, a configuração da sala de aula, a arquitetura escolar são apenas elementos de dominação para reproduzir padrões sociais, de docilização do corpo e das mentes. Mas existe outro olhar sobre o significado da Educação. Como diz Brameld, as principais funções da Educação decorrem das suas finalidades: o mais poderoso instrumento para a preservação e a renovação da sociedade e da cultura. De modo que a natureza das instalações militares, principalmente, aquelas destinadas às Escolas de Formação, incluídas nessa classe, as direcionadas ao abrigo e ao treinamento do recruta podem ser percebidas não como locais “de segregação” e de “encarceramento”, mas de acordo com uma visão educacional fundada em teorias das ciências do comportamento humano. Dentro dessa perspectiva, esses espaços seriam elementos reforçadores das atitudes e dos valores centrais do ofício do militar. Espaços constituídos de amplos pátios e alojamentos, facilitadores da integração social, do exercício da cooperação, dos deslocamentos realizados em grupo, sob um comando; portadores dos sinais que constituem o aparato dessa vida coletiva. Locais para a formação de um tipo de recurso humano direcionado ao combate, em que, em situação limite a sua vida estará em jogo. A formação desse especialista exige fundamentalmente, além de uma base cognitiva, o desenvolvimento de atitudes e valores tais como: a liderança, a disciplina, o sentido da hierarquia, a cooperação, a compreensão do outro, entre outros atributos. O aprendizado de atitudes e valores pressupõe uma didática especial, diferente daquela em que se realiza a aprendizagem em nível cognitivo. O desenvolvimento da cooperação, da responsabilidade, da disciplina, da hierarquia, da compreensão do outro, da dedicação, da iniciativa, do tato, enfim, dos atributos que têm uma variável emocional bem nítida, se faz, especialmente, com procedimentos fundamentados na modelação, na aprendizagem social, na dissonância cognitiva, na percepção das circunstâncias ambientais. As evocações verbais, as palestras, as exortações não são os procedimentos mais produtivos para desenvolver atitudes e valores. Daí porque a promoção desses construtos, em situação educacional, exige ambientes (clima social, espaços, normas de conduta) facilitadores e reforçadores desses atributos. A arquitetura dos quartéis, das escolas e de outras dependências militares está submetida a esses princípios. Portanto, entendemos que o fator determinante para o tombamento do “Quartel do Gurjão” reside no seu enlace com o “Forte da Serra da Escama”, do qual é um elemento integrante. Em

consequência, recomendamos que o “Quartel General Gurjão”, localizado na cidade de Óbidos, Pará, bem como o estádio “Rego Barros”, adjacente, seja tombado e inscrito no Livro de Tombo Histórico. A poligonal de tombamento do conjunto “Forte da Serra da Escama” e do “Quartel General Gurjão”, incluindo o estádio “Rego Barros” é a definida na página 332 e a poligonal de entorno a constante na página 335, ambas, do Volume 2 do Anexo I do Processo 1028-T-80. “O Forte Vera Cruz do Monte do Calvário” (inicialmente conhecido com o nome de “Forte de Nossa Senhora da Conceição”) foi construído após a conquista do Maranhão, em 1620, no município de Rosário, restando apenas às ruínas desse patrimônio histórico. É um dos raros exemplares, talvez o mais antigo existente no Brasil, da arquitetura militar de transição de um forte do período medieval para o de artilharia. Inicialmente, o seu objetivo estratégico era garantir a defesa dos moradores dos engenhos contra a ação dos indígenas. Mas está associado, também, a alguns acontecimentos importantes da história brasileira: foi ocupado pelos holandeses em 1641; foi cenário da primeira rebelião contra o invasor, acontecimento que antecedeu à Restauração Pernambucana, em 1645; participou, também, dos episódios de repressão à revolta da Cabanagem. Portanto, recomenda-se o tombamento das ruínas do “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário”, com inscrição nos Livros de Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por representar um patrimônio: indicador de um tipo de arquitetura defensiva associado à permanência de modelos arcaicos no Brasil, constituindo-se num dos raros exemplares com essa característica; representativo da estratégia de defesa de territórios e comunidades no interior do Brasil; associado a importantes acontecimentos da história de nosso país – as Guerras Holandesas e a Revolta da Cabanagem. Registre-se que o “Forte de Vera Cruz do Calvário” foi tombado pelo Estado do Maranhão em 1990. As propostas das poligonais de tombamento e de entorno são as indicadas nas páginas 144 a 150 do Volume I do Anexo III do Processo 1580 – T-09. ”Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco”, do município de Boa Vista, em Roraima. O “Forte São Joaquim” foi construído durante os anos de 1765-1775, na confluência dos rios Uraicuera e Itacutu, na margem esquerda do rio Branco. Seus objetivos estratégicos eram assegurar a posse das grandes extensões de terra decorrentes da fixação das novas fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid (1750) e o rompimento dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal. É, portanto, um exemplar dos efeitos da política de posse e manutenção do território nacional, que, na época, estava sendo construído. As intenções de espanhóis, de holandeses e ingleses, na região, exigiam não

só tratativas diplomáticas, mas também, a ação militar para proteger os interesses de Portugal, na época. Interesses que, mais tarde, iriam constituir a imensa base físico-geográfica do Brasil. Registre-se o seu papel no processo de destruição dos “Estabelecimentos” espanhóis da região: o Forte de San Juan Batista de CadaCada e a povoação de Santa Rosa. O “Forte São Joaquim” talvez expresse, com maior nitidez, essa destinação de vigilância e de proteção do nosso território nacional, destinação, que, de resto, está sempre presente, talvez, com menor intensidade, em todas as Fortificações erigidas na região amazônica. “Forte de São Joaquim” é o nome do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, atual integrante da Brigada de Infantaria de Selva com sede em Boa Vista. Esse sentido de proteção e vigilância inspirou a constituição de 8 Brigadas de Infantaria de Selva, grandes comandos com estruturas variadas, de 22 Pelotões de Fronteiras, de 4 Destacamentos de Selva, disseminados pelos limites longínquos do nosso território. Claro que essas organizações, embora apoiadas por meios de transporte aéreos (helicópteros), não são, de longe, as suficientes para a vigilância e a proteção da imensa região amazônica, mas constituem um grande esforço do estado brasileiro para, inspirado no papel das fortificações, manter a posse do território e a soberania nacional, ainda sujeita a fortes ameaças em nossa atualidade. Quer dizer, a defesa estacionária, inerente à condição de imobilidade da Fortificação, foi substituída pela defesa móvel, que se viabiliza na capacidade de locomoção nos ambientes aquático, aéreo ou terrestre, nas possibilidades de comunicação, oferecidas por novas tecnologias, na letalidade das armas de longo alcance. A dissuasão, que, no caso das Fortificações, decorria da concretude da monumentalidade arquitetônica, da sua imponência, da leitura dos sinais que, prontamente, se apresentavam ao atacante, agora, com a defesa móvel, ampara-se na intangibilidade, na surpresa, na fragmentação do contra-ataque, que pode surgir de qualquer lugar, de modo concentrado ou não, na imprevisibilidade do golpe, na dissimulação. Por tais motivos é muito mais inibidora, isto é, paralisa o atacante, pois lhe apresenta a possibilidade, provável, de que um eventual ataque desencadeará uma resposta muito mais devastadora do que os danos previsíveis de serem infringidos ao defensor. É claro que esse novo sistema é muito mais dispendioso, exigindo constante atualização tecnológica e a permanente capacitação de recursos humanos. Propõe-se, portanto, o tombamento das ruínas do “Forte São Joaquim”, em como dos seis canhões coloniais, que o guarneciam, com inscrição no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em razão: de sua participação no processo de expansão portuguesa na Amazônia, especialmente, nas ações que se referem às instalações

espanholas na região; Forte de San Juan Batista de CadaCada, no rio Uraricoera e a povoação de Santa Rosa, no rio Uraricapara; por ser um exemplar significativo da política de posse e manutenção do espaço territorial brasileiro na área; por oferecer elementos para o entendimento da colonização da Amazônia, particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos indígenas. Registre-se, que, do Forte original, persistem apenas vestígios da edificação principal, o que não deverá se constituir obstáculo para a sua preservação e revitalização. O tombamento, também, deverá alcançar os seis canhões associados ao Forte. Por fim, ressalte-se que o Forte São Joaquim foi objeto de tombamento estadual em 2001. As poligonais de tombamento e de entorno são as definidas, respectivamente, nas páginas 271,272 e 273 do Volume 2 do Anexo IV do Processo 1504-T-02. “Forte Junqueira” Essa fortificação foi construída, em 1872, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, com a finalidade de integrar um sistema de defesa a ser estabelecido na região, após a expulsão dos Paraguaiois. Participaria de uma linha de resistência constituída pelas posições de São Francisco, Conde D’Eu, Duque de Caxias, Major Gama, Santa Cruz e o Forte Junqueira, com o objetivo principal de impedir um desembarque fluvial na cidade de Corumbá. Dessa linha de resistência restou o “Forte Junqueira”. Na verdade, é um reduto, isto é, uma posição defensiva fechada, com apenas uma frente artilhada, a face Leste que dá para o Rio Paraguai. Tem um perímetro de 160 m. A sua forma geral é a de um retângulo, com dois torreões quadrados, um a Oeste e outro a Sul. A sua relevância histórica reside no fato de ser uma das poucas fortificações construídas no Brasil durante a Regência, após a implantação, em 1831, da política de redução dos efetivos militares e em se constituir no derradeiro exemplar do sistema de defesa estabelecido, após a Guerra do Paraguai, para proteger a região de Corumbá, valores que recomendam sua inscrição no Livro de Tombo Histórico. Ocupa uma área sob a jurisdição do 17º Batalhão de Fronteira, Organização Militar do Comando do Exército, que tem como principal missão garantir a integridade da fronteira Oeste do Brasil. Com a finalidade de proteger o bem patrimonial proposto para tombamento e, ao mesmo tempo, possibilitar à Organização Militar o exercício de suas funcionalidades, submetemos a esse Conselho a poligonal de entorno definida pelos seguintes pontos: Ponto A (18° 59’ 48,7’’ S-57° 38’ 11,8’’ W), Ponto B (18° 59’ 46,1’’ S – 57° 38’ 13,1’’ W), Ponto C (18° 59’’ 46,3’’ S- 57° 38’ 08,4’’ W), Ponto D (18° 59’ 47,5’’ S – 57° 38’ 08,8’’ W). Base Fluvial de Ladário, em Ladário, Mato Grosso do Sul. A “Base de Ladário”, no que se refere ao seu valor histórico, apresenta aspectos especiais, pois a sua instalação na região em que se localiza decorreu

da reconfiguração da estratégia militar. Após os episódios da Guerra do Paraguai, ficou evidente a necessidade de reforçar as defesas brasileiras em uma área carente de atenção mais efetiva do estado brasileiro. Foram então deslocados para essa região consideráveis efetivos do Exército, foi planejada e desenvolvida uma linha de defesa em posição, constituída por fortificações de níveis variados (fortes, fortins, baterias, redutos), empreendeu-se um grande esforço para levar, àquelas paragens, recursos necessários a uma maior integração ao restante do Brasil, como o telégrafo, que começou a operar em 1904. Ainda, dentro dessas providências, foi concebida a instalação de um Arsenal Militar de Marinha de modo a apoiar, mais efetivamente, os meios fluviais militares. Era uma iniciativa importante porque, também, os navios de guerra (flotilhas) aumentaram sua presença no rio Paraguai, que se constituía em uma importante via de acesso ao Paraguai e à Argentina. Então, preliminarmente, é preciso compreender que a “Base de Ladário” não se revestia e não se reveste de um papel estratégico semelhante ao desempenhado por um forte, uma bateria ou um reduto. Não tem em vista realizar uma ação tática defensiva de posse ou manutenção do terreno. A sua destinação é exercer o Comando e apoiar tecnicamente, ainda nos dias correntes, por meio da ação de Comando, de reparos, dos variados campos da logística e dos meios de comunicação os vetores de combate da Marinha Brasileira, na região de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Relatório apresentado, em 1881, pelo Vice-Almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim ao Ministro da Marinha a respeito de instalações e atividades da Base Naval instalada em Ladário indica os tipos de missões que lhe cabiam. Diz o Relatório: os seguintes setores da referida Base foram inspecionados “As Companhias e Imperiais Marinheiros e Aprendizes de Marinheiros; Enfermarias e farmácias; Oficinas de máquinas, carapinas e construção naval; Depósitos de pólvora e velas; Almoxarifado e Pagadoria; Secretaria; Moradia do Inspetor, ajudante, médicos; diretores das oficinas e patrão – mor; Capela; Via Férrea para Transporte de materiais pesados; Depósito de materiais bélicos; Capitania dos Portos e Força Naval, composta pelos navios da flotilha.” Era uma organização voltada para a coordenação e para a realização de serviços técnicos. As muralhas construídas, em 1873, tinham a função de proteger a própria base, especialmente (e quase unicamente) de uma ameaça proveniente do Rio Paraguai, mas era uma proteção tênue. A própria extensão da linha de muralhas, 2.300 m, circunscrevia uma área de exigência muito superior aos recursos humanos disponíveis para a defesa aproximada, caso ultrapassada a linha de fogo, estabelecida pelo artilhamento existente. É um exagero, uma inadequação, denominar-se “a Base de

Ladário” de forte. Também, a classificação das muralhas da “Base de Ladário” como exemplar do traçado italiano tem de ser feita com cautela, pois a sua função defensiva, como posição de artilharia, é mais efetiva em um trecho muito pequeno, correspondente às peças que fazem face ao rio. Na sua maior extensão (em um perímetro de 2300 m), as muralhas carecem de requisitos estruturais, como a presença de um aterro de sustentação, para ser percebida como uma posição defensiva. Essa ausência de funcionalidade conduz ao entendimento que o desenho da muralha, em sua maior extensão, preencheria apenas um requisito ornamental, secundário. Mas aponta-se, também, como fator de seu valor histórico, a participação de seu efetivo em dois episódios políticos: em 1906, quando os navios que patrulhavam o rio Paraguai, transportaram contingentes do Exército em uma manobra dissuasória contra uma revolta de amplitude regional e durante a Revolução de 1932, ocasião em que serviu de base de apoio ao governo. Portanto, entendemos que o valor histórico central da “Base de Ladário” reside no fato de que é um exemplar representativo da mudança da política e da estratégia militar então adotada para a região, em decorrência da Guerra do Paraguai. Representa o interesse do estado brasileiro, na época, de dispensar uma atenção especial à questão da navegação fluvial, da maior importância para a região. Foi estabelecida com esse propósito. Suas muralhas, extensas, baixas, se adaptando às ondulações do terreno, são apenas elementos de proteção para as atividades que se desenvolviam no Arsenal. De outro lado, não é possível abstrair que a “Base de Ladário é, ainda hoje, uma base naval fluvial e sede de um Distrito Naval, em plena atividade, voltada, especialmente, para as operações fluviais”. Uma das únicas, no Brasil, com esse tipo de funcionalidade e que passa por um processo de modificação ampla para se adaptar à rápida evolução tecnológica do setor. As alterações nos equipamentos, nos sistema de vigilância, nos armamentos, nas edificações para esse tipo de operação naval exigem vultosos investimentos e o desenvolvimento de projetos de longa duração, por vezes, superiores há uma década. Em um setor crítico, o da Defesa Nacional, em que os recursos financeiros não são tão abundantes assim. Portanto, recomendamos o tombamento das muralhas do 6º Distrito Naval, situado em Ladário, Mato Grosso do Sul, com inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões existentes, a ser inventariado posteriormente, como marcos representativos de importantes acontecimentos da história do nosso país. Com o objetivo de salvaguardar esse patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, garantir o exercício e a expansão das funções do complexo naval de Ladário, que envolvem atividades de defesa nacional e de combate

a ilícitos transnacionais, em uma região da maior importância para a soberania nacional, recomendamos, também, que o tombamento se limite às próprias muralhas, dispensando o traçado de uma linha poligonal de entorno e a definição de uma área non-aedificandi. Esse é o relato. Synésio Scofano Fernandes. Brasília, 11 de setembro de 2014". Finalizada a exposição, a palavra foi aberta aos Conselheiros. Mas, antes das manifestações, registrou a entrega do livro referente aos vinte e cinco anos de criação do IBAMA, que contém o inventário de orquídeas do Planalto Central, ofertado pela Conselheira Carla Casara, representante do órgão aos membros do Conselho Consultivo. Em seguida a Conselheira Lucia Velthem dirigiu-se ao Conselheiro Synésio Fernandes, solicitando que ele retirasse a parte do texto em que estava escrito "nunca visitadas pelo homem civilizado ou não". Porém, fez outras considerações. Acrescentou que o parecer era extremamente detalhista, mas não identificava, em nenhum momento, os indígenas que estavam junto ao Forte São Joaquim. Declarou que a categoria indígena não existe, o que existe são os Taurepangues, os Tiriós, os Uaiamas, os Azurini, os Carajá. O Conselheiro agradeceu e, imediatamente, retificou seu parecer nesse ponto. Em seguida a Presidenta informou que o Conselheiro ratificou a maior parte das propostas do IPHAN com relação a tombamento e fez pequenas alterações com relação à entornos e ao foco do Forte Ladário. Para ficar mais claro, Jurema Machado, fez uma síntese das propostas do Conselheiro para esclarecer o que estava em deliberação: "Sobre a inscrição nos Livros do Tombo, no caso do forte de Óbidos, Pará, incluindo 13 canhões, que estaria segundo a proposta, ratificada pelo Conselheiro, inscrito no Livro do Tombo Histórico. O Forte da Serra da Escama, Pará, incluindo quatro canhões e o Quartel General Gurjão, ambos também inscritos no Livro do Tombo Histórico. As ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário, em Rosário, no Maranhão, inscritos no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pelo fato de serem as ruínas e aí haver um campo de investigação também na área da arqueologia. Os vestígios do Forte de São Joaquim de Rio Branco, em Bonfim, Roraima, incluindo seis canhões, em Boa Vista, no Livro do Tombo Histórico e, também, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Finalmente o Forte Junqueira, em Corumbá, e os muros da base de Ladário, esta incluindo 15 peças de artilharia no Livro do Tombo Histórico. Em dois casos o Conselheiro fez propostas de retificação do perímetro de entorno originalmente proposto pelo Depam e segundo eu entendi, essa alteração foi debatida e acordada na Câmara e consta do parecer a nova proposta de perímetro. No caso de Ladário, o tombamento restringe-se à muralha pelas razões que o general explicou, uma

vez que não corresponde a essa muralha um perímetro de entorno, não existindo determinação de nenhuma área *non aedificandi* no entorno”. Não havendo mais quem quisesse se manifestar, colocou em votação o parecer do relator, já com as incorporações mencionadas por ela, tendo o Conselho aprovado por unanimidade, nos termos do Parecer do Relator, o tombamento do conjunto de fortificações integrantes do Processo nº 1613-T-2010 – Conjunto das Fortificações Brasileiras, conjunto esse que passa a integrar o rol das fortificações já protegidas pelo IPHAN. A seguir, a Presidenta passou ao último ponto da pauta: Propostas de rerratificação: Processo de Tombamento nº 423-T-50 – Fortaleza de São José, em Macapá/AP; Processo de Tombamento nº 155-T-38- Fortaleza de Santo Antônio, em Ratoles, Florianópolis/SC; Processo: Proc. nº 943-T-76 – Fortaleza de N. Senhora da Conceição, em Araçatuba, Florianópolis/SC. Relatora: Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens, conjunto de rerratificações, isto é, confirmações com algumas alterações nos processos de tombamento já existentes, que foram referendadas na reunião da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo mas, por orientação da Procuradoria Federal foi trazida à apreciação do Conselho para trazê-las ao conselho. A palavra, então, foi dada à Relatora: *“Parecer sobre os processos de rerratificação de tombamentos do Forte Santo Antônio dos Ratoles, Florianópolis - Santa Catarina; Forte Nossa Senhora da Conceição, ilha de Araçatuba - Santa Catarina; e Forte de São José, Macapá – Amapá. O relato descritivo e analítico ora apresentado se fundamenta no entendimento de que a rerratificação do tombamento é a melhor maneira de identificação do bem tombado, na medida em que o desenvolvimento dos conteúdos desses processos institui oportunidade singular para explicar, detalhar, ampliar, alterar e propor mudanças em uma inscrição já existente. Os principais argumentos e temas em favor das propostas de rerratificação compreendem o estabelecimento de novos conceitos, novos valores e novas interpretações dos aspectos históricos e paisagísticos, ressaltando-se a importância dos bens integrados, a necessidade da extensão do polígono de tombamento e da inscrição nova em outros Livros do Tombo No que diz respeito ao mérito das propostas constantes nos processos em pauta, observa-se que, além de complementar estudos e levantamentos para embasar as mudanças no entendimento do bem, publicaram-se as notificações de rerratificação dos tombamentos atuais, efetivando-se as seguintes ações: alteração nas poligonais de proteção com a extensão do tombamento e área de entorno; exclusão de trechos de áreas incluídas nas poligonais de tombamento atuais; inclusão dos acervos de artilharia; observação de vestígios arqueológicos; manutenção e alteração das inscrições atuais em diferentes Livros do Tombo; inclusão*

do bem em outros Livros do Tombo; de determinação em rede do conjunto de fortalezas e paisagens brasileiras. Após leitura dos processos e respectivas súmulas emitidas pelo Departamento de Patrimônio Material – DEPAM em agosto e setembro deste ano, as análises dos conteúdos foram apresentadas e discutidas na 10ª Reunião da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. Assim, registra-se neste Parecer o encaminhamento favorável às rerratificações dos tombamentos em pauta, conforme a seguir se justifica e propõe.

• Processo de Tombamento nº 155-T-38 (01458.000297/2011-69): Fortaleza de Santo Antônio de Raton, em Florianópolis /SC: proposta de rerratificação, com a delimitação de sua poligonal de tombamento e entorno, inclusão do acervo de artilharia e alteração no nome do bem. O Forte Santo Antônio de Raton (processo de Tombamento nº 155-T-38) é uma edificação inscrita nos Livros do Tombo das Belas Artes e do Tombo Histórico, compreendendo o tombamento atual apenas a edificação principal do Forte de Santo Antônio, situado na Ilha de Raton Grande, baía norte da Ilha de Santa Catarina. A Proposta de Rerratificação, contida no volume II (folhas 1 a 146) apresenta novos estudos; justifica e sugere alterações; comunica e notifica os interessados e envolvidos; e encaminha para análise da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo e posterior apresentação no Conselho Consultivo. A proposta principal indica “a extensão da poligonal para abarcar um conjunto paisagístico mais amplo, incluindo as duas ilhas – de Raton Grande e Pequeno –, bem como a ampliação dos valores atribuídos ao bem, destacando agora a relação entre a implantação da fortificação e a paisagem da Baía Norte da Ilha de Santa Catarina.” Para o desenvolvimento do processo de rerratificação são determinantes os seguintes fatos: em 1987 solicita-se a extensão do tombamento e a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; entre 1997 e 1998 realizam-se de estudos e levantamentos iconográficos e documentais complementares; e de 2008 a 2011 elaboram-se pareceres técnicos, realizam-se discussões e são encaminhadas notificações aos interessados e responsáveis. Na análise desse processo há que destacar os seguintes registros: “sugere-se ao Conselho avaliar a pertinência de aprovar a inclusão nesse momento, e de apenas parte do acervo (material de artilharia), uma vez que o levantamento não inclui os demais bens móveis e integrados existentes no local.” “também foi proposta a delimitação de uma poligonal de entorno com extensão de 1.320 metros (ou 600 braças, medida estabelecida no Decreto-Lei nº 3434/41, que “dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em torno das fortificações”) a partir da ilha de Raton Grande, que incluiria toda a ilha de Raton Pequeno, além de trechos de mar.” “A notificação de tombamento provisório foi

publicada no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2011, e jornais de grande circulação, sendo encaminhada por ofícios, datados de 07 de dezembro de 2011, ao Ministério da Marinha, ao Prefeito Municipal de Florianópolis, ao Governador de Santa Catarina, à Secretária do Patrimônio da União e ao Superintendente da SPU em Santa Catarina, bem como ao Diretor Presidente da empresa, Carlos Hoepcke S/A – Administração, Participações e Empreendimentos. Em 21 de dezembro de 2011 a Marinha do Brasil – Comando do 5º Distrito Naval encaminhou ofício ao IPHAN, informando nada ter a opor ao tombamento. “Não foram recebidas impugnações.” Ressalta-se ainda nesse parecer a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, uma vez que a Instrução Técnica não apresentou esse encaminhamento. Desse modo, este Parecer é favorável às propostas de mudanças na identificação do bem estão expressas na alteração da denominação, a qual passará a ser: Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos e suas defesas anexas, incluindo a ilha de Ratonos Grande, onde se situa, e seu material de artilharia, assim como a ilha de Ratonos Pequeno, estado de Santa Catarina. Então, admite-se: a extensão do polígono de tombamento; a manutenção da inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes; a alteração da denominação no Livro do Tombo Histórico; a inclusão no tombamento ao acervo de artilharia existente no Forte de Santo Antônio; e a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. • Processo de Tombamento nº 423-T-50 (01458.002957/2010-65): Fortaleza de São José de Macapá/AP: proposta de rerratificação, com a delimitação de sua poligonal de tombamento, inclusão do acervo de artilharia e inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No processo de tombamento nº 423-T-50, relativo ao Forte de São José, Macapá/Amapá, verifica-se que o bem é uma edificação inscrita no Livro do Tombo Histórico, destacando-se que “o principal valor que motivou o tombamento foi a existência dos próprios remanescentes concretos da fortificação, ou seja, o recinto, delimitado pelas cortinas e baluartes.” A proposta de rerratificação – constituída em 3 volumes apresenta novos estudos, justifica, sugere alterações, notifica e encaminha para o Conselho Consultivo, destacando que “a extensão do tombamento se fundamenta na verificação da existência de elementos não incluídos no tombamento original, e na possibilidade de ocupação da esplanada, uma vez que em 1950, quando do tombamento, a cidade de Macapá possuía dimensões reduzidas, o que não ameaçava o bem.” Ao se elaborar o resumo da cronologia e principais informações desses estudos, foi possível verificar que entre 1990-1995 aconteceram a retomada dos estudos e levantamentos; a reconsideração

das sondagens realizadas nas décadas de 1970-1980; a elaboração de propostas de inclusão de peças de artilharia e ampliação das poligonais de entorno; a verificação dos aspectos paisagísticos; e a redação de minuta de instrução normativa. Na sequência, entre 2002 - 2008 e 2010 – 2012 agregam-se consistentes informações; realizam-se o inventário das peças de artilharia, e os levantamentos documentais e iconográficos complementares; elaboram-se pareceres técnicos; e, após discussões, são tomadas as decisões no sentido da consolidação de ações conforme discriminadas a seguir: elaboração das propostas de novos limites; publicação da Portaria IPHAN nº 422/2011, dispondo sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno; realização de novos estudos e levantamentos iconográficos; indicação da extensão do tombamento e da área de entorno; e da alteração da inscrição nos Livros do Tombo Histórico e também a inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Finalmente, em 2014, informa-se que o bem não é inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes; sugere-se reavaliação das propostas; e encaminha-se para o Conselho Consultivo, após avaliação dos conselheiros componentes da Câmara de Arquitetura e Urbanismo. As informações constantes nas Súmulas do Processo, s/ data, encaminhada para a Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo em agosto de 2014, registram que: “(...) a Portaria Iphan nº 422/2011 levou em conta a proposta de rerratificação em andamento, considerando a preservação da ambiência do bem também por seus aspectos paisagísticos e elementos arqueológicos, tendo adotado a mesma delimitação proposta no processo. Assim, não é proposta a alteração da poligonal de entorno.” “(...) a decisão do Conselho Consultivo, em sua 27ª Reunião, aponta para a inclusão no tombamento de todo o acervo de bens móveis e integrados – e não apenas do material de artilharia. Dessa forma, sugere-se ao Conselho avaliar a pertinência da inclusão do acervo de artilharia nesse momento, antes da devida conferência do inventário, e da extensão deste a outros bens móveis e integrados que componham o conjunto da fortificação.” Este Parecer é favorável à sugestão de alteração na poligonal delimitada para o Forte de Macapá, excluindo as duas áreas ocupadas por tipos de construção que não expressam a integridade da ambiência desejada, embora possam conter vestígios arqueológicos. Nessa perspectiva, as propostas aqui aceitas determinam: estender a proteção do bem para além de suas muralhas de modo a melhor preservar os valores já atribuídos e agregar valores arqueológicos e paisagísticos; incluir a extensão do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá e o material pertencente ao seu acervo de artilharia; alterar a inscrição no livro de Tombo Histórico; e inscrever o bem no livro do Tombo Arqueológico,

Etnográfico e Paisagístico. • Processo de Tombamento nº 943-T-50 (01510.000482/2009-57): Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis/SC: proposta de rerratificação, com a revisão de sua poligonal de tombamento, incluindo o Forte Marechal Moura, o Farol de Naufragados e a paisagem envoltória, além do acervo de artilharia. A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (ou Forte de Araçatuba no município de Santa Catarina) está situada na ilha de Araçatuba, Santa Catarina, sendo objeto do processo de Tombamento nº 943-T-76. Ao se destacar que a edificação foi inscrita em 1980 nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, observa-se que “os valores que motivaram o tombamento do conjunto são, além da importância histórica do Forte, sua inserção na notável paisagem ao sul da Ilha de Santa Catarina, e a relação dessa paisagem com a defesa do território.” A proposta de Rerratificação - volumes II (folhas 1 a 193) e III (folhas 194 a 371) sugere que os “tombamentos do Forte Marechal Moura e do Farol dos Naufragados, sejam incluídos no estudo de rerratificação do Forte de Araçatuba.”

Dentre os fatos que se efetivaram desde o tombamento, verifica-se que, na situação atual, a área tombada está contida em um raio de 1 km a partir do centro geométrico da Ilha de Araçatuba, incluindo as ruínas do Forte de Nossa Senhora da Conceição, situadas na própria ilha, bem como uma série de outros elementos paisagísticos e arquitetônicos (a própria Ilha de Araçatuba, parte da Ilha do Papagaio Grande, a Ponta dos Naufragados, o Forte Marechal Moura e o Farol de Naufragados). Em 2009 foi iniciada a revisão do tombamento de diversas fortificações na Ilha de Santa Catarina, dentre os quais o Forte da ilha de Araçatuba. A notificação do tombamento provisório desse Forte inclui a paisagem no sentido amplo, constando da notificação do tombamento provisório encaminhada aos interessados em 2012. Na análise ora apresentada, destacam-se: a inserção do conjunto de bens na paisagem; a atenção à determinação do Conselho Consultivo, constante da Ata da 27ª Reunião, em 2000; a denominação dos bens e tombamentos individuais ou em rede / conjunto de fortalezas; o tombamento do acervo de artilharia, observando-se que a documentação constante no processo é relativa a apenas 10 canhões localizados na Ilha de Araçatuba (Volume II), não havendo menção ao acervo do Forte Marechal Moura; a notificação de tombamento provisório que foi publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, encaminhada interessados aos em 30 de abril de 2012; e a conciliação de interesses entre a preservação e a utilização dos bens. Portanto, sugere-se aqui a aprovação das propostas de rerratificação que: incluem o acervo de artilharia; modificam a poligonal do

tombamento no sentido de um novo traçado, e, conforme apresentada por mim e aprovada na Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo inclui o istmo da Ponta do Papagaio, merecendo, portanto, melhor configuração a fim de que sejam evitadas incongruências fundamentais à melhor identificação do bem e da geografia do seu contexto paisagístico; alteram a denominação atual (original) do conjunto passa a ser: Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Ilha de Araçatuba, incluindo o Forte Marechal Moura, o Farol de Naufragados e a paisagem envoltória, composta pelas ilhas do Papagaio Grande e Pequeno, Ponta e Praia de Naufragados e a Ponta do Frade, bem como o acervo de artilharia dos fortes de Nossa Senhora da Conceição e Marechal Moura, de acordo com os autos do Processo de Tombamento nº 943-T-76. Em 11 de setembro de 2014. Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens. Arquiteta. Instituto de Arquitetos do Brasil”. A Presidenta agradeceu à Conselheira e após a discussão, colocou em votação o Parecer da Conselheira Maria da Conceição Guimaraens, pedindo que os Conselheiros que estavam de acordo com as alterações propostas levantassem a mão, tendo o Conselho aprovado por unanimidade, nos termos do Parecer da Relatora, os processos de rerratificação de tombamentos do Forte Santo Antônio dos Ratoes, Florianópolis - Santa Catarina; Forte Nossa Senhora da Conceição, Ilha de Araçatuba - Santa Catarina; e Forte de São José, Macapá – Amapá. Em seguida a Presidenta agradeceu à presença de todos e convocou os Conselheiros para a última reunião do ano, marcada para os dias 3 e 4 de dezembro de 2014. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a 76ª Reunião do Conselho Consultivo, da qual eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata da qual dou fé e assino, juntamente com a Presidenta e os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

1. *Jurema Machado*
2. *Jorge Augusto Oliveira Vinhas*
3. *Cléo Alves Pinto de Oliveira*
4. *Roque de Barros Laraia*
5. *Fabiana de Melo Oliveira*
6. *Ângelo Oswaldo de Araújo Santos*
7. *Carla Maria Casara*
8. *Cristiana Nunes Galvão Barreto*
9. *Ângela Gutierrez*
10. *Arno Wehling*
11. *Luiz Phelipe de Castro Andrès*
12. *Lucia Hussak Van Velthem*
13. *Maria Cecília Londres Fonseca*

14. *Synézio Scofano Fernandes*
15. *Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes*